Universidade Estadual Do Norte Do Paraná
Campus De Jacarezinho
Centro De Ciências Sociais Aplicadas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Jurídica

TAYANA ROBERTA MUNIZ CALDONAZZO

POTENCIALIDADES DOS GRUPOS REFLEXIVOS BRASILEIROS PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER NA DESCONSTRUÇÃO DA MASCULINIDADE HEGEMÔNICA

JACAREZINHO-PR

2020

Universidade Estadual Do Norte Do Paraná
Campus De Jacarezinho
Centro De Ciências Sociais Aplicadas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Jurídica

TAYANA ROBERTA MUNIZ CALDONAZZO

POTENCIALIDADES DOS GRUPOS REFLEXIVOS BRASILEIROS PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER NA DESCONSTRUÇAO DA MASCULINIDADE HEGEMÔNICA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Jurídica, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Jurídica, sob a orientação da Professora Doutora Carla Bertoncini, na área de concentração Teorias da Justiça: Justiça e Exclusão; linha de pesquisa: Função Política do Direito.

JACAREZINHO-PR

2020

Ficha catalográfica elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UENP

CC152p

Caldonazzo, Tayana Roberta Muniz
Potencialidade dos grupos reflexivos brasileiros para homens autores de violência doméstica contra a mulher na desconstrução da masculinidade hegemônica / Tayana Roberta Muniz Caldonazzo; orientadora Carla Bertoncini - Jacarezinho, 2020.
266 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Direito) - Universidade Estadual do Norte do Paraná, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Jurídica, 2020.

1. grupos reflexivos. 2. masculinidade hegemônica. 3. autor de violência. 4. violência doméstica contra a mulher. 5. equidade de gênero. I. Bertoncini, Carla , orient. II. Título.

Universidade Estadual Do Norte Do Paraná
Campus De Jacarezinho
Centro De Ciências Sociais Aplicadas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Jurídica

TAYANA ROBERTA MUNIZ CALDONAZZO

POTENCIALIDADES DOS GRUPOS REFLEXIVOS BRASILEIROS PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER NA DESCONSTRUÇÃO DA MASCULINIDADE HEGEMÔNICA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Jurídica, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Jurídica, sob a orientação da Professora Doutora Carla Bertoncini, na área de concentração Teorias da Justiça: Justiça e Exclusão; linha de pesquisa: Função Política do Direito.

BANCA AVALIADORA

Professora Dra. Carla Bertoncini (orientadora)

Professora Dra. Grasielle Borges Vieira de Carvalho

Professor Dr. Luiz Geraldo do Carmo Gomes

JACAREZINHO/PR, 18 de dezembro de 2020.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Estadual do Norte do Paraná e, especialmente, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Jurídica, pela disponibilização de diversas aulas e eventos que possibilitaram o enriquecimento dos estudos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa fornecida desde o início de 2019, o que possibilitou minha dedicação aos estudos não somente realizados para a dissertação, mas também na elaboração de artigos que permitiram meu desenvolvimento enquanto pesquisadora, cujas publicações dividem-se entre anais de eventos, periódicos, capítulos de livros (alguns deles ainda não publicados) e resumos encaminhados a eventos.

À orientadora, professora e Doutora Carla Bertoncini, pela atenção, ajuda, paciência, coautoria e revisões de diversos trabalhos, além de me permitir a realização de estágio docência em sua disciplina de Direito Civil V.

Aos familiares e amigos, pelo apoio durante todo o trajeto do Mestrado.

Ao professor Doutor Fernando Alves e à Natalina Costa, pelo empenho em nos permitir a evolução nos estudos.

À professora Doutora Grasielle Vieira de Carvalho - uma referência extremamente relevante na temática - pela participação como examinadora na defesa da dissertação, oportunidade em que abrilhantou as discussões da pesquisa e sugeriu contribuições muito importantes para o trabalho.

Ao professor Doutor Luiz Geraldo Gomes, pela participação nas bancas de qualificação e defesa, quando sugeriu obras que serviram para o aprofundamento dos estudos e trouxe outros apontamentos imprescindíveis para o desenvolvimento da pesquisa.

Ao professor Doutor Jairo Lima, que recomendou diversas leituras e indicou cursos imprescindíveis ao desenvolvimento da pesquisa. Sua contribuição se fez presente, inclusive, na banca de qualificação, a partir de apontamentos metodológicos para o aprimoramento do trabalho.

À professora Doutoranda Isabela Oliveira, pelo curso ministrado no Espaço Revista Cult, que permitiu aprofundamento no tema das masculinidades, questão estrutural para este trabalho, além das conversas particulares em que se realizaram revisões, bem como por participar da *live* promovida pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Jurídica da UENP, oportunidade em que debateu sobre seu tema de pesquisa e enriqueceu os estudos de diversos

outros pesquisadores. A contribuição da professora também se deve às diversas *lives* e eventos que participou, e acompanhá-los me inspirou e permitiu novos olhares sobre ao assunto.

À professora Doutora Raíssa Nothaft, cujos diálogos e trabalhos publicados permitiram a delimitação da pesquisa, contribuições metodológicas e questões teóricas basilares.

CALDONAZZO, Tayana Roberta Muniz. **Potencialidades dos grupos reflexivos brasileiros para homens autores de violência doméstica contra a mulher na desconstrução da masculinidade hegemônica.** Dissertação (Mestrado em Ciência Jurídica) – Universidade Estadual do Norte do Paraná, Jacarezinho, 2020. 266 p.

RESUMO

A pesquisa faz uma correlação entre Direito e estudos de gênero, além de trazer uma perspectiva interdisciplinar. Abordam-se masculinidades e grupos reflexivos para autores de violência doméstica contra a mulher. A pesquisa centrou-se em homens e mulheres cis. Há uma diversidade de temas, abordagens, metodologias e estruturas para esses serviços. Diante disso, abre-se a seguinte pergunta: em que medida os grupos reflexivos brasileiros conseguem desconstruir a masculinidade hegemônica? Parte-se da hipótese de que as diferenças entre as propostas brasileiras abrem, também, uma diversidade de limites e potencialidades para que esses trabalhos gerem essa aproximação. Utiliza-se o método de abordagem dedutivo, partindo-se da premissa de que as bases fundantes do ideal hegemônico presente nas masculinidades têm relação com a violência doméstica contra a mulher, e que os objetivos dos grupos devem se pautar, de forma imediata, na desconstrução dessa masculinidade hegemônica, e de forma mediata, na busca por equidade de gênero. Realizou-se pesquisa exploratória, bibliográfica e documental. Concluiu-se que posturas autoritárias, debates desassociados das discussões de gênero, abordagens terapêuticas e individualizadas, e um pequeno número de encontros parece não trazer grandes resultados. Além disso, notou-se que de forma geral há desconstruções de alguns aspectos da hegemonia, mas permanecem outros. Isso pode explicar a melhoria em alguns relacionamentos, mas a continuidade de posturas desafiadoras. Nesse sentido, é importante que os métodos considerem as interseccionalidades e o hibridismo das masculinidades, e esse movimento é um potencial para efetividade de desconstrução da hegemonia. Para tanto, sugere-se a abordagem reflexivo-educativa; a inclusão, na equipe de facilitação, de profissionais diferentes do padrão cis-hétero-branco, tudo a partir do diálogo com outros autores, e deixou-se como sugestão de futuras pesquisas a indagação sobre quais outras ações poderiam ser feitas no grupo para dar conta dessas diferenças e especificidades entre os homens. Ainda, no capítulo de número quatro realizou-se pesquisa sobre teses e dissertações publicadas entre 2017 e 2020, que contivessem pesquisas empíricas com homens autores de violência doméstica contra a mulher, e foram encontradas dezessete. Dessas, dois trabalhos se enquadravam nos filtros necessários a esta pesquisa, pois para tanto, era necessário que contivessem diálogos e intervenções de forma detalhada dos grupos reflexivos brasileiros.

Palavras-chave: grupos reflexivos; masculinidade hegemônica; autor de violência; violência doméstica contra a mulher; equidade de gênero.

CALDONAZZO, Tayana Roberta Muniz. **Potential of brazilian reflective groups for men who are the authors of domestic violence against women in the deconstruction of hegemonic masculinity.** Dissertation (Masters in Legal Science) – North Paraná State University, Jacarezinho, 2020. 266 p.

ABSTRACT

The research makes a correlation between law and gender studies, besides bringing an interdisciplinary perspective. It addresses masculinities and reflective groups for authors of domestic violence against women. The research focused on cis men and women. There is a diversity of themes, approaches, methodologies and structures for these services. In light of this, the following question opens up: to what extent do reflective groups in Brazil succeed in deconstructing hegemonic masculinity? It is based on the hypothesis that the differences between Brazilian proposals also open a diversity of limits and potentialities for these works to generate this approximation. The deductive approach method is used, starting from the premise that the founding bases of the hegemonic ideal present in masculinities are related to domestic violence against women, and that the objectives of the groups should be immediately based on the deconstruction of this hegemonic masculinity, and in a mediated way, on the search for gender equity. Exploratory, bibliographic and documentary research was carried out. It resulted that authoritarian postures, debates disassociated from gender discussions, therapeutic and individualized approaches, and a small number of meetings do not seem to bring great results. In addition, it was noted that in general there are deconstructions of some aspects of hegemony, but others remain. This may explain the improvement in some relationships, but the continuity of challenging postures. In this sense, it is important that methods consider the intersectionalities and hybridity of masculinities, and this movement is a potential for effective deconstruction of hegemony. For this, the reflective-educational approach is suggested; the inclusion, in the facilitation team, of professionals different from the cis-hetero-white pattern, all from the dialogue with other authors, and it was left as a suggestion of future research to ask what other actions could be done in the group to account for these differences and specificities among men. In the fourth chapter, research was conducted on theses and dissertations published between 2017 and 2020, which contained empirical research with men who were authors of domestic violence against women, and seventeen were found. Of these, two works were part of the necessary filters for this research, because for that it was necessary to contain dialogues and interventions in a detailed way by the Brazilian reflective groups.

Keywords: reflective groups; hegemonic masculinity; author of violence; domestic violence against women; gender equality.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO **10**
2 ESTUDOS DE GÊNERO: MASCULINIDADES **16**
2.1 Abordagens teóricas sobre masculinidades **18**
2.2 Masculinidade hegemônica **32**
2.3 O que caracteriza um homem? A inexistência de uma identidade masculina e a importância da desconstrução de práticas sociais hegemônicas **46**
2.4 Diálogo possível entre três relevantes teorias sobre violência doméstica contra a mulher **67**
2.5 Dominação masculina em Chauí e perspectiva patriarcal em Saffioti **74**
2.6 Gênero como categoria de análise em Joan Scott e a perspectiva relacional **82**
2.7 Estabelecimento do diálogo entre as teorias **94**
3 GRUPOS REFLEXIVOS: CONTEXTUALIZAÇÃO E LACUNAS **100**
3.1 Qual a natureza dos grupos reflexivos? **111**
3.2 É possível aferir a efetividade dos grupos reflexivos? **122**
3.3 Organização de um objetivo para os grupos reflexivos **129**
3.4 A equidade como objetivo mediato a ser buscado **136**
4 GRUPOS REFLEXIVOS BRASILEIROS E SUAS POTENCIALIDADES PARA A DESCONSTRUÇÃO DO IDEAL HEGEMÔNICO **149**
4.1 Metodologia **150**
4.2 ***Violência e masculinidade: uma contribuição psicanalítica aos estudos das relações de gênero*** **163**
4.3 ***Homens 'autores de violência conjugal': modernidade e tradição na experiência de um grupo de reflexão*** **171**
4.4 ***Novos frascos, velhas fragrâncias: a institucionalização da Lei Maria da Penha em uma cidade fluminense*** **177**
4.5 ***A pena que vale a pena: alcances e limites de grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher*** **185**
4.6 ***Os "Maria da Penha": uma etnografia de mecanismos de vigilância e subversão de masculinidades violentas em Belo Horizonte*** **197**
4.7 ***Autores de violência doméstica e familiar: um estudo sobre um grupo de reflexão no Paranoá/DF*** **205**

4.8 *Civilizar a cultura: questões de modernização e a afirmação da dignidade entre homens acusados de violência doméstica e familiar contra a mulher* 215

4.8.1 Juizado Especial da Violência Doméstica Contra a Mulher, Niterói/RJ ... 215

4.8.2 Instituto de Práticas Sistêmicas constante da Zona Sul do Rio de Janeiro 221

4.9 *"-Mas tem gente que não entende assim." // "-É. É por isso que a gente tá aqui.": a sessão de grupo socioeducativo para homens autores de violência contra a mulher e a (re)construção discursiva de masculinidades* 226

4.10 Conclusões do capítulo 231

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 242

REFERÊNCIAS 252

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho realiza um diálogo entre Direito e estudos de gênero, e seu caráter interdisciplinar advém de um desenvolvimento pautado em pesquisas de diversas áreas do conhecimento, como psicologia, antropologia, sociologia, entre outras. Documentos como o Mapa da Violência 2015 e Atlas da Violência 2019 demonstram o quanto é urgente a discussão sobre a violência praticada contra a mulher no ambiente doméstico. Em vista de seus dados, observa-se que a pesquisa sobre essa temática está longe de ser excessiva ou ultrapassada.

A partir de uma perspectiva relacional entre gênero e da violência, compreende-se que embora as medidas direcionadas à mulher em situação de violência sejam imprescindíveis, o homem envolvido nessa relação não deve ser ignorado. Gregori (1993, p. 200) aponta que o homem também deve ser ouvido, ou seja, considerado. Apesar disso, a Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, tem feito uma abordagem eminentemente punitivista em relação aos autores de violência (embora não se negue sua importância enquanto política) pública (CASTRO & CIRINO, 2020, p. 65-69; MEDRADO & LYRA, 2016, p. 168). Assim, a consideração pela lei se dá a partir, principalmente, do enfoque punitivo, o que parece ser uma interpelação incompleta a partir do ponto de vista relacional.

Nos seus artigos 35, inciso V, 45, parágrafo único, e mais recentemente, no 22, inciso VI, a lei dispõe sobre serviços direcionados ao homem autor da violência. Os primeiros artigos preveem a criação e encaminhamento a "centros de educação e de reabilitação" e "programas de recuperação e reeducação", ao passo que o último considera a participação em "programas de recuperação e reeducação" como possibilidade de medida protetiva de urgência. Embora a lei não diferencie esses termos[1] (VIEIRA DE CARVALHO, 2018, p. 92), em síntese, são serviços destinados a homens autores de violência, e objetiva-se, de forma geral, evitar delitos.

No Brasil há poucos serviços com essa finalidade, e os que existem possuem uma divergência entre metodologias, abordagens, temas, formas de encaminhamento (VIEIRA DE CARVALHO, 2018, p. 155; CEPIA, 2016, p. 61). Não há, assim, uma estruturação única e definitiva, e não se pretende, nesta pesquisa, desenvolvê-la. No entanto, a divergência entre

[1] A obra da autora é anterior à previsão expressa do encaminhamento a programas de recuperação e reeducação como medida protetiva. No entanto, mesmo depois da alteração da lei, ainda não está clara a diferenciação entre os termos. As expressões que não são bem diferenciadas, na visão da pesquisadora, são "'educação', 'reabilitação', 'recuperação', 'reeducação'" (VIEIRA DE CARVALHO, 2018, p. 92). Para ela, a legislação não explica sobre o funcionamento desses serviços, nem esclarece sobre suas estruturas e organizações (VIEIRA DE CARVALHO, 2018, p. 92).

metodologias é uma lacuna. Mapeamentos realizados nesses locais permitem compreender algumas especificidades.

Por exemplo, Vieira de Carvalho (2018, p. 119-154) aponta, de forma geral, informações sobre número de encontros, o local em que se desenvolvem os serviços, formas de encaminhamento, composição da equipe que atende aos homens, alguns dados sobre reincidência, objetivos de grupos. Já Beiras (2014, p. 4) trata dos objetivos dos serviços, metodologias aplicadas, avaliação, dentre outras informações similares. Também no artigo de Beiras, junto a Nascimento e Incrocci, (2019, p. 262), realizou-se novo mapeamento em que se coletaram materiais sobre o funcionamento dos programas, metodologia, forma como se monitoravam os serviços e quais seriam os desafios e resultados advindos. Por fim, em 2016 divulgou-se o relatório de pesquisa produzido pelo CEPIA Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação, em que se objetivava compreender em que medida as recomendações dos artigos 35 e 45 da Lei 11.340/2006 foram implementadas a nível brasileiro (CEPIA, 2016, não paginado). Constataram-se os lugares em que se executavam esses serviços, formas de vinculação, metodologias (como a frequência, abertura de grupos a novos participantes durante sua execução, temas, capacitação) (CEPIA, 2016, p. 31-57).

Embora os mapeamentos tragam algumas bases a respeito das metodologias dos grupos, não se verificam exemplos da aplicabilidade dessas metodologias. Em outras palavras, de que forma a equipe multidisciplinar reage a comentários de cunho machista? Como são as intervenções para a desconstrução de estereótipos de gênero e de outros conceitos que contribuem para uma situação desigual entre os envolvidos na relação? De que modo as intervenções se realizam na prática?

Essas dúvidas confluem no sentido de compreender de que forma, efetivamente, os diálogos e estratégias se desenvolvem para que os objetivos grupais sejam alcançados. Para se responder a essa pergunta, seria necessária uma pesquisa empírica em diferentes grupos reflexivos brasileiros, por meio de uma participação com a gravação das discussões ali realizadas. Porém, trata-se de um trabalho extenso e inviável a nível de uma pesquisa de Mestrado. Outra forma de encontrar informações desse tipo, ainda que menos precisa, dá-se pelo estudo de teses e dissertações que descrevam narrativas registradas a partir de pesquisas empíricas feitas nesses locais. Observa-se uma perspectiva parcial, dada pelo autor ou autora do estudo, além de informações associadas àquela participação do pesquisador ou pesquisadora, nos meses em que esteve ali, com um grupo de homens específicos. Apesar das limitações, o

aprofundamento sobre as falas dos facilitadores e dos homens é interessante para tentar compreender quais estratégias tendem a ter maior efetividade.

De fato, Beiras (2012, p. 42) explica que a construção das subjetividades pode ser mais bem compreendida a partir de ações como narrativas e histórias, e que situações como ideologia, relações de poder, intersecção de marcadores sociais, contexto social e histórico perpassam as informações expostas nas falas. Por isso, compreender os discursos dos homens durante os grupos reflexivos é interessante para aferir se a desconstrução se realizou ao menos em alguma medida, ainda que não seja totalmente confiável observar somente as falas para aferir resultados. De fato, segundo Juliana de Oliveira (2018a, p. 52), é possível que as respostas dos participantes acerca dos grupos possam não ser totalmente sinceras, na medida em que estão envolvidos com questões judiciais e a participação [normalmente] não é voluntária. Também nesse sentido é o alerta de Grudtner da Silva (2016, p. 114).

Diante da potencialidade da análise das falas dos participantes e dos facilitadores, insere-se o seguinte problema de pesquisa: em que medida os grupos reflexivos brasileiros promovem a desconstrução da masculinidade hegemônica? Parte-se da hipótese de que essa medida tende a variar, a depender das estratégias metodológicas aplicadas. Em outras palavras, as divergências entre metodologias e abordagens oferecem, também, diferentes limites e potencialidades, e é provável que algumas propostas tenham resultados mais positivos do que outras. Por isso a relevância de se aprofundar sobre falas, estratégias e outras questões metodológicas, a fim de apontar quais tendem à maior efetividade no alcance dos objetivos grupais.

O método de abordagem é o dedutivo. Partem-se das premissas de que as bases fundantes do ideal hegemônico presente nas masculinidades têm relação com a violência doméstica contra a mulher, e que os objetivos dos grupos devem se pautar, de forma imediata, na desconstrução dessa masculinidade hegemônica, e de forma mediata, na promoção da equidade de gênero. Isto porque realizou-se um diálogo entre equidade e violência a partir de três pontos: a) considera-se que um contexto geral de equidade tende a influenciar para que as masculinidades – que são negociáveis (ALMEIDA, 1996, p. 162) – se expressem por meio da equidade; b) o fim da violência ou a mudança de posturas não significam que a equidade tenha sido alcançada, mas representam uma aproximação; c) a equidade representa o oposto da assimetria de poder e desigualdades presente nos relacionamentos violentos.

Foi realizada uma pesquisa exploratória, a fim de aproximar a pesquisadora das lacunas e atualidades do tema desta dissertação, que se desenvolveu por meio de um levantamento

bibliográfico. Realizou-se pesquisa bibliográfica em teses, dissertações, periódicos, bem como a documental, a partir de relatórios sobre o tema que foram colocados em diálogo com outras fontes. Para a compreensão dessa parte da metodologia, consideraram-se as lições de Prodanov e Freitas (2013, p. 51-55).

Ainda no que se refere à metodologia, cumpre explicar com mais detalhes os movimentos do capítulo 4. Entre os subcapítulos 4.2 a 4.7, aplica-se um filtro sobre teses e dissertações encontradas por Nothaft e Beiras (2019), a fim de focalizar sobre as que tivessem diálogos e dinâmicas de grupos reflexivos brasileiros de forma detalhada. O recorte dos autores se deu entre os anos de 2006 e 2016.

Já entre os subcapítulos 4.8 e 4.9, segue-se parcialmente a metodologia de Nothaft e Beiras (2019): pesquisam-se na biblioteca do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia as expressões “autor de violência” (todos os campos), “masculinidade” e “violência” (todos os campos), “violência doméstica e familiar”. Devem compor a análise somente teses e dissertações advindas de Programas de Pós-Graduação presentes no Brasil. Ainda, estabelece-se um recorte temporal entre 2017 (ano seguinte à pesquisa de Nothaft e Beiras) e 2020 (em que se faz a presente pesquisa), sem, porém, pretensão de esgotamento. Após, é necessário ler todos os resumos. Depois, a metodologia se diferencia de Nothaft e Beiras (2019), pois não se objetiva sistematizar os trabalhos. Assim, serão estudadas teses e dissertações que mostrem, já no resumo, por exemplo, diálogos e dinâmicas dos grupos reflexivos.

O objetivo geral é demonstrar que os grupos reflexivos terão diferentes limites e potencialidades para a desconstrução da masculinidade hegemônica, a depender de sua estrutura/metodologia/temas/etc. Como objetivos específicos, no segundo capítulo pretende-se fazer uma delimitação teórica sobre estudos de gênero e masculinidades, a fim de compor o embasamento necessário aos últimos capítulos. Para tanto, descrevem-se diferentes teorias sobre masculinidades, afunila-se a discussão para a perspectiva da masculinidade hegemônica, explica-se como esse ideal hegemônico perpassa as múltiplas vivências e masculinidades dos homens. Em seguida, aponta-se de que forma é possível realizar um diálogo entre três relevantes perspectivas sobre violência doméstica contra a mulher apontadas por Santos e Izumino (2005, p. 147-148), quais sejam, o viés da dominação masculina em Chauí (1985), o patriarcado em Saffioti (1987) e a violência relacional em Gregori (1993).

O segundo objetivo específico, contido no terceiro capítulo, é organizar informações gerais sobre grupos reflexivos brasileiros e apontar quais as lacunas identificáveis nessa

temática. Fala-se da natureza dos grupos, possibilidades de aferir a efetividade na prevenção da violência, além de se sugerir como objetivo mediato para esses locais a busca por equidade de gênero.

O último objetivo específico, constante do capítulo quatro, consiste em tentar identificar a correlação entre mudanças no ideal hegemônico e metodologias desenvolvidas nos grupos reflexivos, ou seja, sugerir quais estratégias tendem a ser mais ou menos efetivas na concretização dos objetivos grupais, sempre considerando as limitações desse tipo de análise.

Como referencial teórico, adota-se uma perspectiva relacional de gênero e de violência a partir de Gregori (1933), Debert e Gregori (2008) e outros autores que tratam do tema, somado às contribuições teóricas sobre o patriarcado em Saffioti (1987) e dominação masculina em Chauí (1985). As discussões sobre masculinidades, em um viés feminista interseccional, são pautadas em Miguel Vale de Almeida (1996), Connell (1995), Connell e Messerschmidt (2013), diversos autores constantes do livro *Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades* (2019), Isabela Oliveira (2016), Veras (2018), Pedro Paulo de Oliveira (1998) e Sousa e Oliveira (2020). Sobre a influência do gênero na vida dos indivíduos, utilizam-se principalmente as lições de Joan Scott (1995), Butler (2019), Donna Haraway (2016) e Preciado (2014).

A contextualização dos grupos é influenciada especialmente por Beiras (2014), CEPIA (2016) e Vieira de Carvalho (2018). A problematização que recai sobre a natureza dos grupos é trabalhada a partir de Vieira de Carvalho (2018), Fernandes (2015), Castro e Cirino (2020) e Nothaft (2020). No que se refere à efetividade desses locais, são imprescindíveis as lições de Amado (2017) e Barin (2016). Quanto à equidade como objetivo mediato, pauta-se especialmente em Medrado e Lyra (2008). Por fim, Nothaft (2016) e Nothaft e Beiras (2019) são fundamentais no desenvolvimento do quarto capítulo da pesquisa, em razão da metodologia por eles empregada. Ainda neste capítulo, as lições de Lima (2018c) e Juliano Scott (2018) são essenciais.

Justifica-se o estudo por contribuir com apontamentos sobre abordagens e metodologias que podem aproximar os homens da desconstrução de um ideal hegemônico, que traz prejuízo não somente para suas vidas, mas para as das pessoas que com eles convivem. O trabalho enfatiza, de forma geral, a importância de se ouvir os homens, ação incentivada por Gregori (1993, p. 200), por exemplo. Trata-se de um movimento que vai além da esfera penal. Esta, para Isabela Oliveira (2016, p. 101), domestica e traz uma determinada visão sobre a complexidade das relações que se pautam em gênero. Paralelamente, os grupos, segundo a

autora, conseguem enfatizar as visões binárias dos participantes, que são influenciadas a partir de vivências comumente dicotômicas entre certo/errado, masculino/feminino, dentre outras divisões afins no ideal dos participantes.

Dialoga-se com a Área de Concentração Teorias da Justiça: Justiça e Exclusão, e com a linha de pesquisa Função Política do Direito, por envolver debates sobre a inclusão do homem na dimensão da violência, a partir do espaço do diálogo potencialmente oferecido pelos grupos reflexivos.

2 ESTUDOS DE GÊNERO: MASCULINIDADES

Uma mulher está autorizada a discutir sobre masculinidades?

> Todas as pessoas possuem lugares de fala, pois estamos falando de localização social. E, a partir disso, é possível debater e refletir criticamente sobre os mais variados temas presentes na sociedade. O fundamental é que indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado em termos de *locus* social consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar e como esse lugar impacta diretamente na constituição dos lugares de grupos subalternizados (RIBEIRO, 2017, p. 47).

Em curso sobre masculinidades ministrado por Isabela Oliveira, pela Revista Espaço Cult, em 2020, a professora teve como um dos passos iniciais o posicionamento de seu lugar de fala. Por isso considera-se importante iniciar a dissertação de forma semelhante.

Oliveira, em coautoria com Sousa (2020, 27-30), publicou estudo[2] que discute, dentre outros pontos, desconfianças e questionamentos decorrentes de um curso de Introdução aos Estudos de Masculinidades por elas lecionado, que se deu na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. As docentes foram questionadas sobre se teriam lugar de fala para tratar de masculinidades. Dois estudantes acreditavam que elas iriam "tirar nosso couro", de forma semelhante ao discente que previu que iriam "pegar pesado" com eles.

Em relação ao primeiro comentário, as autoras esclarecem que não somente as mulheres podem debater masculinidades, como também os homens podem abordar feminilidades. O importante é compreender a localização de quem fala e a intencionalidade do que é dito. Após demarcar de onde falavam, pontuaram as diferentes possibilidades que um homem possui ao tratar de feminilidades (OLIVEIRA; SOUSA, 2020, p. 33):

> Isso poderia ocorrer a partir do lugar de um especialista que dialoga e reflete sobre questões de gênero, sem calar outras vozes, ou, ainda, poderia ocorrer a partir da perspectiva de alguém que equivocadamente iguala machismo e feminismo como pares opostos (OLIVEIRA; SOUSA, 2020, p. 33).

Assim, embora nos dois casos os falantes fossem homens, não se localizam no mesmo lugar (OLIVEIRA; SOUSA, 2020, p. 33). Além dessa especificidade, "poderiam ser brancos

---

[2] Era necessário que os discentes percebessem o caráter múltiplo de masculinidades e feminilidades, e isso só seria possível a partir da compreensão da incidência de marcadores sociais da diferença nas relações de poder, apontadas como complexas e contingentes (OLIVEIRA; SOUSA, 2020, p. 32). Assim, precisava-se "desmanchar noções reificadas do homem, masculino e masculinidades, e propor uma análise do caráter múltiplo das masculinidades" (OLIVEIRA; SOUSA, 2020, p. 32).

ou negros, cis ou trans, heterossexuais ou homossexuais, o que alteraria as relações que manteriam com as mulheres e as negociações que fariam com o feminismo e as feminilidades" (OLIVEIRA; SOUSA, 2020, p. 33).

Nesse sentido, as autoras consideram Djamila Ribeiro; debates sobre protagonismo e representatividade em Hooks; as lições de Haraway, por entenderem ser imprescindível localizar o sujeito que gera conhecimento; discutiram o receio de falar de alguns, por entenderem que não é seu "lugar de fala" (OLIVEIRA; SOUSA, 2020, p. 34). De fato, "tal abordagem acaba por produzir isolamentos e essencialismos ao se apoiar na ideia de que alguns não podem falar, quando, na verdade, o que o lugar de fala pretende promover é a diversificação e multiplicação das vozes, em debates que interpelam a todos(as)" (OLIVEIRA; SOUZA, 2020, p. 34).

Realmente é muito comum ouvir em discussões que determinada pessoa "não tem lugar de fala". Por vezes, essa é uma percepção do próprio sujeito ou a ele imputado a partir de outros indivíduos. No entanto, Djamila Ribeiro (2017, p. 47) é enfática ao sublinhar que todos têm lugar de fala. Um dos pontos interessantes dessa perspectiva é perceber que as vivências e as interseccionalidades presentes na vida de quem fala impactará em seu discurso, ou seja, em sua perspectiva, no dito e no não-dito[3].

Rosane Borges, em curso introdutório a Bell Hooks, ministrado em 2020, ensina que embora a discussão sobre lugar de fala tenha recebido recente atenção graças à obra de Djamila Ribeiro, trata-se de um termo que se renova com certa periodicidade, e que tem sua historicidade. Ao abordar Lélia Gonzales, enfatiza que a autora já sabia que o racismo determina um lugar para ela. Borges (2020) explica que a surpresa a partir da percepção do lugar de fala é típica dos dominadores. Em outras palavras, perceber os próprios privilégios e, ao mesmo tempo, as desigualdades que outros grupos enfrentam é um movimento típico do grupo privilegiado.

Nota-se, a partir disso, a importância de se ressaltar em uma pesquisa a localização social de quem a realiza, haja vista as influências que isso trará na discussão. Um exercício interessante nesse sentido foi desenvolvido ao final de um curso ministrado por Isabela Oliveira e Fernanda Sousa, em 2020, a respeito de masculinidades, racismo e violência. Os alunos deveriam relatar quando se perceberam como sujeitos racializados, ou seja, em qual momento de suas vidas foi possível notar os privilégios ou desigualdades advindos da raça. No caso desta

[3] A compreensão sobre a conexão entre a teoria do lugar de fala e a não neutralidade das falas advém das lições aprendidas a partir de Isabela Oliveira.

pesquisadora, perceber-se como sujeito racializado ocorreu somente após um contato próximo às pesquisas sobre gênero, raça e classe, o que certamente se dá de forma diferente para pessoas negras. Borges (2020), inclusive, cita que quando perguntada sobre situações em que já vivenciou racismo, não pôde apontar exemplos específicos: por ser o racismo algo estrutural[4], está presente o tempo todo.

Diferente, porém, é a percepção da pesquisadora quanto ao machismo e patriarcado. Nesse sentido, e enquanto guia ético-político[5] deste trabalho, pontua-se que a autora se posiciona enquanto mulher, branca, cis, heterossexual (para citar somente alguns dos diversos marcadores sociais que poderiam ser discutidos). Além disso, pesquisa sobre gênero desde 2017, e iniciou o estudo sobre masculinidades em 2019. Essa demarcação é importante, uma vez que a temática das masculinidades, neste trabalho, se dá a partir de uma perspectiva feminista interseccional.

Em outras palavras, objetivou-se, até aqui, desmistificar a ideia de que algumas pessoas não possuem lugar de fala, bem como demarcar a importância de se apontar, em uma pesquisa, a localização social de quem a realiza. Como se apreende a partir de Isabela Oliveira, não há neutralidade. Afirmar que vivências pessoais e sociais não interferem no que é pesquisado reforça uma perspectiva colonial. Além disso, entender quem pesquisa também auxilia na compreensão de quem efetivamente teve possibilidades de publicar estudos nos últimos anos, e de quais são as interferências que podem aparecer nos resultados[6]. Esse entendimento, por si só, já é transformador.

Dito isso, no próximo subcapítulo abordam-se diferentes teorias sobre masculinidades, com o objetivo de traçar um estado da arte sobre o tema. Percebem-se variedades de pontos de vista, e pretende-se comentar as principais perspectivas, sem pretensão de exauri-las, para posteriormente justificar o aprofundamento sobre a linha da masculinidade hegemônica.

2.1 Abordagens teóricas sobre masculinidades

De início, realiza-se uma demarcação relacional sobre masculinidades e feminilidades. Em seguida, descrevem-se diferentes abordagens teóricas sobre os estudos das masculinidades,

---

[4] Para maiores aprofundamentos sobre racismo estrutural, consultar Silvio Almeida (2018).
[5] Termo utilizado por Francielle Lima (2018a, p. 28), ao abordar sobre seu lugar de fala em sua dissertação.
[6] Para outras referências sobre o tema, consultar Schwarcz (2019, p. 19-20) e Bertúlio (1989, p. XLVI). As lições das autoras, discutidas pela perspectiva da história versus memória, foram trabalhadas em artigo publicado na Revista Quaestio Iuris, de coautoria entre a autora desta dissertação e Bertoncini (2020).

a fim de contextualizar os principais autores e posicionamentos de um campo de estudo ainda recente (no enfoque que possui atualmente)[7], se comparado a outros, para justificar as escolhas teóricas deste trabalho.

Quanto ao aspecto relacional, enfatiza-se que estudar masculinidades não significa abordar somente homens[8] (OLIVEIRA; SOUSA, 2020, p. 9). Estas autoras, em vista das lições de Scott e Butler, defendem ser possível "pensar feminilidades e masculinidades como territórios nos quais todos circulam, bem como elementos forjados sempre em relação" (OLIVEIRA; SOUSA, 2020, p. 33). Também nesse sentido discorre Miguel Almeida (1996, p. 162), para quem "masculinidade e feminilidade não são sobreponíveis, respectivamente, a homens e mulheres: são metáforas de poder e capacidades de acção (sic), como tal acessíveis a homens e mulheres".

Seguindo o raciocínio recentemente exposto, Oliveira e Sousa (2020, p. 22) ensinam que não há pessoas inteiramente femininas ou masculinas, bem como é inviável "falar em homens sem falar de mulheres, falar de mulheres sem falar em homens e, mais que isso, pensar masculinidades como sinônimo de homens e feminilidades como sinônimo de mulheres" (OLIVEIRA; SOUSA, 2020, p. 33).

Piscitelli (2009, p. 143-145) pontua que discussões mais atuais sobre gênero incluem outros sujeitos, ou seja, não se resumem às mulheres, e para tanto, tem em vista, especialmente, das lições de Butler. Diante disso, descreve que o conceito de gênero "requer pensar não apenas nas distinções entre homens e mulheres, entre masculino e feminino, mas em como as construções de masculinidade e feminilidade são criadas na articulação com outras diferenças, de raça, classe social, nacionalidade, idade" (PISCITELLI, 2009, p. 146). Além disso, deve-se considerar "como essas noções se embaralham e misturam no corpo de todas as pessoas, inclusive aquelas que, como intersexos, travestis e transexuais, não se deixam classificar de maneira linear como apenas homens ou mulheres" (PISCITELLI, 2009, p. 146).

As discussões sobre gênero incluíram análises sobre homens e masculinidades somente a partir dos anos de 1970 (VERAS, 2018, p. 38). Na década subsequente, a discussão ganhou mais organização e solidez (BENTO, 2015, p. 82), e foi também nesta década que se deixou de

---

[7] Para Vanessa Soares (2018, p. 33), masculinidade é um assunto debatido antes dos anos de 1970, e ocorre desde a época dos estudos freudianos. No entanto, não se apresentava nos mesmos termos em que atualmente.

[8] As autoras consideram que gênero, e especificamente, masculinidades, recebem influência de marcadores sociais da diferença. Estudar masculinidades engloba o estudo de mulheres, bem como de homens que podem ser "negros, brancos, ricos, pobres, heterossexuais, homossexuais e assim por diante. Nesse contexto, tratava-se de compreender, por exemplo, masculinidades racializadas e sexualizadas que nunca existiam sozinhas, mas sempre em relação a outros sujeitos localizados no interior de regimes de poder" (OLIVEIRA; SOUSA, 2020, p. 35-36).

falar em “estudos sobre a mulher” para se refletir sobre “estudos das relações de gênero”. É provável que uma perspectiva relacional de análise tenha contribuído para que os homens pudessem se desvincular da marcação de dominadores naturais, e para a produção de pesquisas em que não se inseria o homem como dominador de forma universal. O viés relacional também auxilia para que se deixe de alimentar a ideia da mulher como uma figura universalmente dominada. Ao invés da ideia de dominadores/dominados universais, dá-se atenção às diferenças entre os indivíduos, inclusive as constantes de um mesmo contexto cultural[9] (BENTO, 2015, p. 82).

Nesse sentido, “os estudos sobre os homens tentam compreender os mecanismos sociais por meio dos quais estes estruturam suas práticas, pensando-as relacionalmente” (BENTO, 2015, p. 83). No entanto, pensar de forma relacional vai além de se pensar sobre homens e mulheres: almeja-se compreender, para além disso, de que formas os homens se relacionam, e essa perspectiva auxilia no entendimento sobre a própria estruturação da identidade de gênero daquele sujeito (BENTO, 2015, p. 83).

A própria área de estudo sobre homens se configurou a partir de uma relação direta com o feminino. Masculinidades ganham relevo nas pesquisas a partir das investigações sobre a) o que compõe a masculinidade[10]; b) os meios de “lapidar” a masculinidade quanto aos aspectos negativos que têm interferência na vida das mulheres (DAHOMA; ARAÚJO, 2019, p. 163). Assim, é comum que estudos enfoquem em uma masculinidade marcada pelo machismo e a relação desse cenário com as mulheres. Um dos temas recorrentes nessa problemática é a violência doméstica, e as temáticas partem da influência de atitudes masculinas sobre as mulheres. É possível que, em razão desse contexto, o feminismo aborde masculinidades com a finalidade de transformar aquilo que é visto como prejudicial às mulheres, ou seja, o machismo. Nesse sentido, enfatiza-se que o feminismo é responsável por um grande volume das produções nessa área de estudos[11] (DAHOMA; ARAÚJO, 2019, p. 164).

De fato, para Oliveira e Sousa (2020, p. 35):

---

[9] “Os estudos sobre os homens tentam compreender os mecanismos sociais por meio dos quais estes estruturam suas práticas, pensando-as relacionalmente. Mas o ‘relacional’ aqui transcende os limites entre homem e mulher. Há uma preocupação em pensar como os próprios homens relacionam-se entre si, contribuindo para a construção de sua identidade de gênero” (BENTO, 2015, p. 83).

[10] Disposta no artigo consultado como heteronormativa (DAHOMA; ARAÚJO, 2019, p. 163).

[11] Apesar disso, no artigo consultado, os autores almejam refletir sobre homens e masculinidades, ainda de forma relacional, mas a partir da perspectiva masculina: querem que ele “não seja sempre uma resposta apresentada às indagações que o feminismo propõe aos homens” (DAHOMA; ARAÚJO, 2019, p. 164).

> somente a partir do movimento de desnaturalização promovido pelos estudos de mulheres e de gênero foi possível, mesmo que tardiamente, iniciar uma problematização dos processos de constituição de homens e masculinidades[12].

O feminismo desconstruiu a ideia de que masculinidades se trata de algo biologicamente estabelecido. Referido movimento, somado a outras questões, como desenvolvimento tecnológico, gerou a demanda de uma reflexão para os homens acerca de suas posturas em relacionamentos sociais. Um comportamento masculino tido como tradicional foi questionado e entendido como impróprio para a atualidade. Essas pontuações influenciaram o pensamento sobre masculinidade na década de 1970 (OLIVEIRA, 1998, p. 18).

A 4ª Conferência Internacional sobre a População e Desenvolvimento, que se deu em 1994, em Cairo, e a 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher, de 1995, em Beijing, influenciaram para compreensão de homens e masculinidades como elementos construídos a partir do gênero. Nestes eventos, discutia-se sobre a importância de os homens contribuírem para a preservação de direitos sexuais e reprodutivos, na medida em que havia evidências de que os homens atuavam como uma barreira não somente no campo da saúde, mas também no direito das mulheres (MEDRADO; LYRA, 2018, p. 7).

No início das discussões, debatia-se sobre papéis, costumes e estereótipos; abordou-se a crise da masculinidade; refletia-se sobre a forma como subjetividades eram construídas; compreendia-se a função do pai e do trabalhador, além de se trabalhar sobre as transformações do período. Nos Estados Unidos, essas discussões receberam ênfase em Ruitenbeek, e no Brasil, com Nolasco (URRA, 2014, p. 118). No âmbito acadêmico, reflete-se sobre a influência do poder nas relações de gênero. Em síntese, não somente gênero, mas também a masculinidade (URRA, 2014, p. 118-119), são "noções fluidas e situacionais, que variam dependendo da forma como as relações se estabelecem em determinada situação e o modo como a interação na sociedade vai definindo os papéis dos sujeitos" (URRA, 2014, p. 119).

Connell (2005, p. 71), ao descrever diferentes percepções sobre masculinidades, conclui que se deve compreendê-la a partir de sua conexão com as relações de gênero:

> O que pode ser generalizado é o princípio da conexão. A ideia de que um símbolo somente pode ser entendido com um sistema conectado de símbolos se aplica

[12] As pesquisadoras ressaltam que se posicionam assim, da mesma forma que outras (OLIVEIRA; SOUSA, 2020, p. 35).

> igualmente para outras esferas. Nenhuma masculinidade surge exceto em um sistema de relações de gênero (CONNELL, 2005, p. 71, tradução da autora)[13].

A autora afirma ser necessário "focar nos processos e relacionamentos por meio dos quais homens e mulheres conduzem vidas generificadas" (CONNELL, 2005, p. 71, tradução da autora)[14]. Assim, masculinidade significa ao mesmo tempo "um lugar nas relações de gênero, as práticas por meio das quais homens e mulheres engajam esse lugar no gênero, e o efeito dessas práticas na experiência corporal, personalidade e cultura" (CONNELL, 2005, p. 71, tradução da autora)[15]. Tulio Custódio (2019, p. 146)[16] traz uma interessante definição de masculinidades.

> São processos de configurações da prática que não devem ser vistos como equivalentes de homem, pois masculinidades são processos e não grupos de pessoas. São, portanto, lugares de privilégio que fazem com que a maioria dos homens receba dividendos patriarcais com base em uma dita subordinação geral das mulheres, ao feminino.

Veras (2018, p. 39) sintetiza abordagens que tentaram elaborar uma teoria acerca das masculinidades[17]. A primeira delas é a de Bourdieu, relacionada a Teoria de Dominação Masculina. Mariza Corrêa (1999, p. 52), citada por Veras (2018, p. 46-48) e Isabela Oliveira (2016, p. 14) como referência para uma análise crítica de Bourdieu, aponta que a compreensão da obra de Bourdieu é difícil. De fato, mesmo após a leitura da Dominação Masculina, participação como ouvinte em curso introdutório sobre o autor e estudo de trabalhos que explicam sua teoria, ainda é desafiador trazer um aprofundamento de suas ideias. Sua obra não é o foco principal deste trabalho - na medida em que se faz, num primeiro momento, apenas uma incursão sobre principais teorias que têm relação com o campo das masculinidades, a fim de se chegar a um posicionamento final –, portanto, aborda-se brevemente apenas parte dos pontos relevantes da obra e também algumas críticas.

No início de Dominação Masculina, o autor explica que essa dominação decorre da violência simbólica. Trata-se de um fenômeno

---

[13] No original: "What can be generalized is the principle of connection. The idea that one symbol can only be understood within a connected system of symbols applies equally well in other spheres. No masculinity arises except in a system of gender relations" (CONNELL, 2005, p. 71).
[14] No original: "We need to focus on the processes and relationships through wich men and woman conduct gendered lives" (CONNELL, 2005, p. 71).
[15] No original: "a place in gender relations, the practices throught which men and woman engage that place in gender, and the effect of these practices in bodily experience, personality and culture" (CONNELL, 2005, p. 71).
[16] O autor faz, ao entorno dessa frase, um diálogo com Ribeiro.
[17] Percebe-se que a autora faz diálogo com Pedro Paulo de Oliveira (1998) nessa sistematização.

> [...] suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento (BOURDIEU, 2019, p. 12).

Essa relação entre dominação masculina e violência simbólica contribui para a compreensão da lógica da dominação, que se justifica a partir de um princípio simbólico de conhecimento geral, bem como "de uma língua (ou uma maneira de falar), de um estilo de vida (ou uma maneira de pensar, de falar ou de agir) e, mais geralmente, de uma propriedade distintiva, emblema ou estigma" (BOURDIEU, 2019, p. 12).

Outro ponto de destaque ocorre quando o autor relaciona gêneros a *habitus* sexuados: afirma-se que houve uma "socialização do biológico e [...] biologização do social" (BOURDIEU, 2019, p. 14-15), a partir de uma socialização que influenciou para a existência de uma "construção social naturalizada (os 'gêneros' como *habitus* sexuados) como o fundamento in natura da arbitrária divisão que está no princípio não só da realidade como também da representação da realidade e que se impõe por vezes à própria pesquisa" (BOURDIEU, 2019, p. 15).

Chama atenção também a teorização sobre *hexis* corporais:

> As divisões constitutivas da ordem social e, mais precisamente, as relações sociais de dominação e exploração que estão instituídas entre os gêneros se inscrevem, assim, progressivamente, em duas classes de *habitus* diferentes, sob a forma de *hexis* corporais opostos e complementares e de princípios de visão e de divisão, que levam a classificar todas as coisas do mundo e todas as práticas segundo distinções redutíveis à oposição entre o masculino e o feminino (BOURDIEU, 2019, p. 56).

Em outras palavras, essa perspectiva trata das divisões presentes na ordem social, e chega à dicotomia entre feminino e masculino, o que enseja diferentes tarefas aos homens e mulheres. O autor explica que aos homens cabe a execução de atos "breves, perigosos e espetaculares", e que se localizam "do lado exterior, do oficial, do público, do direito, do seco, do alto, do descontínuo" (BOURDIEU, 2019, p. 56). Paralelamente, às mulheres implica o trabalho doméstico, ou algum trabalho exterior que lhes são atribuídos em razão de certo misticismo (BOURDIEU, 2019, p. 56). Elas se encontram "do lado úmido, do baixo, do curvo e do contínuo" (BOURDIEU, 2019, p. 56).

Também é interessante o trecho em que explica a perspectiva masculina como universal e sobre a adesão dóxica das mulheres ao sistema de dominação:

> A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os *habitus*: moldados por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentes históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentes. Por conseguinte, a representação androcêntrica da reprodução biológica e da reprodução social se vê investida da objetividade do senso comum, visto como senso prático, dóxico, sobre o sentido das práticas (BOURDIEU, 2019, p. 62).

Ou seja, essa perspectiva masculina é comum e compartilhada, a tal ponto que chega a se naturalizar. Nesse sentido, as mulheres, que estão inseridas em um sistema de dominação, acabam reproduzindo-o, em um ato de adesão dóxica, contribuindo (não em um sentido de serem corresponsáveis, como explicado em curso introdutório sobre o autor, ministrado por Marília Moschkovich, em 2020) com a violência simbólica que as atingem (BOURDIEU, 2019, p. 62).

Em relação às possíveis transformações, destaca que não basta uma mudança de consciência e de vontades: a violência simbólica se pauta em "disposições modeladas pelas estruturas de dominação que as produzem" (BOURDIEU, 2019, p. 75), e portanto, são necessárias mudanças das condições sociais para que as vítimas de dominação deixem de agir segundo uma posição de cumplicidade. Referidas condições sociais remetem às que criam influência para que os dominados tenham o ponto de vista dos dominantes a respeito dos dominantes e deles mesmos[18] (BOURDIEU, 2019, p. 75).

Menciona ainda algumas estruturas que contribuem para a permanência de uma "ordem dos gêneros" até há pouco tempo, e são elas a escola, família e igreja[19] (BOURDIEU, 2019, p. 140). Também relata que "a dominação masculina não se impõe mais como a evidência de algo indiscutível" (BOURDIEU, 2019, p. 145). Em seguida, passa a indicar mudanças sociais e algumas ressalvas (BOURDIEU, 2019, p. 147).

Aponta que a dominação se faz presente na família, escola, trabalho, mídia, bem como na burocracia (BOURDIEU, 2019, p. 167). Embora a dominação masculina se exteriorize no

---

[18] "Mas uma relação de dominação que só funciona por meio dessa cumplicidade de tendências depende, profundamente, para sua perpetuação ou para transformação, da perpetuação ou da transformação das estruturas de que tais disposições são resultantes (particularmente da estrutura de um mercado de bens simbólicos cuja lei fundamental é que as mulheres nele sejam tratadas como objetos que circulam de baixo para cima)" (BOURDIEU, 2019, p. 75).

[19] O autor, ao discorrer sobre o assunto, cita Chodorow, Maître, Matthews-Grieco, Toril Moi (BOURDIEU, 2019, p. 140-142).

âmbito doméstico, “o princípio da perpetuação das relações de força materiais e simbólicas que aí se exercem se coloca essencialmente fora desta unidade, em instâncias como a Igreja, a Escola ou o Estado e em suas ações propriamente políticas ou disfarçadas, oficiais ou exitosas” (BOURDIEU, 2019, p. 187-188). Defende que uma ação política que considere as consequências da dominação, que se dão a partir “da cumplicidade objetiva entre as estruturas incorporadas (tanto entre mulheres quanto entre os homens) e as estruturas de grandes instituições, nas quais se realizam e se produzem não só a ordem masculina, mas também toda a estrutura social” (BOURDIEU, 2019, p. 189), seria capaz de auxiliar para que a dominação masculina, aos poucos, deixasse de existir (BOURDIEU, 2019, p. 189).

Ressalta-se também que o autor enquadra gênero como categoria de análise (VERAS, 2018, p. 39), e fez uso do “conceito de *habitus* para tentar explicar a assimetria entre papéis masculino e feminino e a dominação masculina, reforçada e retroalimentada pela violência simbólica das instituições, que faz com que o fenômeno passe despercebido, parecendo natural” (VERAS, 2018, p. 39).

Corrêa (1999, p. 45) ressalva, dentre outros pontos, que o autor não deu atenção às discussões empíricas e teóricas feministas a respeito da perspectiva hegemonia e homogênea da dominação masculina. Isso acarretou, segundo a crítica de Corrêa (1999) a partir da visão de Veras (2018, p. 47), em essencialismo e determinismo. Além disso:

> Bourdieu passa quase sem transição da análise de uma dominação que é *social* para uma dominação que é *masculina* e, dessa, para um modelo de dominação no qual o *sexo* do dominante é determinante: homens e mulheres voltam à cena textual esquecidos de sua origem Cabila ou ocidental, das distinções de classe, ou outras, como homens e mulheres. Sua prezada noção de *habitus*, quando aplicada às categorias socias históricas, parece não ter marcação de gênero (CORRÊA, 1999, p. 45).

Expõe também que os estudos feministas são tratados de duas formas. Isso posto, então, “ou as feministas não sabem o que fazem – e este livro foi escrito para mostrar-lhes o caminho da verdade - ou estão contaminadas pela lógica da dominação masculina que suas análises são simples réplicas do mesmo esquema classificatório de sempre” (CORRÊA, 1999, p. 47).

Veras (2018, p. 48) explica que a teoria de Bourdieu “é construída com ênfase no corpo, na incorporação, ou na corporificação de sinais de distinção social” (VERAS, 2018, p. 48), e ressalva que esse essencialismo e determinismo não conseguem explicar a complexidade

constante das discussões sobre gênero e masculinidades[20] (VERAS, 2018, p. 48). O autor desconsidera lacunas e impõe a dominação "quase como uma fatalidade sem saída na vida das pessoas" (VERAS, 2018, p. 48). Nesse sentido, a teoria considera somente a estrutura e não permite que a subjetividade do indivíduo seja levada em consideração, "caindo na armadilha da imutabilidade dessas estruturas, diante da dificuldade de agência do sujeito e tornando quase nula a resistência à dominação masculina" (VERAS, 2018, p. 68).

Também nesse sentido, Isabela Oliveira (2016, p. 13) pontua que a obra de Bourdieu – referente à Dominação Masculina - transparece uma noção de dominação masculina como algo invariável. A análise, aparentemente, não considera as

> 'fissuras' causadas por uma série de ações em relação ao poder dominante (para Bourdieu, inexoravelmente masculino). Tais fissuras encontram-se expressas em paulatinas mudanças forjadas ao longo do tempo e de formas variadas em diferentes sociedades" (OLIVEIRA, 2016, p. 13-14)[21].

Há, no entanto, contrapontos possíveis a essas críticas. O autor não considera que inexiste agência frente às estruturas. Apenas ressalta que as estruturas dificultam um processo de transformação ou de enfrentamento a elas. Além disso, embora Bourdieu não dialogue de forma tão próxima à Butler e Scott, por exemplo, suas lições se ligam ao acúmulo resultante de parte da perspectiva feminista, conforme Marília Moschkovich (2020). Na visão da professora, o limite da teoria do autor se dá, na realidade, em relação à matriz heterossexual. Este é o principal dispositivo presente no sistema de gênero. Pode ser definido como normas que incidem nas dimensões de sexo, gênero e desejo, e têm como consequência a necessidade de "coerência" entre eles a partir de um viés heterossexual (e em que pese seja uma norma, não significa que a realidade dialogue com ela, ou seja, não necessariamente as pessoas irão segui-la; indica-se, a partir disso, que há outros sujeitos dentro do feminismo além da mulher). O que não coincidir com a obrigatoriedade presente nessas três dimensões será visto como algo que demanda correção. Essa perspectiva de Butler, segundo explicado em aula, contribui para que se entenda que dentro do sistema de gênero não há imutabilidade de posições: os homens não são, fixa e imutavelmente, dominantes, e as mulheres não são sempre dominadas. É possível, por exemplo, que uma mulher cisgênero ocupe posição de dominância em relação à mulher

[20] Para chegar a essas conclusões, a autora dialoga com as críticas de Corrêa (1999).
[21] Isabela Oliveira (2016, p. 14) menciona, além de Corrêa, Sayão como referências para a análise críticas à obra de Bourdieu.

transgênero, e foi este o ponto que tanto a perspectiva de Bourdieu, como de construções feministas anteriores, não conseguiram abranger.

É possível estabelecer um diálogo entre a perspectiva de múltiplas vivências e as discussões sobre masculinidades. Essa abordagem é demonstrada, por exemplo, por Santana (2019, p. 99), para quem há diferentes formas de experienciar as masculinidades, a depender das demarcações que definirão o lugar de fala do indivíduo. Assim, um homem negro trans e pobre terá uma experiencia diferente, quanto a sua masculinidade, de homens brancos trans. Isso porque estes não terão as violências racistas presentes em seu cotidiano, embora ambos os casos recebam reflexos do machismo, transfobia e misoginia. Além disso, a vivência do racismo terá relação com a sexualidade: um homem negro trans sofrerá racismo de maneira diferente de um homem negro cis[22].

Em síntese, a perspectiva do autor não dá conta de explicar toda a complexidade do sistema. A matriz heterossexual demonstra que embora seja importante compreender as hierarquias entre feminino e masculino, há outras discussões e problemas além disso, conforme Mosckovich (2020).

A segunda teoria mencionada por Veras refere-se ao discurso vitimário[23], que como o próprio nome indica, posiciona os homens como vítimas. No entanto, não dialoga com outras teorias sobre o assunto, especialmente aquelas que consideram as relações entre indivíduos e as estruturas de poder (VERAS, 2018, p. 49). Para Pedro Paulo de Oliveira (1998, p. 2), é possível identificar esse discurso a partir de posicionamentos que colocam os homens como vítimas em razão de diversas questões sociais e psíquicas. Como exemplo, pode-se citar o argumento da suposta falta de habilidade para demonstrar sentimentos.

Sobre o cenário prévio para o desenvolvimento dessa teoria, menciona-se a obra de Hacker, publicado em 1957, intitulada *The New Burdens of Masculinity* (OLIVEIRA, 1998, p. 3). Oliveira (1998, p. 3) cita outros trabalhos que basearam essa teoria, especialmente nos anos de 1970, quando a perspectiva ganhou bastante atenção, como os de Bednarik, Komorovsky, Tolson, Goldberg, Fasteau, Mead.

A ideia de papel social masculino por vezes era verificada nesses estudos. Esse papel era tido como restritivo, o que gerou uma asfixia do *self* íntimo. Afirmava-se que o papel dos homens sustentava a masculinidade tradicional, e somente a partir da libertação desse papel seria possível, aos homens, deixarem de vivenciar os incômodos decorrentes (OLIVEIRA,

---

[22] Em um sentido similar, Caetano e Silva Junior (2018, p. 210) e Kimmel (1998, p. 106).
[23] Veras (2018) considera as lições de Pedro Paulo de Oliveira (1998) para detalhá-la.

1998, p. 3). Além da ideia de papel social, alguns estudos faziam referência ao marxismo. Afirmava-se que a dinâmica do capitalismo constituiria um *status quo*, que também seria responsável pela dominação dos homens sobre outros indivíduos, como mulheres e pessoas homoafetivas. Em síntese, essa perspectiva sustentava-se na psicologização, marxismo e consideração dos papéis sociais (OLIVEIRA, 1998, p. 4).

Posteriormente, menciona-se a psicologização (VERAS, 2018, p. 49), e a obra de Nancy Chorodow intitulado *Reproduction of Mothering* é relevante para o desenvolvimento dessa análise. Os adeptos dessa vertente compreendem que a divisão do trabalho doméstico não somente contribui para a compreensão da relação entre homens e mulheres, como também auxilia na elucidação de outros processos de interação mais abrangentes. Sugere-se que as mulheres, no exercício da maternidade, são os primeiros indivíduos a ter contato com os filhos e filhas, e servem de base para identificação. Posteriormente, conforme as crianças crescem, há diferentes consequências dessa identificação: em relação aos meninos, precisarão criar um novo reconhecimento, que será frágil e isso influenciará para que tenham dificuldades em se relacionar, além de terem problemas de insegurança e outros afins. A situação seria diferente para as meninas, que não precisariam passar por referida ruptura e poderiam desenvolver suas identidades de maneira mais pacífica. Isso auxilia para que as mulheres tenham mais facilidade para se relacionar de forma íntima, além de possuírem outras características positivas para o relacionamento em geral (OLIVEIRA, 1998, p. 4). “Um dos resultados de todo este processo acaba sendo a necessidade dos homens de se sentirem superiores às mulheres, num estágio posterior de suas vidas” (OLIVEIRA, 1998, p. 4).

A influência de Chorodow foi tão grande nessa perspectiva, que é comum observar um padrão nas explicações a ela filiadas, quando remetem a problemas tidos como masculinos: sempre se aborda o relacionamento entre mãe e filho (OLIVEIRA, 1998, p. 5). Houve outros desdobramentos a partir dessa visão, e nota-se que o embasamento psicológico posicionava o homem como o que, de fato, possui o “sexo frágil” (OLIVEIRA, 1998, p. 6).

Em que pese tenha colaborado para pensar na subjetividade da condição dos homens, a teoria foi criticada por acreditar que a dominação masculina se deveria a fatores além da possibilidade de controle desses indivíduos. Isso poderia contribuir para uma ausência de responsabilização, de modo que os homens usufruiriam dos privilégios da dominação sem sequer sentirem culpa (VERAS, 2018, p. 51). De fato, segundo Oliveira (1998, p. 11), ao

destacar as ressalvas à perspectiva a partir de um discurso crítico[24], pontua, dentre outras informações, que a teoria contribuiu para reflexão sobre a condição masculina, mas, ao citar MacMahon, aduz que essas explicações poderiam fazer com que os homens apenas desfrutassem da dominação, já que atribuível a questões além de seus controles.

> Do ponto de vista vitimário, o que poderia ser visto como independência é percebido como incapacidade de reconhecer a dependência. As expressões de força, através dos atos de violência, são tomadas como máscaras para a fragilidade e insegurança, operando-se uma inversão que transforma o réu em vítima. Isto nos faz lembrar da piada do garoto que comete parricídio na frente do juiz e pede clemência por estar órfão (OLIVEIRA, 1998, p. 12).

A próxima teoria refere-se ao contrato social, capitalismo e o patriarcado. Segundo Veras (2018, p. 51), esses elementos estão interligados. Ao relacionar masculinidade e capitalismo, a autora (2018, p. 53) cita o estudo de Oliveira, para quem essa correlação se mostra em diversas discussões. Há quem diga, inclusive, que a estrutura do mercado tem relação muito próxima ao masculinismo[25] (OLIVEIRA, 1998, p. 7). Este autor pontua que quando se possui uma perspectiva vitimária, é comum que se tente fundamentar a posição de vítima em motivos sociais, como o capitalismo e papel social masculino (OLIVEIRA, 1998, p. 8).

Pode-se afirmar que "o paradigma do patriarcado pressupõe papéis sociais rígidos, condicionados culturalmente pelas diferenças biológicas entre o homem e a mulher" (SANTOS; IZUMINO, 2005, p. 155). No entanto, a complexidade na violência conjugal não consegue ser expressa a partir da teoria da dominação patriarcal (SANTOS; IZUMINO, 2005, p. 157).

Joan Scott (1995, p. 77) identifica três correntes teóricas sobre as discussões de gênero: a que busca compreender as origens do patriarcado; a que se influencia pelo marxismo e se vincula às críticas feministas[26]; e por fim, a última se fragmenta "entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas de relação do objeto *(object-relation theories)*, e se inspira

---

[24] Trata-se de um discurso que não posiciona o homem como vítima em razão de questões de gênero (OLIVEIRA, 1998, p. 10). Em vez disso, "preferem atentar para a dinâmica das relações e a estrutura de poder que as fundamenta" (OLIVEIRA, 1998, p. 10). Em suma, "aos discursos sobre a masculinidade que não se restringem a recolher explicações sobre as mazelas da condição masculina, mas, antes, criticam esta perspectiva, além de acrescentar à discussão outros aspectos da masculinidade contemporânea, atribuímos o nome de críticos" (OLIVEIRA, 1998, p. 11).

[25] Ao concluir o raciocínio, faz referência a Pleck.

[26] Para as feministas marxistas (no texto não há especificidades sobre quais feministas marxistas a autora aborda), embora se influenciem por uma teoria da história, "a exigência auto-imposta de que haja uma explicação 'material' para o gênero tem limitado ou, ao menos, retardado o desenvolvimento de novas linhas de análise" (SCOTT, 1995, p. 78). Aponta-se que no âmbito do marxismo, gênero foi visto por um longo período como se fosse um "sub-produto de estruturas econômicas cambiantes; o gênero não tinha aí um status analítico independente e próprio" (SCOTT, 1995, p. 80).

nessas diferentes escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito”[27] (SCOTT, 1995, p. 77). A respeito das críticas às teóricas que se filiam ao patriarcado, Scott (1995, p. 78) aponta:

> Embora proponham uma análise interna ao próprio sistema de gênero, elas também afirmam a primazia deste sistema na organização social considerada em seu conjunto. Mas as teorias do patriarcado não mostram o que a desigualdade de gênero tem a ver com as outras desigualdades. Em segundo lugar, a análise continua baseada na diferença física, quer a dominação tome a forma da apropriação do trabalho reprodutivo da mulher pelo homem quer tome a forma da objetificação sexual das mulheres pelos homens. Qualquer diferença física assume um caráter universal e imutável, mesmo quando as teóricas do patriarcado levam em consideração a existência de mutações nas formas e nos sistemas de desigualdades de gênero. Uma teoria que se baseia na variável única da diferença física é problemática para os/as historiadores/as: ela pressupõe um significado permanente ou inerente para o corpo humano – fora de uma construção social ou cultural – e, em consequência, a a-historicidade do próprio gênero. Num certo sentido, a história torna-se um epifenômeno, fornecendo variações intermináveis para o mesmo tema imutável de uma desigualdade de gênero vista como fixa.

Assim, a autora está no mesmo sentido de Santos e Izumino (2005), por enfatizar, no que se refere ao patriarcado, a visão atrelada às diferenças físicas. Ambos os trabalhos apontam a incompletude da perspectiva patriarcal para a compreensão das relações de gênero. Em síntese, pode-se concluir que o patriarcado é uma abordagem importante, mas não dá conta de esclarecer todas as nuances das desigualdades que têm relação com gênero[28].

Retomando-se a sistematização de Veras (2018, p. 56), a próxima teoria refere-se aos papéis sociais. O papel masculino, para Harrison, Chin e Ficarotto – que dialogam com Branon, citados por Oliveira (1998, p. 9) – remete a quatro necessidades em sociedades ocidentais: 1 – imprescindibilidade de diferenciação em relação às mulheres; 2 – ser superior aos outros indivíduos; 3 – independência e autoconfiança; 4 – possuir mais poder, utilizando-se da violência caso seja preciso. No entanto, para esses autores, são necessidades que não conseguem ser conciliadas com demandas emocionais dos indivíduos, e encontra-se nessa problematização a explicação para diversos problemas dos homens, como bebida e cigarro para tentar se destacarem, dentre outros pontos. Afirma-se que há menor tempo de vida, em regra, para os homens, e os meninos possuem diversas exigências, contribuindo para que tenham certos problemas (OLIVEIRA, 1998, p. 9).

---

[27] Quanto às teorias psicanalíticas, a autora faz uma divisão entre as escolas Anglo-americana, influenciada por Chorodow e Gilligan, e a Escola Francesa, marcada por um viés estruturalista e pós-estruturalista, com base em Freud quanto às teorias da linguagem, e Lacan. No entanto, Scott considera que nenhuma das teorias apontadas poderia ser a base de historiadores, e discorre sobre os motivos (SCOTT, 1995, p. 80-81).

[28] Para um melhor detalhamento sobre patriarcado, capitalismo e contrato social, consultar Veras (2018).

A ressalva a essa perspectiva, a partir de um discurso crítico, deve-se ao fato de que, por decorrer de uma linha funcionalista, herda-se também a falta de relevo sobre relações de poder desenvolvidas entre homens e mulheres (OLIVEIRA, 1998, p. 12). Um dos grandes problemas encontrados por esse ponto de vista é o papel masculino (OLIVEIRA, 1998, p. 13). Não se considerava "a estrutura de poder[29], os comportamentos específicos que, independentemente dos papéis, procuram reproduzir situações nas quais as clivagens favorecem a legitimação de situações iníquas" (OLIVEIRA, 1998, p. 13). Além disso, atribuir responsabilidade ao capitalismo, família, trabalho e ensino decorrente gera uma tendência a "não reconhecer nas dinâmicas de interação cotidianas as condições de manutenção desta mesma estrutura" (OLIVEIRA, 1998, p. 13). Essa postura remete à ideia de que "se a culpa é do sistema, nada pode ser feito enquanto ele não for alterado, assim eu me eximo de responsabilidades no que diz respeito à minha prática cotidiana" (OLIVEIRA, 1998, p. 13).

Como síntese das perspectivas até aqui abordadas, tem-se que:

> Os discursos vitimário, psicologizante, do capitalismo e a teoria dos papéis sociais, além de simplistas, subvertem a responsabilização do homem em relação à conduta, especialmente à prática da violência, bem como não atentam para as relações de poder entre os gêneros, retiram a possibilidade do sujeito ser também responsável pela mudança, sendo tudo resumido a uma estrutura a que os homens não têm acesso ou poder de alterar (VERAS, 2018, p. 68).

Neste trabalho, parte-se da premissa de que o sistema marcado por capitalismo, sexismo e racismo é extremamente influente para a assimetria de gênero. No entanto, enquanto não acontecem transformações estruturais, é importante que ao menos se pensem em ações cotidianas e mais próximas que contribuam para a equidade de gênero. Os grupos reflexivos se encaixam nessa última ação: embora não consigam alterar uma estrutura social, pois agem de forma direcionada sobre alguns indivíduos[30], espera-se que ao menos os participantes fiquem mais próximos à equidade. Em que pese não extinga a desigualdade estrutural, têm potencial para contribuir com a mudança em alguns indivíduos.

Em síntese, nesta subseção descreveram-se diferentes correntes teóricas sobre masculinidades, incluindo a Dominação Masculina, pela perspectiva de Bourdieu; discurso

---

[29] Veras (2018, p. 58), com base nas lições de Pedro Paulo de Oliveira (1998), afirma que este autor critica a teoria de papéis sociais "por ser fruto da investigação funcionalista, cujas questões de gênero estão diretamente ligadas ao contexto dos problemas familiares, em que outras dimensões da questão são excluídas da análise, a exemplo das relações de poder entre homens e mulheres, dentro e fora da família".

[30] Segundo Juliano Scott (2018, p. 91), a participação nos grupos não é suficiente para transformar racismo, sexismo e desigualdade de classe presentes na macroestrutura. Esses locais agem de maneira situada, na esfera microssocial. Para tanto, considerou lições de Falquet.

vitimário, psicologização, contrato social, capitalismo e patriarcado, e papéis sociais, especialmente com base na pesquisa de Veras (2018) e Oliveira (1998). Notaram-se diferentes pontos de vista sobre a temática, bem como críticas.

Dentre as principais conclusões que se chegam, estão a de que a perspectiva patriarcal é importante, mas incompleta para se apreender as nuances das desigualdades baseadas no gênero, especialmente a partir de Santos e Izumino (2005) e Scott (1995). Interpretando-se de forma contrária, também se pode afirmar que é uma perspectiva incompleta, mas importante para a compreensão das complexidades do tema aqui discutido, especialmente porque ainda está muito enraizada na mentalidade e nas ações dos indivíduos, como se verá no capítulo de número quatro. Ainda, Veras (2018, p. 68) pontua que a análise vitimária, psicologizante, do capitalismo e dos papéis sociais, de certa forma, retiram a responsabilidade dos homens sobre suas ações, e acabam, de forma geral, jogando a responsabilidade nas estruturas sociais. Um movimento no sentido contrário a essa crítica pode ser verificado na prática dos grupos reflexivos que tenham um alinhamento com estudos sobre gênero e masculinidades: embora não façam alterações estruturais (mas devem estar atentos a essa estrutura), é possível que atuem no âmbito individual em um sentido responsabilizante, já que podem dar especial atenção à possibilidade de agência dos indivíduos.

A última teoria apontada por Veras (2018, p. 59) é a da masculinidade hegemônica, e que será aprofundada no próximo subcapítulo. É interessante destacar, desde já, que essa perspectiva dialoga com a compreensão das estruturas que moldam as performances de masculinidades. Isso dialoga com o presente trabalho, na medida em que se considera importante desconstruir a hegemonia aprendida por quem pratica violências cometidas contra as mulheres na esfera doméstica. Trata-se de um objetivo importante aos grupos reflexivos, pois assim se mostram alinhados às estruturas interseccionais relacionadas à violência, e ao mesmo tempo atuam de forma direcionada às mudanças individuais necessárias em face desse aprendizado.

2.2 Masculinidade hegemônica

Trata-se de uma perspectiva desenvolvida por Connell, autora que se inspirou em Bourdieu (VERAS, 2018, p. 59), na medida em que “entende gênero como uma interrelação entre estrutura e prática, observando que os indivíduos constroem o conjunto de relações sociais

em que vivem e que ordena a prática social" (VERAS, 2018, p. 59)[31]. Nesse sentido, o presente subcapítulo se aprofundará sobre nesta vertente, especialmente a partir das lições de Connell.

De fato, ao tentarem compreender a forma como funciona o poder dentro das relações de gênero, alguns pesquisadores vão além da ideia de papel social, e a construção sobre masculinidade hegemônica é um desses esforços (OLIVEIRA, 1998, p. 14). Surgiu no cenário dos *men's studies* "como alternativa para se examinarem as relações de poder entre os sexos. A masculinidade hegemônica é definida como um modelo central, o que implica considerar outros estilos como inadequados ou inferiores" (CECCHETTO, 2004, p. 1116). Essa situação gera a divisão entre as masculinidades hegemônicas e as subordinadas[32], que são referência de contraponto àquela (CECCHETTO, 2004, p. 1116).

Connell e colaboradores teorizaram sobre masculinidade hegemônica (OLIVEIRA; SOUSA, 2020, p. 38). Ela "utiliza o conceito de masculinidades, no plural, para se referir aos vários papéis sociais desempenhados pelos homens, uns aceitos e legitimados e outros que não se enquadram nem no masculino nem no feminino socialmente aceito" (URRA, 2014, p. 122).

Para Connell, as relações de gênero possuem três subdivisões que se inter-relacionam (BERMUDEZ, 2013, p. 285): "(i) as relações de produção (labor); (ii) as relações de poder, em que as condutas violentas se associam a uma suposta essência masculina; e (iii) as relações de afeto, emoções e sexualidade social (cathexis)"[33] (BERMUDEZ, 2013, p. 285, tradução da autora). Em diálogo com Connell, Bermudez (2013, p. 287) afirma que o conceito de masculinidade hegemônica também tem contato com a ciência política, na medida em que se refere a um padrão de práticas que contribui para a dominação não somente de homens sobre mulheres, mas também sobre outros homens, que possuem masculinidades subordinadas. Há

---

[31] Também nesse sentido discorre Bermudez (2013, p. 285). Segundo o autor, as lições de Bourdieu foram úteis, "especialmente no que se refere à interação entre estrutura e prática, focalizando no que os agentes fazem na medida em que constroem o conjunto de reações sociais em que vivem. Essa pespectiva de Bourdieu, para Connell, geraria ainda um olhar histórico de gênero no decorrer das vidas pessoais. O fato de que Connell utiliza a obra de Bourdieu torna explícita a ideia de que o gênero passa a ser entendido como uma forma de expressão das estruturas, no espaço de múltiplas feminilidades ou masculinidades" (BERMUDEZ, 2013, p. 285, tradução da autora). No original: "especialmente en lo que atañe a la interrelación entre estrutura y práctica, focalizando en lo que los agentes hacen en la medida que construyen el conjunto de relaciones sociales en que viven. Esta perspectiva de Bourdieu, para Connell, aportaria además una mirada histórica del génerp en el trayecto de las vidas personales. El hecho que Connell apele a la obra de Bourdieu hace explícita la idea de que el género passa a ser entendido como una forma de expresión de las estructuras, en el espacio de múltiples feminilidades o masculinidades" (BERMUDEZ, 2013, p. 285).

[32] Kimmel trabalha com a perspectiva de masculinidades hegemônicas e subordinadas (CHECCHETTO, 2004, p. 1164).

[33] No original: "(i) las relaciones de producción (labor); (ii) las relaciones de poder, donde las conductas violentas se asocian a uma supuesta esencia masculina; y (iii) las relaciones de afecto, emociones y sexualidad social (cathexis)" (BERMUDEZ, 2013, p. 285).

um modelo de masculinidade ideal, que não está presente em todos os homens. Além disso, a teoria não tem o mesmo significado da que se refere aos papéis sexuais masculinos.

Em 1995, Connell publicou um estudo intitulado "Políticas de masculinidades", oportunidade em que trouxe luzes a respeito do cenário que originou a pesquisa sobre o assunto. Outro texto de destaque da autora trata da reformulação do conceito de masculinidade hegemônica, publicado em 2005 e republicado em 2013, haja vista as críticas que o termo sofreu ao longo das décadas em que foi utilizado nas pesquisas.

Quanto às lições do primeiro texto, esclarece-se que na década de 1970 falava-se em "papel do sexo masculino"[34], referindo-se ao gênero dos homens em pesquisas feitas na língua inglesa. Pode ser compreendido como ações e expectativas que constituiriam uma masculinidade apropriada. No entanto, essa expressão não comporta a análise de poder, violência e desigualdade em nível material, além de não compreender as complexidades no termo "masculinidade" e suas diversidades. Essas críticas fazem da teoria do papel sexual uma visão ultrapassada[35] (CONNELL, 1995, p. 187-188). Almeida (1996, p. 162) também discorda do uso de expressões como papel sexual ou de gênero, pois não explicam a realidade, na medida em que geram "uma falsa dicotomia entre corpo e indivíduo, sexo e gênero" (ALMEIDA, 1996,

---

[34] A teoria dos papéis sexuais almejava a eliminação da masculinidade e feminilidade, e direcionava-se ao encontro da androginia, a fim de que se mesclassem papéis, o que foi considerado ultrapassado. Além disso, na visão da autora, o feminismo por muito tempo destacou diferenças entre homens e mulheres, o que, num contexto patriarcal, termina por transformar a diferença em dominação. Propõe-se uma estratégia de des-generificação (sic), ou seja, desfazer a masculinidade hegemônica, a fim de ir mais adiante do que a igualdade de gênero (CONNELL, 1995, p. 199). "Mas as formulações iniciais do objetivo de des-generificação em termos de 'androginia' eram certamente inadequados" (CONNELL, 1995, p. 199), pois, dentre outras falhas, a complexidade das masculinidades e feminilidades, além da falta de relevo sobre desigualdades e poder, não eram considerados na medida correta. Diante disso, seria necessário transformar a estratégia de des-generificação, a fim de que seja também uma estratégia de re-generificação (CONNELL, 1995, p. 199). Objetiva-se "re-compor, e não abolir, os elementos de gênero; tornar a gama do simbolismo e da prática de gênero disponível para todas as pessoas" (CONNELL, 1995, p. 200). Cita-se o exemplo de incentivar, nas escolas, a ideia de que as alunas possam estudar cursos até então caracterizados como masculinos (CONNELL, 1995, p. 200). Além disso, "podemos re-arranjar a diferença apenas se contestarmos a dominação. [...] uma estratégia de re-composição exige um projeto de justiça social" (CONNELL, 1995, p. 200). Essa justiça relacionada às relações de poder requer, por exemplo, "contestar a predominância dos homens no estado, nas profissões liberais e na administração e terminar a violência contra as mulheres" (CONNELL, 1995, p. 200). Critica-se a união de homens como meio de justiça social, pois isso só reforçaria seus interesses e a masculinidade hegemônica não sofre estigma. É necessário, pelo contrário, refletir sobre ponto que separam os homens, como homofobia, assédio, dentre outros (CONNELL, 1995, p. 201). Assim, "uma nova política de gênero para os homens significa novos estilos de pensamento, incluindo uma disposição a não ter certezas e uma abertura para novas experiências e novas formas de efetivá-las" (CONNELL, 1995, p. 205).

[35] Segundo a autora, pode-se aprofundar sobre essa crítica em Gender and Power, de Connell. Para Bermudez (2013, p. 186), a primeira vez que se utilizou o conceito de masculinidade hegemônica foi no texto de Carrigan, Connell e Lee, de 1985, e objetivava-se criar oposição à teoria dos papéis e, ao mesmo tempo, mostrar a multiplicidade dos homens.

p. 162). Diante disso, conceitua-se masculinidade[36] como "uma configuração de prática[37] em torno da posição dos homens[38] na estrutura das relações de gênero[39]. Existe, normalmente, mais de uma configuração desse tipo em qualquer ordem de gênero de uma sociedade. Em reconhecimento desse fato, tem-se tornado comum falar de 'masculinidades'" (CONNELL, 1995, p. 188). A autora também destaca que se deve sempre considerar as relações de poder relacionadas às masculinidades (CONNELL, 1995, p. 188).

Critica-se uma narrativa convencional a respeito de masculinidades, em que diferentes culturas estabelecem formas de agir para os homens que, pressionados - por parte de diversas instituições, como família, escola, mídia, empregadores - a cumpri-las, acabam por se afastar da feminilidade e de comportamentos femininos. Ao interiorizar essa norma, se tem como consequência, dentre outros pontos, a ausência de demonstração de sentimentos. O esforço para alcançar essa masculinidade pode, inclusive, remeter a violência, desafios no relacionamento e

---

[36] Bermudez (2013, p. 286) pontua que Connell utiliza-se do conceito gramsciano a respeito da hegemonia. Utiliza-o para conceituar masculinidade hegemônica. Defende que as relações de gênero farão com que se criem configurações de práticas sociais também de gênero.

[37] A ideia de uma configuração prática relaciona-se às atitudes externadas, ou seja, o que os indivíduos executam na prática. Não se refere a expectativas sobre pessoas (CONNELL, 1995, p. 188). Além disso, "falar de prática significa enfatizar que a ação tem uma racionalidade e um significado histórico. Isso não significa dizer que a prática é necessariamente racional" (CONNELL, 1995, p. 188). Para Bento (2015, p. 85), com essa expressão a autora "deseja resgatar o aspecto dinâmico e histórico de como uma dada configuração surge, interagindo com outras, possibilitando notar quais os critérios definidos socialmente para a construção da masculinidade, preocupação e posição muito próxima à esboçada por Scott". Em diálogo com Scott, afirma que "A 'configuração de prática' remete para uma análise histórica, pois não basta afirmar que os homens agem de uma determinada forma. O estudo das práticas remete à dimensão histórica, que deve ser observada por meio de uma perspectiva relacional. Ou seja, entender a construção da masculinidade como uma prática, que se estrutura histórica e relacionalmente" (BENTO, 2015, p. 83). "O termo configurações de práticas é empregado por Connel (sic) para examinar como, entre diversos modelos de masculinidade disponíveis, alguns são mais valorizados e exaltados, enquanto outros são desprezados e subordinados, num mesmo contexto. Connel está interessado no processo de configuração de práticas como algo dinâmico por meio do qual possamos compreender a masculinidade como um 'projeto de gênero'. Isso porque, para o autor, o gênero é visto como uma forma de estruturação das práticas sociais em geral, sendo sua ordenação necessariamente vinculada a outras estruturas sociais, como raça, classe, etnia, nacionalidade e posição na ordem mundial" (CECCHETTO, 2004, p. 1129). Gera-se uma vinculação entre estrutura e prática. Há correlação entre vida pessoal e a estrutura da sociedade. Esta se configura a partir de práticas influenciadas pela história (CECCHETTO, 2004, p. 1129-1143).

[38] Essa expressão realça o vínculo entre masculinidades e relações sociais, além de relacionar-se aos corpos, pois a prática social é direcionada aos corpos, quando se trata de gênero. De modo que as masculinidades são expressadas por meio dos corpos, ou seja, com posturas, habilidades físicas, dentre outros pontos (CONNELL, 1995, p. 188-189). "No gênero, a prática social se dirige aos corpos. Através dessa lógica, as masculinidades são corporificadas, sem deixar de ser sociais" (CONNELL, 1995, p. 189).

[39] Já essa expressão, para a autora, relaciona-se à ideia de que gênero vai além de interações entre pessoas. Insere-o em uma estrutura que perpassa a economia, Estado, família, sexualidade. Não se encaixa em dicotomias vinculadas aos papéis sexuais, ou à biologia (CONNELL, 1995, p. 189). A complexidade em torno do gênero implica que "diferentes masculinidades são produzidas no mesmo contexto social; as relações de gênero incluem relações entre homens, relações de dominação, marginalização e cumplicidade. Uma determinada forma hegemônica de masculinidade tem outras masculinidades agrupadas em torno dela. Em segundo lugar, qualquer forma particular de masculinidade é, ela própria, internamente complexa e até mesmo contraditória" (CONNELL, 1995, p. 189).

crises pessoais. Trata-se, na visão da autora, de uma narrativa incompleta, embora não seja incorreta (CONNELL, 1995, p. 190).

Isso porque considera somente uma forma de masculinidade para definir todas (CONNELL, 1995, p. 190). Além disso, essa perspectiva "vê o gênero como um molde social cuja marca é estampada na criança, como se as personalidades masculinas saíssem, como numa fábrica de chocolate, da ponta da esteira" (CONNELL, 1995, p. 190).

Diante disso, conclui que se deve pensar na construção da masculinidade[40] como se existisse um projeto para tanto (a autora utiliza o sentido empregado por Sartre), em que há influências das instituições e da cultura de uma forma dialética, e não mecanicamente. Os indivíduos podem se posicionar contrariamente às forças da cultura e da instituição, ou acatá-las. Por fim, deve-se entender que a construção das masculinidades envolve um projeto a nível coletivo e individual. Como exemplo, menciona-se a exibição de homens em torcidas de times de futebol (CONNELL, 1995, p. 190-191).

Além disso, considera que se as masculinidades podem ser construídas, é possível sua reconstrução. Diversas transformações aconteceram nas masculinidades durante a história, e dois fatos são importantes para a análise da política de masculinidade. O primeiro refere-se à luta por hegemonia (CONNELL, 1995, p. 191), em que "grupos de homens lutam por domínio através da definição social da masculinidade" (CONNELL, 1995, p. 191), já que "a posição dominante na ordem do gênero propicia vantagens materiais bem como vantagens psicológicas e isso faz com que ela tenda a ser contestada" (CONNELL, 1995, p. 191-192). Relata-se também que as bases que sustentam uma determinada hegemonia se transformam com frequência e, em razão disso, o padrão de masculinidade pode, no decorrer dos anos, ser alterado ou passar por mudanças (CONNELL, 1995, p. 192).

O segundo relaciona-se à história do imperialismo – que envolveu dominação, bem como traz desigualdades raciais para as relações de gênero. Afirma-se que o imperialismo influenciou na reconstrução de masculinidades de colônias e de metrópoles (CONNELL, 1995, p. 192).

O segundo texto de Connell, em coautoria com Messerschmidt (2013, 241-249), aponta a reformulação do conceito de masculinidade hegemônica. Esse termo, criado há mais de três

---

[40] Almeida (1996, p. 184) faz crítica à ideia de "construção social da masculinidade", na medida em que "na posição construcionista, tal como nas teorias da socialização, as categorias de género (sic) parecem pressupor uma dicotomia de género incontornável, a qual só poderá, logicamente, assentar sobre uma diferença biológica de tipo essencialista. Ora, a diferença biológica é, ela mesma, histórica e culturalmente relativa". Cita Laqueur para aprofundamento do tema.

décadas, contribuiu para a reflexão sobre homens, hierarquia social e gênero, além de ser usado em diversas pesquisas que refletiam sobre homens e masculinidade[41]. Ao discorrerem sobre a origem do termo, os autores pontuam que de início era compreendida como "um padrão de práticas (i. e., coisas feitas, não apenas uma série de expectativas de papéis ou uma identidade) que possibilitou que a dominação dos homens sobre as mulheres continuasse" (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245).

Além disso, diferenciava-se de outras formas de masculinidades, como as subordinadas (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245). Trata-se de uma norma que "incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens" (CONNELL; MESSERSCHMIDHT, 2013, p. 245). Essa masculinidade não é sinônimo de violência, "apesar de poder ser sustentada pela força; significava ascendência alcançada através da cultura, das instituições e da persuasão" (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245)[42].

Almeida (1996, p. 163) define a masculinidade hegemônica como "um modelo cultural ideal que, não sendo atingível – na prática e de forma consistente e inalterada – por nenhum homem, exerce sobre todos os homens e sobre as mulheres um efeito controlador". Ademais, gera privilégio aos homens. A masculinidade possui assimetrias, a exemplo da heterossexualidade e homoafetividade, e hierarquias, e nelas delineiam-se comportamentos que sejam mais ou menos masculinos[43] (ALMEIDA, 1996, p. 163). Conclui, diante disso, "que a masculinidade não é a mera formulação cultural de um dado natural; e que a sua definição, aquisição e manutenção constitui um processo social frágil, vigiado, auto-vigiado e disputado" (ALMEIDA, 1996, p. 163).

Em vista da grande difusão do conceito, formularam-se também diversas críticas[44]. Diante disso, os autores propõem a reformulação de masculinidade hegemônica (CONNELL;

---

[41] Desde 1980 até 2000, esse conceito "passou de um modelo conceitual com uma base empírica bastante restrita para um quadro vasto muito usado nas pesquisas e nos debates sobre homens e masculinidades. O conceito foi aplicado em contextos culturais diversos e a uma gama considerável de questões" (CONNEL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 249).

[42] Oliveira e Sousa (2020, p. 38) esclarecem que os autores chegam a essa conclusão a partir da influência de Gramsci.

[43] Segundo o autor, esse fato gera "modelos hegemônicos e variantes subordinadas" (ALMEIDA, 1996, p. 163), cujos termos advém de Carrigan, Connell e Lee.

[44] Dentre elas, é interessante ressaltar que para Petersen, Collier e MacInnes, esse conceito essencializa o caráter dos indivíduos, ou então gera unidade sobre uma realidade que não possui essa característica, por ser fluida e contraditória. Os autores, no entanto, defendem que o conceito não é reificante ou essencialista, tendo em vista as diversas construções sociais realizadas por historiadores e etnógrafos a partir dessa expressão, conforme Connell (2005). Acreditam que críticas são mais coerentes quando focam no potencial das pesquisas sobre masculinidade dicotomizarem as diferenças entre os indivíduos. Considerando Brod, apontam que se deve ter por base uma

MESSERSCHMIDT, 2013, p. 249). Deve-se manter a ideia de que o ponto fundamental é "a combinação de pluralidades das masculinidades e a hierarquia entre masculinidades" (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 262).

Rejeitam-se duas partes da formulação original (CONNELL; MESSERSCHDMIT, 2013, p. 263): "a primeira é um modelo muito simples das relações sociais em torno das masculinidades hegemônicas" (CONNELL; MESSERSCHDMIT, 2013, p. 263). Nesse sentido, critica-se que na obra *Gender and Power*, de Connel (sic), vinculam-se as masculinidades a um padrão único de poder, que remetia a uma dominação global realizada pelos homens em face das mulheres (CONNELL; MESSERSCHDMIT, 2013, p. 263).

Além disso, as primeiras pontuações sobre masculinidade hegemônica, "quando tentaram caracterizar o conteúdo de fato das diferentes configurações de masculinidade, muitas vezes caíram numa terminologia classificatória de traços – ou na melhor das hipóteses, fracassaram em apresentar alternativas a ela" (CONNELL; MESSERSCHIMIDT, 2013, p. 264). Os autores relatam que o entendimento da masculinidade hegemônica como uma união de traços, que permitiu que se entendesse um caráter fixo sobre essa masculinidade, foi alvo de críticas (CONNELL; MESSERSCHDMIT, 2013, p. 264). Em razão delas, "Não apenas o conceito essencialista de masculinidade, mas também, em geral, a abordagem dos traços para compreender o gênero necessitam ser completamente transcendidos" (CONNELL; MESSERSCHMIDT, p. 264).

Ao reformularem o conceito, relembram que a expressão "masculinidade hegemônica" foi pensada em face da feminilidade hegemônica, que foi posteriormente entendida como "feminilidade enfatizada". Essa renomeação levava em conta a assimetria entre masculinidades e feminilidades em uma sociedade patriarcal. Posteriormente, no entanto, as pesquisas sobre homens e masculinidades desconsideraram a relação com "feminilidade enfatizada", o que é negativo (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 265), pois "gênero é sempre relacional e os padrões de masculinidade são socialmente definidos em oposição a algum modelo (quer real

---

análise relacional de gênero, sem desconsiderar as mulheres nos estudos (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 249-251). Os pesquisadores ressaltam também que não se deve compreender a masculinidade hegemônica como fixa, pois isso "viola a historicidade do gênero e ignora a evidência massiva das transformações nas definições sociais da masculinidade" (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 252). Outro ponto interessante é refletir sobre as diversas masculinidades hegemônicas. Jeferson, por exemplo, refuta a padronização da masculinidade hegemônica, falada no singular. Os autores, considerando Meuser e Behnke, esclarecem existir diversas diferenças da masculinidade, especialmente se consideradas interseções entre gênero, raça e classe. Essa multiplicidade também existe entre aqueles que reivindicam a hegemonia. Em mapeamento realizado por Messner sobre políticas de masculinidade nos Estados Unidos, há diversos movimentos cujos objetivos são contraditórios. Ainda, grande parte desses movimentos considera que possuem a maneira adequada de como deve ser um homem (CONNEL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 262).

ou imaginário) da feminilidade" (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 265). É importante que as pesquisas vinculadas à masculinidade hegemônica considerem as práticas das mulheres, bem como à ação histórica existente entre masculinidades e feminilidades (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 166). Deve-se dar importância à hierarquia de gênero, "reconhecendo a agência dos grupos subordinados, tanto quanto o poder dos grupos dominantes e o condicionamento mútuo das dinâmicas de gênero e outras dinâmicas sociais" (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 266). Esse movimento de estudo tende a destacar, aos poucos, a influência das dinâmicas de gênero nas diferentes situações do cotidiano social, a exemplo de sua incidência no fenômeno da violência, bem como deixar-se de estudar a respeito dos homens de maneira separada de outros contextos (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 266).

Além disso, consideram três níveis de masculinidades hegemônicas: local, verificável em famílias, comunidade próxima; regional, existente em uma cultura ou a nível estado-nação; global (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 267), constante "nas arenas transnacionais das políticas mundiais, da mídia e do comércio transnacionais" (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 267). Há conexão entre esses níveis de masculinidades hegemônicas, que também possuem relações com políticas de gênero: as instituições constantes do nível global "pressionam ordens de gênero regionais e locais, ao passo que ordens de gênero regionais fornecem materiais culturais adotados ou retrabalhados em arenas globais e também modelos de masculinidade que podem ser importantes para as dinâmicas de gênero locais" (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 267). Em outras palavras, normas sobre masculinidades hegemônicas em diferentes níveis – local, regional ou global – se influenciam mutuamente. Assim, as dinâmicas de masculinidades em um determinado nível cultural podem gerar influência em outro nível.

Ressaltam também a questão da encorporação (sic) social: determinadas práticas corporais, como se arriscar em estradas, conectam-se à identidade masculina. Esse contexto gera ações para que se tente manter a saúde física dos homens, em um movimento de confrontar a hegemonia ou encaminhar os indivíduos para a androginia (CONNELL; MESSERSCHDMIT, 2013, p. 269). Enfatiza-se, além disso, que "as dificuldades dos processos degenerativos também são parcialmente baseadas na incorporação, como, por exemplo, nos compromissos com práticas de risco como significantes para o estabelecimento da reputação masculina em um contexto grupal de pares" (CONNELL; MESSERSCHDMIT, 2013, p. 269). Ou seja, ao mesmo tempo em que práticas vinculadas à uma identidade masculina – que se

funda na hegemonia – podem ser prejudiciais à própria saúde dos homens, elas ainda assim são performadas em uma tentativa de se conseguir reconhecimento, reputação e respeito, quando os homens estão próximos a outros – considerados seus pares.

Relatam que entender os corpos como simples alvos de construção social seria uma interpretação desatualizada. Defendem que esses corpos também são ativos, e não meramente passivos (CONNELL; MESSERSCHDMIT, 2013, p. 269): "os corpos participam da ação social ao delinearem os cursos da conduta social – o corpo como participante da geração de práticas sociais" (CONNELL; MESSERSCHDMIT, 2013, p. 269). Em outras palavras, na medida em que os corpos performam as condutas sociais como legitimadas, também criam práticas sociais. Assim, não são somente influenciados por uma construção social, situação que os colocaria em uma posição passiva.

Em síntese, "É importante que não apenas as masculinidades sejam entendidas como encorporadas, mas também que sejam tratados os entrelaçamentos das encorporações com os contextos sociais" (CONNELL; MESSERSCHDMIT, 2013, p. 269). Dito de outro modo, as práticas sociais não são somente alvos de incorporação. São absorvidas pelos corpos, mas também são por eles criadas[45].

Por fim, em vista das diferentes práticas de masculinidades - que podem ser contraditórias, hierarquizadas e não devem ser entendidas como demarcação de uma masculinidade unitária - e a possibilidade de mudanças nas masculinidades (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 271), aponta-se:

> Relações de gênero são sempre arenas de tensão. Um dado padrão de masculinidade é hegemônico enquanto fornece uma solução a essas tensões, tendendo a estabilizar o poder patriarcal ou constituí-lo em novas condições. Um padrão de práticas (isto é, uma versão de masculinidade) que forneceu soluções em condições anteriores, mas não em novas situações, é aberto ao questionamento – ele, de fato, será contestado (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 272).

Os autores defendem que "a conceitualização da masculinidade hegemônica deveria explicitamente reconhecer a possibilidade da democratização das relações de gênero e da abolição das desigualdades de poder" (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 272). Para tanto, seria necessário definir como hegemônica uma forma de masculinidade que vai ao encontro da igualdade de gênero. Apresentar-se-ia, assim, como uma estratégia para transformações (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 272). Rejeitam, além disso, a ideia

[45] Também nesse sentido, Connell e Messerschimidt (2013, p. 270) citam Connell, para quem "precisamos compreender que os corpos são tanto objetos da prática social como agentes na prática social".

de que masculinidades hegemônicas expressem "um tipo fixo de caráter ou um conjunto de traços tóxicos. Esses usos não são triviais – eles tentam nomear questões significantes sobre gênero, tais como a persistência da violência ou as consequências da dominação" (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 273).

Após trazer as considerações de uma das principais autoras do tema, é interessante abordar as perspectivas e críticas de outros pesquisadores. Berenice Bento (2015, p. 81) faz uma analogia à Beauvoir: enquanto esta diz que "ninguém nasce mulher, torna-se mulher", aquela afirma que "ninguém nasce homem, torna-se homem" (BENTO, 2015, p. 85)[46]. Isso porque os estudos a respeito dos homens tentam "desconstruir uma definição assentada nos aspectos fixos, biológicos, de uma natureza masculina, seguindo uma tendência epistemológica no campo dos estudos de gênero" (BENTO, 2015, p. 85). Em outras palavras, destaca-se que as pesquisas vão de encontro a uma noção fixa sobre práticas de masculinidade.

Etnografias apontam que a definição da masculinidade e a forma como se desenvolve se alteram em diferentes sociedades. O que é encorajado em um contexto pode não ter o mesmo incentivo em outros. Aliás, em uma mesma sociedade, as masculinidades podem ser múltiplas, especialmente se forem considerados fatores como classe, geração e etnia ou raça. Assim, um modelo de masculinidade que se caracterize pela agressividade e virilidade restringe-se a uma sociedade, somente (BENTO, 2015, p. 86).

Em diálogo com diferentes textos de Connell, pontua que a masculinidade hegemônica se encontra em diversos setores: esporte, relações de emprego, produção, dentre outras afins. É comum, em todos os setores, que o discurso que influencia a prática masculina relacione-se com a competição, sucesso e poder. Nesse sentido, a masculinidade requer provas, e quando isso corre, demanda novas provas, haja vista que se encontra em permanente construção, que ao mesmo tempo não pode ser alcançada (BENTO, 2015, p. 88).

> Uma definição de masculinidade permanece como o referencial de acordo com a qual outras formas de masculinidade são julgadas e avaliadas. Dentro da cultura dominante, a masculinidade que define o homem branco, de classe média, de meia-idade, heterossexual, é a masculinidade que estabelece os padrões para os outros homens pelos quais são julgados e, na maioria das vezes, considerados incompletos. **A masculinidade hegemônica constrói a imagem de masculinidade dos homens que detêm o poder**, e que se tornou o modelo em avaliações psicológicas, pesquisas sociológicas, e literatura de autoajuda que aconselha os jovens a se tornarem "homens de verdade". A definição hegemônica apresenta o homem no poder, com o poder e de poder. A masculinidade torna-se sinônimo de força, sucesso, capacidade, confiança, domínio, controle. As definições de masculinidade que a sociedade brasileira desenvolveu conservam o poder de alguns homens sobre os outros e sobre as

[46] Também nesse sentido, Badinter (1993, p. 29).

> mulheres. [...] **O modelo hegemônico exalta a virilidade, a posse, o poder, a violência, a competitividade, mas apenas uma parcela da população masculina preenche as condições desse modelo** (BENTO, 2015, p. 89-90, grifo nosso).

Posteriormente, esclarece que para embasar a masculinidade hegemônica, há "um conjunto coerente de ideias que busca justificar, por meio de construções cognoscíveis e discursivas as práticas dos homens" (BENTO, 2015, p. 90). Assim, na masculinidade hegemônica criam-se modelos de comportamento masculino, além de se pautar em assimetria de gênero. Cita que para Connell, além da masculinidade hegemônica, há outras que com ela convivem, como a subordinada – referente à dominação exercida pelos heterossexuais em relação aos homens homoafetivos; masculinidade cúmplice, em que os indivíduos, apesar de não se vincularem à esfera hegemônica, desfrutam dos privilégios patriarcais. Masculinidade marginalizada, referente aos homens negros, que sofrem discriminação em razão da raça. Bento compreende que essa diferenciação é relevante por demonstrar múltiplas masculinidades que convivem, quando se consideram na análise determinadas variáveis sociais (BENTO, 2015, p. 91). "É um processo de desconstrução da representação do homem apoiada na expressão de um desempenho viril, dominador, violento e possessivo, deixando de ser legítima quando se refere a todo e qualquer homem"[47] (p. 92).

Quanto às críticas, Vanessa Santos (2010) as faz com base em Fialho: o termo "hegemônico" advém de Gramsci, e remete à ideia de que há disputa por preponderâncias, então "formas distintas de masculinidade, ao se contraporem à predominante, buscam ocupar tal posição hegemônica, ou será que o que pretendem é, sobretudo, reconhecimento como uma forma também legítima e possível de experienciar a masculinidade?" (FIALHO, 2005; apud SANTOS, 2010, p. 120).

Já Medrado e Lyra (2008, p. 824), ao tratarem de uma matriz feminista para reflexão sobre homens e masculinidades, recusam um binarismo entre masculinidades, divididas entre hegemônicas e subordinadas. Para Bermudez (2013, p. 289), é interessante mencionar o fato de que tanto gênero quanto masculinidade se relacionam à estrutura social. No entanto, não se reflete, na teoria da masculinidade hegemônica, sobre o que leva um indivíduo a adotar uma determinada postura em detrimento de outra, ou seja, sobre eventual resistência ou submissão.

---

[47] Ao final do parágrafo cita Nolasco, quando afirma "Neste processo analítico de desconstrução, o masculino, como único conceito orientador e gerador de referências para o comportamento dos homens [...] volatiza-se" (BENTO, 2015, p. 92).

Veras (2018, p. 86), por sua vez, traz diversas restrições à teoria da masculinidade hegemônica – e conclui pela importância do posicionamento dos homens na desconstrução do machismo – mesmo após considerar a reformulação do conceito, publicado em 2005 e republicado em 2013, de Connell e Messerschmidt, e as lições de Bento (2015).

Pontua que a teoria da masculinidade hegemônica também gera essencialismo (VERAS, 2018, p. 65) por "apagar a agência dos sujeitos e apostar na estrutura para explicar a complexa teia de possibilidades das relações de gênero" (VERAS, 2018, p. 65), situação que a relaciona com a teoria de Bourdieu, "trazendo a fatalidade de concluir por não existir outro modelo possível, fora da dominação masculina" (VERAS, 2018, p. 65)[48].

A respeito da pesquisa publicada em 2005 e depois em 2013, afirma que não trouxeram bases teóricas que permitissem a reformulação da teoria. Os autores apenas descreveram o que seria necessário alterar. Não se esclareceu o motivo pelo qual somente alguns indivíduos se aproximam do modelo hegemônico por meio de suas práticas, e outros dele se afastam. Embora Connell, em 2013, afirme que poucos homens seguem a masculinidade hegemônica, não se elucida quem seria o sujeito dela, ou o que seria um exemplo que retrate a prática (VERAS, 2018, p. 68-69). Tem-se que Connell:

> Não explica, na sua teoria, de onde vem esse tipo ideal, quem o criou, como se mantém e por que certas práticas foram eleitas para compor um modelo de masculinidade hegemônica. Também não deixa claro que práticas discursivas e não discursivas são essas que formam o tipo ideal da masculinidade hegemônica. De toda sorte, parece que a teoria da masculinidade hegemônica, criada por Connell para tentar explicar a dominação masculina dos homens sobre as mulheres e sobre outros homens, oferece um paradoxo difícil de solucionar, que é o fato de colocar todos os homens sob a dominação de um tipo ideal, que é a masculinidade hegemônica, no sentido de que ou procuram segui-la ou dela se afastar, sendo o paradigma de um padrão (VERAS, 2018, p. 69).

Ademais, Veras (2018, p. 69) não visualiza uma abordagem relacional na masculinidade hegemônica. Desconsidera-se, assim, o protagonismo não somente das mulheres, como também dos homens "que estejam ou não na chamada masculinidade subordinada ou hegemônica, em oposição e resistência ou mesmo adesão à dominação. Como são negociadas essas estratégias de dominação na prática relacional?" (VERAS, 2018, p. 69). Para a pesquisadora, a teoria não

[48] Urra (2014, p. 122) aponta, no entanto, que Connell "critica definições essencialistas e naturalizantes que procuram outorgar traços definitivos ao que se chama "homem" ou "mulher", e rejeita que a sexualidade adulta seja definida pela natureza". Já Bermudez (2013, p. 285) pontua que gênero, para Connell, tem um viés relacional e contribui para que seja criada a ordem presente nas práticas sociais.

consegue elucidar todas as especificidades da temática das relações de gênero, e abre lacunas[49] (VERAS, 2018, p. 69). Além disso, aponta que o modelo unitário de masculinidade, mesmo que seja algo abstrato e imaginário, não consegue desvendar o sujeito, sua subjetividade, intersecções, interação relacional, a forma como expressa seu gênero. Surgiu em um contexto de contraponto à ideia de feminilidade hegemônica, ou seja, um modelo para a mulher, e justamente por seguir este raciocínio (VERAS, 2018, p. 80), "segue a mesma fatalidade de fracasso das teorias que produzem o binarismo e essencialismo, apostando em uma estrutura de poder que engessa o indivíduo para reproduzir os preceitos, sem chances de mudança" (VERAS, 2018, p. 80).

A masculinidade hegemônica aduz que os homens dominam outros homens – vinculados às masculinidades subordinadas - e mulheres, mas não conseguem exercer poder sobre eles próprios[50] (VERAS, 2018, p. 80). Em outras palavras, marca-se um tipo ideal buscado pelos homens, em que algumas práticas são reproduzidas por parte dos sujeitos, e justifica-se esse cenário com base em uma estrutura maior de dominação. Isso faz com que na prática os homens consigam exercer poder sobre outros indivíduos, mas permanecem impossibilitados de exercerem transformações em si próprios e nas subjetividades. Estabelece-se, desse modo, que a hegemonia seja uma estrutura que não pode ser alterada.

> O gênero não é fixo, estático, padronizado ou previsível. Gênero se desloca ao sabor das reflexões, pressões, acontecimentos políticos, sociais, geracionais, de raça, costumes regionais, pela tecnologia, rapidez na comunicação, educação, arte. Enfim, gênero, e não masculinidades ou feminilidades, é negociado de maneira relacional. Não se faz gênero sem o outro, sem significar que esse outro seja, necessariamente, do gênero oposto (VERAS, 2018, p. 81).

---

[49] "Existe dominação entre a masculinidade subordinada e as mulheres, ou entre homens na masculinidade subordinada? Como explicar a dominação de certas mulheres sobre certos homens? Que tipo de masculinidade esses homens acessam e por quê? Existe dominação entre mulheres? Essas negociações relacionais são reflexivas? Se a teoria da masculinidade hegemônica se pretende universal, como explicar as diversas masculinidades na região urbana e rural, nas regiões do país o[u] mesmo entre países? A masculinidade hegemônica não dá conta de explicar porque esse modelo é universal, e como explica as diferenças entre países como a Holanda e Brasil, ou no Oriente Médio e na América do Norte, ou no Nordeste e no Sudeste do Brasil? Qual seria o tipo ideal de masculinidade para o Nordeste e para o Sul do país? Seria o mesmo do Norte? De que regras se compõe? E por que constituem modelos hegemônicos diferentes? Como esse modelo é incorporado pelos homens, a partir de quando e de que dispositivo? A masculinidade hegemônica, na teoria de Connell, é colocada como algo negativo, com comportamento ideal ligado sempre à violência e à dominação, situando a feminilidade como fraqueza e objeto de dominação, o que reproduz o binarismo e essencialismo, já tão amplamente criticado nas teorias sobre relações de gênero. Em outras palavras, a teoria da masculinidade hegemônica tende a reproduzir sempre a dominação, não havendo espaço para a possibilidade de democratização das relações" (VERAS, 2018, p. 69-70).

[50] Pedro Paulo de Oliveira (1998, p. 8), ao tratar do capitalismo e de papéis masculinos, traz crítica de Pleck, para quem no universo dos homens há uma vigilância em que, embora os homens exerçam poder sobre outros, não conseguem exercer sobre si. Afirma-se que há grande influência do papel masculino nessa situação.

A autora defende que os homens têm poder de agência: não são obrigados a seguir um determinado padrão sem reflexão, como se fossem alheios aos problemas sociais, e podem ter uma postura de enfrentamento à dominação. Justamente por isso, alega que os estudos a respeito das masculinidades não poderiam compor um campo autônomo (VERAS, 2018, p. 87)[51]. Em sua visão, o gênero deve ser o enfoque do estudo, sem recair em binarismos entre masculino e feminino de forma oposta. Em vez disso, é preciso reconhecer a diversidade. Ademais, defende que o ponto crucial nos estudos sobre gênero deve ser a persistência da desigualdade de gênero, haja vista que quanto maior for, maior será a violência (VERAS, 2018, p. 85-86). Assim, é imprescindível "pensar em construção histórica das relações de gênero" (VERAS, 2018, p. 86). Uma vez que os homens possuem poder para construir o machismo, também têm meios de desconstrui-lo. Parte da perspectiva de que alterar um padrão de conduta é viável, e essa realidade é verificável, por exemplo, em grupos reflexivos (VERAS, 2018, p. 86).

Aprofundaram-se até aqui importantes descrições da teoria da masculinidade hegemônica e parte das críticas que sobre ela recai. Reitere-se que Veras critica Bourdieu e a masculinidade hegemônica pelo mesmo motivo, ou seja, por atribuírem responsabilidade às estruturas e não enfatizarem a agência dos sujeitos. No entanto, há contraponto sobre isso - já apontado quando da descrição de correntes teóricas sobre masculinidades -, e que também se mostra aplicável à hegemonia.

Parece também que a teoria hegemônica seria incompatível com a interseccionalidade entre os homens. No entanto, defende-se aqui que o ideal hegemônico influencia os homens – mesmo aqueles que não são representados pela hegemonia –, e que a própria construção dessa hegemonia e a forma como tem efeitos nos diferentes indivíduos tem grande relação com interseccionalidade de marcadores sociais de gênero, raça, classe, colonização, dentre outros afins, e por isso é necessária sua desconstrução dentro dos grupos reflexivos. Em outras palavras, é a própria perspectiva interseccional que contribui para a compreensão de quem mais se aproxima e se distancia do ideal hegemônico. Este é o tema do próximo subcapítulo, que aprofunda como ocorre a influência da hegemonia em parte das diferentes vivências e subjetividades masculinas.

---

[51] Para a autora: "Quando os estudos sobre gênero se iniciaram, a categoria mulher era confundida com gênero. Os estudos sobre gênero eram estudos sobre mulheres. Na década de 70, os estudos sobre as masculinidades surgiram como uma reação, uma tentativa de salvar o gênero que estava sendo demonizado pelos estudos feministas. Se por um lado estudar as masculinidades, sob diversos aspectos, foi importante para o equilíbrio nos estudos de gênero e a compreensão mais ampla da categoria 'gênero', dentro de uma historicidade, considerando as estruturas de poder e outros marcadores sociais, agora não se mostra mais necessário" (VERAS, 2018, p. 87).

2.3 O que caracteriza um homem? A inexistência de uma identidade masculina e a importância da desconstrução de práticas sociais hegemônicas

É importante refletir sobre a identidade masculina e um ideal hegemônico na medida em que, segundo Nascimento (2018, p. 25), a própria discussão a respeito "dessa história de ser homem" já constitui um caminho para transformação social. Possui relação direta com qual sociedade se pretende viver. Assim, ponderar sobre o que é ser homem envolve "pensar sobre suas possibilidades de transformação na direção de um mundo mais justo e solidário, menos assimétrico e com mais valorização da diversidade" (NASCIMENTO, 2018, p. 25). Na tentativa de compreender se há uma identidade masculina, o desenvolvimento da pesquisa perpassou a leitura de duas obras que aparentavam contribuir com a indagação. A primeira delas é de Elisabeth Badinter, intitulada *Sobre a identidade masculina*, e a segunda é a de Sócrates Nolasco, chamada *O mito da masculinidade*.

Segundo Isabela Oliveira (2016, p. 15), Nolasco é um pesquisador brasileiro vinculado ao campo da psicologia, e "seu trabalho trata a violência como um dos sintomas de um colapso da masculinidade em sua forma 'viril'", que se encontra em um estado ameaçado e inseguro em razão de exigências como igualdade salarial entre homens e mulheres, e outras afins (OLIVEIRA, 2016, p. 15).

Já em relação a Badinter, a curiosidade que levou à leitura de sua obra advém justamente do título. Segundo Fábio Mariano da Silva, em curso de extensão sobre masculinidades contemporâneas, ministrado em 2020, vinculado à Pontíficia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, trata-se de uma autora psicanalista (SILVA, 2020b). Importante realçar que a formação da autora deste trabalho é em Direito. Não há qualquer aprofundamento em psicanálise, razão pela qual as lições de Badinter serão utilizadas somente a partir de um viés descritivo, com o fim de relatar, a título de exemplo, uma obra que aborda a identidade masculina. Observa-se, portanto, que tanto Nolasco quanto Badinter têm suas próprias perspectivas e contextualizações. Ambas as ideias serão utilizadas apenas para se iniciar uma discussão sobre a identidade masculina.

Logo no início da obra de Badinter (1993, não paginado), relata-se que embora, a partir de um viés cromossômico, XY defina o sexo genético do homem, isso não significa que seus

portadores tenham uma identidade masculina[52]. No Ocidente, é comum a demanda de provas de que aquele indivíduo é um homem. Chega-se ao ponto de acreditar que o "verdadeiro homem", na realidade, é o homem marcado pela virilidade. É curioso que embora algumas pessoas reclamem da falta de feminilidade de mulheres, é incomum o questionamento de suas identidades (BADINTER, 1993, p. 4). "*Dever, provas, provações*, estas palavras dizem que há uma tarefa real a cumprir para tornar-se homem. A virilidade não é dada de saída. Deve ser construída, digamos, 'fabricada'" (BADINTER, 1993, p. 4, grifo da autora).

Em outras palavras, ser um homem vai além de se ter um cromossomo Y ou órgãos sexuais tidos como masculinos. São necessários comportamentos e posturas que provem a verdadeira identidade, e referidas provas são constantemente exigidas. Ainda, aborda que a masculinidade tem uma perspectiva relacional[53], na medida em que se utiliza da feminilidade para se caracterizar e delimitar. Os homens utilizam a mulher como base de sua definição (BADINTER, 1993, p. 10-11): a fazem "em relação a elas e contra elas" (BADINTER, 1993, p. 11).

Ao tempo da redação de seu estudo, elucida que os pesquisadores vinculados aos *men's studies* consideram inexistir uma única masculinidade. Não haveria uma essência masculina, e sim uma ideologia que contribui para fundamentar a dominação masculina (BADINTER, 1993, p. 27). Defende ser desnecessário fazer pesquisas junto a homens ao redor do mundo para constatar as diferentes masculinidades. Em síntese, pode-se afirmar que "a masculinidade difere segundo a época, mas também segundo a classe social, a raça e a idade do homem[54]" (BADINTER, 1993, p. 28). Explica que a partir de uma perspectiva construtivista, existe a possibilidade de mudança das masculinidades, pois uma vez que se é construída, pode ser alterada (BADINTER, 1993, p. 29)[55].

Em relação à violência, a autora defende não ser algo universal. Sofre mudanças entre as sociedades e indivíduos (BADINTER, 1993, p. 143). Ao pontuar os desafios de uma identidade masculina, explana ser comum que os homens passem a vida tentando se diferenciar das mulheres. A existência se dá por oposição, dentre outros pontos, à feminilidade[56]

---

[52] "Embora Y simbolize a diferença sexual masculina, ele sozinho, sua presença, necessária para 'fazer' um homem, está longe de ser suficiente para definir a identidade masculina" (BADINTER, 1993, p. 37).
[53] Nesse momento, estabelece diálogo com anglo-americanos e também com o autor Kimmel.
[54] Ao abordar a classe social e raça, a autora cita Astrachan e Staples.
[55] Cita os mais radicais entre a perspectiva construtivista, cujo embasamento provém de Derrida, segundo os quais se almeja extinguir dualismo de gênero e dos sexos, com base em Kessler e McKenna e Butler.
[56] Neste parágrafo, chega a essa conclusão a partir de diálogo com Ruth Hartley.

(BADINTER, 1993, p. 34)[57]. “A construção da masculinidade confundiu-se com um processo de diferenciação” (BADINTER, 1993, p. 125). A partir de uma perspectiva “tradicional”, a masculinidade por oposição se apresenta no seguinte sentido: “Ser homem significa *não ser* feminino; *não ser* homossexual; *não ser* dócil, dependente ou submisso; *não ser* efeminado na aparência física ou nos gestos; *não ter* relações sexuais nem relações muito íntimas com outros homens; *não ser* impotente com as mulheres” (BADINTER, 1993, p. 117, grifos da autora). Realça, inclusive, ser a homofobia um componente da masculinidade heterossexual (BADINTER, 1993, p. 117).

Também nesse sentido, Nascimento (2018, p. 22), ao acompanhar o curso de Gênero e Diversidade na Escola e a proposta da Escola sem Machismo, notou que professores e professoras faziam indagações sobre a masculinidade. Isso se dava, por exemplo, em relação aos alunos homossexuais. Não eram vistos como “homens de verdade” pelos docentes – e essa falta de performatividade masculina também era associada aos meninos que eram tidos como “femininos”, ou que de alguma forma não se enquadravam na ideia de “ser homem”. Assim, há um ideal na sociedade de que a masculinidade pressupõe a heterossexualidade, e isso faz com que a definição do homem seja o oposta à homossexualidade. Segundo o autor, a heterossexualidade é um dos fundamentos para a construção da masculinidade. Verifica-se, dessa maneira, uma masculinidade ideal definida por negação e oposição.

A perspectiva de oposição para a construção de um ideal é reforçada por Kimmel[58] (1998). O autor aduz que o estabelecimento de um ideal hegemônico se dá por oposição a outros, e as masculinidades destes passam por um processo de desvalorização e problematização. Há, assim, uma relação direta entre o hegemônico e o subalterno (KIMMEL, 1998, p. 101-103). Supõe que as masculinidades não são um dado natural, variam entre as culturas, sofrem influência do tempo, de variáveis, e se alteram durante a vida do indivíduo. Além disso, na construção das masculinidades há diálogo com relações de poder. Elas se criam a partir das relações entre homens e mulheres, e pautam-se, portanto, na desigualdade de gênero. Paralelamente, se desenvolvem a partir da relação entre homens, e consideram-se, neste caso, desigualdades vinculadas a raça, sexualidade, dentre outros aspectos. Desse modo, há dois

---

[57] Antes dessa conclusão, estabelece diálogo com Ruth Hartley.

[58] O autor tem um estudo interessante a respeito da relação entre masculinidades hegemônicas e subalternas, e tem em vista os Estados Unidos e Europa Ocidental, desde o século XVIII até cerca de 1998, ano de publicação do artigo. Apesar da diferente localização geográfica, trata-se de uma perspectiva aplicável a nível brasileiro. Baseia-se em Frank para desenvolvimento da pesquisa, e trabalha a partir de analogias das lições deste autor (KIMMEL, 1998, p. 103). Vanessa Soares (2018, p. 68) também concorda com a aplicabilidade do estudo de Kimmel, em certa medida, ao Brasil.

pilares que sustentam a formação de masculinidades: sexismo e homofobia (KIMMEL, 1998, p. 105).

Acrescenta que "a masculinidade como uma construção imersa em relações de poder é frequentemente algo invisível aos homens cuja ordem de gênero é mais privilegiada com relação àqueles que são menos privilegiados por ela e aos quais isto é mais visível" (KIMMEL, 1998, p. 105). Ou seja, o fator gênero não ter grande relevância na vida dos homens – assim como o fator raça, por vezes, ser imperceptível por pessoas brancas - demonstra o quão privilegiados esses grupos são (KIMMEL, 1998, p. 105-106). Por fim, em relação à demonstração da masculinidade, o autor ensina que a principal forma de o fazer é por meio da diminuição das outras, "posicionando o hegemônico por oposição ao subalterno, na criação do outro" (KIMMEL, 1998, p. 113).

Muszkat (1998, p. 228) expõe que para que o homem se coloque em uma posição de poder, é preciso que se distanciem do "modo feminino de ser". Em razão disso, a fraqueza, ficar desempregado ou ter problemas de saúde não geram apenas incômodos, "mas sinais que podem promover ameaça subjetiva de perda do referencial de virilidade" (MUSZKAT, 1998, p. 228).

Em síntese, extrai-se da obra de Badinter e dos autores aqui mencionados algumas considerações interessantes sobre a formação de uma masculinidade tida como tradicional, que se dá por oposição ao que foge desse padrão estabelecido: deve-se não ser mulher, homossexual, efeminado, dentre outros pontos. Assim, forja-se uma performance masculina, que deve ser o tempo todo demonstrada para que aquele indivíduo seja lido, por ele mesmo e pelos outros, como um verdadeiro homem.

Paralelamente, as lições de Nolasco (1993) são importantes para compreensão do contexto social a partir do qual se cria uma noção de masculinidade tradicional. Ressalte-se que Pedro Paulo de Oliveira (1998, p. 9) cita obras de Nolasco dentro de uma perspectiva do capitalismo e papéis sociais[59], no sentido de que o autor visualiza os homens presos a um modelo de comportamento responsável por limitar as subjetividades masculinas[60], e relaciona

---

[59] Para maiores aprofundamentos, consultar Oliveira (1998, p. 9-10).

[60] Um exemplo crítico da obra do autor é o seguinte trecho: "O cotidiano dos homens não é constituído de estimulação, contato e expressão imediata do que sentem mas, ao contrário, da disciplinarização do sentir e do condicionamento a comportamentos estereotipados viris e agressivos. Este aprendizado de postura diante da vida começa na infância, determinando para um homem adulto sua incapacidade em constatar as próprias emoções e demandas afetivas. Parte desta incapacidade é por nós conhecida sob o aspecto da violência e da agressividade masculinas" (NOLASCO, 1993, p. 46). Neste caso, remete a prática da violência à incapacidade de gerenciar emoções, advindas de um contexto social e educacional, como se os homens estivessem presos a esta estrutura, sem possibilidade de agência ou escolhas divergentes, meramente filhos de seu tempo patriarcal.

o papel masculino com a “situação precária” presente na masculinidade. Apesar disso, a perspectiva de Nolasco aqui empregada tem o fim de enfatizar segmentos sociais que contribuem para a formulação de um ideal hegemônico. O autor relaciona ações da família, escola e sociedade, com o aprendizado de certos comportamentos que recaem em desigualdade de gênero, e por isso a importância de mencionar o autor, por contribuir com parte do entendimento da construção hegemônica.

Nolasco (1993, não paginado), entre 1984 e 1986, realizou pesquisa junto a um grupo de homens, no Rio de Janeiro, cujas idades variaram de 25 a 35 anos. Desde logo, aponta que embora esses homens não se visualizassem dentro de um padrão “machão”, “reconheciam que o reforço recebido em família, na escola e nas relações sociais os levava a adotar modelos viris, determinados e agressivos” (NOLASCO, 1993, não paginado).

Desde crianças, os meninos são ensinados não dar atenção aos sentimentos. Poderão entender, diante disso, a “sensibilidade feminina” (aqui entre aspas por não se entender como algo biologicamente estabelecido) como uma situação não passível de crédito, vinculada ao caos, algo difuso e instável. Em relação à educação dos homens, há pedagogias que exercerão controle sobre esses indivíduos. Diversos comandos são dados na socialização, a exemplo da diferenciação entre os brinquedos. São afirmações que advêm, inicialmente, do contexto familiar, para em seguida serem reforçadas no âmbito escolar e nas relações sociais (NOLASCO, 1993, p. 42) que darão, aos meninos, a percepção de que “existe um homem viril, corajoso, esperto, conquistador, forte, imune a fragilidades, inseguranças e injustiças” (NOLASCO, 1993, p. 42). Para Malvina Muszkat (1998, p. 226), a família é a “principal agência socializadora”.

O próprio contexto patriarcal induz uma lógica binária: estabelece-se que em uma relação há sempre a posição de ataque e defesa, ganhos e perdas. Isso dificulta relações que se deem fora de uma moral patriarcal. Ela pode fazer com que os homens acreditem que estão, cotidianamente, sob ataque (NOLASCO, 1993, p. 43). “Desde pequenos, os homens aprendem esta regra, transformando-a posteriormente em uma crença de que as atitudes combativas e agressivas incorporadas pelos homens são atributos biológicos” (NOLASCO, 1993, p. 43). O próprio método de socialização faz com que se acredite na diferença como algo ameaçador e, consequentemente, gerem-se mecanismos de defesa (NOLASCO, 1993, p. 44). Afirma-se também que “a diferenciação entre um menino e uma menina se faz por meio da exclusão, no cotidiano, dos aspectos culturais que definem o masculino e o feminino, que por sinal culmina

com as definições e atribuições de tarefas que competem a um menino e a uma menina" (NOLASCO, 1993, p. 45).

Enxerga a violência em correlação a um sistema de forças (NOLASCO, 1993, p. 61). Afirma que "A violência passou a ser uma ferramenta por meio da qual um homem busca materializar o que para ele está prescrito no imaginário da cultura do Ocidente" (NOLASCO, 1993, p. 61). Posteriormente, quando aborda sobre desempenho sexual, defende existir algumas posturas associadas à socialização masculina (opostas às das meninas). Além disso, fala-se da avaliação do comportamento masculino em face de uma norma socialmente estabelecida para eles (NOLASCO, 1993, p. 68).

Nolasco (1993, p. 179) também aponta ser comum que os homens justifiquem, com base na biologia, determinadas características, e afirma que "a emotividade, a força física e a virilidade determinam um padrão de comportamento valorizado socialmente" (NOLASCO, 1993, p. 179). No entanto, nota que a virilidade e a dominação são alvos de questionamento; que há um desejo social de que ajam de maneira diversa, na medida em que os pontos de afirmação de masculinidade do passado configuram, à época em que escreveu a obra, alvo de críticas. Ensina que por muito tempo aprenderam a silenciar questões íntimas (NOLASCO, 1993, p. 179-181). Assim, "o dilema vivido hoje pelos homens é decorrente do modo como foram socializados, pois aprenderam desde cedo a desvalorizar e a não ouvir o que sentem, respondendo prontamente a todo e qualquer apelo que possa colocá-los em evidência" (NOLASCO, 1993, p. 181).

Nesse sentido, o autor pontua aspectos da socialização masculina, e é possível relacionar as consequências dessa educação a um ideal hegemônico presente na atualidade. Não se objetiva, assim, visualizar os homens como vítimas de uma socialização sem qualquer possibilidade de agência, mas de enfatizar que há reflexos da socialização machista, racista, patriarcal, cis-heteronormativa, na criação de um ideal masculino, tido como modelo.

> Convivemos com múltiplas realidades que atuam sobre as "masculinidades dos homens", ora com padrões tradicionais, machistas e conservadores, ora com padrões mais libertários e igualitários. No entanto, é sempre preciso lembrar que as masculinidades não dizem respeito somente aos homens. Elas estão presentes nas perspectivas dos sistemas econômicos, políticos, jurídicos, de governo, entre outras formas de organização social (NASCIMENTO, 2018, p. 25).

Segundo Moore (2000, p. 33), em alguns estudos no Ocidente, e talvez até em nível global, há "um tipo particular de masculinidade hegemônica [que] ordena a relação estrutural

entre feminilidades e masculinidades alternativas". Essa forma de masculinidade vincula-se ao capitalismo, bem como "à dominação do ocidente na vida econômica e política, e é também a masculinidade que constrói as auto-representações dos homens que em realidade dominam o mundo" (MOORE, 2000, p. 33). Connell defende que a partir da atuação dessa masculinidade, "as construções dominantes de gênero estão fortemente implicadas em outras relações sociais, se não estiverem inscritas nelas" (MOORE, 2000, p. 33). Desse modo, a masculinidade hegemônica interfere na política e economia. Faz com que a dominação tenha um viés de gênero. Além disso, a masculinidade hegemônica também se vincula a um racismo hegemônico (MOORE, 2000, p. 33-34).

Embora não seja possível falar em características de uma masculinidade hegemônica, haja vista críticas de Connell e Messerschdmit (2013, p. 264-273), Sandra Garcia (1998, p. 37) associa à masculinidade hegemônica valores como agressividade, conduta de comprometer à própria segurança (como a saúde) e pouca proximidade das emoções.

Além disso, percebe-se que a norma que inspira a criação da hegemonia se influencia pelas estruturas sociais que oprimem grupos minoritários, a exemplo do heterossexismo, branquitude e racismo, dentre outros pontos afins. A fundamentação da hegemonia, ou de uma forma dominante de ser homem, não tem "neutralidade": pauta-se em normas de opressão. Ressalta-se também que a generalização não é um caminho viável, na medida em que sustenta uma suposta neutralidade que, na realidade, inexiste. Um exemplo prático disso é quando Isabela Oliveira (2020b) afirma que há uma certa automaticidade em se falar que homem tem poder, somente pelo fato de ser homem. No entanto, a professora acrescenta: o homem negro que sofre racismo tem poder? Em qual circunstância, e na relação com quais pessoas?

Assim, é inviável pensar em uma forma específica e única de masculinidade, como se houvesse uma receita de como se constrói o homem[61]. Concorda-se com Debert e Gregori (2008, p. 179), quando declaram inexistir um único perfil de identidade, e refletem sobre a influência não somente dos marcadores de gênero, mas de outros marcadores na realidade da violência. Ribeiro e Faustino (2017, p. 176-177) consideram ser importante que os homens negros se vejam como "múltiplos, instáveis, multifacetados, conflitivos, tensos e, certas vezes, paradoxais e com interesses politicamente contraditórios e díspares". Interessante, neste ponto,

[61] Connell, citada por Bento (2015, p. 91), faz algumas divisões de masculinidades entre a hegemônica, subordinada, cúmplice e marginalizada. No entanto, Medrado e Lyra (2008, p. 824) discordam do binarismo entre masculinidades, divididas entre subordinadas e hegemônicas. De qualquer forma, é fato que não há uma forma fixa de ser homem.

remeter o leitor às lições de Isabela Oliveira e Fernanda Sousa, na medida em que explicitam o caráter múltiplo das masculinidades em seu estudo:

> Desse modo, pensar em homens e masculinidades sempre envolve um percurso de questionamento que se inicia pelas perguntas: Que homem? Onde? Na relação com quem? Nesse sentido, a ideia de um homem universal se esvazia e passamos a compreender que, quando tratamos de masculinidades, estamos falando de algo que é múltiplo e que só faz sentido ao ser operado de maneira localizada na sua complexidade. Homens são sempre adjetivados, e suas experiências são sempre determinadas pelos cruzamentos com outras categorias (OLIVEIRA; SOUSA, 2020, p. 41).

Apesar da multiplicidade acima exposta, Marcio Caetano e Paulo Silva Junior (2018, p. 12) pontuam que existe um modelo dominante de masculinidade, que é "branca, heterossexual, proprietária e judaico-cristã"[62]. Afirmam que a lógica hegemônica influencia as diferentes masculinidades e que, embora esse modelo hegemônico não seja dado naturalmente, e sim, desenvolvido e perpassado por meio do discurso, possui força (SILVA JUNIOR; CAETANO, 2018, p. 12).

Já Megg de Oliveira (2018b, p. 129) afirma que "a negritude se afirma a partir da cis heterossexualidade, e a homossexualidade, a partir da branquitude, o que contribui para a manutenção de uma masculinidade hegemônica branca e cis heterossexual". Essa dominância na masculinidade se apropria da branquitude e da cis heterossexualidade, a fim de que exista uma supremacia que exclui as masculinidades periféricas, e permite que uma estrutura patriarcal prossiga, a qual, por sua vez, propaga uma forma de raciocínio típica do regime escravista (OLIVEIRA, 2018b, p. 130). Assim, há forças conservadoras que intentam perpetuar a assimetria de gênero e a heteronormatividade (NASCIMENTO, 2018, p. 25), dentre outras formas de desigualdade.

Verifica-se que a hegemonia nas masculinidades estabelece uma hierarquia: há uma norma definida como a melhor, que perpassa a vida dos indivíduos, influenciando-os para que as observem, e aqueles que dela destoarem serão tidos como diferentes ou, até mesmo, hierarquicamente inferiores.

> Vivemos em uma sociedade patriarcal que privilegia o homem. Mas esse homem precisa ser enquadrado dentro de um ideal, dentro de um padrão pré-estabelecido. Homens brancos, negros, indígenas, héteros, gays, bissexuais, transexuais etc., todos estão condicionados a seguir padrões de comportamento estabelecidos pela masculinidade hegemônica. Obviamente, há uma série de diferenças em como esse

[62] Ao final do parágrafo, quando aborda sobre falomaquia, cita Souza.

> comportamento é vivenciado por cada grupo. Tudo que foge ao perfil "homem, branco, hétero e de classe média alta" sofre ressalvas dentro do que é colocado como certo, são o que chamamos de masculinidades subalternas[63] (CÉSAR, 2019, p. 72).

Lucas Veiga (2019, p. 77) afirma: "Homem – branco – hétero. Intersecções daquilo que numa sociedade patriarcal como a nossa estabeleceu-se como padrão". De modo que pessoas trans, indígenas, mulheres, dentre outros, são enquadrados como fora de um padrão. A legitimação de um determinado modo de ser ocorre em relação a outros modos de ser, e isso se dá por meio da violência. Pode-se afirmar que existe uma norma homem-branco-hétero que traz consequências colonizadoras e extrativistas quanto a outras formas de subjetividade (VEIGA, 2019, p. 77). Segundo este autor, "a masculinidade ocidental que sustenta a lógica violenta do patriarcado é branca" (VEIGA, 2019, p. 82).

A partir de César (2019, p. 72), percebe-se que o padrão hegemônico é refletido por homens, brancos, heterossexuais, de classe média alta[64]. No entanto, se esse ideal hegemônico é típico de homens brancos, como se explica o machismo de alguns homens negros?

Diversos autores podem ser citados para elucidar este ponto. Para contextualizar o estudo das masculinidades negras, de início, cita-se a pesquisa de Alan Ribeiro e Deivison Faustino (2017, p. 174): os autores procuraram identificar tendências nas pesquisas sobre masculinidades negras, sem pretensão de exaustividade. Encontraram três correntes: a) raça e gênero[65]; b) privilégios a partir de um viés social e antropológico[66]; c) e a terceira compõe-se das anteriores[67]. Paralelamente, outro estudo interessante é a obra *Diálogos contemporâneos*

---

[63] Para Silva Junior e Caetano (2018, p. 13), as masculinidades subalternas "se fundariam na intersecção entre masculinidade e marcadores de diferença, tais como classe, raça/etnia e, até mesmo, identidade de gênero, posto que, 'masculinidades femininas' são, também, possíveis de serem construídas".

[64] Também nesse sentido, Medrado e Lyra (2018, p. 8), ao citarem Connell, afirmam que o modelo de masculinidade hegemônica perpassa a branquitude, heterossexualidade, dominância.

[65] "Gira em torno de um 'status sócio-antropológico da subordinação' a partir do qual se destacam as masculinidades negras como um primeiro plano de experiências de marginalização cultural, de sexualidades heterossexuais e homossexuais marcadas pelos estereótipos, de processos de dominação política, discriminação racial e exclusão espacial, pelo genocídio e pela letalidade física e pelas desigualdades econômicas" (RIBEIRO; FAUSTINO, 2017, p. 175). Alertam que nessa perspectiva há divergências em relação à literatura feminista; alguns a usam como base, outros a veem como ameaçadora (RIBEIRO; FAUSTINO, 2017, p. 175).

[66] Expressões "como 'privilégio de gênero', 'lucros e vantagens patriarcais' e 'benefícios sexistas' são mobilizados para conceber homens negros como aqueles que são levados a dispensar relações afetivo-sexuais heterossexuais duradouras como mulheres negras, aqueles que vivenciam ressentimentos e rancores machistas que os fazem crer em ilusões de poder decorrentes da mobilidade social e do casamento interracial heterossexual, bem como expressam uma 'frustração patriarcal' diante da incapacidade de prover materialmente a família e, por isso, usam a violência como instrumento de dominação física e emocional compensatório sobre mulheres, outros homens e crianças" (RIBEIRO; FAUSTINO, 2017, p. 176).

[67] Ao citarem Ferguson, Ribeiro e Faustino (2017, p. 176) ensinam que há perspectiva que enfatiza "experiências sociais complexas difusas, contraditórias, paradoxais e descontínuas vividos nestas masculinidades negras, como os estereótipos de virilidade, coisificação sexual, brutalização, criminalização e suspeição criminal atribuídos aos homens negros como categorias perpetuais e imagens culturas".

sobre homens negros e masculinidades, composta por diversos capítulos imprescindíveis à temática. A partir dessas pesquisas, verifica-se que há, em síntese, a performatividade de uma masculinidade hegemônica, branca, patriarcal, cis-heteronormativa, em uma tentativa de aproximar esses homens negros de algum reconhecimento, ou seja, para que possam ser vistos como "Homens".

É comum, dentro do debate sobre "hiperssexualização do homem negro", que parte deles se utilize do estereótipo viril, machão e violento. De fato, isso é uma realidade, mas ocorre porque buscam, a partir disso, ter algum valor (CÉSAR, 2019, p. 68). Paralelamente, em relação aos indivíduos negros que se desconectam da heteronormatividade e sofrem violência por outros homens negros, Veiga (2019, p. 82) afirma que há "a internalização da masculinidade branca pelos homens negros como tentativa de ser reconhecido como pessoa, como homem, digno de valor", e isso se mostra, comumente, por meio de ações violentas contra pessoas do seu povo que saem de um padrão heteronormativo e os contesta[68] (VEIGA, 2019, p. 82).

Em consequência, Tulio Custódio (2019, p. 132-133) defende que quando a masculinidade de homens negros se influencia pelas marcas de uma masculinidade hegemônica, verifica-se uma masculinidade fora do lugar. Ele ressalva que não se objetiva, em seu estudo, entender um padrão como universal, ou desconsiderar homens negros que não se pautam na masculinidade patriarcal. Afirma-se que não somente os padrões de masculinidade, como também de identidade racial, se localizam em um contexto histórico, e perpassam negociações e agências. Apesar disso, nota-se que há "um padrão normativo estrutural [que] se exerce como condição de experiência vivida, e dessa forma, a maioria das pessoas [...] simplesmente normalizam tais práticas e visões de mundo" (CUSTÓDIO, 2019, p. 133-134).

Ao tratar do "lugar de sujeição e lugar de sujeito", Custódio (2019, p. 135) aponta: "enquanto a mulher negra ocupa o lugar da vulnerabilidade Zero [...], o homem negro possui, na sua sujeição, a promessa ou a crença [...] pela outra ponta, que não se realiza. Essa ponta a se realizar é a ponta ensaiada, é aquilo que é buscado, esboçado. [...] Uma performance." Há decorrências desse cenário, a exemplo da violência entre homens negros e a que se verifica contra mulheres e crianças negras (CUSTÓDIO, 2019, p. 135). Em outras palavras, verifica-se que há uma tentativa, por parte de alguns homens negros, de alcançar a outra ponta, a do poder – no sentido de ser reconhecido como ser humano[69] -, e isso se dá a partir de uma performance que pode ter como consequências, dentre outros pontos, a violência contra mulheres negras.

---

[68] Em seguida, o autor estabelece diálogo com Pinho.
[69] Ao tratar do sentido do poder, Custódio cita Mbembe e Butler.

Ele ensina que há uma performatividade exercida por homens negros, pautada em um modelo ideal de como deveria ser um homem que, por sua vez, se baseia numa hegemonia patriarcal, e agem dessa forma justamente por buscarem status e visibilidade (CUSTÓDIO, 2019, p. 153). Ao dialogar com Fanon, afirma que o homem negro se transforma em um "Homem" quando age segundo as normas de uma masculinidade hegemônica marcada pelo patriarcado (CUSTÓDIO, 2019, p. 156). Paralelamente, Alan Ribeiro e Deivison Faustino (2017, p. 167, grifo dos autores), ao dialogarem com Fanon e Faustino, afirmam que:

> Diante desse esquema colonial e patriarcal, apenas o (homem) branco tem status de sujeito. O branco aparece como expressão universal daquilo que se entender por humano e aquilo que se entender por humano, em consequência, representado pela branquitude. *Ser* "humano" é ser branco e o negro *(não-ser)*, sedento por encontrar-se no olhar de um outro que só vê a si mesmo (reconhecer-se é ser reconhecido) passa a desejar ser branco.

Diante disso, verifica-se que existe uma norma que remete a um ideal masculino a ser buscado por todos os homens, vinculada à masculinidade hegemônica. Esse ideal é perpassado por branquitude, cis-heteronormatividade, patriarcado, dentre outras marcas afins. É possível que o homem branco, ao ter as atitudes correlatas ao racismo, homofobia, patriarcalismo, dentre outras, busque se aproximar do ideal hegemônico e participar dos privilégios decorrentes. Paralelamente, é possível que o homem negro que reproduz esse ideal o faça para ser reconhecido como "Homem", ou seja, para se aproximar de um determinado valor.

Assim, a forma como as estruturas sociais interferem nos indivíduos é uma discussão interessante. Refletir sobre a interseccionalidade e violência contra a mulher traz questões epistemológicas e metodológicas (GONÇALVES, 2017, p. 32): é necessário colocar sob análise as diferenças entre os indivíduos. Verifica-se, portanto, a necessidade de se aprofundar "em realidades complexas, provisórias, fluidas e escorregadias. Nesse sentido, é necessário lançar mão de um esforço para problematizar e examinar quais dinâmicas de poder separam e aproximam os sujeitos" (GONÇALVES, 2017, p. 32)[70].

---

[70] O autor dialoga com Butler – que por sua vez traz Foucault, Althusser e reflete sobre a psicanálise – a respeito de poder, e considera que "é provocante trabalharmos com abordagens que privilegiam a noção pulverizada de poder, tais como as analisadas acima. Porém, isso se faz necessário para não esbarrarmos em utilizações equivocadas da ideia de intersecções, esbarrando em cristalizações de posições polarizadas, tais como de vítimas/algozes, que pouco contribuem para a transformação das relações de gênero e a desconstrução das práticas interpessoais violentas perpetradas pelos homens. Isso, porque, ao concebê-los desde tais posições fixas, estereotipando-os e considerando-os ora como algozes ou vítimas, por exemplo decorrente de representações dos mais variados sistemas de poder e opressão, impõem-se barreiras por vezes difíceis – senão impossíveis – de serem transpostas quando buscamos provocar tensionamentos nos seus exercícios de poder abusivo sobre outras pessoas" (GONÇALVES, 2017, p. 31-32).

> A perspectiva da interseccionalidade nos traz contribuições substantivas ao desafio de responsabilizar os HAV [homens autores de violência] sem tratá-los como vítimas. Ela nos relembra do necessário posicionamento de rechaço às ações de violência, mas também da promoção de um ambiente de disposição ao acolhimento da pessoa e das suas experiências – e não de suas crenças e ações com base nos estereótipos de gênero e sexismos. Isso ocorre para que haja um vínculo produtivo de trabalho buscando a revisão das práticas violentas, que implique também adentrar na história relacionada aos sofrimentos e às fragilidades (GONÇALVES, 2017, p. 44).

Donna Haraway (2016, p. 33) dá atenção à interseccionalidade em sua obra. Ensina que após finalmente ser compreendido que gênero, raça e classe são construídos na história, esses marcadores "não podem mais formar a base da crença em uma unidade 'essencial'. Não existe nada no fato de ser 'mulher' que naturalmente una as mulheres. Não existe nem mesmo uma tal situação – 'ser' mulher" (HARAWAY, 2016, p. 33). A consciência sobre esses diferentes elementos deve-se à experiência advinda do capitalismo, patriarcado e colonialismo (HARAWAY, 2016, p. 33). Nessa linha, defende que "as feministas-ciborgue têm que argumentar que 'nós' não queremos mais nenhuma matriz identitária natural e que nenhuma construção é uma totalidade" (HARAWAY, 2016, p. 38).

O feminismo enfatiza que aquela imagem de um indivíduo abstrato, racional, universal e reflexivo remete, na realidade, a um homem muito específico dentre todos os homens possíveis (TADEU, 2016, p. 2). Além disso, a perspectiva pós-colonialista "flagra o sujeito racional e iluminado em suspeitas posições que denunciam as complexas tramas entre desejo, poder, raça, gênero e sexualidade em que ele se vê, inevitável e inequivocamente, envolvido" (TADEU, 2016, p. 3). Este autor também aborda estudos culturais vinculados à raça e etnia, e afirma que essas teorias ajudam a compreender que "não existe sujeito ou subjetividade fora da história e da linguagem, fora da cultura e das relações de poder" (TADEU, 2016, p. 3). Desse modo, ilustra que há, de forma indissociável, uma relação entre as pessoas, suas subjetividades e o contexto cultural e de relações de poder em que estão inseridas.

Isabela Oliveira, em coautoria com Fernanda Sousa (2020, p. 42), publicou estudo que retrata parte da experiência que tiveram ao serem professoras em curso sobre masculinidades. Afirmam que se objetivou, neste curso, permitir esclarecimento de que "as teias de relações e os processos [...] nos produzem como sujeitos. No limite, trata-se de perceber que somos produtos, e não pontos de partida dos processos". Ainda, criticam o uso de "masculinidades tóxicas", pois nesse caso pensa-se em "masculinidade como um problema em vez de pensar

como normas de gênero produzem homens e mulheres (e também sujeitos que recusam tais nomenclaturas)" (OLIVEIRA; SOUSA, 2020, p. 42).

Assim, as autoras evidenciam que os sujeitos são produzidos a partir das relações e processos que vivenciam e, dentre eles, encontram-se as normas de gênero. Na presente pesquisa, aloca-se o ideal hegemônico nessas normas, haja vista o reflexo que terá sobre as pessoas que destoam da hegemonia – gerando, por vezes, um processo de subalternização, como visto em Kimmel (1998), e esse processo, por si só, constitui uma violência, conforme Veiga (2019, p. 77-78).

Segundo o autor supramencionado (2019, p. 77), "o estabelecimento de um determinado modo de ser no mundo forja-se a partir da negação de outros modos de ser, que não pode se dar senão por um processo de violência". Veiga ensina que a sociedade é criada e criadora de violência. Nesse sentido, o que foge à norma homem-branco-hétero é tido como anormal. Paralelamente, o próprio modo de produção típico do capitalismo traz a binariedade: para que exista riqueza, é necessária a pobreza; o lucro demanda, paralelamente, um prejuízo (VEIGA, 2019, p. 77-78). Assim, "todo nosso tecido social é constituído violentamente" (VEIGA, 2019, p. 78). Ou seja, essa perspectiva binária, presente tanto no modo de produção capitalista, como na norma homem-branco-heterossexual, pressupõe processos de violência. Desse modo, esse ideal hegemônico, criado à custa da subalternização de outras expressões que fogem à norma, é perpassado pela violência.

Por isso, demarca-se parte da importância de que os grupos reflexivos para homens autores de violência trabalhem com a desconstrução de um ideal hegemônico como um objetivo imediato, haja vista a sua potência para transformação de valores que se relacionam à violência doméstica contra a mulher. De fato, como visto, a construção de masculinidades é amplamente influenciada por um ideal hegemônico. Este ideal, por sua vez, forma-se por meio de valores racistas, sexistas, heteronormativos, patriarcais, dentre outros, e ao legitimar-se como a norma ideal, o faz por meio de processos de violência em relação as outras formas de vivenciar as masculinidades.

Seguindo a linha de que os sujeitos são construídos a partir de normas de gênero - como visto em Oliveira e Sousa (2020, p. 42), para quem "normas de gênero produzem homens e mulheres (e também sujeitos que recusam tais nomenclaturas)" -, é interessante pontuar as lições, dentre outros autores, Paul Preciado, Donna Haraway e Judith Butler, para trazer um aprofundamento da perspectiva.

Preciado (2014, p. 24-25) enfatiza a contrassexualidade em sua obra. Trata-se de um conceito que dialoga com Wittig, Foucault, Butler e Haraway, e parte da hipótese de que, além do gênero, o sexo e a sexualidade são "tecnologias sociopolíticas complexas". Além disso, segundo essa perspectiva, "é necessário estabelecer conexões políticas e teóricas entre o estudo dos dispositivos e dos artefatos sexuais [...] e os estudos sociopolíticos do sistema sexo/gênero" (PRECIADO, 2014, p. 25). Seu objetivo é "o estudo dos instrumentos e dos dispositivos sexuais e, portanto, das relações de sexo e de gênero que se estabelecem entre o corpo e a máquina" (PRECIADO, 2014, p. 25).

> O sexo é uma tecnologia de dominação heterossexual que reduz o corpo a zonas erógenas em função de uma distribuição assimétrica de poder entre os gêneros (feminino/masculino), fazendo coincidir certos afectos com determinados órgãos, certas sensações com determinadas reações anatômicas. A natureza humana é um efeito da tecnologia social que reproduz nos corpos, nos espaços e nos discursos a equação natureza = heterossexualidade. O sistema heterossexual é um dispositivo social de produção de feminilidade e masculinidade que opera por divisão e fragmentação do corpo: recorta órgãos e gera zonas de alta intensidade sensitiva e motriz [...] que depois identifica como centros naturais e anatômicos da diferença sexual (PRECIADO, 2014, p. 25).

Em outras palavras, o autor defende que há uma tecnologia social responsável por delimitar a heterossexualidade como algo que é "natural", biologicamente estabelecido. Essa heterossexualidade como norma gera influência sobre a construção de masculinidades e feminilidades, a fim de que se pautem na heterossexualidade.

Segundo o autor, os papéis e práticas sexuais distribuídas aos diferentes gêneros, na realidade, "são um conjunto arbitrário de regulações inscritas nos corpos que asseguram a exploração material de um sexo sobre o outro"[71] (PRECIADO, 2014, p. 26). Nesse sentido, defende existir uma heterodivisão do corpo, que os deixa assimétricos (PRECIADO, 2014, p. 26). A diferença sexual é construída, e isso ocorre por meio de uma "operação tecnológica de redução que consiste em extrair determinadas partes da totalidade do corpo e isolá-las para fazer delas significantes sexuais" (PRECIADO, 2014, p. 26). Como resultado, verifica-se que homens e mulheres decorrem de "construções metonímicas do sistema heterossexual de produção e reprodução que autoriza a sujeição das mulheres como força de trabalho sexual e como meio de reprodução" (PRECIADO, 2014, p. 26). Dito de outra forma, há uma tecnologia responsável pela definição da diferença sexual, que tem embasamento heterossexual e gera, como consequência, assimetria de gênero e sujeição das mulheres.

---

[71] Preciado (2014, p. 26) indica a leitura de Monique Wittig para maiores aprofundamentos.

Em seguida, o autor ensina que "O sistema sexo/gênero é um sistema de escritura" (PRECIADO, 2014, p. 26), e que a heterossexualidade não nasce de forma espontânea em um corpo. Ao invés disso, se insere constantemente em códigos tidos como masculinos e femininos que, por sua vez, são descritos como naturais[72] (PRECIADO, 2014, p. 26). Defende ser necessário "sacudir as tecnologias da escritura do sexo e do gênero, assim como suas instituições" (PRECIADO, 2014, p. 27).

De fato, os corpos-homem e corpos-mulher são construídos a partir de uma "tecnologia social heteronormativa" - que são as instituições que criam esses corpos (PRECIADO, 2014, p. 28). Ela "pode ser caracterizada como uma máquina de produção ontológica que funciona mediante a invocação performativa do sujeito como corpo sexuado" (PRECIADO, 2014, p. 28). Argumenta que a teoria *queer*, influenciada por Butler e Sedwick, demonstrou que afirmações como "é uma menina", que ocorrem já no nascimento do indivíduo, são "invocações performativas". Aproximam-se mais de expressões contratuais - como as que ocorrem no momento do aceite do casamento -, do que de uma descrição (PRECIADO, 2014 p. 28). Esses performativos de gênero podem ser definidos como

> [...] fragmentos de linguagem carregados historicamente do poder de investir um corpo como masculino ou feminino, bem como de sancionar os corpos que ameaçam a coerência do sistema sexo/gênero até o ponto de submetê-los a processos cirúrgicos de 'cosmética sexual' (PRECIADO, 2014, p. 28-29).

Dito de outro modo, afirmações que distinguem os sexos não são uma descrição, mas formas de já prescrever o que se espera da performance daquele gênero. São enunciados que têm o poder de distinguir meninos e meninas, bem como diferenciar corpos que fazem parte de uma coerência entre sexo e gênero, e os que dela não participam.

Após criticar o feminismo construtivista[73], faz uma linha de raciocínio que vai além de Judith Butler:

---

[72] Preciado (2014, p. 26) indica a leitura de Butler ao final do parágrafo para que se tenha maiores informações.

[73] Pois fez "do corpo-sexo uma matéria disforme à qual o gênero viria a dar forma e significado dependendo da cultura ou do momento histórico" (PRECIADO, 2014, p. 29). O autor critica o movimento feminista que se deu entre os anos de 1970 e 1980, por ter gerado uma "dupla renaturalização" (PRECIADO, 2014, p. 152). Em seguida, explica sobre a reprodução e sobre a "desnaturalização feminista do gênero, iniciada por Simone de Beauvoir" (PRECIADO, 2014, p. 152-153). Atribui o fracasso dessa última perspectiva à desconsideração do homem e masculinidades como algo relacionado ao gênero, "construído, por sua vez, também tecnológica e socialmente" (PRECIADO, 2014, p. 153). Ensina que "o feminismo essencialista se retraiu em posições conservadoras sobre a maternidade, a reprodução e o respeito da diferença feminina" (PRECIADO, 2014, p. 153). Paralelamente, o feminismo construtivista falhou "ao insistir no fato de que a feminilidade seria o resultado artificial de toda uma série de procedimentos tecnológicos de construção, [e] a masculinidade, que não precisaria se submeter ao seu próprio poder tecnológico, aparece agora como paradoxalmente natural" (PRECIADO, 2014, p. 153). Ou seja, o

> O gênero não é simplesmente performativo (isto é, um efeito das práticas culturais linguístico-discursivas) como desejaria Judith Butler. O gênero é, antes de tudo, prostético, ou seja, não se dá senão na materialidade dos corpos. É puramente construído e ao mesmo tempo inteiramente orgânico. Foge das falsas dicotomias metafísicas entre o corpo e a alma, a forma e a matéria. O gênero se parece com o dildo. Ambos, afinal, vão além da imitação. [...] O gênero poderia resultar em uma tecnologia sofisticada que fabrica corpos sexuais (PRECIADO, 2014, p. 29).

Defende que tanto a feminilidade, quanto a masculinidade, se submetem "às tecnologias sociais e políticas de construção e de controle" (PRECIADO, 2014., p. 78), e que a heterossexualidade se constrói por oposição: "a fabricação da heterossexualidade depende do sucesso da construção destes sexos gonodais[74], binários, diferenciados" (PRECIADO, 2014, p. 126). Observa-se que há, portanto, uma linha parecida com a de Kimmel (1998), pois este autor trata do hegemônico - marcado pela heterossexualidade - que se cria e perpetua pela oposição à subalternidade (que inclui vivências destoantes da hegemonia, a exemplo de pessoas que não se encaixam na heteronormatividade).

Além disso, a técnica médica que diferencia os sexos, ou seja, que permite afirmar se um corpo é, ou não, uma fêmea, "revela [...] os modelos de construção do gênero segundo os quais a tecnologia (hetero) sexual opera" (PRECIADO, 2014, p. 127). Assim, a distinção feita antes de nascer, na realidade, se pauta em uma heteronormatividade. Neste momento da obra, ensina sobre a tecnologia sexual, que seria uma forma de delimitar partes do corpo como órgãos, sejam eles sexuais ou não (PRECIADO, 2014, p. 127).

> A boca e o ânus, por exemplo, são designados como o ponto de entrada e o ponto de saída sem os quais o aparelho digestivo não pode encontrar sua coerência como sistema; a boca e o ânus raramente são designados como partes do sistema sexual/reprodutivo. Sobre essa mesa de dupla entrada (masculino/feminino) se define a identidade sexual, sempre e a cada vez, não a partir de dados biológicos, mas com relação a um determinado a priori anatômico-político, uma espécie de imperativo que impõe a coerência do corpo como sexuado (PRECIADO, 2014, p. 127-128).

---

erro consiste em considerar a masculinidade como algo naturalmente estabelecido, ao passo que a feminilidade seria construída (PRECIADO, 2014, p. 153). Afirma que "o problema dessa abordagem é que ela considera a tecnologia como aquilo que modifica uma natureza dada, ao invés de pensar a tecnologia como a produção dessa mesma natureza. Talvez o maior esforço das tecnologias de gênero não tenha sido a transformação das mulheres, e sim a fixação orgânica de certas diferenças" (PRECIADO, 2014, p. 154). Ressalta ainda que o feminismo construtivista, "ao acentuar o caráter construído do gênero enquanto variável histórico-cultural [...] terminaria por ressencializar o corpo e o sexo, concebidos como o lugar em que a variação cultural se choca com um limite natural intransponível" (PRECIADO, 2014, p. 154).

[74] Utiliza-se da expressão "gonodal" em sentido provocativo, pois "quando se emprega o termo 'normal' para designar tudo aquilo que não é hermafrodita, intersexual, também se poderia dizer 'gonodal'" (PRECIADO, 2014, p. 126).

A diferenciação entre meninos e meninas, na realidade, remete a um sistema que permite inteligibilidade a um corpo a partir dos órgãos sexuais (PRECIADO, 2014, p. 128). As cirurgias que existem para tentar alterar o que se definiu já ao nascer, "assim como os regimes de regulação legal e médico que estas suscitam", demonstram que a identidade sexual tida como "normal", na realidade, decorre de uma tecnologia biopolítica de alto custo (PRECIADO, 2014, p. 128). Essas cirurgias servem para solucionar as "desarmonias" entre orientação sexual, sexo e gênero. Porém, na realidade, são perpassadas pela tecnologia heterossexual (PRECIADO, 2014, p. 129); "evidenciam a construção tecnológica e teatral da verdade natural dos sexos" (PRECIADO, 2014, p. 129). Assim, ao tentar criar uma coerência entre orientação sexual, sexo e gênero, as cirurgias, ao serem perpassadas pela tecnologia heterossexual, reafirmam que referida coerência é imprescindível; é como se a norma heterossexual determinasse que a heterossexualidade é a única forma de ser e estar no mundo, e todos que dela se desviam devem se adequar.

Ao discutir sobre a intersexualidade – e especificamente a respeito de bebês intersexuais, como algo que põe em xeque o sistema a seguir descrito (PRECIADO, 2014, p. 131) -, afirma que a distinção entre meninos e meninas, feita já no nascimento, é uma invocação performativa – a partir da inspiração em Butler. Dessa maneira, pode-se compreender que a diferenciação invoca uma performance a ser realizada por esses meninos e meninas no transcorrer de suas vidas. Também chama esse processo de interpelação performativa (PRECIADO, 2014, p. 130). No entanto, além dessa interpelação, esse movimento "delimita os órgãos e suas funções, sua utilização 'normal' ou perversa'" (PRECIADO, 2014, p. 130). Diante disso, "a interpelação não é só performativa[75]. Seus efeitos são prostéticos: faz corpos" (PRECIADO, 2014, p. 130).

Dito de outra forma, a diferenciação de sexos tem a possibilidade de criar corpos, e criam-se corpos femininos e masculinos. Os órgãos sexuais têm relevância nesse movimento: "A mesa de atribuição da masculinidade e da feminilidade designa os órgãos sexuais como zonas geradoras da totalidade do corpo, sendo os órgãos não sexuais meras zonas periféricas" (PRECIADO, 2014, p. 130-131). Assim, a partir dos órgãos sexuais é que se definem corpos femininos e masculinos. As partes que não são vistas como sexuais são, simplesmente, periféricas, sem importância na definição. Os órgãos sexuais, além de reprodutores, funcionam como "'órgãos produtores' da coerência do corpo como propriamente 'humano'" (PRECIADO,

[75] Ao falar da atribuição do sexo, defende que isso ocorre por meio da invocação performativa, conforme Butler (PRECIADO, 2014, p. 130).

2014, p. 131). O autor explica que “o corpo só tem sentido como sexuado” (PRECIADO, 2014, p. 131), e que “nós não somos capazes de visualizar um corpo fora de um sistema de representação sexual heterocentrado” (PRECIADO, 2014, p. 136).

Ao retomar o debate entre perspectivas essencialistas e construtivistas, afirma que ambas recaem em uma mesma premissa, no sentido de que o corpo tem uma verdade última, “uma matéria biológica (o código genético, os órgãos sexuais, as funções reprodutivas) ‘dada” (PRECIADO, 2014, p. 157). Assim, ambas as perspectivas creem que há algo naturalmente dado nos corpos, e somente a interpretação sobre esses aspectos “naturais” é que variam. O autor afirma, porém, como solução, que a contrassexualidade “evita o falso debate entre ‘essencialismo’ e ‘construtivismo’” (PRECIADO, 2014, p. 156). Em sua visão, “compreender o sexo e o gênero como tecnologias permite remover a falsa contradição entre essencialismo e construtivismo. Não é possível isolar os corpos [...] das forças sociais de construção da diferença sexual” (PRECIADO, 2014, p. 157). Em um ponto de vista contrassexual, é importante refletir sobre “essa relação promíscua entre a tecnologia e os corpos” (PRECIADO, 2014, p. 158). Isso significa compreender de que maneira a tecnologia se apresenta nos corpos (PRECIADO, 2014, p. 158).

Em seguida, retoma as ideias do robô e do ciborgue para trabalhar o sexo como tecnologia (PRECIADO, 2014, p. 158). Trata de tecnologias de reprodução in vitro, que foram criadas para suprir dificuldades de uma “reprodução (hetero)sexual normal” (PRECIADO, 2014, p. 166). São tecnologias que permitem a reprodução sem a necessidade de relações heterossexuais, “e que é capaz de transformar as formas de incorporação disso que continuamos chamando de, na falta de um termo melhor, homens e mulheres” (PRECIADO, 2014, p. 166). Defende que “o sexo e o gênero deveriam se tornar formas de incorporação prostética que se fazem passar por naturais, mas que, em que pese sua resistência anatômico-política, estão sujeitos a processos de transformação e de mudanças constantes” (PRECIADO, 2014, p. 166). Dito de outra forma, há constantes mudanças sobre sexo e gênero, apesar de existir uma força política - alicerçada em órgãos sexuais - que defende uma realidade imutável e única.

O autor prossegue: “levemos ao extremo as contradições da incorporação prostética e encontraremos o ciborgue” (PRECIADO, 2014, p. 166). Neste momento, dialoga com Donna Haraway, responsável por uma transformação positiva, ao usar a tecnologia ao seu favor, como um “investimento político” (PRECIADO, 2014, p. 166). Ensina que para a pesquisadora, “as bio e cibertecnologias contemporâneas são, ao mesmo tempo, o resultado das estruturas de poder e os possíveis bolsões de resistência a esse mesmo poder; de uma forma ou de outra, um

espaço de reinvenção da natureza" (PRECIADO, 2014, p. 168). Ainda, critica binarismos por reforçarem a opressão sobre grupos:

> Se os discursos das ciências naturais e das ciências humanas continuam carregados de retóricas dualistas cartesianas de corpo/espírito, natureza/tecnologia, enquanto os sistemas biológicos e de comunicação provaram funcionar com lógicas que escapam a tal metafísica da matéria, é porque esses binarismos reforçam a estigmatização política de determinados grupos (as mulheres, os não brancos, as queers, os incapacitados, os doentes...) e permitem que eles sejam sistematicamente impedidos de acessar as tecnologias textuais, discursivas, corporais etc. que os produzem e os objetivam. Afinal, o movimento mais sofisticado da tecnologia consiste em se apresentar exatamente como "natureza" (PRECIADO, 2014, p. 168).

Como visto, portanto, Preciado faz referência a Haraway, que traz discussões relacionadas à tecnologia. Segundo Hari Kunzru (2016, p. 12), Haraway se considera um ciborgue. Esta autodefinição tem relação não com a quantidade de elementos "artificiais" nos corpos, mas sim com o fato de ir à academia de ginástica e encontrar alimentos específicos para *bodybuilding*, ou observar os aparelhos para malhar e compreender que este lugar não teria espaço caso inexistisse a ideia de um corpo como máquina de alta performance. Relaciona-se, assim, aos calçados atléticos, que existem para potencializar essa performance super-humana.

Na visão deste autor, em *Manifesto ciborgue*, Haraway ensina que o ciborgue – consistente em uma mistura entre o animal e a máquina – consegue desmistificar oposições como natureza versus cultura. Isso é relevante porque quando os indivíduos dizem que algo é natural, significa que não pode ser alterado. Mas o que, de fato, é natural? Foi comum, por muito tempo, dizer às mulheres o quanto é natural que ocupem determinados espaços, a exemplo da maternidade; ou, ainda, realçarem ser natural que as mulheres sejam fracas, submissas, que suas atitudes são eminentemente emocionais (HUNZRU, 2016, p. 15).

Mas se for evidente que as mulheres, homens (bem como outras pessoas que não se visualizem nessas caixas binárias) são, na realidade, construídos, ao invés de naturais, significa que "tal como um ciborgue, então, dados os instrumentos adequados, todos nós podemos ser reconstruídos" (HUNZRU, 2016, p. 15). Nessa perspectiva, "pressupostos básicos como, por exemplo, decidir se é natural ter uma sociedade baseada na violência e na dominação de um grupo sobre outro tornam-se repentinamente questionados" (HUNZRU, 2016, p. 15). Assim, a crítica de Haraway permite confrontar oposições e fronteiras construídas que, na prática, reforçam a opressão.

De fato, Haraway (2016, p. 25) aduz que seu ensaio consiste em enfatizar o prazer de confundir fronteiras, como também em se posicionar favoravelmente à responsabilidade na própria construção delas. Nas palavras da autora:

> Nas tradições da ciência e da política ocidentais [...], a relação entre organismo e máquina tem sido uma guerra de fronteiras. As coisas que estão em jogo nessa guerra de fronteiras são os territórios da produção, da reprodução e da imaginação. Este ensaio é um argumento em favor do prazer da confusão de fronteiras, bem como em favor da responsabilidade em sua construção. É também um esforço de contribuição para a teoria e para a cultura socialista-feminista, de uma forma pós-modernista, não naturalista, na tradição utópica de se imaginar em um mundo sem gênero, que será talvez um mundo sem gênese, mas, talvez, um mundo sem fim (HARAWAY, 2016, p. 23).

Ao definir o ciborgue, afirma ser

> [...] um organismo cibernético, um híbrido de máquina e organismo, uma criatura de realidade social e [...] uma criatura de ficção. Realidade social significa relações sociais vividas, [...], nossa construção política mais importante, [...] uma ficção capaz de mudar o mundo (HARAWAY, 2016, p. 23).

Ele pertence a um mundo pós-gênero e vincula-se à parcialidade, bem como ao que é irônico e perverso, além de ter um viés de oposição, utopia e distância da inocência (HARAWAY, 2016, p. 26).

Observa-se que tenta contribuir com a utopia de um mundo sem gênero. Embora não se defenda a implosão[76] de gênero, é inegável que há problemas dessa natureza, conforme expõe Judith Butler (2019). A autora pontua que "as 'pessoas' só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade de gênero" (BUTLER, 2019, p. 42).

> A "coerência" e a "continuidade" da "pessoa" não são características lógicas ou analíticas da condição de pessoa, mas, ao contrário, normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas. Em sendo a "identidade" assegurada por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade, a própria noção de "pessoa" se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres cujo gênero é "incoerente" ou "descontínuo", os quais parecem ser pessoas, mas não se conformam às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas. Gêneros "inteligíveis" são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de

[76] Isabela Oliveira, em curso sobre masculinidades fornecido pela Revista Espaço Cult, em 2020, pontua que embora não seja possível implodir o gênero, é interessante não se aprisionar em masculinidades e feminilidades; deve-se pensar em transformar o gênero como algo que traga possibilidades plurais de vivenciar a realidade. Assim, sugere pensar em pessoas livres, que se pautam em formas éticas de estar no mundo. A professora sugeriu, em outra oportunidade, que se discutissem éticas baseadas na equidade.

> coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo (BUTLER, 2019, p. 43).

> A noção de que pode haver uma "verdade" do sexo, como Foucault a denomina ironicamente, é produzida precisamente pelas práticas reguladoras que geram identidades coerentes por via de uma matriz de normas de gênero coerentes. A heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre o "feminino" e o "masculino", em que estes são compreendidos como atributos expressivos de "macho" e de "fêmea". A matriz cultural por meio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de "identidade" não possam "existir" – isto é, aqueles em que o gênero não decorre do sexo e aqueles em que as práticas do desejo não "decorrem" nem do "sexo" nem do "gênero" (BUTLER, 2019, p. 44).

Em outras palavras, se inexistir essa coerência entre sexo, gênero e desejo, afirma-se que não há inteligibilidade naquele gênero, e essa inteligibilidade foi construída na sociedade. Indivíduos que não apresentem essa coerência, apesar de parecerem pessoas, não se enquadram nessa categoria, justamente porque para tanto é necessário que dialoguem com a inteligibilidade cultural que expressa o que é uma pessoa[77].

Em resumo sobre os últimos três principais autores, observa-se que a obra de Preciado enfatiza a sexualidade como forma de compreender parte das desigualdades de gênero. Apontar que alguém "é um menino" ou "uma menina", além de já delimitar o que se espera desses indivíduos, cria corpos, e a distinção se pauta nos órgãos vistos como sexuais. Também enfatiza a perspectiva de que a heterossexualidade é entendida como o "natural". Segundo Couto Junior e Brito (2016, p. 224), Preciado se posiciona ao lado de uma sociedade contrassexual, que possui estratégias para não somente resistir, mas também enfrentar um regime patriarcal e pautado na heterossexualidade.

Preciado dialoga com Haraway. As lições desta autora, relacionadas à linha tênue entre animal e máquina, permitem questionar as diversas fronteiras existentes. Contribui, nesse sentido, com a confrontação de uma perspectiva "biológica" e, portanto, natural/imutável. Já Butler destaca que o indivíduo que não se enquadrar em uma coerência entre sexo, gênero e desejo é afastado do alcance de um reconhecimento enquanto gênero e indivíduo inteligível.

Referidos autores auxiliam para que se questione o que é visto como já estabelecido, dado, a fim de que se perceba o que há por trás desses essencialismos, oposições e binariedades. Contribuem, assim, para que se pensem quais normas fundamentam as construções das

---

[77] A autora ressalta que embora certas formas de "identidade de gênero" sofram exclusão por não se enquadrarem às "normas de intelegibilidade cultural", sua existência permite críticas, pois demonstram "os limites e os objetivos reguladores desse campo de inteligibilidade e, consequentemente, de disseminar, nos próprios termos dessa matriz de inteligibilidade, matrizes rivais e subversivas de desordem do gênero" (BUTLER, 2019, p. 44).

verdades “naturais” e imutáveis. Novamente, percebe-se que a heteronormatividade, racismo e valores patriarcais ganham ênfase nas construções de feminilidades e masculinidades, e que o formato hegemônico de ser homem, na realidade, não tem nada de natural.

Pelo exposto nesse subcapítulo, explica-se a segunda parte do motivo pelo qual o ideal hegemônico deve ser um objetivo imediato dos grupos reflexivos: a própria masculinidade hegemônica, que perpassa o imaginário dos homens de diferentes formas, não possui uma fundamentação natural, biológica e imutável. É passível, portanto, de desconstrução. Percebe-se que foi criado com base em privilégios de gênero, raça e classe, e pretende reforçá-los.

Este subcapítulo buscou responder, em síntese: qual a importância de que a desconstrução da masculinidade hegemônica seja um objetivo imediato para os grupos reflexivos brasileiros? Em resposta, nota-se que a própria construção dessa hegemonia perpassa desigualdades de gênero, raça, classe, e procura mantê-los. Além disso, essa hegemonia atravessa a vida dos homens de diversas formas: seja porque desejam seguir esse padrão, ou porque são excluídos em razão dele, por meio de um processo violento[78]. É justamente essa concentração de problemas em torno da hegemonia que justifica, de outra forma, a atribuição da desconstrução da hegemonia como objetivo imediato de grupos reflexivos. Evidenciou-se também que não há uma identidade masculina: os homens são perpassados por tantas intersecções que é impossível dizer existir uma identidade que os una. Deve-se, pelo contrário, procurar compreender as tensões e as relações entre o ideal hegemônico – que parece concentrar diversos problemas atrelados às desigualdades e violências – e as vivências e subjetividades masculinas.

A fim de adentrar na discussão de violência doméstica contra a mulher, no próximo subcapítulo aprofunda-se sobre as três principais teorias que tentam explicar esse fenômeno, com o objetivo de tentar colocá-las em diálogo de forma parcial. Assim, almeja-se extrair partes essenciais dessas perspectivas e demonstrar que podem contribuir para um entendimento mais amplo do problema, em vez de se decidir defender somente uma visão teórica, que por vezes se mostra insuficiente.

2.4 Diálogo possível entre três relevantes teorias sobre violência doméstica contra a mulher

[78] Sobre a legitimação de um padrão se constituir de um processo violento, consultar Veiga (2019, p. 77).

Um dos pontos de maior destaque na temática de feminismos e masculinidades refere-se à violência praticada contra a mulher (URRA, 2014, p. 126-127). Há diferentes formas de nomear a violência que ocorre em um contexto de assimetria de gênero[79], cada uma com sua especificidade. Debert e Gregori (2008, p. 167) trazem as especificações: violência contra a mulher é uma conceituação desenvolvida pelo movimento feminista, e existe desde a década de 1960; a violência conjugal trata especificamente da violência direcionada à mulher no contexto do casamento; violência doméstica inclui violências praticadas no espaço doméstico, e ganha ênfase a partir da década de 1990; violência familiar trata-se de "noção empregada atualmente no âmbito da atuação judiciária e consagrada pela [...] Lei 'Maria da Penha' como violência doméstica e familiar contra a mulher" (DEBERT; GREGORI, 2008, p. 167); por fim, há a expressão "violência de gênero", que na visão dos autores é aplicado por pessoas que não querem ser vistas como essencialistas (DEBERT; GREGORI, 2008, p. 167).

Sampaio (2014, p. 29) relata inexistir consenso nos debates relacionados à violência[80]. De fato, diferentes trabalhos refletem sobre a violência praticada contra mulheres e consideram discussões sobre masculinidades. Citam-se quatro deles para exemplificar.

Na visão de Urra (2014, p. 126), desde que nascem, indivíduos do sexo masculino e feminino já possuem um espaço simbólico previamente estabelecido, em que se verificam características e funções típicas. Enfatiza-se na esfera cultural, para os homens, noções de honra, força, virilidade, ousadia, dentre outras afins, além de se negar a possibilidade de sentirem medo, vergonha e impotência, por exemplo. Assim, situações, em tese, pertencentes somente à esfera feminina não são socialmente bem vistas se praticadas por homens. O "único toque legitimado socialmente entre homens [é] a agressão" (URRA, 2014, p. 127). Absorve-se que a mulher é alvo de desejo sexual, e a sexualidade é influenciada a partir de fantasias, como revistas, piadas, dentre outros afins, de forma desassociada do afeto (URRA, 2014, p. 126-127).

A violência, por vezes, é ensinada no espaço doméstico. Agridem-se crianças sob a justificativa de que se trata de educação. Isso pode refletir na associação entre violência e educação ou amor. Na mídia, é comum encontrar heróis com atos violentos que, no entanto, são justificados a partir daquela história específica (URRA, 2014, p. 127).

---

[79] A tese de Izumino (2003, p. 76) detalha a diversidade de termos, e a autora opta por utilizar a expressão violência de gênero por não se vincular a ideia de vitimização da mulher e às restrições advindas da teoria de dominação-submissão.

[80] Grudtner da Silva (2016, p. 133), com base em Assis, alerta, por exemplo, que "embora os estudos evidenciem a forte associação entre masculinidade e violência, não devemos fixar o estereótipo de que ser homem é ser violento. O fenômeno da violência não é inerente ao homem, mas sim construído socialmente e percebido, de forma natural, como elemento constituinte da identidade masculina".

> Dessa forma, um complexo panorama configura-se, composto por modelos do que se considera adequado para um homem, compondo um imaginário cultural rico em formas simbólicas que podem, em determinadas situações, servir pra sustentar ou estabelecer relações de dominação de alguns homens para com as mulheres, bem como, para com outros homens (URRA, 2014, p. 127).

Em síntese, Urra (2014) trata da socialização dos indivíduos e de sua relação com a violência, ou seja, aborda a influência de fatores educacionais e culturais para que indivíduos ajam de determinada maneira.

Já Nascimento, Gomes e Rebello (2009, p. 1.155), ao indagarem se ser homem significa automaticamente ser um indivíduo violento, apontam ser possível que a "divisão social entre sexos", formada com base nos "modelos culturais de gênero", influencie para a naturalização de certas estruturas constantes na sociedade. Pode acontecer, nesse sentido, que atributos que produzem um modelo hegemônico sejam vistos como algo biologicamente dado[81]. Desse modo, "a estrutura de dominação, que comumente é associada à masculinidade, no âmbito das relações de gênero pode contribuir para que a violência seja associada consciente ou inconscientemente ao ser homem" (NASCIMENTO; GOMES; REBELLO, p. 1.154-1.155).

> De acordo com Bourdieu, as relações entre os gêneros são constituídas a partir de uma ordem social em que simbolicamente a dominação masculina pode ser ratificada como um *habitus* masculino. A legitimação do domínio do masculino sobre o feminino dentro da ideologia da supremacia pode ocorrer por meio do uso da violência, outorgando aos homens, que partilham da visão hegemônica de que a dominação é uma pertença da masculinidade, o direito de usá-la (NASCIMENTO; GOMES; REBELLO, 2009, p. 1.155)

Connel (sic) reflete sobre a violência que advém de uma construção social, e no transcorrer da história, vincula-se à masculinidade (NASCIMENTO; GOMES; REBELLO, 2009, p. 1.155). Diante disso, e ao considerarem especificamente homens jovens em cenários específicos, afirma-se que "a violência pode ser um instrumento de uso recorrente para a afirmação da masculinidade de homens jovens sobre outros homens da mesma faixa etária, seja entre outros de pares, seja entre grupos diferentes" (NASCIMENTO; GOMES; REBELLO, 2009, p. 1.155). O jovem, por se encontrar entre a infância e a vida adulta, pode entender a violência como um meio para conseguir "o status de ser homem" (NASCIMENTO; GOMES; REBELLO, 2009, p. 1156).

---

[81] Nesse momento, fazem referência a Gomes.

Em outras palavras, apontam a influência das estruturas sociais na violência masculina. A violência pode ser usada como meio de provar a masculinidade, ou seja, para que os praticantes sejam reconhecidos como homens. Percebe-se o diálogo dos autores com as perspectivas de Connell e Bourdieu.

Machado (2004, p. 35), por sua vez, investiga "a articulação entre os valores hegemônicos do masculino e os valores inscritos no exercício da violência física", no contexto de sociedades modernas em que se defendem direitos universais aos indivíduos, e nas quais a violência pode ser exercida somente pelo Estado, justificável pela busca da justiça. Na pesquisa, ouviu homens que foram penalizados em razão de estupro, violência doméstica, além de adolescentes em conflito com a lei no Distrito Federal. A autora utiliza lições da psicanálise para a pesquisa (MACHADO, 2004, p. 35).

Dentre outras constatações, percebeu que os autores de violência conjugal justificam seus atos a partir do contrato conjugal: entendem que corrigiram a mulher. Assim, a violência ocorre porque não foram obedientes ou não cumpriram funções delas esperadas. Há um caráter disciplinar no ato violento. Não se reflete sobre a motivação da violência, mas apenas acerca dos excessos (MACHADO, 2004, p. 47). "O descontrole, o ficar transtornado não constituem o ato violento. É a sua função disciplinar que o constitui, cabendo à fraqueza apenas os 'excessos'" (MACHADO, 2004, p. 47).

Com base nas lições de Gregori, afirma ser comum que agressões verbais sejam equivalentes entre homens e mulheres. No entanto,

> [...] o exercício da violência física, quer seja entendida como disciplinar ou como demonstração de poder [...], parece ser atributo preferencial masculino, no qual os homicídios seriam o ponto final de uma escalada de violência física (MACHADO, 2004, p. 48).

Acerca da relação entre masculinidade e violência, pontua que encontrou em sua etnografia a divisão entre bicho danado e homem honrado, a qual

> [...] pode estar nos dizendo não só da concretude e da especificidade de uma lógica e de uma moralidade cultural, como também [...] do substrato impensado da categoria masculina de gênero ainda presente na cultura ocidental (MACHADO, 2004, p. 71).

O bicho danado é aquele que não se sujeita à lei social, enquanto o homem honrado se subordina à referida lei, mas esta permite que exerça o domínio sobre outros indivíduos. Não há uma escolha entre ser homem honrado ou bicho danado: a concepção do masculino faz com

que ambas as posições sejam exercidas. Nesse sentido, a posição de bicho danado permite a escolha entre se casar, assumir paternidade, residir com a companheira; o homem honrado autoriza o controle sobre as mulheres, hostilidade quanto aos homens, desde que se observe a condicionante de ser provedor. Quando se abordou sobre estupro, os autores se posicionavam como bichos danados (MACHADO, 2004, p. 71):

> Trata-se aí do puro exercício de decisão e imposição, da busca de formas simbólicas que apaguem ou neguem a inscrição de seu ato no mundo relacional. Em consequência, o feminino é maculado e o masculino sai idene (sic), porque é o que macula (MACHADO, 2004, p. 71).

Paralelamente, o feminino, na esfera relacional da honra, transita entre mulher honrada e mulher vagabunda. Ambas as posições se encontram no feminino. A mulher vagabunda, semelhante ao que ocorre com o bicho danado, é a que não se subordina à lei (MACHADO, 2004, p. 71). No entanto, diferente deste, esta figura "é pensada como excluída da ordem social, no seu ponto final ou num ponto inferior" (MACHADO, 2004, p. 71). Em relação à mulher honrada, embora se subordine à lei assim como o homem honrado, deste se diferencia porque este, "em nome da lei, controla as mulheres. Já as mulheres honradas não os controlam, mas podem invocar a lei social para dizerem da sua inadequação, através da enunciação de queixas" (MACHADO, 2004, p. 72). Em síntese:

> A análise dos dados etnográficos e as hipóteses que desenvolvi sobre as categorias do mundo relacional da honra serem em grande parte o substrato das categorias impensadas dos valores antigos da cultura ocidental (ainda parcialmente operantes) permitem concluir sobre a forte articulação entre concepções da masculinidade e valores da violência. A construção cultural das categorias do masculino está se fazendo num campo minado onde se enredam, se misturam e se fundem as identificações com a idéia (sic) de portador da lei simbólica (e, portanto, também a ela submisso), produtor arbitrário de lei (e, portanto, sem estar ou precisar a ela se submeter), agente do poder e agente da violência. Tais são as armadilhas das concepções de masculinidade (MACHADO, 2004, p. 72).

De forma geral, portanto, aborda-se a relação entre valores hegemônicos e os constantes da violência. Além disso, frisa-se que a violência contra a mulher tem um viés de disciplina. Realiza-se também uma dicotomia entre homem honrado versus bicho danado. Em ambas as posturas se verificam privilégios para o homem. Paralelamente, a divisão entre mulher honrada e vagabunda já encontra diferenças em relação aos homens na própria descrição da dicotomia. Enquanto o homem que não se subordina à lei é visto como "danado", a mulher é chamada de "vagabunda" (obviamente não se trata de um xingamento proferido pela autora. Esta foi

somente uma forma didática de expressar as conclusões que chegou em sua pesquisa). Sabe-se que esse termo remete a um controle do corpo feminino: às mulheres que não atendem certos estereótipos e posturas esperados se atribuem imagens com sentido negativo, no intuito de controlá-las e puni-las por saírem das normas nas quais deveriam se enquadrar.

Ressalte-se que esse controle e punição pode ser encontrado também nas lições de Vera Andrade (1999, p. 112-114). Esta autora explica que há uma divisão entre mulheres, feita pelo sistema penal, que gera exclusão. Ao tratar das medidas em que o sistema não consegue proteger as mulheres, afirma que em um sentido forte há uma duplicação da vitimação das mulheres. Ao levar em conta a reputação sexual, há uma diferenciação entre as mulheres "honestas" e "desonestas". Somente as primeiras podem ser vítimas. Para as segundas, a exemplo da prostituta, resta o abandono do sistema, pois fogem ao padrão da moralidade advinda do patriarcado. Das lições da autora verifica-se, no âmbito penal, a divisão das mulheres a partir do critério honestidade e, consequentemente, observa-se que há valores patriarcais na prática penal. O abandono do sistema sobre as mulheres "desonestas" pode ser lido como uma forma de controle e punição, por não se encaixarem nos padrões morais para elas delimitados.

Por fim, segundo Sampaio (2014, p. 29), é relevante refletir sobre masculinidade e violência. O ponto de destaque nessa discussão é entender o que é a violência, haja vista ser este um conceito que varia a depender do contexto. Assim,

> Quais são as formas legítimas e socialmente aceitáveis de violência? Que característica de masculinidade é reivindicada por determinado ato violento? Que atributo de masculinidade é assumida (sic) pela não violência ou pelo autocontrole de não ceder à emoção? (SAMPAIO, 2014, p. 29).

Deve-se esclarecer, desse modo, "qual masculinidade, contexto e violência se está referindo. Masculinidades e violências[82] emergem como categorias relativizadas pelo contexto histórico e social" (SAMPAIO, 2014, p. 29).

A discussão deve levar em conta o corpo e a violência (SAMPAIO, 2014, p. 29-30): "O corpo, hierarquizado e politizado, traduz e reproduz as violências em sua singularidade contextual. Legitimando ou deslegitimando as suas manifestações sociais. O que é violência em um determinado contexto, não o é em outro". Além disso, o autor pontua que vincular masculinidade e violência gera "uma essencialização das correlações de

[82] O autor usa "violências" no plural, em razão das lições de Cecchetto (SAMPAIO, 2014, p. 21).

gênero/violência/masculinidade, o que seria uma impropriedade e um erro." (SAMPAIO, 2014, p. 30). Entende o *habitus* (apontado por Bourdieu quando trabalha a construção simbólica do corpo) como um caminho interessante para tratar de violência e masculinidade[83], bem como trabalha com a ideia *de ethos* violento[84], relacionado a Norbert Elias (SAMPAIO, 2014, p. 30). O pesquisador ressalta que o enfoque de Foucault a respeito de processos de normalização é útil para refletir o que se objetiva com homens que, envolvidos com o Poder Judiciário do Rio de Janeiro, são vistos como anormais, como se tivessem uma masculinidade inferior que necessitasse de normalização (SAMPAIO, 2014, p. 30-31). Depreende-se, portanto, ser incorreto vincular masculinidades e violência, e destaca a pluralidade na discussão por considerar que violência e masculinidades sofrem mudanças a depender do contexto.

Verificam-se, portanto, diferentes perspectivas sobre a violência. De forma geral, porém, nota-se que há ênfase sobre a formação do indivíduo, que se desenvolve em um contexto cultural marcado por determinados valores. Essa conclusão, advinda de um enfoque mais específico sobre a violência masculina, retoma parte das conclusões externadas neste capítulo: é importante trabalhar a masculinidade hegemônica nos grupos reflexivos porque se constitui de determinados valores que trazem prejuízo ao convívio social, a exemplo dos advindos do patriarcado. De fato, Moore (2000) traz importantes lições sobre escolhas dos indivíduos. Leva em conta, para tanto, a subjetividade e os valores que a constituem.

Nesse sentido, ao questionar o que leva um indivíduo a obedecer determinada ordem ou resisti-la, afirma que a história das pessoas, aliada a discursos e identidades coletivas, tem influência para a obtenção da resposta. Relaciona-se, assim, à subjetividade. Os tipos de subjetividade, assim como as formas de subjetividade, são influenciados por estruturas de raça, gênero, classe, dentre outras. No que se refere aos discursos, esclarece que também são influenciados por marcadores sociais da diferença, e sua importância deve-se ao fato de que constroem homens e mulheres (MOORE, 2000, p. 17):

---

[83] "Para Bourdieu (2011), a construção simbólica do corpo pode ser vista através da percepção da existência de uma imposição que define quais são os seus usos legítimos. No que tange ao gênero, isso se dá por meio da exclusão de tudo que se caracteriza como pertencente ao outro. Então, a partir da naturalização dessa construção socializada há a produção simbólica daquilo que o autor denomina de 'artefato social', que é a representação do homem viril ou da mulher feminina" (SAMPAIO, 2014, p. 30).

[84] "Conceito através do qual é possível analisar, na presente pesquisa, um processo de socialização de um suposto tipo de masculinidade por meio da violência. Elias (1994) discute como espera que o processo civilizatório ocidental produza a pacificação da violência entre os indivíduos pelo monopólio da violência pelo Estado, que seria o único ente legítimo, nas sociedades modernas, a fazer uso da violência para os fins de consolidação de sua continuidade." (SAMPAIO, 2014, p. 30). Nesse sentido, o autor considera que objetiva-se, com autores de violência, "o estabelecimento de processos civilizatórios em uma parcela da população masculina que insiste em fazer uso da violência proibida pelas leis do Estado brasileiro, no caso em questão, violência de gênero contra suas companheiras" (SAMPAIO, 2014, p. 30).

> Discursos sobre gênero e categorias de gênero não são poderosos porque oferecem descrições acuradas de práticas e experiências sociais, mas porque, entre outras coisas, produzem homens e mulheres marcados por gênero, como pessoas que são definidas pela diferença. Essas formas de diferença são o resultado da operação da significação e do discurso, e quando postas em jogo fazem surgir os efeitos discursivos que produzem a própria diferença de gênero, assim como categorizações de gênero (MOORE, 2000, p. 17)[85].

Dito de outra forma, Moore destaca que o discurso relacionado ao gênero é forte ao ponto de produzir pessoas generificadas. Além disso, realça fatores de ordem social e sua influência nas subjetividades das pessoas e nas decisões tomadas. Após esse delineamento geral sobre violência, masculinidades e valores sociais na prática violenta, afunila-se a discussão para três relevantes correntes teóricas sobre o assunto.

2.5 Dominação masculina em Chauí e perspectiva patriarcal em Saffioti

Em obra organizada pelo Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades da Universidade Federal de Santa Catarina, relacionada à discussão entre gênero e violência, em que constam parcialmente resultados do Mapeamento Nacional de Pesquisas e Publicações sobre Violência contra Mulheres, Grossi (2006, p. 10-11) identifica, na década de 1990, duas correntes teóricas que prevaleciam, que se separavam em duas formas de interpretação: ou as mulheres eram vítimas, ou cúmplices[86]:

> De um lado, identificava uma matriz feminista marxista e feminista radical que compreendia a violência masculina como um reflexo do patriarcado e da dominação masculina, e de outro, me parecia encontrar uma corrente teórica feminista mais relativista que via a violência como parte de um jogo de dominação/submissão no bojo das relações de gênero. Muitos textos se seguiram, desconstruindo esta interpretação dualista do campo, como por exemplo, as pesquisas de Mireya Suárez, Lourdes Bandeira, Lia Zanotto Machado e Rita Segato em Brasília e de Bárbara

[85] O autor também aborda a identidade de gênero. Afirma-se que não advém simplesmente da socialização, de forma passiva. Com base em Sanday, pontua que estudos antropológicos informam que não há um modelo exclusivo de gênero, ou somente um sistema, e sim diversos discursos que sofrem variações. É possível, inclusive, que sejam contraditórios entre si (MOORE, 2000, p. 24). Posteriormente, explica que "Os discursos são estruturados pela diferença, e assim mulheres e homens assumem diferentes posições de sujeito dentro do mesmo discurso, ou, melhor, o mesmo discurso os posiciona como sujeitos de maneiras diferentes. Todos os principais eixos da diferença, classe, raça, etnicidade, sexualidade e religião têm intersecções com o gênero, que oferecem uma multiplicidade de posições de sujeito dentro de qualquer discurso. Essa noção do sujeito marcado por gênero como lugar de múltiplas diferenças, e portanto de múltiplas subjetividades e identidades concorrentes, é o resultado de recente crítica feminista da teoria pós-estruturalista e desconstrucionista" (MOORE, 2000, p. 26). Em síntese, há múltiplas formas de feminilidade e masculinidades, que advêm de discursos – os quais por vezes se mostram contraditórios – criados e reproduzidos a partir de instituições sociais (MOORE, 2000, p. 35).

[86] A autora fez referência a outro estudo de Grossi.

> Musumeci Soares, Elaine Brandão, Carrara, Vianna e Enne e Silva Ramos no Rio de Janeiro (GROSSI, 2006, p. 11).

Paralelamente, Santos e Izumino (2005, p. 147-148), em revisão crítica sobre violência contra mulher a partir de pesquisas brasileiras, constataram que há três correntes teóricas base: dominação masculina, que associa a prática da violência como decorrência da dominação dos homens em relação às mulheres, que fica sem autonomia, posicionadas como "vítimas" e ao mesmo tempo "cúmplices" da dominação; dominação patriarcal, que se baseia em uma perspectiva feminista e marxista, e relaciona a violência e o patriarcado (neste caso a mulher tem sua autonomia, mas submete-se ao controle social do homem de maneira histórica); por fim, há a perspectiva relacional, que "relativiza as noções de dominação masculina e vitimização feminina, concebendo a violência como uma forma de comunicação e um jogo do qual a mulher não é 'vítima' senão 'cúmplice'" (SANTOS; IZUMINO, 2005, p. 148).

Em relação à primeira, os autores consideram que Chauí, em trabalho "Participando do Debate sobre Mulher e Violência", é uma das referências para a corrente da dominação masculina. Chauí compreende que a violência advém de uma ideologia de dominação feita por homens, e que se cria e se repete por homens e mulheres (SANTOS; IZUMINO, 2005, p. 149).

Há diversos pontos relevantes em Chauí (1985, p. 33). Um deles é o momento em que a autora ressalta que quando disserta sobre "mulheres de Atenas", de Roma, e questões judaico-cristãs para relacioná-las com a ambiguidade feminina, não há intenção de "caracterizar a ambiguidade e a violência em geral, mas apenas algumas construções que, bem ou mal, foram incorporadas à mulher que conhecemos em nossa sociedade" (CHAUÍ, 1985, p. 33). Ou seja, sua perspectiva não tem o propósito de trazer generalizações, e explicita que fez um recorte sobre a realidade. Enfatiza também que seu enfoque é sobre violências praticadas entre as mulheres, especialmente (CHAUÍ, 1985, p. 37). Além disso, traz definições de poder, força, violência, e para tanto baseia-se na ideia de liberdade, a partir da influência de Spinoza (CHAUÍ, 1985, p. 34-35).

É interessante realçar o sentido de violência utilizado pela autora. Define-a como "uma realização determinada das relações de força[87], tanto em termos de classes sociais quanto em termos interpessoais" (CHAUÍ, 1985, p. 35). Visualiza-a partir de dois enfoques: de um lado, é um movimento que transforma a diferença em desigualdade, e esta, por sua vez, gera hierarquia. Nas palavras da autora, a violência atua a partir da

[87] Define força como "ausência do poder, isto é, da capacidade coletiva para tomar decisões consensuais sobre a existência da coletividade" (CHAUÍ, 1985, p. 34).

> [...] conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade com fins de dominação, de exploração e de opressão. Isto é, conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade em relação entre superior e inferior (CHAUÍ, 1985, p. 35).

O segundo enfoque se refere a uma ação que coisifica o ser humano, ao invés de tratá-lo como um sujeito (CHAUÍ, 1985, p. 35).

Ao diferenciar violência da relação de força, afirma que aquela "visa manter a relação mantendo as partes presentes uma para a outra, porém uma delas anulada em sua diferença e submetida à vontade e à acção (sic) da outra" (CHAUÍ, 1985, p. 35). Relaciona a violência a uma "sujeição consentida" (CHAUÍ, 1985, p. 35), ou seja:

> A violência perfeita é aquela que obtém a interiorização da vontade e da ação alheias pela vontade e pela ação da parte dominada, de modo a fazer com que a perda da autonomia não seja percebida nem reconhecida, mas submersa numa heteronímia que não se percebe como tal. Em outros termos, a violência perfeita é aquela que resulta em alienação (CHAUÍ, 1985, p. 35).

Interessante que a autora estabelece uma relação entre a violência e um consentimento viciado: é possível que quando o indivíduo expresse uma concordância, embora pareça um consentimento verdadeiro, se trate, na realidade, de algo que adveio de um processo de alienação. Esse processo de alienação – tão forte a ponto de o indivíduo entender que realmente consentiu – é violento. Ao seguir essa linha de raciocínio, aduz que há duas formas diferentes de alterar ou movimentar a Natureza para Aristóteles e, nesse contexto, afirma que "a violência é um constrangimento que consiste em fazer com que uma certa realidade opere sob a ação de uma força externa contrária à sua natureza" (CHAUÍ, 1985, p. 37). Ocorre que

> Se a violência é contrariar ou constranger a natureza de alguma coisa ou de alguém para que atuem de modo diverso àquele a que estavam destinados, nada impede que se conceba a natureza das coisas e das pessoas de tal maneira que seja possível exercer violência sobre elas sem, no entanto, supor que tal esteja efetivamente ocorrendo. [...] Nada impede a elaboração de idéias (sic) sobre a "natureza feminina" de tal sorte que os membros de uma sociedade, por respeitarem essa natureza, não se considerem autores de violência, nem sofredores dela. Aliás, a naturalização das determinações sociais e históricas sempre foi o procedimento privilegiado a ideologia, assim como a interiorização dessa naturalidade sempre foi essencial para a aceitação da violência como não-violência. Nada impediu, pois, a elaboração de uma "natureza feminina" que circunscrevesse o ser, as ações, os sentimentos e os pensamentos das mulheres à esfera doméstica e à procriação (CHAUÍ, 1985, p. 37-38).

Assim, expõe que quando se estabelecem entendimentos construídos a partir de uma "naturalidade", isso pode impedir que se entenda o que, de fato, compõe referida naturalidade. Respeitar uma suposta "natureza feminina" – como contribuir para manter mulheres na esfera privada – pode não ser visto como violência, se for entendido que a privação faz parte da natureza feminina. A autora relata que embora perspectivas baseadas em Natureza tenham perdido força, uma "ideologia naturalizadora" ainda se verifica na realidade feminina, em que se usa o corpo das mulheres "como uma determinação natural" (CHAUÍ, 1985, p. 38). O corpo feminino é sempre atrelado à esfera biológica, e se conecta à maternidade e sensibilidade. Interessante, porém, que a maternidade está ligada a um suposto instinto e destino, e se localiza em uma sociedade em que há controle de corpos femininos; já a sensibilidade se encontra em cultura que valoriza o pensamento (CHAUÍ, 1985, p. 38).

Com o advento do direito romano e cristianismo, a perspectiva de Aristóteles passa por mudanças: as pessoas têm vontade livre. Diante disso, a violência se verifica quando contraria a vontade das mulheres. De outro modo, a "natureza feminina" deve se ligar à vontade para que se considere que não passa por um processo de violência. Deve-se, assim, consentir (CHAUÍ, 1985, p. 39). Esse é o motivo pelo qual, em casamentos cristãos, se pergunta à mulher se aceita se casar "'por livre e espontânea vontade' e somente após esse consentimento a cerimônia prossegue, afirmando que caberá ao homem cuidar da mulher e esta submeter-se à vontade do marido. Submissão que não poderá ser considerada violência porquanto foi [...] consentida" (CHAUÍ, 1985, p. 39).

Depois, a autora trata de Kant, Hegel, Marx, e explica que fez uma análise breve sobre o pensamento do Ocidente para expor que quando se fala sobre Natureza e natureza humana, e também de História e Cultura, há, constantemente, a ideia de uma "natureza feminina" (CHAUÍ, 1985, p. 42).

Considera que as ideias de instinto materno e sensibilidade vinculam as mulheres à esfera particular (CHAUÍ, 1985, p. 45), e acrescenta que a noção moderna de liberdade se criou a partir da diferença entre finalidade externa[88] e interna, e apenas esta última se relaciona com a liberdade (CHAUÍ, 1985, p. 46).

> A finalidade interna [...] é imanente à própria ação que se dá fins a si mesma e que os alcança por si mesma, graças às atividades interiores e exteriores que realiza. A

[88] Um exemplo da finalidade externa é "quando a moderna organização do processo de trabalho fala em 'finalidades da direção' que comandam as ações dos executantes das tarefas sem que estes devam ou possam conhecer os fins reais das operações que realizam" (CHAUÍ, 1985, p. 46).

> finalidade interna sempre definiu a idéia (sic) de práxis (e, portanto, a ação ética e política). Quando examinamos a "subjetivação" das mulheres, notamos que lhes foram dadas finalidades "internas" a partir do exterior. A sutileza consistiu em dotar as mulheres de vontade e de liberdade para que a interiorização das finalidades externas se fizesse com o consentimento, a colaboração e a cumplicidade das próprias mulheres. Nossa hipótese [...] será a de que as mulheres, tendo sido convertidas heteronomamente em sujeitos, farão de sua "subjetividade" um instrumento de violência sobre outras mulheres. [...] a ilusão de liberdade se realiza pela dominação e opressão de outros (CHAUÍ, 1986, p. 46-47).

Dessa maneira, a autora, influenciada por Spinoza (CHAUÍ, 1985, p. 47), defende que a finalidade interna tem relação com o consentimento para a prática de uma ação, e que no caso das mulheres, esse consentimento sofre influência de questões externas a elas. Pode acontecer que as finalidades externas sejam absorvidas pelas mulheres, e quando consentem, embora pareçam emitir uma opinião livre, na realidade, colaboram com a finalidade externa.

Compreende que as mulheres são vistas "como seres *para os outros* e não seres *com os outros*" (CHAUÍ, 1985, p. 47, grifo da autora), e isso tem relação com a violência:

> Cremos que as mulheres praticam sobre outras vários tipos de violência porque reproduzem sobre as outras o mesmo padrão de subjetividade, isto é, encaram as outras e esperam que estas se encarem a si mesmas como seres para outrem (CHAUÍ, 1985, p. 48).

Desse modo, a violência que se dá entre mulheres ocorre porque uma exige que a outra seja caracterizada pela inércia, passividade e silêncio, e absorva as vontades daquele que a submete (CHAUÍ, 1985, p. 50). No entanto, essa explicação não pode ser bem assimilada se forem desconsideradas a "estrutura particular da família, [...] divisões sociais de classe e [...] determinações do mercado, além da referência às práticas políticas e culturais" (CHAUÍ, 1985, p. 50).

Diante disso, percebe-se que a autora enfatiza, dentre outros pontos, as influências por trás de um suposto consentimento ou de uma ação. Santos e Izumino (2005, p. 149), ao explicarem e citarem Chauí, sintetizam que a violência contra as mulheres decorre de uma ideologia de dominação masculina. Tanto sua criação como replicação se realizam por homens e mulheres. A violência é definida como uma ação que faz da diferença uma desigualdade marcada por hierarquia, e assim age com o objetivo de dominação, opressão e exploração. A ação violenta objetifica o dominado, em vez de tratá-lo como sujeito. Ele passa por um processo de silenciamento, dependência e passividade. Deixa de ter, consequentemente, autonomia e liberdade. Nessa linha, a violência contra as mulheres ocorre em razão de uma ideologia que aponta ser a condição "feminina" como algo inferior à "masculina".

Ocorre que as diferenças entre os homens e as mulheres se transmutam em desigualdades hierárquicas, e isso ocorre por meio dos discursos masculinos[89] a respeito das mulheres, cujo assunto principal é o corpo. Demarca-se, nesse discurso a respeito do corpo, a feminilidade a partir da possibilidade de dar à luz, ou seja, o enfoque recai sobre a maternidade. Observa-se, porém, que a maternidade é um alicerce a partir do qual se estabelece a divisão entre papéis de homens e mulheres, e essa diferenciação se transmuta em desigualdades hierárquica (SANTOS; IZUMINO, 2005, p. 149). Em relação à violência que recai sobre as mulheres e que também é por elas praticada, Chauí entende que são "cúmplices", mas não por conta de escolha, já que não possuem autonomia em suas subjetividades (de fato, como visto nas linhas acima, há problemas no consentimento dessas mulheres a partir das influências que recebem). Essa "cumplicidade" ocorre, na realidade, porque são "instrumentos" constantes da dominação masculina (SANTOS; IZUMINO, 2005, p. 150).

A segunda corrente encontrada por Santos e Izumino (2005, p. 148-150) a respeito da violência doméstica contra a mulher é a da dominação patriarcal, que se pauta, principalmente, no feminismo e marxismo. Trata-se de uma perspectiva que teve início, no Brasil, por Heleieth Saffioti. Os autores indicam duas obras relevantes da autora: *O poder do macho* e *A mulher na sociedade de classes*[90] (SANTOS; IZUMINO, 2005, p. 161).

De fato, em *O poder do macho*, Saffioti, em uma linguagem simples e clara, explica sua perspectiva que tem enfoque principal na intersecção entre gênero, raça e classe[91]. Trata-se de uma obra de 1987, mas que ainda se mostra bastante atual. Logo no início a autora aborda os papéis sociais. Afirma que "a identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo" (SAFFIOTI, 1987, p. 8). Ensina que certas tarefas são consideradas femininas, como a educação dos filhos, a responsabilidade pela casa, enfim, questões atreladas ao espaço doméstico. Para que se mantenha esse padrão, há ações da sociedade no sentido de naturalizar esse cenário. A ideia transpassada é que essa ligação com o

---

[89] Embora nomeados como discursos masculinos, são proferidos por homens e mulheres (SANTOS; IZUMINO, 2005, p. 149).

[90] Santos e Izumino (2005, p. 150) também explicam sobre a perspectiva da autora.

[91] "Tanto o racismo quanto o patriarcado são estruturas de dominação-exploração, que garantem relações sociais do mesmo gênero, isto é, também de dominação-exploração" (SAFFIOTI, 1987, p. 91). Ao final do livro, diz existir simbiose entre os sistemas de patriarcado, racismo e capitalismo, e este seria o "nó da questão" (SAFFIOTI, 1987, p. 112). O nó górdio, para a autora, é algo que precisa ser enfrentado (SAFFIOTI, 1987, p. 115). Ela ressalva que o capitalismo não foi o responsável por criar o racismo e o patriarcado. Depois que passou a existir, o capitalismo se encontra em uma relação de simbiose com os outros sistemas de dominação-exploração (SAFFIOTI, 1987, p. 60).

lar decorre da sua habilidade natural de ser mãe (SAFFIOTI, 1987, p. 8-9). Segundo a autora, há interesses na manutenção dessa ordem, e isso se solidifica da seguinte maneira: "ao se afirmar que sempre e em todos os lugares as mulheres se ocuparam do espaço doméstico, eliminam-se as diferenciações históricas e ressaltam-se os caracteres 'naturais' destas funções" (SAFFIOTI, 1987, p. 11). Há ações voltadas a naturalizar um processo de discriminação que advém, na realidade, da esfera sociocultural, pois permite mudanças (SAFFIOTI, 1987, p. 15).

Em relação ao conceito de patriarcado, entende-o como "sistema de relações sociais que garante a subordinação da mulher ao homem"[92] (SAFFIOTI, 1987, p. 16), e considera que "relações homem-mulher estão permeadas pelo poder" (SAFFIOTI, 1987, p. 18). Acrescenta que o patriarcado não se limita à dominação propagada pelo machismo (neste caso, envolvem-se os campos ideológico e político). Abrange também a exploração (e vincula-se, assim, à esfera econômica) (SAFFIOTI, 1987, p. 50).

Defende que o machismo é o fator que legitima a dominação feita pelos homens em relação às mulheres (SAFFIOTI, 1987, p. 22), e é um elemento que dificulta o exercício de uma democracia[93]. Além disso, também prejudica os homens. Aponta que para que o homem aja como macho, precisa passar por um processo de castração. Ele desempenha funções como a de ser provedor de sua família e, consequentemente, não pode fracassar. Ademais, a ele são ligados valores como força, coragem e razão (SAFFIOTI, 1987, p. 24-25), competição (SAFFIOTI, 1987, p. 36), além de precisarem inibir sensibilidade (SAFFIOTI, 1987, p. 24-25)[94]. Conecta, diante disso, os homens à luta das mulheres, pois "seria impensável pretender mudar comportamentos femininos sem redefinir os papéis masculinos" (SAFFIOTI, 1987, p. 27). Entende ser necessário falar não somente da mulher, mas também dos homens, pois estão em polos opostos na relação de dominação-exploração (SAFFIOTI, 1987, p. 29).

---

[92] Ela esclarece, porém, que não é o único sistema de opressão que atua na sociedade. Aponta que o poder do macho é extremamente amplo, e defende que mesmo uma mulher favorecida por sua classe ainda pode se encontrar em situação de subordinação aos homens (SAFFIOTI, 1987, p. 16).

[93] Acredita que para o exercício de uma verdadeira Democracia é imprescindível o fim patriarcado-racismo-capitalismo (SAFFIOTI, 1987, p. 94). Uma vez que as discriminações decorrem de construções sociais, também podem passar por um processo de desconstrução, e este é um caminho imprescindível para que se alcance a Democracia (SAFFIOTI, 1987, p. 117).

[94] Explica que determinados modelos – como mulher que exerce posição passiva e homem posição ativa - são, na realidade, estereótipos (SAFFIOTI, 1987, p. 37). Trata-se de "uma espécie de molde que pretende enquadrar a todos, independentemente das particularidades de cada um" (SAFFIOTI, 1987, p. 37). Acrescenta que "os estereótipos têm, realmente, força de molde. Quem não entra na fôrma corre o risco de ser marginalizado das relações consideradas 'normais'. O conceito de 'normal' é socialmente construído pelo costume" (SAFFIOTI, 1987, p. 39).

> Sartre tinha razão quando afirmava que o problema dos negros era um problema dos brancos. Nesta mesma linha de raciocínio, pode-se, sem medo de errar, dizer que o problema das mulheres é também um problema dos homens, porquanto a análise anterior demonstrou quão maléfica é para os homens esta dominação que a sociedade os obriga – para que sejam machos – a exercer sobre as mulheres (SAFFIOTI 1987, p. 89).

Outro ponto de destaque se dá quando a autora trata da igualdade frente à lei. Aponta a importância das Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher (uma medida que demonstra que os desiguais precisam ser tratados desigualmente), na medida em que esses serviços incentivam a denúncia de violências praticadas contra as mulheres, especialmente porque as profissionais são mulheres e se cria um ambiente de solidariedade, diferente da realidade constante de delegacias comuns, que por vezes cometem novas violências contra as vítimas (SAFFIOTI, 1987, p. 79-80).

No que se refere à violência contra a mulher, aponta que "dada sua formação de macho, o homem julga-se no direito de espancar sua mulher. Esta, educada para submeter-se aos desejos masculinos, toma este 'destino' como natural" (SAFFIOTI, 1987, p. 79). Assim, verifica-se que a autora parte da premissa de que a educação – influenciada por fatores de gênero, raça e classe – traz influência para que as pessoas sigam os papéis de gênero a elas designados. Esse contexto pode levar à situação de violência praticada contra a mulher, partindo-se da perspectiva de que os homens foram educados como "machos". A própria escola, na visão da autora, ensina aquilo que é almejado pelas classes dominantes, e "os conteúdos ensinados e os métodos autoritários de ensino visam à preservação das posições de mando ocupadas pelo patriarca branco, adulto e rico" (SAFFIOTI, 1987, p. 103). A sociedade, por sua vez, aduz que a mulher sofreu violência porque mereceu o ato (SAFFIOTI, 1987, p. 36). Paralelamente, a família tem como alicerce relações de dominação-subordinação entre os integrantes (SAFFIOTI, 1987, p. 39).

Denuncia que "o poder é branco, masculino e adulto" (SAFFIOTI, 1987, p. 85), e "ao modelador do dominador macho, branco, adulto e rico deve-se acrescentar a característica de heterossexual" (SAFFIOTI, 1987, p. 95).

A autora reforça as conclusões deste capítulo quanto à hegemonia: verificou-se, naquele momento e a partir dos autores já mencionados, que a hegemonia nas masculinidades é branca, rica, heterossexual, cisgênero e possui outras marcas afins. Embora ela não cite todos esses elementos, visualiza um poder nas relações sociais, que é personificado em um homem branco, adulto e heterossexual. Além disso, a pesquisadora demonstra que as influências para determinados padrões de conduta têm relação com os aprendizados advindos da família e da

escola, e sabe-se que esses locais, por sua vez, se inserem em uma sociedade racista, patriarcal, LGBTQIA+fóbica e desigual.

Em síntese, descreveram-se pontos relevantes da perspectiva patriarcal e da dominação masculina, a partir de Saffioti e Chauí, e no próximo subcapítulo esse mesmo movimento acontecerá em relação à perspectiva relacional, especialmente com base em Gregori para, no momento seguinte, estabelecer o diálogo parcial entre as vertentes.

2.6 Gênero como categoria de análise em Joan Scott e a perspectiva relacional

A terceira corrente mencionada por Santos e Izumino (2005, p. 148-151) se refere à relacional, e a principal obra que ilustra essa perspectiva é a de Maria Filomena Gregori, intitulada *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Antes de adentrar nas reflexões da perspectiva relacional de violência, porém, é interessante dar um passo atrás, e compreender gênero de forma relacional.

Piscitelli (2009, p. 146) traz uma importante análise sobre a história do conceito de gênero[95] e indica a leitura de Scott (1995) como um bom ponto de partida para o estudo (PISCITELLI, 2009). De fato, Scott (1995, p. 74) abre questões: "Como o gênero funciona nas relações sociais humanas? Como o gênero dá sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico?". Para que possam ser respondidas, depende-se do uso do gênero como categoria de análise (SCOTT, 1995), que somente foi usado dessa maneira – ou seja, "como uma forma de falar sobre os sistemas de relações sociais ou sexuais" (SCOTT, 1995, p. 85) – a partir do final do século XX (SCOTT, 1995, p. 85). Diante disso, a autora apresenta sua definição de gênero, que se divide em duas partes: "(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder" (SCOTT, 1995, p. 86).

[95] Piscitelli (2009, p. 127-132) aborda, por exemplo, a ideia de papel social, existente desde 1930; diferentes ondas do feminismo e autoras influentes; conceituação de patriarcado – "sistema social no qual a diferença sexual serve como base da opressão e da subordinação da mulher pelo homem [...] [que] pode ser entendido em função do âmbito familiar, como poder do pai sobre a esposa e sobre os filhos" (PISCITELLI, 2009, p. 132) e o fato de que esse poder seria visto como um ponto comum de opressão para todas as mulheres, criando-se uma identidade, além de críticas a esse conceito, "porque trata de maneira única, universal, formas de poder que se alteram em diferentes períodos históricos e lugares" (PISCITELLI, 2009, p. 136), e que foi no cenário de contestações das explicações sobre o início da opressão de mulheres e na procura de explicações mais adequadas sobre a opressão, a fim de que não mantivesse uma ideia natural e imutável, que nasceu o conceito de gênero (PISCITELLI, 2009, p. 136). Para Connell (1995, p. 203), "o patriarcado é uma estrutura histórica, não uma dicotomia intemporal de homens dominando as mulheres, [e] ele será extinto por um processo histórico".

Em relação à primeira parte, é composta por quatro elementos que se conectam: o primeiro refere-se aos símbolos presentes em determinadas culturas, que ensejam variadas representações simbólicas e podem, inclusive, ser contraditórias. Cita o exemplo de Eva e Maria: ambas são símbolos da figura feminina (a partir de uma visão cristã do Ocidente), mas ao mesmo tempo remetem aos mitos de luz e escuridão, de inocência e pureza versus corrupção e poluição (SCOTT, 1995), ou seja, verifica-se a contradição nesses símbolos. Diante disso, as historiadoras e historiadores precisam refletir (SCOTT, 1995, p. 86): "que representações simbólicas são invocadas, como, e em quais contextos?" (SCOTT, 1995, p. 86).

O segundo elemento refere-se a "conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas" (SCOTT, 1995, p. 86). Esses conceitos normativos são reproduzidos em diversos meios, como a religião, educação, ciência, e incidem neles uma visão binária e fixa. Predomina-se um significado muito específico sobre homem e mulher, ou o masculino e feminino. Em outras palavras, o segundo elemento refere-se aos conceitos normativos, que se relacionam a uma intepretação pautada em binarismo e fixidez. Isso se reflete, por exemplo, em uma interpretação tida como legítima a respeito da significação de ser homem ou mulher.

As interpretações decorrentes, por vezes, sofrem contestações, razão pela qual os historiadores devem refletir e contextualizar sobre o "quando e em quais circunstâncias" (SCOTT, 1995, p. 86-87). A concepção dominante é tida como a única. Conta-se a história como se as afirmações adviessem de um consenso (SCOTT, 1995, p. 87). No entanto, segundo Medrado e Lyra (2008, p. 823), "isso traz [...] uma conotação de fixidez à prescrição". Para exemplificar, Scott (1995, p. 87) menciona grupos religiosos fundamentalistas que tentam retomar o "papel 'tradicional' das mulheres, supostamente mais autêntico, embora, na realidade, haja poucos antecedentes históricos que testemunhem a existência inconteste de um tal papel".

Diante disso, é importante que a história deixe de lado uma noção fixa dos fatos, a fim de "descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva à aparência de uma permanência intemporal na representação binária do gênero" (SCOTT, 1995, p. 87). Essa perspectiva deve considerar a política, instituições, bem como a organização social. Este é o terceiro elemento. A autora defende que a análise de gênero não deve se restringir às questões de parentesco. Deve envolver também o mercado de trabalho, questões relativas à educação, política, dentre outras

afins (SCOTT, 1985, p. 87). Medrado e Lyra (2008, p. 823), ao dialogarem com este elemento[96], explicam que para Scott, o gênero não é produzido forma binária, e sim por meio das diversas instituições que se relacionam não somente à família ou parentesco. Diante disso, os autores defendem a ruptura com o binarismo e analisam o gênero de forma relacional.

Por fim, o quarto elemento refere-se à identidade subjetiva. Embora esteja de acordo com Rubin sobre o fato de que a psicanálise apresenta uma teoria relevante sobre a reprodução do gênero, compreende que a visão psicanalítica pretende ser universal, o que seria um erro. Devem-se considerar, além disso, aspectos históricos (SCOTT, 1995, p. 87).

Em relação à segunda parte de seu conceito de gênero, compreende que "o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado" (SCOTT, 1995, p. 88). Compreende que embora não seja o único fator, gênero parece ter contribuído para significar o poder no Ocidente, bem como em tradições relativas ao islamismo ou judaica-cristãs (SCOTT, 1995, p. 88).

Medrado e Lyra (2018, p. 8) estão de acordo Scott (1995), pois a autora:

> Propõe que a saída para uma reconstrução das assimetrias sexuais consiste em fazer explodir a noção de fixidez da diferenciação dicotômica entre os sexos, em refletir sobre a natureza do debate ou da repressão que leva à aparência de uma permanência atemporal na representação binária dos gêneros. Nesse sentido, questionar o status da distinção "natural" entre os sexos, base da diferenciação de gênero, talvez contribua para uma reflexão mais produtiva sobre as masculinidades, num sentido mais amplo (MEDRADO; LYRA, 2018, p. 8).

Em outras palavras, Scott (1995) questiona o binarismo de gênero, sua conotação atemporal, e a visualização do binarismo de sexo – a partir do qual se estabelece diferenciação de gênero – como algo biologicamente estabelecido. As lições de Scott (1995) permitem compreender a importância de trabalhar gênero a partir de um viés relacional, que não recaia em binarismos. De fato, Bento (2015, p. 48) visualiza o estudo de Scott como contraponto à percepção universalista, pois afirma que as relações de gênero são compostas de forma diversificada, e a definição de gênero serve como uma metodologia aos estudos desse campo[97].

---

[96] Esses autores compreendem ser este o quarto elemento, ao passo que a identidade subjetiva seria o terceiro. No entanto, trata-se de uma ordem invertida se comparada ao texto de Joan Scott (1995) consultado para este trabalho.

[97] Quando se abordam as construções de gênero, notam-se três dimensões propostas por Medrado (1996) e citadas por Bento (2015, p. 62): quanto à dimensão relacional, "não existe 'o masculino' e 'o feminino' em si, como entidades substantivas. Por meio da perspectiva relacional, pode-se perceber como determinadas conjunturas históricas são estruturadas a partir da interação dos gêneros e como os gêneros estruturam-se a partir de determinadas relações sociais" (BENTO, 2015, p. 62). Já na perspectiva da dimensão histórica, afirma-se que "para entender as relações de gênero, é necessário (sic) uma contextualização histórica, caso contrário, corre-se o risco de percebê-las como algo fixo" (BENTO, 2015, p. 62). Por fim, na dimensão contextual-situacional, liga-se "o estudo de gênero a contextos culturais específicos. Nesta dimensão, as variáveis tempo e espaço têm um papel

Para Bento, gênero como categoria de análise está presente em estudos que tentam compreender o que embasa as ações das pessoas, ou seja, quando se tenta "desvendar o que realmente está por trás das ações dos indivíduos" (BENTO, 2015, p. 75), diferente de uma abordagem meramente descritiva, a qual apenas relatam "como os homens e mulheres comportam-se, e quais as explicações que eles dão para suas ações, isto é, como os próprios 'nativos' explicam suas categorias sociais" (BENTO, 2015, p. 75).

Para Gonçalves (2017, p. 26), críticas à essencialização de categorias, além das relacionadas ao binarismo de gênero, permitiram que se refletisse sobre a diversidade de experiência dos indivíduos. Isso também contribuiu para "pensar a masculinidade não como um bloco homogêneo, como se pensássemos nos homens isolados na dominação. Diversos estudos sobre a masculinidade visualizaram múltiplas experiências nas interseções com várias categorias identitárias" (GONÇALVES, 2017, p. 26).

Após esse embasamento, é possível se aprofundar sobre a perspectiva da violência relacional, especialmente a partir das lições de Gregori.

Gregori representa a teoria relativista, justamente por criticar visões polarizadas, a exemplo do homem marcado pela culpa e a mulher pelo fato de ser vítima (NOTHAFT, 2016, p. 22). A ideia de dominadores *versus* vítimas, "em um sentido dicotômico [...] não dá conta do caráter relacional das construções sociais de gênero" (SANTOS, 2010, p. 119-120).

> Tal relativização do binômio dominação-vitimização, possibilitou reconstruir discursivamente a mulher na relação violenta, questionando a categoria "vítima", que a coloca em uma posição apenas passiva. Passou-se, então, a utilizar a expressão "mulheres em situação de violência", ao invés de "mulheres vítimas de violência". O debate de elaboração da Lei Maria da Penha aderiu à expressão "mulheres em situação de violência", e inseriu, definitivamente, a perspectiva de gênero na esfera da Lei (NOTHAFT, 2016, p. 23)[98].

---

central" (BENTO, 2015, p. 62). A partir dessas dimensões, a autora pontua que "as relações de gênero são constitutivas das relações sociais, mas que, também, são constituídas nas relações sociais marcadas pelas divisões de classe social, de raça/etnia, de valores e códigos simbólicos, de religião. Assim, o estudo das relações de gênero evoca outras dimensões como a relação entre indivíduo e sociedade, a diacronia e a sincronia. Os gêneros constroem-se relacionalmente e de acordo com os contextos culturais e históricos em que estão inseridos. Quando se pensa em estudar a construção da categoria social 'gênero', devem-se abandonar paradigmas que estabelecem posições fixas, universalizantes. Significa reverter a oposição binária, deslocar as construções hierárquicas, buscar compreender a construção e reprodução das relações de gênero nos contextos que os geram. A forma como se processará tal desconstrução dependerá do modelo analítico que o pesquisador adotará. Essas três dimensões estão presentes na articulação contextual que Scott (1995) propôs para 'gênero'" (BENTO, 2015, p. 62-63).

[98] A autora observa, porém, que outras terminologias ainda são utilizadas, assim como não se deixou de tratar do conceito de patriarcado. Cita as lições de Gregori e Debert (2008), aqui já mencionadas, para exemplificar os diferentes sentidos das expressões (NOTHAFT, 2016, p. 23).

Trabalhar essa perspectiva de interação na violência, no entanto, a partir de uma perspectiva interpessoal, pode trazer a culpabilização da mulher a respeito das agressões (SOARES, 2012, p. 198). Assim, "Como reconhecer implicações mútuas sem deixar de levar em conta as vulnerabilidades específicas, as violações de direitos e a necessidade de mecanismos de restauração e fortalecimento das pessoas agredidas?" (SOARES, 2012, p. 198).

O discurso universalizante sobre a violência, que por vezes não permite que a perspectiva da mulher seja considerada, vez que falam por ela, faz com que os homens – vistos como o *locus* da violência, ao invés de se considerar o contexto em que se criaram as relações em que há violência – sejam punidos[99] e distanciados da possibilidade de comunicação e diálogo (SOARES, 2012, p. 201).

O embasamento para a definição da expressão "violência contra a mulher" – que se deu nos anos de 1980, no Brasil – advém de um entendimento específico sobre a opressão que recaía sobre as mulheres. Considerou-se, para tanto, a influência do patriarcado. Nesse período, não se utilizava gênero para definir essa espécie de violência (DEBERT; GREGORI, 2008, p. 168), "e a condição feminina tinha seu significado articulado a pressupostos universalizantes, como a idéia (sic) de que a opressão é uma situação partilhada pelas mulheres pelas circunstâncias de seu sexo, independente do contexto histórico ou cultural observado" (DEBERT; GREGORI, 2008, p. 168). Já na segunda metade da década de 1980 até a década de 1990, outras perspectivas foram trabalhadas, mas "de qualquer modo, mesmo com conotação universal e um tanto essencialista, o movimento feminista tornou pública uma abordagem sobre conflitos e violência na relação entre homens e mulheres como resultado de uma estrutura de dominação" (DEBERT; GREGORI, 2008, p. 168).

Após contextualizar as discussões seguintes, Debert e Gregori (2008, p. 173) mostraram críticas à Lei Maria da Penha, a exemplo da realizada por Karan, que acredita que a penalização do homem contra a vontade da mulher retira seu direito de liberdade de escolha em se relacionar com aquele parceiro. Isso gera uma coisificação da mulher. De modo que a vontade estatal teria o direito de se sobrepor à vontade da mulher, praticando a inferiorização, vitimização, além de agir como se soubesse o que é melhor. Em face dessa crítica, os autores notaram que naquele contexto:

> A defesa da mulher se reduz à exaltação ingênua da liberdade de escolha, mesclada com a valorização da família, e, nesses termos, restabelecem-se hierarquias a partir das quais as mulheres eram tratadas, quando a defesa da família dava a tônica central

[99] O autor considera que a punição também é importante (SOARES, 2012, p. 202).

> das decisões tomadas pelos agentes do sistema de justiça (DEBERT; GREGORI, 2008, p. 173).

Os estudos sobre gênero criticaram a vitimização, e consideram como tal a ideia de "mulheres como vítimas passivas da dominação" (DEBERT; GREGORI, 2008, p. 167). No entanto, não seria aceitável que a busca por formas alternativas para obtenção de justiça levasse ao raciocínio de que se as mulheres conseguissem ter atitudes específicas, sairiam da situação de discriminação. Assim, "transformar a violência, o poder e o conflito em problemas de falta de confiança e auto-estima (sic) dos oprimidos, ou, então, de dificuldade de comunicação" não é o caminho adequado (DEBERT; GREGORI, 2008, p. 168). Nesse sentido, criticava-se a vitimização porque as mulheres eram apresentadas como vítimas não somente dos homens, mas também da indústria, da beleza, da justiça e de outros setores. A relevância dessa análise foi enfatizar que as mulheres têm capacidade de agência e resistência. No entanto, não concordam que o empoderamento[100] seria suficiente para a eliminação da discriminação (DEBERT; GREGORI, 2008, p. 173).

Se assim fosse, de um lado as mulheres seriam vistas como objeto de dominação masculina, e de outro, se consideraria que "as trajetórias individuais são sempre flexíveis, os constrangimentos sociais e econômicos são de pouca monta e as desigualdades podem ser facilmente neutralizadas" (DEBERT; GREGORI, 2008, p. 173). Segundo esse raciocínio, "a violência, poder e conflito transformam-se em problemas de falta de confiança e auto-estima dos oprimidos, ou, então, de dificuldade de comunicação do casal" (DEBERT; GREGORI, 2008, p. 173).

A fim de contribuir com a discussão, os autores propõem uma distinção entre violência e crime, no sentido de que este seria a tipificação de condutas, ao passo que a violência requer "o reconhecimento social [...] de que certos atos constituem abusos, o que exige decifrar dinâmicas conflitivas que supõem processos interativos atravessados por posições de poder desiguais entre os indivíduos. As violências[101] evocam uma dinâmica relacional" (DEBERT; GREGORI, 2008, p. 176).

---

[100] Segundo os autores, esse termo é "usado sobretudo pela militância de movimentos sociais para indicar a transformação do público alvo de sua ação em sujeitos de direitos e indivíduos capazes de rever a situação de opressão e submissão de que são vítimas" (DEBERT; GREGORI, 2008, p. 181). Não se visualiza aqui o mesmo sentido de empoderamento defendido a partir de Berth (2019).

[101] Citam que para Foucault, as violências dificilmente seriam resolvidas no âmbito judicial, na medida em que este não somente gera, mas também reproduz desigualdades. Não significa que o sistema de justiça não traga importantes instrumentos que contribuem com ressarcimentos, mas sim que não há igualdade nos diferentes países, além de que o próprio entendimento acerca da igualdade e acesso à justiça não é unânime (DEBERT; GREGORI, 2008, p. 176).

Gregori compreende que há limitações quando apenas se reproduz, e não se questiona, o dualismo entre o algoz e a vítima, ou divide a representação feminina entre o tradicional e o moderno. Isso porque essas divisões partem da premissa de que há "uma coerência a cada termo da oposição", o que não ocorre na dinâmica não somente das representações, mas também das relações sociais[102] (DEBERT; GREGORI, 2008, p. 177).

Os autores pontuam que os marcadores de gênero – que influenciam nas assimetrias e relações de força e poder – sejam analisados em conjunto com outros[103], como classe e raça (DEBERT; GREGORI, 2008, p. 178). Com isso, defendem que os indivíduos "vivem em meio a relações em que as identidades vão sendo criadas num processo permanente de espelhamento e contraste. Não existe uma categoria genérica que imponha um perfil fixo dessa identidade" (DEBERT; GREGORI, 2008, p. 179). De outro modo, entendem ser importante direcionar o olhar para os movimentos que tentam enfrentar as raízes da intolerância e do preconceito nas situações do dia-a-dia, "em que as desigualdades e as assimetrias de poder não são apenas negociadas, podem ser mantidas, mas também transformadas" (DEBERT; GREGORI, 2008, p. 179). Deve-se, desse modo, atestar que se reconheça na esfera pública e privada que há uma arena de disputas, marcada por posições de poder e por objetos (DEBERT; GREGORI, 2008, p. 179).

Outra obra que contribui para o entendimento da perspectiva, conforme alertado por Santos e Izumino (2005, p. 151), é de Gregori (1993). Ao introduzir o capítulo em que traz entrevistas com vítimas de violência doméstica (GREGORI, 1993, p. 137), a pesquisadora afirma:

---

[102] Essa visão também consta do "debate proposto por algumas teóricas do feminismo contemporâneo que questionam justamente a concepção monolítica sobre a violência e analisam as articulações entre gênero e violência. A bibliografia mais recente tem procurado superar certa 'neutralidade' difusa no que concerne ao problema da diferença entre os sexos. Essas autoras posicionam-se contra qualquer retórica que não encare a violência como algo *en-gendered* (isto é, perpassado pela assimetria sexual e de gênero" (DEBERT; GREGORI, 2008, p. 177).

[103] "adotamos a perspectiva que acredita na coexistência de vários núcleos de significado que se sobrepõem, se misturam, e estão permanentemente em conflito. Na situação das relações familiares, por exemplo, cruzam-se concepções sobre sexualidade, educação, convivência e sobre a dignidade de cada um. Cruzam-se também posições definidas por outros marcadores ou categorias de diferenciação que implicam variadas posições de poder: geracionais ou etárias, marcadores raciais e também os relativos à classe e a ascensão social. Exercer uma posição é agir em função de várias dessas concepções, posições e marcadores, combinando-os mesmo quando são conflitivos. Desse modo, importa salientar que ao tratar de posições de gênero é preciso considerar que, certamente, existem padrões legitimados socialmente importantes na definição de identidades e condutas. Contudo, é preciso ter em mente que eles devem ser vistos como construções, imagens, referências compostas e adotados de modo bastante complexo, pouco linear e nada fixo. Pensar em termos relacionais implica também não reificar ou estabelecer como determinação as assimetrias baseadas nos marcadores de gênero" (DEBERT; GREGORI, 2008, p. 178).

> Para a presente análise é importante observar quais são os padrões culturais[104] que estão informando e servindo como referência para as ações e visões dessas mulheres e homens. Sem cair numa dicotomia mecânica e superficial entre padrões tradicional e moderno – pois eles podem significar tudo e nada – é preciso considerar que em muitos dos embates e crises familiares o que está em jogo são os critérios de legitimidade dos padrões de família e dos papéis feminino e masculino. A dicotomia tradicional/moderno não serve como instrumento de análise das entrevistas porque supõe uma coerência interna a cada termo da oposição. Prefiro pensar na existência de vários núcleos de significado que se sobrepõem e se misturam. Na situação familiar, cruzam-se concepções sobre sexualidade, sobre educação, sobre convivência, sobre a dignidade de cada um. Exercer um papel é agir em função de várias dessas concepções, é combiná-las mesmo quando são conflitivas. As combinações são as mais variadas e mostram que é equivocado atribuir genericamente ao fenômeno da violência contra a mulher um conflito de padrões entre o casal ou mesmo excluir essa hipótese também de maneira genérica (GREGORI, 1993, p. 139).

Percebe também que há papéis tidos como legítimos por essas mulheres, e entendem ser necessária uma certa reciprocidade. Ou seja, só há sentido em desempenharem papéis femininos se os homens cumprirem os seus (GREGORI, 1993, p. 139).

> Os padrões que não questionam a divisão tradicional dos papéis sexuais permitem uma reciprocidade em que os lugares e papéis dos agentes estão claros. A divisão sexual do trabalho é melhor definida, propiciando um maior controle e uma certa "economia" dos esforços. Por outra parte, esses padrões estão apoiados num universo ético e moral que permite uma manipulação clara entre o "certo" e o "errado" (GREGORI, 1993, p. 139).

Na parte final de seu livro, Gregori (1993, p. 179) menciona tensões vivenciadas entre dois casais que iniciavam uma discussão e depois partiam para uma situação mais séria[105].

Os dois casos mencionados são: a) Júlia discute com o esposo porque este não deixou o filho com a chupeta; Júlia tem dificuldade para achar o objeto (por não ter olhado com atenção) e grita com o esposo. Ele diz que ela deveria procurar melhor antes de gritar, e ela o manda para "a puta que pariu". Depois, começam a se agredir. Paralelamente, tem-se b) Regina, que elogia Yoko Ono, uma pessoa que não agrada seu marido por considerá-la "puta". Regina, inconformada, diz que ele não deve se influenciar pelo que as pessoas dizem. O homem retruca e diz que se ela gosta de uma pessoa "puta", então significa que também deve ser. Ela o chama de ignorante e preconceituoso. Depois disso, seguem os atos de agressão (GREGORI, 1993, p. 177-178).

A autora explica os sentidos da discussão inicial: Júlia quer apontar a irresponsabilidade do parceiro; Regina, o machismo do esposo. Porém, percebe-se que o objetivo das discussões

---

[104] Usa o conceito de Geertz sobre padrões culturais (GREGORI, 1993, p. 174).
[105] Quando trata do assunto faz diálogo com Roland Barthes.

iniciais não era a de tentar entender o ponto de vista do outro, ou de trazer novas perspectivas para a vida conjugal. O que acontecia no "fazer a cena" era a intenção de ser o último a falar. O objetivo era que o outro se calasse. O acordo não era viável ali (GREGORI, 1993, p. 179). Aduz que seria intrigante refletir "se a agressão não funciona como parte do jogo que a cena introduz" (GREGORI, 1993, p. 179). Ou seja, será que essa cena não seria uma introdução para uma situação de violência?

Ressalta também que o xingamento proferido por Júlia marca a finalização de um jogo e o começo de outro. Ela fala por último na cena que atua como parceira. Em seguida, inicia-se outra cena, em que figura como vítima (GREGORI, 1993, p. 179-180). Trata-se de "um perverso jogo de feminilidade e masculinidade, ou melhor, de imagens que desempenham papéis de mulher e de homem nas relações conjugais" (GREGORI, 1993, p. 180). Júlia considera que a situação em sua casa está fora de ordem: o salário do parceiro não dava conta dos gastos. Paralelamente, ela precisa trabalhar fora de casa, e acredita que o ideal era se pudesse permanecer na residência e cuidar das crianças. Além disso, não gosta da interferência do parceiro na educação dos filhos. O papel do esposo, ou seja, a função que realmente deveria ocupar – a de prover a residência – falhou. E isso implica que ela também erre como mãe. É possível que, com a cena, Júlia tente fazer com que o parceiro tenha um desempenho masculino (GREGORI, 1993, p. 180): "estar na posição de vítima, além de permitir o pedido de um auxílio ou proteção externos, reequilibra a relação segundo um recorte em que a mulher se coloca no lugar de alguém que precisa de amparo" (GREGORI, 1993, p. 180). De outro lado, Regina e o esposo têm divergências quanto aos padrões de conduta (GREGORI, 1993, p. 181).

Quando a autora trata das queixas feitas por mulheres agredidas (e não aborda, especificamente, de Regina e Júlia nesse contexto), nota que sempre relatam as diversas posturas inadequadas do parceiro e o sofrimento pelo qual passaram (GREGORI, 1993, p. 186). Gregori considera que a queixa funciona como cúmplice da violência. Há, comumente, uma oposição nas descrições[106] (GREGORI, 1993, p. 188): "as vítimas constroem a narrativa contrapondo atos criminosos ou vis à perfeição de suas condutas: são boas mães, esposas dedicadas, recatadas, responsáveis e generosas" (GREGORI, 1993, p. 188).

Nesse sentido, aponta que a análise da violência contra a mulher somente a partir da perspectiva do crime/punição (um viés que reforça as posições de vítima e agressor) é incompleta. Há diversas razões para a situação de violência, como "disposições conflitivas de

[106] Vale-se, principalmente, da obra de Marquês de Sade para chegar a essa pontuação.

papéis cujos desempenhos esperados não são cumpridos, disposições psicológicas tais como esperar do parceiro certas condutas e inconscientemente provocá-lo, jogos eróticos etc" (GREGORI, 1993, p. 183). Para a compreensão da violência, a perspectiva de vítima e algoz, em que aquela é passiva e este é destruidor e dominador, não é o caminho mais adequado (GREGORI, 1993, p. 184).

A pesquisadora ressalva que os casos mencionados como introdução à sua análise não são representativos de todas as situações violentas, "mas são modelares porque revelam com intensidade que a agressão funciona como uma espécie de ato de comunicação, no qual diferentes matizes podem estar atuando" (GREGORI, 1993, p. 183). Tem-se que "a violência pode ser uma forma de comunicação, ainda que perversa, entre os parceiros" (GREGORI, 1993, p. 134). São atos que visam gerar vitimização, culpabilização, retomar posturas femininas ou masculinas. Paralelamente, também demonstram "rituais" que ocorrem na esfera privada desses indivíduos, que acabam por estabelecer a violência como rotina (GREGORI, 1993, p. 183).

Observa-se que, de forma geral, os parceiros incitam ou perpetuam a situação, mesmo que de forma inconsciente ou impensada (GREGORI, 1993, p. 183). Mas a autora ressalva que "é o corpo da mulher que sofre maiores danos, é nela que o medo de instala. E, paradoxalmente, é ela que vai se aprisionando ao criar sua própria vitimização" (GREGORI, 1993, p. 184). Nesse sentido, defende que há uma ação, por parte da mulher, que faz com que se repitam violências (GREGORI, 1993, p. 184), e "o difícil para esse tipo de vítima é exatamente o fato de que ela coopera na sua produção como um não-sujeito" (GREGORI, 1993, p. 184).

A ideia da autora não é a de culpar as vítimas pelas violências que sofrem, nem justificar atos agressivos, mas sim compreender os contextos e significados da violência. Ademais, ela questiona até que ponto verdadeiramente se assimila o cenário que se repete diariamente (GREGORI, 1993, p. 184), ou seja, "cabe indagar em que medida o seu entendimento permite apreender essa situação, refeita cotidianamente, onde a mulher é mantida dependente, submissa e exposta aos atos de agressão" (GREGORI, 1993, p. 184).

Relata que normalmente as mulheres possuem as mesmas referências dos homens (GREGORI, 1993, p. 196). Ainda, pontua que os dois vivem uma relação de intimidade, "um laço que supõe uma tensão, mas também uma simbiose entre ódio e amor. A luz está focada nesse agente concreto e não na ordem de padrões culturais que enlaça [...] a relação que estabelece com ele" (GREGORI, 1993, p. 196).

Conclui ser "equivocado incorrer num procedimento de 'essencializar' e generalizar a experiência de vida das mulheres a partir do fato de que são oprimidas" (GREGORI, 1993, p.

200). Ao mesmo tempo, é inadequado tomar as narrativas das mulheres como únicas fontes da verdade, haja vista que suas falas são parciais (GREGORI, 1993, p. 200). Por isso, é importante ouvir também os homens, "não tomando o masculino como dado, mas também como uma identidade que se constitui na trajetória, na vivência" (GREGORI, 1993, p. 200).

> Os papéis de gênero devem ser abordados, a meu ver, sem elaborar uma dicotomia que opõe, de maneira fixa, os padrões "tradicionais" aos padrões "modernos". Existem padrões legitimados socialmente; entretanto, é impossível tentar definir todos os aspectos que os constituem e, assim, classificar rigidamente condutas "velhas" e condutas "novas". Os padrões são construções, imagens, referências que as pessoas dispõem de maneira particular em suas relações concretas com o mundo. Desse modo, quando um homem lava a louça ou quando troca a fralda da criança, ele pode também não gostar e se ressentir de sua mulher atuar no mundo público. Quando a mulher trabalha e considera importante a participação feminina fora da esfera privada, ela pode, também, não gostar que seu marido interfira na forma pela qual ela gerencia a vida doméstica. Porque os padrões são referências não totalmente impositivas, as relações de gênero, por exemplo, são sempre conflituosas. [...] É necessário assumir que a cultura é mais um mapa do que um conjunto de prescrições impositivas (GREGORI, 1993, p. 200-201).

Em síntese, a teoria de Gregori é interessante por mostrar a multiplicidade das vivências que se dão em relações de violência doméstica contra a mulher. Defende que não se deve sempre analisar o contexto a partir de padrões fixos, já estabelecidos, de que o homem é o algoz e a mulher é a vítima. As violências podem ser jogos, iniciadas a partir de discussões que terminam em uma situação mais séria. Mas a discussão inicial, por vezes, tem elementos escondidos. Diz-se algo com a intenção de dizer outro enunciado. Além disso, referidos jogos não são, necessariamente, conscientes. A autora também ressalta que não objetiva culpar a mulher, e relembra que é seu corpo o alvo dos maiores danos. Em síntese, almeja destacar que a violência aqui discutida não é uma realidade constante, imutável, que tem regras fixas e duais. Também relembra a importância de se ouvir os homens, na medida em que a fala das mulheres não é neutra. Na realidade, é parcial (assim como a masculina), pois evidencia a vivência e perspectiva de quem fala.

Ressalta-se que a obra de Gregori sofre críticas: Santos e Izumino (2005, p. 152) afirmam que a autora não visualiza a correlação entre violência e relação de poder. Não se concebe, a partir dessa perspectiva, a mulher como vítima de uma dominação feita pelos homens, e sim como alguém que contribui para a permanência dos papéis de gênero que exercem influência para o cometimento da violência, agindo como "cúmplice" (SANTOS; IZUMINO, 2005, p. 152).

> Só que tal cumplicidade não é explicada por Gregori como mero instrumento de dominação. Para a autora, a mulher é protagonista nas cenas de violência conjugal e se representa como "vítima" e "não-sujeito" quando denuncia, através de queixas, tais cenas. Nestas queixas, a mulher reforça a reprodução dos papéis de gênero. Ela coopera na sua produção como "não-sujeito" e se coloca em uma posição de vítima, porque assim obtém proteção e prazer. Mas Gregori reconhece que o medo da violência também alimenta a cumplicidade da mulher. [...] Gregori não pretende [...] "culpar" a mulher de sua participação na produção de sua vitimização (SANTOS; IZUMINO, 2005, p. 152-152).

A perspectiva relacional é acompanhada por Isabela Oliveira (2016, p. 10). A autora participou do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde entre 2013 e 2014, e obteve informações sobre homens autores de violência doméstica. Embora tenha iniciado a pesquisa se questionando "de que forma os homens pensavam a violência praticada contra suas mulheres e que relação a resposta a essa questão teria com suas próprias referência (sic) de masculinidade (e feminilidade)" (OLIVEIRA, 2016, p. 12), notou que o discurso dos homens permitiu refletir sobre outras questões, que já foram constatadas em outras pesquisas, como Corrêa, Andrade, Lins, mas que desta vez estavam presentes nas narrativas dos denunciados, e não nas das mulheres. Nesse sentido,

> [...] emergiram temáticas como traição, ciúmes, moralidade sexual, família, casamento e eram mobilizadas certas lógicas de argumentação que deslocavam o homem da figura de "algoz" e o colocavam dessa vez no papel de "vítima" de uma série de injustiças e "armações" (OLIVEIRA, 2016, p. 12).

A autora defende que não haja apego às posições de opressor/oprimido, ou vítima versus algoz, e em vez disso deve-se tentar "entender os contextos de enunciação e os fenômenos que buscam explicar, mesmo que com explicações parciais e situadas" (OLIVEIRA, 2016, p. 30). Em sua visão, a distribuição de referidos papéis não auxilia no entendimento dos questionamentos que encontrou em sua pesquisa empírica. No entanto, isso não muda o fato de que estatisticamente as mulheres são assassinadas, especialmente dentro de suas residências e por homens próximos, da mesma forma como não altera a realidade dos homicídios praticados por homens contra outros homens, neste caso, no âmbito público. Sua abordagem se aproxima da tentativa de entender as relações violentas. Afasta-se da ideia de que o encaminhamento do homem à prisão resolveria a questão (OLIVEIRA, 2016, p. 97).

Para Nothaft (2014, p. 6), refletir sobre a violência de gênero demanda a análise de sua característica relacional. De modo que somente seriam possíveis transformações se tanto os homens quanto as mulheres forem considerados. Segundo Barbara Soares (2012, p. 191-192), a análise sobre a violência conjugal não deve se restringir a um olhar simplificador.

De forma geral, portanto, a análise relacional dá atenção a complexidade presente na violência doméstica contra a mulher, no sentido de retirar um viés universalizante e imutável desse fenômeno. Mostra-se que, por vezes, há posturas ativas de ambos os lados, e apontam-se, em Gregori, os sentidos por trás dessas atitudes. Cumpre, neste momento, viabilizar um diálogo parcial entre as correntes teóricas até aqui estudadas, na medida em que se mostram importantes, mas, por vezes incompletas, e uma análise conjunta pode trazer conclusões mais amplas.

De fato, a partir da leitura realizada para o capítulo número quatro, que enfatiza os grupos reflexivos brasileiros, notou-se que embora exista uma dinâmica violenta que envolve posturas ativas do homem e da mulher, a atitude lida como "provocação feminina"[107], por vezes, corresponde ao descumprimento de tarefas vistas como femininas, e só são assim compreendidas em razão dos papéis de gênero, apreendidos dentro de um contexto patriarcal. Assim, notou-se que embora as indicações de leitura confluíssem para o viés relacional, este poderia ser complementado a partir do patriarcado. Em outras palavras, embora a teoria relacionada ao patriarcado sofra críticas, ela não deve ser descartada. Ainda, Chauí contribui enormemente quando discute sobre ações livres. Trata-se de um aprofundamento a ser feito a seguir.

2.7 Estabelecimento do diálogo entre as teorias

As três teorias aqui discutidas – dominação masculina, perspectiva patriarcal e relacional – não precisam ser vistas, necessariamente, como contrárias umas as outras. É possível que atuem como complementares. De fato,

> Não se trata [...] de negar a condição de maior vulnerabilidade feminina a determinadas formas de violência, como a doméstica, e menos ainda de desqualificar os esforços no sentido de reduzi-la sob o argumento de que uma vez que todas as mulheres também agridem seus parceiros tudo se equivale e não há com o que se preocupar. Não é verdade. As diferenças na forma e na intensidade da violência conjugal masculina e feminina mostram exatamente que as desigualdades persistem e que encontram expressão própria nas interações violentas. Ainda que a relação entre patriarcalismo e violência doméstica não seja direta e mecânica, ela existe e representa um elemento fundamental em muitos casos, além de se prestar, como discurso justificador, para várias situações, com múltiplos determinantes. A questão [...] é que, além de não cobrir a totalidade das experiências reais, a ideia de que o motor da violência está na dominação de gênero (contida na própria expressão "violência contra

[107] Como se verifica em Marques (2007, p. 85).

> a mulher") reduz um problema por natureza complexo e dinâmico a um fenômeno estático e de causalidade única (SOARES, 2012, p. 195).

Já se considerou que "'a mulher que apanha' e o 'homem que agride' como seres monolíticos, meramente repetidores de comportamentos padronizados e identificados na totalidade a seus respectivos papéis" (SOARES, 2012, p. 196). Acolheu-se uma teoria geral a respeito dessas violências, que parte da premissa de uma absoluta vitimização feminina, decorrente da dominação exercida pelos homens, o que traz um viés universalizante (SOARES, 2012, p. 198). Essa perspectiva dialoga com o que ocorre em situações de violência, mas não explica a totalidade dos casos (SOARES, 2012, p. 198). Assim, verifica-se, na realidade de casais, situações em que há somente vitimização de um lado e agressão do outro. No entanto, não é uma explicação aplicável a todos os casos de violência.

Em síntese, a teoria relacional é interessante por trazer uma nova perspectiva dentro da violência doméstica. Mostra-se a complexidade nessas relações, e aponta-se que uma análise pautada unicamente em vieses opostos, como mulher vítima e homem agressor, é incompleta. Isso não significa, porém, que essa oposição não ocorra em certos casos. Nesse sentido, objetiva-se não generalizar as violências domésticas com base em somente uma perspectiva. Não há sempre um padrão, mas ao mesmo tempo não significa que ele não incida em alguns casos. Como apontou Barbara Soares (2012, p. 198), a vitimização das mulheres e dominação dos homens existe nos cenários de violência, apenas não abrange todas as situações.

De fato, há cenários em que a mulher tem alguma ação. No entanto, quando toma alguma atitude lida como violenta, é comum que as pessoas digam: "mas e nos casos em que a mulher agride?" / "ela provocou" / "ela merece apanhar". Essas posturas também são vistas nos grupos reflexivos, conforme se aprofundará no capítulo número quatro[108]. Diante disso, é necessário tentar compreender o que acontece nessas situações, além de deixar-se evidente, desde já, que nada justifica a violência praticada contra a mulher, e que não é cabível qualquer culpabilização feminina.

Os casos descritos por Gregori (1993, p. 193) de Júlia e Regina não tiveram como objetivo serem representantes de todas as violências, mas de mostrarem que há comunicação nesse ato. Referida comunicação é influenciada por diferentes questões. Aqui, parte-se da hipótese de que os valores que interferem nessa comunicação podem ser perpassados pela lógica hegemônica presente na sociedade, que se influencia, por sua vez, pelo viés patriarcal.

---

[108] Nothaft e Beiras (2019, p. 7) verificam relatos em seis trabalhos sobre o tema que alguns participantes consideram a Lei Maria da Penha injusta, por exemplo.

No caso de Regina, o marido a chama de “puta”; já Júlia inicia a dinâmica da discussão por, no fundo, estar incomodada com o fato de não poder cuidar das crianças da forma como gostaria e de o marido interferir nessa educação (e se observa, novamente, os valores patriarcais infiltrados na ideia de que a educação infantil pertence à mulher). Também está infeliz porque o marido não consegue prover a casa como deveria (e se parte do pressuposto de que a função do marido é a de provedor). Para tentar reequilibrar a situação e devolver a masculinidade hegemônica ferida (já que não consegue ser o provedor), “contribui” com a situação violenta e se coloca em uma posição em que precisa de amparo (ou seja, segue o papel da mulher passiva, submissa, que precisa de proteção).

Assim, é interessante pensar que embora a dinâmica da violência tenha participação de ambos os parceiros, é possível que, em alguns casos, os valores por trás dessas “provocações” estejam pautados no patriarcado. E isso é compatível com o enfoque da não padronização de relações lançada por Gregori: as mulheres não necessariamente são passivas; não há sempre um padrão em que ela age como uma vítima inerte e sem reação. Defende-se, porém, que é possível, em algumas situações, que as ações dos indivíduos na dinâmica violenta sejam influenciadas por valores hegemônicos e patriarcais, e isso não impede que as pessoas tenham ações ativas ou provocativas. Em outras palavras, conclui-se que embora, em parte dos relacionamentos, exista uma dinâmica que foge às generalizações, é possível que também em parte desses relacionamentos incidam valores patriarcais que influenciarão para as ações dos parceiros no jogo violento.

Verificou-se nos casos acima descritos a influência de papéis sociais e de valores patriarcais na conduta dos envolvidos, a exemplo do xingamento de “puta” ou o descontentamento com a função de provedor/educação infantil. Há, portanto, diálogo parcial com Saffioti (1987).

A teoria de Chauí também consegue dialogar com as outras no que se refere às discussões sobre consentimento.

Chauí pontua, dentre outras questões, em que medida há, de fato, um consentimento livre[109]. Paralelamente, Gregori (1993, p. 97) destaca que não há uma efetiva opção para mulheres sobre continuar num relacionamento violento, pois para que se faça uma escolha, é necessário ter liberdade. “O que parece ocorrer com essas mulheres é menos uma questão de

[109] Ressalte-se que Fernanda Mattos discute sobre consentimento livre e vulnerabilidade de mulheres em sua pesquisa de mestrado, ainda em desenvolvimento. Os diálogos possibilitados por meio de grupos de pesquisa e meios afins permitiram a inspiração para que se pensasse sobre consentimento livre neste momento.

escolha e mais de contexto" (GREGORI, 1993, p. 97). Diante disso, "contribuir" com/ ter uma posição ativa nas práticas violentas é uma questão de consentimento/escolha?[110] Quais são os valores por trás dessa ação? É possível supor que, em alguns casos, exista uma espécie de "provocação" para que se inicie a dinâmica violenta. Tal "provocação", no entanto, pode ser influenciada por valores patriarcais. De modo que referida provocação não é algo livre, ou seja, não se trata de uma escolha, haja vista as influências para que essa prática aconteça.

Justamente pela complexidade das relações de gênero[111], não é possível estabelecer qualquer regra sobre o que ocorre em relacionamentos. No entanto, aponta-se que em algumas situações específicas, o papel apreendido por homens e mulheres – na família, escola, etc – traz influência em suas vidas e relações. Eventual descumprimento de um desses papéis pode ensejar uma discussão, e mesmo que a mulher tenha uma atuação mais ativa, essa atuação pode não ser totalmente livre. De um lado porque é seu corpo que sofrerá as maiores consequências, como expressou Gregori (1993, p. 184), e de outro que porque há influência dos papéis na dinâmica dessa violência.

Assim, em que pese as teorias aqui expostas principalmente a partir de Saffioti, Chauí e Gregori não estejam de acordo em todos os pontos, é possível estabelecer um diálogo parcial entre elas, relativamente a algumas situações, conforme exposto no parágrafo acima[112].

Diante disso, demarca-se o posicionamento teórico deste trabalho: justamente pela perspectiva relacional comportar uma análise não generalizante, opta-se por enfatizá-la, especialmente a partir das considerações acima. Dialoga-se também com as lições de Medrado

---

[110] Gregori destaca que as ações não são necessariamente conscientes ou pensadas (GREGORI, 1993, p. 183).

[111] Em conversa com Isabela Venturoza, foi possível compreender que Gregori não diz que inexistem relações de poder, mas que não o entende como algo fixo, e sim complexo. A professora também ensinou – em curso sobre masculinidades ministrado em 2020 – que a hegemonia depende do contexto social específico. Assim, em uma situação em que o homem e uma mulher andam na rua durante a noite, é ele quem detém a hegemonia. É possível interpretar isso de outra forma: a depender do contexto – a exemplo de uma relação de trabalho em que a mulher branca é a chefe e o homem negro é o empregado – a relação de poder penda para o lado da mulher. Não é interessante, nesse sentido, generalizar os cenários. Quanto a este último ponto, Saffioti o pensa de forma diferente e até universalizante. Ela entende que o poder do macho perpassa todas as situações. Mesmo quando uma mulher é rica, encontra-se comumente subordinada ao homem (SAFFIOTI, 1987, p. 16).

[112] Ressalte-se que Santos e Izumino (2005, p. 153) também fazem um diálogo entre as autoras. Eles concordam que a mulher pode agir como cúmplice da sua vitimização, mas fazem uma ressalva à Gregori: ao seguirem Saffioti, defendem que "que não se pode compreender o fenômeno da violência como algo que acontece fora de uma relação de poder" (SANTOS; IZUMINO, 2005, p. 153). Assim, é importante considerar a relação de poder na análise da violência, entendido não como algo fixo, que advém sempre do homem em relação à mulher, como defende a dominação patriarcal. Defendem que esse poder é dinâmico e relacional, e advém dos homens e das mulheres, embora esse exercício possa ocorrer de maneira desigual (SANTOS; IZUMINO, 2005, p. 158). Assim, "precisamos compreender melhor não apenas o papel das mulheres nas relações de violência, como também o papel exercido pelos homens, já que ambos participam na produção de papéis sociais que legitimam a violência" (SANTOS; IZUMINO, 2005, p. 159). Desse modo, "é importante que se estude como a construção social tanto da feminilidade quanto da masculinidade está conectada relacionada com o fenômeno da violência" (SANTOS; IZUMINO, 2005, p. 159).

e Lyra (2008, p. 819) a respeito de uma matriz feminina de gênero para o estudo relacionado a homens e masculinidades, que requer, dentre outros pontos, uma dimensão relacional de gênero como categoria de análise, em que se visualiza uma assimetria de poder. Um dos principais pontos da perspectiva relacional é que ela relativiza a generalização, e isso é importante porque "Temos a necessidade de uma rejeição do caráter fixo e permanente da oposição binária, de uma historicização e de uma desconstrução genuínas dos termos da diferença sexual" (SCOTT, 1995, p. 84).

Para Medrado e Lyra (2016, p. 166-167), a tentativa de superar lógicas binárias relacionadas ao masculino e feminino requer a discussão com marcadores sociais. Deve-se considerar, portanto, gênero a partir de uma perspectiva interseccional. Conclui-se, assim, que na análise da violência é importante considerar fatores estruturais, compostos por marcadores sociais da diferença:

> Nos estudos contemporâneos de masculinidade, não se busca mais uma explicação segundo os paradigmas positivistas dos papéis sociais, nem das determinações biológicas que assinalam a continuidade entre o orgânico e social, que fazem dos homens e mulheres meros fantoches do aspecto biológico. Antes, opta-se pela abordagem relacional, na qual um conjunto de fatores, como raça, classe e idade, se entrecruza numa cadeia formando configurações. A incorporação das dimensões raça, etnia, orientação sexual, classe social e geração, entre outras, é vista como uma evolução no debate, possibilitando uma compreensão mais ampla da temática e da diversidade das masculinidades (CECCHETTO, 2004, p. 1.251).

Em síntese do que se estudou até aqui neste subcapítulo, podem existir posturas ativas de ambos os envolvidos na relação violenta cisgênero e heterossexual, ou seja, tanto o homem quanto a mulher podem ter atos lidos como violentos ou provocativos. No entanto, ambos são educados em uma sociedade marcada por valores como desigualdade de gênero, papéis de gênero, patriarcado, racismo, dentre outros. Embora o viés relacional seja importante para ampliar a lente e atentar para a complexidade da relação violenta, no sentido de retirar o fenômeno de uma análise dual, a conclusão pode ser mais completa se aliada à Saffioti (1987) e Chauí (1985).

Isso porque eventual ato lido como provocação, como "não lavar a louça", ou discussões relacionadas à insatisfação sentida pela mulher por não conseguir educar sozinha seus filhos, se atrelam aos valores patriarcais como os papéis de gênero, haja vista que aquela mulher compreende ser somente sua função, por exemplo, a educação infantil, ou o homem compreende que cabe à mulher, exclusivamente, as tarefas domésticas. Essa naturalização de valores, que se refletem na prática violenta, porém, não possuem qualquer relação com uma

efetiva natureza. Há processos de alienação – e aqui dialoga-se com Chauí (1985) – no aprendizado dos homens e mulheres envolvidos nessa relação, ou seja, a hegemonia perpassa ambos (e isso já foi alertado por Almeida, 1996, p. 163). Portanto, o ato de "provocar" por não lavar a louça ou por estar insatisfeita com as atribuições domésticas, na realidade, não é um ato livre. Advém, na prática, de um aprendizado que perpassa ambos os envolvidos no relacionamento, mas cuja consequência se mostra de forma mais cruel para as mulheres, que sofrem as violações diretas e mais graves da violência praticada nesse contexto, conforme se depreende em Gregori (1993).

O diálogo aqui realizado é útil porque alguns indivíduos interiorizaram as ideias de papéis sociais, pautados em valores patriarcais, e por vezes o descumprimento de referidos papéis marca o início de uma dinâmica violenta (o que será visto também no capítulo de número quatro). Pretendeu-se, assim, contribuir com um fundo teórico sobre a dinâmica dos relacionamentos violentos e as influências que sobre eles incidem. Compreender essa dinâmica pode auxiliar para que seja desnaturalizada e desconstruída.

Problematiza-se, no próximo capítulo, grupos reflexivos para homens autores de violência doméstica contra a mulher. É interessante que as complexidades apontadas neste capítulo sejam consideradas nas estratégias desenvolvidas nesses locais, e que considerem, portanto, a dimensão relacional de gênero e de violência, além das interseccionalidades existentes entre as masculinidades dos participantes[113].

Diante disso, aprofunda-se sobre a contextualização desses serviços e das limitações presentes; a sua natureza, após a alteração legislativa que permite a participação nos grupos como opção de medida protetiva de urgência; questiona-se sobre a possibilidade de aferir a efetividade dos grupos em relação ao alcance dos objetivos; e, por fim, organiza-se um objetivo geral, a ser alcançado de forma mediata, pautado na equidade de gênero, pois se visualiza um diálogo entre violência e equidade.

[113] Trata-se de um movimento incentivado por Nothaft (2020, p. 203) também.

3 GRUPOS REFLEXIVOS: CONTEXTUALIZAÇÃO E LACUNAS

O reconhecimento da imprescindibilidade dos grupos reflexivos cresceu, o que se demonstra especialmente pela alteração legislativa realizada em 2020, pela Lei n° 13.984, que os inclui como medida protetiva de urgência no artigo 22, inciso VI da Lei Maria da Penha. Na realidade, a lei fala em "programas de recuperação e reeducação", e essa nomenclatura será discutida ainda neste capítulo.

De acordo com Beiras e Cantera (2014, p. 39), os grupos podem trazer "a possibilidade de construção de uma expressão do masculino na qual a violência seja questionada como aspecto formador e constituinte de sua subjetividade". Também nesse sentido, Marta – nome fictício para facilitadora do grupo desenvolvido pelo Núcleo de Apoio à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar (NAMVID), que colaborou com a pesquisa de campo de Victor Lima (2018c, p. 45) – compreende que os grupos seriam um meio de alterar uma masculinidade tradicional nos homens, situação que a mera imposição de pena não consegue alcançar (LIMA, 2018c, p. 73).

São locais especialmente interessantes para observação, com um ambiente propício ao desenvolvimento de narrativas e lógicas que não podem ser facilmente encontradas em outros espaços. Incentiva-se a reflexão sobre a própria intimidade, e por vezes os participantes são indagados sobre a relação entre essa esfera privada e questões culturais da sociedade (OLIVEIRA, 2016, p. 38).

Barbara Soares (2012, p. 204) aponta a importância do diálogo: ao criticar a Lei Maria da Penha[114], afirma que esta lei não traz a possibilidade de diálogo e escuta. Em que pese tenha criado os centros de educação e reabilitação para agressores, não se definiram meios de avaliar a qualidade das abordagens e técnicas utilizadas. Além disso, a compreensão sobre o que significa educar, reabilitar e responsabilizar é uma lacuna. Assim, defende-se "espaços de escuta fora das amarras e dos enquadramentos predefinidos do discurso da violência contra a mulher" (SOARES, 2012, p. 204)[115].

Isso porque, em sua visão, o significado da agressão só pode ser compreendido na relação. A violência ocorre em situações específicas, em que não se verificam outras formas de

[114] Também fez referência à Lei n° 9.099/1995, que tratava da violência doméstica antes da Lei Maria da Penha. Essa lei desconsiderava as especificidades de gênero e o contexto em que se passa a violência doméstica. Os Juizados Especiais Criminais, apesar de terem espaços para que as pessoas se expressassem, falharam por terem banalizado a violência (SOARES, 2012, p. 204).

[115] Não se refere ao diálogo entre os envolvidos no relacionamento violento (SOARES, 2012, p. 204).

comunicação. Pode se dar pela impossibilidade de exercer alteridade, ou seja, de aceitar o outro indivíduo da forma como é (SOARES, 2012, p. 206). "A violência se processa na ordem do diálogo, mais precisamente, no diálogo inviabilizado. Mesmo quando é unilateral e põe em prática dominação e controle, [...] ela é um fenômeno relacional por excelência, que só terá existência em cada história particular" (SOARES, 2012, p. 206). É na interação entre indivíduos que se criam as subjetividades que, por sua vez, têm marcações como gênero, raça e classe. É também na interação em que se formam imagens e estereótipos que contribuem para a violência – embora a autora não defenda uma relação entre visão estereotipada como causa e prática da violência como consequência (SOARES, 2012, p. 206). Afirma-se que há, nas relações, um espaço para desconstrução de "projeções imaginárias e das reações a que elas dão lugar" (SOARES, 2012, p. 207).

> Recorrendo-se à ideia-mestra da violência contra a mulher de que as agressões são autorizadas no imaginário masculino, em função de imagens estereotipadas da mulher e das relações de gênero, explica-se por que um marido que espanca sua esposa pode jamais cogitar em agredir seu vizinho ou patrão. Não se trata apenas de ter que enfrentar as consequências relativas a cada situação, mas, sobretudo, de perceber a mulher na categoria dos seres humanos passíveis de serem agredidos. O que está em questão, portanto, considerando ou não a dominação de gênero, é um modo de ver o outro e de conceber a relação íntima. Logo, qualquer que seja a natureza da violência, se desejamos eliminá-la ou reduzi-la, é preciso, entre outras coisas, uma mudança de percepção de quem agride a respeito da pessoa ou de uma categoria de pessoas passíveis de serem agredidas. Em termos concretos, isso significa que é quando o perpetrador reformula a imagem que tem de uma determinada mulher ou das mulheres em geral, que a violência contra ela ou contra elas pode, finalmente, se tornar inconcebível[116] (SOARES, 2012, p. 207).

Percebe-se, portanto, que a visão da autora dialoga com a perspectiva relacional de violência, e enfatiza o diálogo como meio de prevenção. O diálogo é, de fato, trabalhado no cotidiano dos grupos reflexivos, conforme se verá a partir de mapeamentos, metodologias, descrições das atividades grupais etc.

Há dados sobre reincidência específica após a participação em diversos grupos reflexivos brasileiros, que tendem a ser baixas. Nesse sentido, no grupo desenvolvido pela Vara da Mulher de São Luís do Maranhão não se identificou a reincidência de duzentos homens que dele participaram[117] (VIEIRA DE CARVALHO, 2012, p. 124). Já na Escola de Homens,

---

[116] Em reflexão sobre como contribuir para mudanças, o autor sugere espaços de escuta coletivas para homens e mulheres. No entanto, as mulheres não falariam com os homens praticaram violência contra elas, e sim com outros autores (SOARES, 2012, p. 208).

[117] O projeto existe desde 2009. Há, normalmente, um grupo por semestre, e os encaminhamentos provêm das sentenças. Realizam-se dez sessões, uma por semana, e posteriormente há um encontro por mês, durante três meses (VIEIRA DE CARVALHO, 2018, p. 124).

desenvolvida pelo Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, frequentam o grupo cento e cinquenta homens anualmente, em média. Desde sua abertura em 2010, somente observaram-se dez reincidências (VIEIRA DE CARVALHO, 2018, p. 135)[118].

No Grupo Reflexivo de Gênero de Porto Alegre[119], no Rio Grande do Sul, cujos trabalhos ocorrem desde o ano de 2011, só há um registro de reincidência dos trezentos e cinquenta homens que já integraram a iniciativa (VIEIRA DE CARVALHO, 2018, p. 148). Paralelamente, o projeto "Tempo de Despertar", desenvolvido em Taboão da Serra, em São Paulo[120], teve como resultado da quarta edição do grupo – que durou quatro meses – a taxa de zero reincidência (ENCERRAMENTO DA 4ª EDIÇÃO DO PROJETO TEMPO DE DESPERTAR..., 2017, não paginado)[121].

Até o ano de 2019, o grupo reflexivo de Cianorte, no Paraná – Grupo de Orientação e Sensibilização aos Autores de Violência Doméstica Contra Mulheres de Cianorte[122] – já havia recebido duzentos e trinta e cinco homens desde seu início, em 2017, e a reincidência ocorreu em menos de 1% dos casos (REINCIDÊNCIA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CAI..., 2019, não paginado)[123].

---

[118] Os homens são vistos como sujeitos processuais, e não como um objeto que necessita de transformação. Trabalham-se temas relacionados a gênero, bem como questões de saúde. Eventualmente ocorrem encaminhamentos a outros locais, como Centros de Apoio Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD), Defensoria Pública e outras instituições sociais. Os encontros ocorrem de forma individual e em grupo. Realiza-se nova avaliação após a conclusão das sessões. Além disso, os grupos ocorrem uma vez por semana, e duram cerca de uma hora (VIEIRA DE CARVALHO, 2018, 135-136).

[119] Realizam-se doze sessões, e de início fazem uma entrevista individual. Vincula-se a participação nos grupos às medidas protetivas. Nesse caso, a participação é compulsória, no entanto, também se permite a integração voluntária (VIEIRA DE CARVALHO, 2018, p. 148).

[120] Objetiva-se a reflexão e desconstrução de posturas machistas e marcadas pela violência (ENCERRAMENTO DA 4ª EDIÇÃO DO PROJETO TEMPO DE DESPERTAR..., 2017, não paginado). Disponível em: http://www.justicadesaia.com.br/encerramento-da-4a-edicao-do-projeto-tempo-de-despertar-ressocializacao-do-autor-de-violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher-zona-leste-capital/. Acesso em: 16 abr. 2020.

[121] Disponível em: http://www.justicadesaia.com.br/encerramento-da-4a-edicao-do-projeto-tempo-de-despertar-ressocializacao-do-autor-de-violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher-zona-leste-capital/. Acesso em: 16 abr. 2020.

[122] Trata-se de um projeto que tem envolvimento do Ministério Público e do Judiciário. Também se fazem encaminhamentos, como para o CAPS AD e instituições afins. A vinculação se dava em razão de medida protetiva. Realizam-se quatro sessões no decorrer da semana, com atendimento multidisciplinar. Uma das profissionais envolvidas, Adrieli, indica que se objetiva sensibilizar e orientar os participantes, além de informá-los sobre o que consiste a violência. Trabalha-se a questão da agressividade e desconstroem-se posturas que se embasam em uma masculinidade tóxica. Ela também ressalta que os participantes, muitas vezes, não se veem como autores de violência (REINCIDÊNCIA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CAI..., 2019, não paginado). Disponível em: http://www.mppr.mp.br/2019/03/21370,10/Reincidencia-de-violencia-domestica-cai-com-reabilitacao-para-agressores.html. Acesso em: 16 abr. 2020.

[123] Disponível em: http://www.mppr.mp.br/2019/03/21370,10/Reincidencia-de-violencia-domestica-cai-com-reabilitacao-para-agressores.html. Acesso em: 16 abr. 2020.

Já no projeto “Dialogando com a Paz”, cuja autoria cabe à Elaine Cristina Monteiro Cavalcante, que exerce a função de magistrada da Vara Central da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de São Paulo, descreve-se que, por meio da iniciativa, os autores de violência podem escolher entre o Curso de Reeducação Familiar da Academia de Polícia do Estado de São Paulo e o Grupo de Reflexão para Homens Autores de Violência da ONG Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde[124]. Segundo a magistrada, a reincidência ocorre, em média, em 11% dos casos. Esse número refere-se aos indivíduos que participaram de maneira satisfatória do programa, concluem-no, e essa participação grupal ocorre enquanto figuram como polo passivo do processo na vara (PRADO, 2014, não paginado)[125].

O Projeto Dialogar[126], que teve início em 2010, no Estado de Minas Gerais, gerou a queda do número de reincidência em 95% (PROJETO DIALOGAR COMBATE..., [201-], não paginado)[127]. Também nesse sentido, a promotora de justiça Erica Veras aponta que em grupos desenvolvidos em três municípios do Rio Grande do Norte, de trezentos homens que já frequentaram, houve uma taxa de zero reincidência (TRATAR O AGRESSOR..., [201-], não paginado)[128]. Por fim, em grupo desenvolvido em Medianeira[129], dos quarenta indivíduos participantes não se constataram reincidências, conforme promotora de justiça Ticiane Pereira, que contribui com esse projeto (RELAÇÃO ENTRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO E

---

[124] A ONG se iniciou em 2006, e objetiva trabalhar as masculinidades, a fim de que os homens observem e contribuam na garantia de direitos humanos. Nesse sentido, a organização almeja, do governo, políticas públicas voltadas a reeducar os indivíduos acerca do debate sobre gênero e frisam, especialmente, a discussão sobre masculinidades. Buscam recursos para que os grupos aumentem. Em 2009, a ONG desenvolveu um serviço de responsabilização para autores de violência (VIEIRA DE CARVALHO, 2018, p. 141).

[125] Disponível em: http://www.compromissoeatitude.org.br/violencia-domestica-os-dilemas-e-conquistas-do-trabalho-com-homens-agressores/. Acesso em: 16 abr. 2020.

[126] Incentiva-se o diálogo entre casais para que essa ação possa evitar futuros desentendimentos que acabem em violência. Para tanto, são desenvolvidas dez sessões reflexivas realizadas com homens e mulheres – mas eles não se encontram. Abordam diversos temas ligados a gênero. O encaminhamento ocorre a partir de determinação dos juízes, como medida protetiva. Os profissionais formam uma equipe multidisciplinar (PROJETO DIALOGAR COMBATE..., [201-], não paginado). Disponível em: http://www.aspcemg.com.br/jornal-seguranca/geral/projeto-dialogar-combate-violencia-contra. Acesso em: 16 abr. 2020.

[127] Disponível em: http://www.aspcemg.com.br/jornal-seguranca/geral/projeto-dialogar-combate-violencia-contra. Acesso em: 16 abr. 2020.

[128] Disponível em: https://www12.senado.leg.br/emdiscussao/edicoes/saneamento-basico/violencia-contra-a-mulher/tratar-o-agressor-solucao-inovadora. Acesso em: 16 abr. 2020.

[129] Trata-se de um projeto que envolve atuação do Ministério Público, Judiciário, além de outras instituições. O encaminhamento ocorre por determinação do Poder Judiciário. É uma das condições impostas para que se possa exercer a liberdade provisória e executar a pena em regime aberto. A frequência de encontros é de duas vezes ao mês. Os participantes conseguem atendimento psicológico de maneira individualizada. Além disso, a facilitação do grupo incumbe a um terapeuta. Nos grupos trabalham-se temas como agressividade, questões relacionadas ao debate sobre gênero, dentre outras afins. As mulheres envolvidas nas violências participam de Grupo Reflexivo Feminino (RELAÇÃO ENTRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO E HOMEM..., 2014, não paginado). Disponível em: http://www.compromissoeatitude.org.br/relacao-entre-violencia-de-genero-e-homem-agressor-e-tema-de-seminario-no-mp-pr-mppr-25112014/. Acesso em: 16 abr. 2020.

HOMEM..., 2014, não paginado)[130]. Em que pese a reincidência não seja a única forma de medir a eficácia dos grupos no enfrentamento à violência, trata-se de um indicativo de potencial.

Milena Santos (2012, p. 97-98) defende que a reflexão permite que se evitem processos violentos. Cita o exemplo de Pablo, um dos homens que participava de um grupo reflexivo estudado pela autora: após tomar conhecimento de uma traição, pensou em matar sua esposa, o que não ocorreu por se lembrar do grupo e renunciar à ideia. Diante disso, escolheu divorciar-se.

Em vista esse potencial, é necessário contextualizar o funcionamento desses locais. Não se sabe qual é o formato grupal mais adequado (BEIRAS; CANTERA, 2014, p. 29). Veloso e Natividade (2013, p. 58) destacam três formatos principais de intervenções grupais, e para tanto, consideram uma base ideológica: podem ser psicopatologizantes/clínicos; instrutivo/pedagógico; reflexivo/responsabilizante. O primeiro caracteriza-se por entender os autores como indivíduos doentes. Predominam, nesses casos, intervenções médicas e psicológicas. Justamente por compreender os fatos por meio de uma perspectiva individual e privada, esse formato desconsidera o contexto sociocultural da violência doméstica.

Já o segundo atua por meio de técnicas voltadas ao ensino, ou seja, ocorrem cursos e palestras. Nesse sentido, há explicações sobre gênero, violência e outras temáticas. Contudo, é visto com ressalva pelas autoras, dentre outros motivos, pelo fato de que as informações obtidas pelos homens podem ser usadas como um instrumento de omissão sobre o que realmente pensam. Ou seja, é possível que reproduzam o que ouviram, sem que tenham, de fato, interiorizado e se responsabilizado (VELOSO; NATIVIDADE, 2013, p. 59). Por fim, o formato reflexivo/responsabilizante é bem visto:

> Apesar de pouco sistematizado, guarda uma perspectiva política mais interessante visto que se estrutura em uma proposta que visa ao equilíbrio de poderes entre os pares e a horizontalização dos vínculos de gênero. Criar efeitos de responsabilização nos homens é, certamente, o cerne das boas práticas. Dessa forma, não compactuar com os discursos de vítimas que os homens insistem em veicular; colocar a perspectiva da pessoa que foi ofendida e/ou ferida; veicular os diversos tipos de violência, quase sempre invisíveis; identificar as influências culturais e sociais que reforçam os comportamentos abusivos; dar visibilidade aos efeitos da violência para mulheres e crianças, bem como para os próprios homens que acabam por conviver em um ambiente altamente danoso também para si, resumem, em um só fôlego, as principais diretrizes desse modelo (VELOSO; NATIVIDADE, 2013, p. 59).

---

[130] Disponível em: http://www.compromissoeatitude.org.br/relacao-entre-violencia-de-genero-e-homem-agressor-e-tema-de-seminario-no-mp-pr-mppr-25112014/. Acesso em: 16 abr. 2020.

De acordo com o relatório produzido pelo CEPIA (2016, p. 50), este formato é o que mais dialoga com os objetivos expostos nas Diretrizes Gerais dos Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor.

Já Atallah, Amado e Gaudioso (2013, p. 74) compreendem que as intervenções podem ter duas perspectivas: punitivo-educativo e reflexivo-educativo. Naquele caso, os homens terão uma postura mais passiva. Apenas assistem ao que se passa, e os conteúdos são definidos pela equipe antes dos encontros. Verifica-se, assim, menor flexibilidade. A segunda perspectiva permite que se tenha maior entrosamento e, assim, os homens serão mais ativos. Há, também, mais liberdade para se expressarem. A aprendizagem ocorrerá na medida em que se criarem vínculos sociais que contribuam para a não ocorrência da violência. Ressalte-se que Afonso Neto (2020, p. 85) utilizou as perspectivas reflexiva/educativa e reflexivo/responsabilizante como sinônimas em sua dissertação. Em estudo realizado pela CEPIA[131], observou-se que as iniciativas brasileiras aparentemente não usam uma perspectiva patologizante dos autores de violência (CEPIA, 2016, p. 45). Pelo contrário, grande parte dos trabalhos realiza encontros grupais e partem de uma perspectiva reflexiva (CEPIA, 2016, p. 49).

Beiras (2014, p. 6), em relatório, objetivou descrever as diferentes experiências de grupos brasileiros. Identificou vinte e cinco grupos no Brasil[132], e em contato com esses locais – dos quais somente dezenove responderam ao questionário (BEIRAS, 2014, p. 7) – pontuaram algumas conclusões: 68,4% dos grupos são subsidiados pelo governo; 21,1% possuem relações com organizações não governamentais, e 10,5% têm parcerias com organizações governamentais e não governamentais (BEIRAS, 2014, p. 17).

Também nesse sentido, pesquisa realizada pela CEPIA (2016, p. 34-35) aponta que há diferentes formas de vinculação institucional com esses programas, ou seja, podem a) se ligar às Varas ou Juizado de Violência Doméstica e Familiar; b) decorrerem de acordo, cooperação técnica ou convênios existentes entre o Judiciário e Executivo; c) advirem de acordos/convênios entre o Judiciário e ONGs. No entanto, a formalização desses acordos não é forte o suficiente para garantir que as instituições executarão os programas da maneira adequada.

---

[131] Entre 2014 e 2015, a CEPIA desenvolveu pesquisa telefônica junto às capitais dos estados brasileiros, bem como estudos de caso em alguns municípios, a fim de compreender em que medida as recomendações dos artigos 35, inciso V, e 45 da Lei Maria da Penha – que se relacionam aos serviços aqui analisados – foram efetivadas (CEPIA, 2016, não paginado).

[132] Em estudo posterior, notou que dez desses programas foram cancelados, principalmente em razão de encerramentos de convênios ou alterações de gestão política (BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019, p. 272).

Além disso, em Beiras (2014, p. 22) destacaram-se os objetivos das intervenções: grande parte formava-se por grupos reflexivos que almejavam o fim das relações violentas, ensinar meios pacíficos de resolver divergências, contribuir para a responsabilização do autor de violência, trazer espaço para reflexão sobre a identidade masculina e a forma como a ideia de masculinidade é criada. Também planejam "a desconstrução de um estereótipo masculino ou de uma masculinidade tradicional e hegemônica, em que a violência é legitimada e parte constituinte do ser homem" (BEIRAS, 2014, p. 22).

Em relação às teorias que embasavam os encontros, 89,5% das respostas disseram que se pautavam em estudos sobre gênero, e 68,4% em masculinidades[133] (BEIRAS, 2014, p. 27-28). Na pesquisa de CEPIA (2016, p. 52), observou-se que temas comumente tratados são a Lei Maria da Penha, explicações sobre violência, relacionamento familiar, sexualidade, autocuidado, dentre outros. Em Beiras (2014, p. 38), percebe-se também a diversidade de temáticas, e o autor explica que há conversas reflexivas. Para tanto, utilizam-se disparadores, a exemplo de reportagens, vídeos, dentre outros.

Quanto ao funcionamento, 68,4% realizavam atendimentos em grupo ou somente individuais. Também 68,4% dos programas possuíam uma quantidade pré-estabelecida de sessões (BEIRAS, 2014, p. 28). Segundo CEPIA (2016, p. 49), normalmente participam de dez a quinze autores, o formato grupal é fechado, as sessões são semanais ou quinzenais, e os encontros ocorrem entre dois e quatro meses. Também nesse sentido, Beiras (2014, p. 38), pois o pesquisador verificou que normalmente os grupos têm frequência semanal. Em 52,6% dos programas, a estrutura era de grupos abertos – ou seja, permitia-se que outros homens ingressassem ao grupo após a primeira sessão – (CEPIA, 2016, p. 49), enquanto que 42,1% possuíam o formato fechado, e 5,3% eram fechados somente até um período (BEIRAS, 2014, p. 33). Constatou-se que os formatos dos grupos se diferenciavam: o número de sessões variava, assim como a frequência dos encontros (CEPIA, 2016, p. 54). Não há uma única metodológica (CEPIA, 2016, p. 60).

Em relação aos facilitadores, ou seja, a equipe que participava das reuniões junto aos autores de violência, em 57,9% das intervenções havia participação de homens e mulheres, ao passo que 36,7% eram feitas somente por homens, e 5,3% só por mulheres. No que se refere ao número de facilitadores nas sessões, em 21,1% dos casos havia apenas um facilitador; 15,8% ocorria com duplas masculinas, e 36,3% eram compostas por duplas de homens e mulheres

[133] Ressalte-se que foram apresentadas diversas opções de respostas, e era possível que se marcasse mais de uma (BEIRAS, 2014, p. 22-23).

(BEIRAS, 2014, p. 31)[134]. Em 84,2% dos casos, os facilitadores passaram por alguma capacitação (BEIRAS, 2014, p. 41-42).

De outro lado, a análise de CEPIA (2016, p. 37-49) constatou desrespeito às Diretrizes Gerais dos Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor. O documento aduz que os profissionais devem se manter atualizados sobre gênero, masculinidades e violência, além de possuírem uma linha que dialogue com o feminismo (BRASIL, 2011, p. 68). No entanto, poucos são os facilitadores que passaram por processos de capacitação sobre essas temáticas. Na prática, essas pessoas normalmente obtêm conhecimento por iniciativa própria (CEPIA, 2016, p. 37-49).

Os homens participam dos grupos de maneira obrigatória (por determinação do Judiciário) em 36,8% dos casos, enquanto em 36,8% a inserção ocorre de maneira voluntária. Ainda, em 26,3% dos trabalhos, a integração pode ocorrer de ambas as formas (BEIRAS, 2014, p. 44). Ressalte-se que 89,5% dos programas trabalham em rede, ou seja, envolvem-se com outras instituições, e em 73,7% há encaminhamento para outros locais (BEIRAS, 2014, p. 48). Ainda, 68,4% das instituições que dão atendimento aos homens também trabalham com outras pessoas envolvidas, como a família, mulheres e crianças (BEIRAS, 2014, p. 50).

Por fim, Beiras (2014) relata algumas dificuldades enfrentadas nesses serviços. Em algumas situações há interrupção dos programas, até mesmo por alterações políticas, e enfatiza-se a importância de se aperfeiçoar os serviços e de se ter maior sincronia institucional (BEIRAS, 2014, p. 54). Para o autor, “uma das grandes dificuldades no que se refere à manutenção destes grupos e experiências em diferentes partes do país está na falta de política pública nacional que regularize e trabalhe na continuidade e manutenção destes grupos” (BEIRAS, 2014, p. 59). Segundo CEPIA (2016, p. 36), há pouco recurso, o que influencia na metodologia e na realização de poucos grupos.

Conclui-se, em CEPIA (2016, p. 58), que a diversidade de grupos no Brasil deve ser interpretada com cautela: a lei não explica qual o formato a ser adotado e não há diretrizes, bases conceituais e metodologias de base. Em razão desse cenário, os trabalhos não necessariamente dialogarão com a proposta política[135] que influenciou na criação da Lei Maria da Penha (CEPIA, 2016, p. 58). Esses limites demonstram a inexistência de uma padronização

---

[134] Havia também a opção de resposta “outra”, acerca da estrutura desses encontros, cujos retornos variaram (BEIRAS, 2014, p. 31-32).

[135] Refere-se ao “reconhecimento de que a violência doméstica e familiar é uma violência baseada no gênero, ou seja, resulta da desigualdade de poder entre homens e mulheres, e constitui uma violação de direitos humanos” (CEPIA, 2016, p. 58).

sobre os serviços[136]. Não se consegue aferir o diálogo entre os trabalhos em curso e o embasamento da Lei Maria da Penha (CEPIA, 2016, p. 61). Além disso, "não é possível saber quanto e como essas iniciativas analisadas contribuem para a mudança esperada ou o que seria necessário para aprimorar estas experiências e torná-las mais exitosas" (CEPIA, 2016, p. 61).

Com base os relatórios da CEPIA[137] e o Relatório de Mapeamento de Serviços de atenção grupal a homens autores de violência contra mulheres no contexto brasileiro, de Beiras, 2014, Grasielle Vieira de Carvalho (2018, p. 119-120), em sua tese de doutoramento, realizou pesquisa exploratória junto a esses serviços no Brasil entre 2016 e 2017. Com base nos grupos encontrados até a conclusão do estudo, que se deu em março de 2018, certificou a existência de 31 projetos no Brasil. Após tecer considerações sobre cada iniciativa, concluiu "que cada região do país e alguns de seus estados, organizaram à sua maneira os grupos reflexivos" (VIEIRA DE CARVALHO, 2018, p. 155). A respeito das divergências entre os trabalhos, afirma-se que os Estados e Municípios têm poderes de organizá-los da maneira que entenderem. Isso afeta a consolidação da rede de enfrentamento à violência (VIEIRA DE CARVALHO, 2018, p. 155), pois "a rede acaba não sendo tecida da maneira adequada e que proteja a vítima, previna a violência e responsabilize o autor, num contexto macro (nacional)" (VIEIRA DE CARVALHO, 2018, p. 155).

Divergências também foram observadas em mapeamento realizado por Beiras, Nascimento e Incrocci entre 2015 e 2016. Aliados ao Núcleo Margens e o Instituto Noos, identificaram a existência de quarenta e um serviços dessa espécie no Brasil (BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019, p. 262-264). Objetivou-se, dentre outros pontos, continuar pesquisa realizada em 2014 – relacionada a mapeamento de Beiras (2014), cujos dados já foram apontados. Também buscaram, nessa nova pesquisa, formar diretrizes mínimas para embasar os grupos brasileiros (BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019, p. 262).

---

[136] Na Padronização do Grupo Reflexivo dos Homens Agressores, elaborado partir de contribuições de workshop realizado pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica do Poder Judiciário do Rio de Janeiro – CEJEM, manteve-se aberta a possibilidade de escolha da fundamentação teórica considerada mais adequada, assim como das técnicas utilizáveis e temas a serem discutidos, a partir da consideração das especificidades daquele grupo (BRASIL, 2012, p. 408-409). Observa-se, diante disso, que essa abertura quanto às escolhas teóricas e de outros pontos afins é tida como positiva, já que permitida. Problematiza-se, assim, se uma padronização de todos os aspectos dos grupos seria, de fato, necessária, ou se a manutenção de certa autonomia não seria proveitosa para a criação de novas possibilidades de abordagens, o que poderia permitir outros descobrimentos, conforme diálogo com Isabela Oliveira.

[137] A autora menciona relatório da CEPIA de 2015. O que foi citado neste trabalho é de 2016. No entanto, analisando as referências de Grasielle, conclui-se que se trata do mesmo relatório. Além disso, em consulta às publicações da CEPIA, nota-se que há somente um relatório sobre os grupos reflexivos, que já foi exposto anteriormente. Nesse sentido: https://cepia.org.br/biblioteca/nossas-publicacoes/. Acesso em: 12 abr. 2020.

Para tanto, se pautaram em estudos que trazem diretrizes para grupos reflexivos, de ordem nacional e internacional, listados na página 266 do artigo (BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019, p. 266). Em vista dessas pesquisas, observaram que os modelos de intervenção eram diversos – inclusive entre aqueles que executavam os trabalhos em grupos – assim como as epistemologias base[138]. Além disso, estudos sobre gênero embasam grande parte dos trabalhos, embora não sejam muitos os que se utilizam masculinidades e da teoria feminista[139] (BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019, p. 267-268).

Quanto aos dados coletados sobre os grupos brasileiros, constataram, dentre outras conclusões, ser unânime a preocupação com o enfrentamento à violência e sua prevenção. Dezesseis deles listaram como objetivos a responsabilização e busca por redução da reincidência. Vinte e dois usam como base epistemológica e teórica os estudos de gênero – o que dialoga com pesquisas internacionais. Alguns deles utilizam teorias feministas e masculinidades. Doze executam a abordagem psicoeducativa, e sete se embasam na teoria sistêmica. Somente três deles têm enfoque na teoria da psicologia cognitiva-comportamental. Em relação à orientação sobre estrutura dos serviços, treze compõem-se de grupos abertos, onze executam o formato fechado, dois são abertos até certo período e depois se fecham; treze são grupos contínuos e quinze são periódicos; dezenove são exclusivos para um grupo de homens específicos e sete não têm essa diferenciação. Ainda, o número de sessões varia entre cinco e trinta (BEIRAS; NASCIMENTO, INCROCCI, 2019, p. 269).

Diante disso, entendem pela imprescindibilidade de uma política pública que traga diretrizes mínimas para esses serviços, além de contribuir para a consolidação dos programas que já estão em execução. Apontaram sugestões que poderiam constar dessa política (BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019, p. 271):

> Uso da perspectiva de gênero e das teorias feministas com abordagem crítica e reflexiva, que contemplem direitos humanos, igualdade de gênero, interseccionalidades, diversidades e desconstrução do patriarcado, da homofobia e da transfobia. [...] ênfase em programas de caráter reflexivo ou psicoeducativo, e não terapêutico, para evitar uma perspectiva psicologizante ou patologizante da violência. [...] número mínimo de encontros entre 12 e 15, de modo a assegurar a qualidade reflexiva e o aprofundamento do trabalho realizado; perspectiva multidisciplinar que contemple a complexidade da temática, sem a reduzir a simplismos de causas e

[138] Nesse sentido, citam Taylor e Baker, que ensinam que na América Latina os grupos reflexivos e educativos são mais comuns, ao passo que na América do Norte sobressai o modelo cognitivo-comportamental (BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019).

[139] Citam o estudo de Rothman, Butchart e Cerdá: na visão da Organização Mundial da Saúde, o embasamento em teorias feministas é alvo de controvérsia, e é mais facilmente encontrado na América do Sul (BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019, p. 268).

> efeitos; incentivo a metodologias de caráter reflexivo e crítico que possam produzir mudanças subjetivas, culturais e sociais mais amplas, sem restringir-se a responsabilizações individualizantes; centralidade em dinâmicas de responsabilização [...], com metodologias participantes e ativas, perguntas reflexivas, uso de atividades lúdicas, e **ressignificações sobre a construção social de masculinidades.** [...] (BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019, p. 272, grifo da autora).

Também destacaram a importância de a política pública nacional custear esses serviços[140]; além de os serviços serem executados em rede, ou seja, em diálogo com outros voltados às mulheres e famílias; realização de formações contínuas sobre as temáticas; trocas de informações com facilitadores de outros lugares do país; criação de estudos voltados a medir a contribuição e efetividade desses serviços; divulgação do que já se conhece sobre o assunto; sistematização de informações a fim de contribuir às bases de programas recentemente criados (BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019, p. 272).

Com o objetivo de contribuir com as lacunas metodológicas existentes, a pesquisadora Grasielle Vieira de Carvalho traz uma proposta de encaminhamento dos homens para esses locais. Em sua visão, a participação pode se iniciar em qualquer momento, seja na investigação, durante o processo ou até mesmo antes da prática delitiva (VIEIRA DE CARVALHO, 2018, p. 197). Não substitui a penalização, mas deveria ser determinado de maneira simultânea (VIEIRA DE CARVALHO, 2018, p. 210). Desse modo, não se deixa de punir, mas se pratica, de fato, a responsabilização. Os grupos, para a autora, constituem uma nova saída que permite a restauração dos atores processuais (VIEIRA DE CARVALHO, 2018, p. 202). Justamente por ter reflexos no acusado, além de preservar e considerar a mulher e se constituir em uma prevenção à violência, classifica o encaminhamento aos grupos como uma prática restaurativa (VIEIRA DE CARVALHO, 2018, p. 210).

Em vista da dimensão preventiva, defende que os grupos deveriam ser pensados de modo a comportar também homens que não tenham praticado violência prevista na legislação (VIEIRA DE CARVALHO, 2018, p. 189). Trata-se, nesse caso, de uma medida alternativa civil, uma medida protetiva que não tem relação com qualquer processo penal. Visualiza-a como medida protetiva de caráter autônomo (VIEIRA DE CARVALHO, 2018, p. 189). Compreende, desse modo, pela possibilidade de adesão voluntária ou obrigatória – neste caso, que ocorresse junto a qualquer fase de investigação ou processual (VIEIRA DE CARVALHO, 2018, p. 190).

---

[140] Oliveira (2016, p. 96) deduz que a falta de apoio financeiro para grupos reflexivos pode ser uma das explicações para sua raridade.

Durante a investigação ou vinculação durante o processo penal, o encaminhamento seria uma medida protetiva de urgência de caráter autônomo (VIEIRA DE CARVALHO, 2018, p. 191-193). Se o indivíduo for condenado à prisão ou à pena restritiva de direitos, nos casos em que a retribuição penal estatal durasse, no máximo, dois anos, seria uma medida conectada a execução da suspensão condicional da pena (VIEIRA DE CARVALHO, 2018, p. 193-194)[141].

Quando a pena máxima do delito for de até quatro anos, sem presença de violência ou grave ameaça, o magistrado deve determinar, além da pena, o encaminhamento aos grupos[142] (VIEIRA DE CARVALHO, 2018, p. 202-203). Caso condenados à pena de prisão de até quatro anos, que se passa em regime aberto, o contexto simplifica a presença nos grupos. Paralelamente a isso, cumpririam as atividades em casa de albergado ou, na impossibilidade, permaneceriam em prisão domiciliar. Nas penas acima de quatro anos, em regime semiaberto, a participação poderia ocorrer nos momentos em que pudesse sair do estabelecimento, ao passo em que no regime fechado, os grupos se desenvolveriam no estabelecimento prisional (VIEIRA DE CARVALHO, 2018, p. 204). A autora também defende que não somente o Judiciário possa determinar a participação em grupos, como também os psicólogos, assistentes sociais e outros funcionários vinculados à rede de atendimento e proteção. Teria essa competência, também, os Conselhos Municipais e Estadual da Mulher (VIEIRA DE CARVALHO, 2018, p. 189).

Nesse primeiro momento, delinearam-se informações gerais e atualizadas a respeito dos grupos reflexivos brasileiros, a partir de mapeamentos, relatórios e outras fontes afins. Constatou-se que há divergência quanto ao funcionamento desses serviços, o que, por si só, já é uma lacuna. Passa-se, a partir de agora, a aprofundar sobre a natureza dos grupos, meios de se aferir a efetividade e delineamento de um objetivo para guiar o funcionamento dos trabalhos.

3.1 Qual a natureza dos grupos reflexivos?

Conforme discutido em seção anterior, Vieira de Carvalho (2018, p. 189-204), em proposta de encaminhamento ao grupo reflexivo, considera que a participação antes da prática de qualquer delito teria natureza de medida protetiva de caráter autônomo, que não se relaciona ao processo penal e se constitui como uma alternativa civil. Durante a investigação, teria natureza de medida protetiva de urgência, com caráter autônomo. Se o encaminhamento

[141] A autora menciona os artigos 77 a 79 do Código Penal em nota de rodapé (VIEIRA DE CARVALHO, 2018, p. 194).
[142] Também menciona em rodapé os artigos 44 a 48 do Código Penal (VIEIRA DE CARVALHO, 2018, p. 202-203).

ocorresse durante o processo penal, seria também uma medida protetiva autônoma. No que se refere à condução na condenação, poderia se ligar ao cumprimento da suspensão condicional da pena e aponta outras possibilidades.

A autora dialoga com Fernandes (2015, p. 167), para quem "a reeducação tem natureza de medida protetiva genérica que obriga o agressor". A interpretação de Vieira de Carvalho (2018, p. 192) a respeito de Fernandes é de que esta autora considera a vinculação ao grupo como medida protetiva atípica[143].

Sobre o tema, o Enunciado n° 20 (002/2015), da Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (COPEVID), advinda do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH), bem como do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPG), aduz: "Dentre outras medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor previstas no artigo 22 da Lei Maria da Penha, é possível a determinação de comparecimento obrigatório a programas de reeducação ou grupos reflexivos" (ATUALIZAÇÃO:..., 2019, não paginado) [144]. Ou seja, já se relacionava, neste enunciado, a participação nos grupos como medida protetiva de urgência.

Paralelamente, é importante ressaltar o projeto de lei que terminou por alterar a Lei Maria da Penha. Dentre as influências para essa mudança, menciona-se o projeto "Quem manda lá em casa é o respeito", que advém do Ministério Público do Estado do Mato Grosso (VIEIRA DE CARVALHO, 2018, p. 190-191)[145]. Nesse sentido, havia o Projeto de Lei n° 9, de 2016, proveniente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que visava alterar o artigo 23 da Lei Maria da Penha e considerar como medida protetiva o vínculo do autor de violência a centro de educação e reabilitação (PROJETO DE LEI..., [2020], não paginado)[146].

O projeto gerou a Lei n° 13.984, de 3 de abril de 2020. A partir dele, o artigo 22 da Lei Maria da Penha inclui, nos incisos VI e VII, como medida protetiva de urgência[147], o "comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação" e "acompanhamento psicossocial do agressor, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio"

---

[143] Vieira de Carvalho (2018, p. 71) cita que Moraes e Ribeiro refletem sobre a vinculação ao grupo como benefício ou pena.

[144] "Aprovado na Plenária da I Reunião Ordinária do GNDH de 04 a 06/03/2015 e pelo Colegiado do CNPG em 23/03/2015". Disponível em: http://www.compromissoeatitude.org.br/enunciados-da-copevid-comissao-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher/. Acesso em: 23 jul. 2020.

[145] Aparentemente, a autora dialoga com notícia veiculada pelo site do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, no entanto, essa notícia não foi localizada neste trabalho.

[146] Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/124675. Acesso em: 21 jul. 2020.

[147] Para um aprofundamento sobre medidas protetivas, consultar Dias (2010).

(BRASIL, 2006). Aparentemente, somente o inciso VI se refere aos serviços aqui discutidos, na medida em que "acompanhamento psicossocial" parece remeter a uma possível patologização, que não é o viés adequado para esses trabalhos, conforme se aprofundará futuramente a partir de diversos autores. No entanto, qual a natureza dessa medida protetiva de urgência?

Com base em Vieira de Carvalho (2018, p. 189-204) e Fernandes (2015, p. 167), considera-se que não se trata de uma medida de caráter penal, mas de algo atípico, que visa prevenir novos delitos e aproximar os participantes da equidade de gênero. No entanto, na prática, há receio de que possua outro caráter.

Castro e Cirino (2020, p. 65), à luz da Criminologia Feminista e baseadas nas lições de Butler, trazem um ponto de vista interessante. Ao longo dos anos, a Lei Maria da Penha passou por mudanças que se pautaram no endurecimento do sistema penal. Verifica-se um apoio nesse sistema como meio de se evitar a violência de gênero. "Contudo, o que se tem na realidade é uma prática destoante dos fins apregoados pela legislação vigente, que é voltada em tese à prevenção da violência" (CASTRO; CIRINO, 2020, p. 65)[148]. Também nesse sentido estão Medrado e Lyra (2016, p. 168), para quem a Lei Maria da Penha, na esfera penal, "tem a punição do autor como sua principal orientação e seu efeito jurídico mais divulgado, prevendo-se a abordagem pedagógica somente em caso de sentença do juiz".

Castro e Cirino (2020, p. 65) consideram que os meios de prevenção previstos na Lei, a exemplo das medidas protetivas de urgência, não mostram grande eficiência em sua função de evitar o delito, e é comum que se tornem, inclusive, formas de punir o homem. Além disso, a violência de gênero é uma das formas de legitimação do sistema penal a partir de um raciocínio punitivista.

Pontuam que a prisão, como meio principal de reação ao delito, não é capaz de enfrentar desigualdades de gênero e não dá conta de enfrentar a desigualdade, justamente por não ser este um objetivo (CASTRO; CIRINO, 2020, p. 68). Na realidade, a prisão "é instrumento de violência e ainda pode criar outras desigualdades" (CASTRO; CIRINO, 2020, p. 68)[149]. Não se

---

[148] Apontam que a efetividade da Lei Maria da Penha não advirá de um endurecimento do sistema penal, por meio de um uso simbólico, na medida em que a vinculação a esse sistema traz como consequência a reiteração da seleção por ele efetivada, relacionada a marcadores de raça, etnia e classe (CASTRO; CIRINO, 2020, p. 72).

[149] Segundo Vieira de Carvalho (2018, p. 46), há uma influência do punitivismo no Brasil, e justamente por isso a autora almejou transcender essa perspectiva em seu estudo, haja vista que apontou outras formas de responsabilização. Considera que a violência doméstica é passível de prevenção a partir de medidas como educação de gênero já no contexto escolar, e que "a forma da punição contribui para a repetição da violência no mesmo ambiente familiar ou em uma nova composição familiar, gerando reincidência e perpetuando o ciclo da violência" (VIEIRA DE CARVALHO, 2018, p. 46). Para os delitos mais graves, a exemplo do feminicídio ou

nega que a Lei Maria da Penha representa uma política pública no campo da violência de gênero e especialmente da violência direcionada à mulher (CASTRO; CIRINO, 2020, p. 69). No entanto, as autoras, em vista da justificativa do projeto de lei que gerou a alteração do artigo 22, apresentam críticas (CASTRO; CIRINO, 2020, p. 70). Veja-se a explicação para a mudança legislativa:

> A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa realizou no dia 1° de dezembro de 2015 audiência pública para debater sobre iniciativas de reeducação de homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher. Na ocasião, os convidados relataram experiências bem-sucedidas relacionadas à participação dos autores de violência em cursos e encontros em que refletem sobre temas como identidade de gênero, machismo, assunção de responsabilidade por seus próprios atos, entre outros. Alguns estados já contam com programas em pleno funcionamento. É o caso, por exemplo, de São Paulo, com o projeto Tempo de Despertar, inspirado nas iniciativas pioneiras do Rio Grande do Norte, com o Grupo Reflexivo de Homens: Por uma Atitude de Paz, e do Mato Grosso, com o projeto Lá em Casa Quem Manda é o Respeito. Algumas das maiores conquistas dessas ações são os baixos índices de reincidência dos agressores, aliados ao seu potencial para provocar mudanças significativas na vida desses homens, sobretudo na ressignificação dos seus papéis. Com inspiração nessas exitosas experiências, apresentamos o presente projeto, que institui a medida protetiva de frequência a centros de educação e reabilitação, pois não vemos razão para não fomentar, em nível nacional, a prática adotada, com sucesso, por várias unidades da federação (BRASIL, 2016, não paginado).

Em outras palavras, o projeto de lei advém da inspiração em serviços já existentes no Brasil, que aparentavam ser eficientes para reduzir a reincidência e trabalhavam temas importantes com os participantes. Para as autoras, porém, "é falsa a inferência de que os baixos índices de reincidência refletem o sucesso de programas de 'reeducação' do agressor porque promoveram mudanças significativas em suas vidas, com ressignificação de seus papéis" (CASTRO; CIRINO, 2020, p. 71).

---

estupro, deve-se utilizar a penalização mais severa. No entanto, a punição não evitará a reincidência. Já nos casos de delitos como ameaças e outros de menor gravidade, é possível refletir sobre outras maneiras de responsabilizar ou punir, aliadas aos grupos reflexivos (VIEIRA DE CARVALHO, 2018, p. 46). Afirma que "A mera imposição de uma 'punição mais grave' não resolve a causa do problema, que é cultural, estrutural, proveniente de uma sociedade patriarcal, machista. A responsabilização perpassa esta perspectiva interdisciplinar, educativa, reflexiva, daí a indispensável conexão neste livro da necessidade de implantação dos grupos reflexivos, de forma concomitante com a análise crítica das finalidades da punição" (VIEIRA DE CARVALHO, 2018, p. 52). A fim de que a política de enfrentamento à violência contra a mulher seja empregada de maneira completa, são necessárias: "prevenção, proteção, assistência e punibilidade" (VIEIRA DE CARVALHO, 2018, p. 53). Para a autora, "sem negar a necessidade de respostas penais, é importante destacar que somente estas não promoverão mudanças culturais, se aplicadas isoladamente, em detrimento de outras igualmente relevantes, uma vez que estudos no mundo inteiro comprovam o fracasso da prisão como intervenção preventiva e educadora" (VIEIRA DE CARVALHO, 2018, p. 53). Faz-se referência à Leite e Lopes. Ainda, Reginato, citada por Vieira de Carvalho (2018, p. 47), pontua que uma vez que a violência de gênero é relacional, o enfrentamento da situação requer a inclusão do homem, diversamente da exclusão que é perpetrada pelo Direito Penal.

Na realidade, a ausência de reincidência significa "um freio na escala evolutiva da violência de gênero quando, para determinados agressores, que não voltam a cometer a violência física, o retorno às escalas inferiores de violência psicológica representa um progresso do ponto de vista jurídico-penal" (CASTRO; CIRINO, 2020, p. 71), uma vez que essas condutas não fazem parte de estatísticas oficiais a respeito da violência (CASTRO; CIRINO, 2020, p. 71). De fato, a própria constatação da reincidência é feita de maneira questionável em alguns casos, conforme se discutirá na subseção em que se indaga sobre a possibilidade de medir a efetividade dos grupos reflexivos na prevenção da violência, a partir dos dados de CEPIA (2016).

A ressignificação de papéis e transformações em suas vivências, desassociada de uma efetiva desconstrução de papéis de gênero, apenas faz com que o agressor passe a agir como o protetor, o que ainda segue um viés de opressão, em que se posiciona a mulher de maneira subalterna e vulnerável (CASTRO; CIRINO, 2020, p. 71). Assim, a participação nos grupos desde a investigação seria uma "antecipação de punibilidade na qual o seu papel de agressor, até então não assimilado por ele, não só é exposto, mas também reconfigurado" (CASTRO; CIRINO, 2020, p. 71).

Ou seja, o homem autor de violência não se vê dessa forma, por acreditar que agiu com violência por apenas exercitar um direito. Para tanto, baseia-se em premissas de papéis de gênero. A ressignificação por meio da reeducação simplesmente gerará a mudança de papéis de agressor para o protetor (CASTRO; CIRINO, 2020, p. 71), mas "a gênese da violência de gênero mantém-se intacta"[150] (CASTRO; CIRINO, 2020, p. 71).

Assim, consideram que a "reeducação" somente seria possível mediante a desconstrução do gênero. Para tanto, parte-se da premissa de que a violência fundamentada no gênero advém de uma posição vulnerável e inferior distribuída à mulher (CASTRO; CIRINO, 2020, p. 71). Se o indivíduo continuar em um meio que segue a lógica falocêntrica e heteronormativa, em que se visualiza a mulher como o outro e leva-se em conta a biologia para constituição de identidades sexuais, continuarão sem conceber a mulher como um par (CASTRO; CIRINO, 2020, p. 77). Defendem que as novas medidas protetivas somente "promovem [...] a

[150] Para as autoras, em diálogo com Butler, "não há como compreender o sujeito fora do contexto que está inserido e sem considerar as relações de poder que incidem para conformá-lo e constituí-lo" (CASTRO; CIRINO, 2020, p. 73).

transmutação de um papel em outro, mas ambos decorrentes do papel de gênero atribuído à mulher: de inferioridade e vulnerabilidade (CASTRO; CIRINO, 2020, p. 77)[151].

Diante disso, a pesquisa de Castro e Cirino (2020, p. 71) alertou que a participação em grupos como medida protetiva pode configurar, na prática, uma antecipação de punição. No entanto, mesmo essa crítica comporta um contraponto, verificável em Nothaft (2020, p. 196-197). Dentre outras questões, ela aborda que enquadrar a participação nos grupos, decorrente de medida protetiva, como uma espécie de antecipação de punição, tem o sentido de reduzir os encontros a uma forma de sanção. No entanto, o grande objetivo das medidas protetivas se vincula à prevenção de novos delitos e proteção das mulheres, que dialogam diretamente com os objetivos das intervenções (NOTHAFT, 2020, p. 197).

De fato, a punição não deve ser o objetivo desses encontros. Medrado e Méllo (2008, p. 85) defendem que os "atendimentos psicossociais" não devem ser mais uma forma de criminalizar os homens autores de violência, ou que se tornem algo parecido com uma "pena alternativa". Para os autores, devem possibilitar "uma ampliação do diálogo coibido tanto pela situação da violência quanto pela aplicação da Lei" (2008, p. 85).

De qualquer forma, parte-se da premissa de que esses grupos não conseguirão, sozinhos, extinguir a violência contra a mulher em razão de seu gênero[152].

> Seria ingenuidade acreditar que este ou qualquer outro tipo de metodologia possa trazer mudanças radicalmente definidas nesses sujeitos, se não forem trabalhados outros aspectos capazes de refletir nas práticas sociais, culturais e políticas, nas representações (coletivas e individuais), nos sentidos atribuídos aos papéis de gênero, à violência e às masculinidades. Deve-se, também, colocar em suspensão a todo tempo o pano de fundo político dessas intervenções de maneira a relativizar inclusive o papel do interventor nesse contexto: ou seja, até onde vai o militante e até onde é possível ir o interlocutor, desprovido das parcialidades e convicções ideológicas às quais possa se apegar (MACIEL, 2014, p. 196).

Também nesse sentido está Juliano Scott (2018, p. 91), para quem somente a observação da Lei Maria da Penha e a inserção dos homens em grupos reflexivos não seria suficiente para

---

[151] "A subversão dessa lógica opressora, nos termos da teoria butleriana, requer a ressignificação do sexo e do gênero desvinculados de aspectos naturais. Não se quer afirmar com isso que os dados biológicos não constituam as identidades sexuais. O que se afirma é que não são os únicos dados a compor o sujeito. Aspectos relacionados à política, economia, classe, raça, também incidem sobre o sujeito para constituí-lo" (CASTRO; CIRINO, 2020, p. 77). Haja vista que a criminologia feminista crítica defende que o enfrentamento à violência deve se basear na gênese da vulnerabilidade feminina, consideram que "essa gênese reside na própria constituição do sujeito pelas relações de poder em determinados contextos sócio-históricos, que consideram aspectos de classe, raça e gênero para delimitar quem será um sujeito humanamente inteligível, bem como as possibilidades de uma vida vivível" (CASTRO; CIRINO, 2020, p. 77).

[152] Nothaft (2020, p. 186), com base nas diretrizes de 2008, pontua a importância de que os grupos ocorram paralelamente a outras formas de prevenir a violência.

alterar a estrutura social marcada por racismo, desigualdade de classe e patriarcalismo, que compõem uma macroestrutura[153]. Desse modo, os grupos são importantes, mas deve-se entender que atuam de forma situada, somente com aqueles indivíduos e suas relações, ou seja, na esfera microestrutural da sociedade (SCOTT, 2018, p. 92).

Leite (2016, p. 55) sugere a execução paralela de grupos reflexivos para mulheres em situação de violência, cuja adesão seria voluntária, haja vista a perspectiva relacional e estrutural da violência. Isso traria, na visão da autora, maior eficácia das intervenções.

Em vista da limitação dos grupos reflexivos para homens, as lições de Medrado e Lyra (2016, p. 170) são essenciais[154], por trazerem outras formas de desconstrução da violência na cultura. Em relação à mídia[155], consideram imprescindível regulamentar propagandas que contribuam para reiterar padrões de gênero, e afirmam que as "posições de sujeito associados à masculinidade são tão ou mais danosas à saúde dos homens quanto outros agravos, tais como o tabagismo, cuja publicidade é cada vez mais restrita" (MEDRADO; LYRA, 2016, p. 170). Para os autores, a regulamentação das publicidades deveria incluir as lições a respeito de gênero (MEDRADO; LYRA, 2016, p. 171). Além disso, defendem "o uso contra-hegemônico dos espaços midiáticos como forma de resistência a essas mesmas posições de sujeito" (MEDRADO; LYRA, 2016, p. 171).

Em relação à educação, é importante não somente discutir sobre gênero e sexualidade na graduação, pós-graduação e pesquisas decorrentes, como também considerá-los como parte estrutural das disciplinas e pesquisas. Além disso, são relevantes atividades de extensão[156] (MEDRADO; LYRA, 2016, p. 172-173). Na esfera do trabalho, com base no Índice de

---

[153] O autor ressalta que ao mencionar as expressões microssocial e macroestrutural, baseia-se em Falquet e em feministas adeptas a essa perspectiva (SCOTT, 2018, p. 91-92).

[154] Os pesquisadores desenvolveram um artigo que retrata parte das discussões realizadas no Colóquio Interdisciplinar Gênero e Violências, realizado no ano de 2015, na Universidade Federal de Santa Catarina. De início, iriam ressaltar as experiências que obtiveram a partir do envolvimento com diversos projetos relacionados aos homens, como Instituto PAPAI, Núcleo Feminista de Pesquisa em Gênero e Masculinidades (Gema/UFPE), Rede de Homens pela Equidade de Gênero (RHEG) (em que se realiza a Campanha Brasileira do Laço Branco, que busca engajar os homens pelo fim da violência praticada contra mulheres). No entanto, ampliaram a análise e refletiram sobre estratégias mais amplas para o enfrentamento desse cenário (MEDRADO; LYRA, 2016, p. 162-163).

[155] No desenvolvimento do raciocínio, consideram as lições de Medrado e Sabat.

[156] Citam como exemplo seus "trabalhos envolvendo homens em escolas no bairro da Várzea, onde se localiza a UFPE, em consonância com os Parâmetros Curriculares Nacionais que preveem a orientação sexual na escola como um processo de intervenção pedagógica que tem como objetivo transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados. Esse processo, de acordo com os PCN, abarca três eixos fundamentais: o corpo humano, a prevenção de DST/Aids e o gênero, cabendo a este último propiciar o questionamento de papéis rigidamente estabelecidos a homens e mulheres na sociedade, a valorização de cada um e a flexibilização de papéis" (MEDRADO; LYRA, 2016, p. 173-174).

Desigualdade Global de Gênero, de 2015, observam que essa diferença salarial entre homens e mulheres cresceu no mundo (MEDRADO; LYRA, 2016, p. 174).

Acerca dos direitos sexuais e reprodutivos, deve-se promover uma ressignificação relacionada aos cuidados: ao passo que as mulheres são educadas para que cuidem de outras pessoas e se esqueçam de si, os homens não fazem nenhum desses movimentos (MEDRADO; LYRA, 2016, p. 175). Mencionam, diante disso, a relevância da campanha "Paternidade: desejo, direito e compromisso". Ela é voltada para o dia dos pais, e realiza-se uma reflexão crítica acerca do envolvimento dos pais e seus filhos (MEDRADO; LYRA, 2016, p. 175).

Ademais, entendem a criminalização do aborto como uma violência praticada contra as mulheres, e representa um desrespeito aos seus direitos. Ressaltam ser comum que os homens atuem como entraves na possibilidade de escolha da mulher, na medida em que ocupam posições de poder e de decisão[157]. Diante disso, promoveram uma campanha "Homens a favor da legalização do aborto" (MEDRADO; LYRA, 2016, p. 176). Em relação aos direitos sexuais, "trabalhamos em prol da ressignificação da sexualidade além do padrão heteronormativo" (MEDRADO; LYRA, 2016, p. 177). Por fim, concluem:

> Para pesquisar os homens e as masculinidades no contexto da violência de gênero contra as mulheres, ou para promover ações com os homens pelo fim da violência são necessárias leituras e abordagens mais complexas que possam considerar diferentes contextos e campos da ação humana que, alicerçados no sistema sexo-gênero, tendem a produzir modos de subjetivação masculina associadas à violência, onde a única forma de expressão inteligível aos homens é a violência (MEDRADO; LYRA, 2016, p. 177).

Em face do contexto conservador atual, em que medida essas estratégias que, conforme Medrado e Lyra (2016), vão além dos grupos reflexivos, são concretizáveis? Em estudo sobre a descriminalização do aborto como prática antidiscriminatória, em coautoria com Bertoncini (2020), já se vislumbrou que, diante do contexto brasileiro atual, é pouco provável que a despenalização se verifique. Ainda, em resumo encaminhado ao evento "Fazendo gênero"[158], também em coautoria com Bertoncini (2020), considerou-se que as desigualdades advindas da formação da sociedade brasileira são reforçadas pelo autoritarismo do contexto político atual. Inúmeras ações do governo demarcam o retrocesso pelo qual os direitos sofrem. A própria

---

[157] A autora desse trabalho, em coautoria com a Dra. Carla Bertoncini, publicou, em 2020, um estudo que relaciona a descriminalização do aborto como prática antidiscriminatória. Mostram-se as consequências interseccionais dessa penalização, bem como sua esfera política.

[158] O trabalho final será publicado, provavelmente, no próximo ano, razão pela qual não é possível trazer esse estudo nas referências.

ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, tem ações e discursos que caberiam ser descritos em estudo próprio. Para tanto, seria interessante utilizar-se de Análise de Discurso e contextualizar esses resultados no embate entre autoritarismo e seu entrave para a equidade de gênero. Ressalte-se que esse cenário advém muito antes do governo Bolsonaro. Apenas tornou-se ainda mais evidente nos últimos dois anos.

Para citar um exemplo na esfera social, há espécie de "moral", baseada na intolerância e no preconceito ao que é considerado diferente de um determinado padrão ou princípio particular, que se reflete na exclusão de arranjos familiares, em vez de se reconhecer o caráter plural das famílias (BERTONCINI; PADILHA, 2017, p. 310). De fato, há grupos de indivíduos que pregam "a manutenção do modelo monogâmico, centralizado na autoridade paterna e, rotuladamente, heterossexual" (BERTONCINI; PADILHA, 2017, p. 309).

Outro exemplo são as dificuldades de concretização das estratégias do próprio estudo de Medrado e Lyra (2016, p. 169-170): quando discutiram questões sobre a segurança pública, enfatizaram a necessidade de monitoramento e análise dos Serviços de Responsabilização e Educação dos Agressores, o que é especialmente desafiador no contexto de retrocesso de políticas sociais. Menciona-se o caso da extinção da Secretaria de Políticas das Mulheres como órgão autônomo e sua anexação à Secretaria da Igualdade Racial e à Secretaria de Direitos Humanos, para a criação de um ministério. Além disso, citam que a ação do Congresso de tentar extinguir a perspectiva de gênero desse ministério é outro movimento a atrapalhar o enfrentamento à violência doméstica e a equidade de gênero.

No debate sobre estratégias no setor da educação, entendem que discutir gênero nas disciplinas de graduação, pós-graduação e nas pesquisas é uma forma de enfrentar a ignorância advinda dos representantes quanto ao que se produz no contexto acadêmico. Enfatiza-se a irresponsabilidade e atitudes omissas quanto aos relatos de violência nas escolas e esferas universitárias. Não há, necessariamente, visões unânimes a respeito de conceitos e resultados advindos dos estudos de gênero e sexualidade, mas é fato que há violência de gênero e atitudes homofóbicas nas esferas educacionais e na sociedade em geral, razão pela qual são necessárias atitudes de enfrentamento (MEDRADO; LYRA, 2016, p. 172-173).

> Vivenciamos um projeto orquestrado de ordenamento político pela via religiosa e negociações entre direita e esquerda que resvalam em conservadorismo moral nos diferentes níveis legislativo, e nosso debate sobre gênero e sexualidade vira "moeda de troca". Não há, como alguns de nossos legisladores insistem em repetir, uma ideologia de gênero e diversidade sexual, o que há são estudos de gênero e sobre sexualidade, produzidos a partir de critérios e procedimentos científicos, amplamente

> debatidos no universo acadêmico, na sociedade civil e nas instituições do Estado (MEDRADO; LYRA, 2016, p. 173).

Ainda na discussão de entraves verificados em estratégias de enfrentamento à violência, cabe pontuar algumas ressalvas quanto às terminologias constantes da Lei Maria da Penha no que se refere aos homens autores de violência.

Conforme se depreende em Medrado e Lyra (2016, p. 168), referida lei faz referência majoritariamente punitiva aos homens. Em análise textual da lei realizada em 2008, percebeu-se a ausência da palavra "homem". Por outro lado, o termo "agressor" teve 19 ocorrências, ao passo que "ofendida" apareceu 34 vezes (MEDRADO; MÉLLO, 2008, p. 83)[159]. Uma nova análise textual realizada em 2020 nesta pesquisa traz os seguintes resultados: a palavra "homem" é ausente; o termo "agressor" aparece vinte e cinco vezes; "ofendida" consta quarenta vezes.

Ao descrever o trabalho com os homens, no artigo 35, inciso V, refere-se aos "centros de educação e reabilitação para os agressores"; já no artigo 45[160] abordam-se os "programas de recuperação e reeducação"; no artigo 27, inciso VI, fala-se em "programas de recuperação e reeducação" (BRASIL, 2006).

Diversos problemas podem ser verificados na lei: será que a reabilitação, recuperação e/ou reeducação são meios de prevenir a violência, haja vista o próprio sentido dessas palavras? O termo agressor corresponde à terminologia adequada para se referir aos homens que participam dos grupos? Não se trata de uma expressão que traz estigmatização, paradoxalmente, em um serviço que objetiva a prevenção de novas violências? Seria, assim, adequado ofender alguém de quem se espera uma colaboração e, quem sabe, uma mudança? Em outras palavras, a estigmatização é o caminho mais adequado para a prevenção da violência?

Leandro Andrade e Sérgio Barbosa[161] (2008, p. 2) ressaltam que nenhuma pessoa é agressiva o tempo todo. Há diversos motivos que levam à agressão, e essas razões não formam a identidade daquele indivíduo. Chamar alguém de agressor traz rótulo e estigmatização. Falar em "homens autores de violência" ao invés de "agressores" contribui para que seja possível

---

[159] Para uma contagem similar, consultar Medrado e Lyra (2016, p. 167-168).

[160] Para Medrado e Méllo (2008, p. 83), embora a lei reconheça que são necessárias políticas que incluam os homens, verificam-se duas lacunas nas ações: "(a) não fazem nenhuma alusão explícita a trabalhos de promoção à saúde (ou promoção da equidade de gênero) com a população masculina, e (b) não há uma definição clara sobre a estrutura e organização dos centros de atendimento aos 'agressores', cuja finalidade, conforme a lei, é de 'educação e reabilitação' (art. 35) ou 'recuperação ou reeducação'".

[161] As considerações desses autores se baseiam em Saffioti e na ideia de que a violência é uma das consequências da desigualdade de gênero. Trazem contribuições a respeito do trabalho junto a homens autores de violência em São Caetano do Sul (ANDRADE; BARBOSA, 2008, p. 1-3).

“pontuar e discutir o comportamento e o contexto e a não incorporação do estereótipo. Fator determinante que propicia revisão e, se necessário, mudança de valores e de comportamentos” (ANDRADE; BARBOSA, 2008, p. 5).

Também nesse sentido estão Medrado e Méllo (2008), que defendem ser necessária atenção aos homens, e para tanto deve-se perpassar barreiras, como a ideia “de que existe uma identidade fixa e que alguém a porta como uma ‘essência de seu caráter’, ‘personalidade’ ou de ‘seu interior’” (MEDRADO; MÉLLO, 2008, p. 84). Consideram a palavra “agressor” como um marcador identitário, que se apresenta comumente como uma barreira às transformações (MEDRADO; MÉLLO, 2008, p. 84). Ressalte-se que o artigo 27 foi alterado pela Lei n° 13.984 de 2020, ou seja, mesmo neste ano ainda se utiliza o termo “agressor”.

Quanto aos termos “reeducação” e “recuperação”, contribuem para a intolerância dos homens, “uma vez que os colocamos estigmatizados como a parte ‘podre’ da sociedade que segue saneada pelos virtuosos que os tiram de circulação para formatá-los e, posteriormente, devolvê-los ao chamado ‘convívio social’” (MEDRADO; MÉLLO, 2008, p. 84). Andrade e Barbosa (2008, p. 3) consideram que a expressão “recuperação” representa um equívoco: “recuperar o quê? Não há nada a ser recuperado. Não há algo natural, internalizado ou aprendido que tenha sido perdido. Há, sim, que ser construídas para estes homens, e para toda a sociedade [...] formas de socialização de respeito às diferenças e de extermínio às hierarquias” (ANDRADE; BARBOSA, 2008, p. 3). Além disso, não se deve compreender que a violência contra a mulher demande um tratamento. Os participantes dos grupos reflexivos não são doentes. Machismo e violência não estão classificados no CID (Classificação Internacional de Doenças), razão pela qual não se deve patologizar esse comportamento (ANDRADE; BARBOSA, 2008, p. 3).

Andrade (2014, p. 183-184) relata que a equipe do grupo reflexivo por ele pesquisado discorda do prefixo “re”, pois indica que em algum período da vida aquele homem soube se relacionar em pé de igualdade com as mulheres, o que não aconteceu, na visão desses profissionais. Percebe-se que “a desigualdade de gênero aparece em todas as fases da socialização, primária e secundária, e em razão disso, precisa ser conhecida e desconstruída e passar por processo de educação, e não por reabilitação e recuperação” (ANDRADE, 2014, p. 184).

> O autor de violência contra a mulher é execrado publicamente e depois convidado a voltar ao “convívio social”. Vemos então que se trata de uma farsa a tal “recuperação”, pois o processo que inclui a chegada do “agressor” à delegacia até a sua sentença

> parece contrariar a proposta seguinte à pena. Trata-se de um processo punitivo, vingativo. Depois que somos vingados com a prisão do homem "violento", aí imaginamos que se poderá "reinseri-lo na sociedade". Raramente, apostamos na criatividade destes homens para além de atos violentos (MEDRADO; MÉLLO, 2008, p. 84).

Percebe-se, portanto, que são expressões que trazem estigmas, e se apresentam, por sua vez, como barreiras para transformações de postura[162] (MEDRADO; MÉLLO, 2008, p. 84).

Em síntese, embora os grupos se constituam em um potencial para o enfrentamento à violência doméstica contra a mulher, não devem agir sozinhos, e sim, em paralelo a outras ações estratégias que tenham esse objetivo. Além disso, há diversas barreiras para que se promova um contexto de equidade, que advém de um contexto político e social e se reflete, inclusive, em terminologias utilizadas pela lei. Até mesmo a alteração legislativa realizada em 2020 traz expressões inadequadas, o que indica que o corpo legislativo está, de certa forma, desatualizado no debate sobre o tema, e que pesquisas sobre o assunto são imprescindíveis. Deve-se atentar, inclusive, aos sentidos nas palavras da Lei Maria da Penha, a fim de que não tragam mais estigmatização e não representem mais um entrave para a concretização do direito das mulheres.

No próximo subcapítulo, o tema efetividade dos grupos reflexivos recebe enfoque. Isso porque a avaliação desses serviços contém lacunas e precisa de aprofundamento. Objetiva-se delimitar algumas formas de avaliação e descrever seus limites e potencialidades, a fim de direcionar a atenção do leitor à importância do diálogo como forma de avaliação, e justificar os movimentos realizados no capítulo de número quatro da dissertação.

3.2 É possível aferir a efetividade dos grupos reflexivos?

De que forma é possível concluir se os objetivos dos grupos foram alcançados? Ou, em outras palavras, quais seriam os requisitos para aferir se houve efetividade no enfrentamento à violência? A partir da revisão bibliográfica realizada, percebe-se que ainda não foram definidos todos os critérios para a definição da efetividade. Há, desse modo, uma lacuna a ser desenvolvida em futuros trabalhos.

Segundo Atallah, Amado e Gaudioso (2013, p. 83), a avaliação e monitoramento dos grupos necessita de maior atenção nas pesquisas, pois ainda não se sabe um meio de se obter resultados seguros. Já Amado (2017, p. 219) considera que a avaliação de grupos é um tema que demanda especial atenção, haja vista que "as iniciativas ainda são consideradas bastante

[162] Em seguida, os autores estabelecem diálogo com Goffman.

incipientes". Lima e Buchele (2011, p. 727-728), com base em Bennett e Williams, apontam que "não há comprovação científica de que uma abordagem é mais eficaz do que outra". Ainda, ao exporem o pensamento de Australian, Corsi e Rothman, tem-se que "os programas devem ser continuamente avaliados". Para que seja possível aferir a efetividade de maneira uniforme, é importante "se possuir um mínimo de homogeneidade metodológica" (ACOSTA; BRONZ, 2014, p. 146).

Em face de mapeamento e sistematizações publicadas em artigo, somados a conhecimentos decorrentes de mais de uma década de trabalho junto a Lei Maria da Penha, Beiras, Nascimento e Incrocci (2019, p. 271-272) trazem, dentre outras sugestões para uma política pública nacional que traga diretrizes mínimas aos serviços e que contribua para o fortalecimento dos que já existem, a importância de estudos que pensem em avaliar o impacto desses programas, a fim de compreender em que medida são úteis para o enfrentamento da violência. O estudo deveria, também, analisar "seu custo-efetividade e a possibilidade de *scaling up*"[163] (BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019, p. 272).

Um dos erros nas avaliações refere-se à falta de grupo de controle a respeito das metodologias desenvolvidas. É recorrente que se usem somente questionários durante e após o fim das atividades. Também é usual que não se acompanhe por muito tempo os homens após a finalização dos encontros (GOLDOLF, 2012; apud AMADO, 2017, p. 219). Ademais, a desistência dos participantes não é alvo de atenção, e pouco se sabe sobre os perfis dos desistentes e eventuais reincidências (AMADO, 2017, p. 219).

No documento em que se aponta "uma metodologia para a estruturação de um serviço de acompanhamento às medidas protetivas e demais ações de responsabilização para homens, no contexto da Lei Maria da Penha"[164] (LEITE, 2016, p. 39), sugerem-se[165] novos encontros com os homens após a finalização do grupo reflexivo, a fim de aferir os efeitos. Seria importante, assim, que se realizassem a cada três meses, durante um ano, ou que fossem semestrais e ocorressem por dois anos (LEITE, 2016, p. 61). "Além disso, as experiências

---

[163] Não há informações no artigo sobre o conceito de *scaling up*.

[164] Destaca-se que "o que se pretende com este produto não é determinar um padrão de metodologia que desconsidere os serviços de responsabilização para homens já em curso no Brasil, mas construir um alinhamento capaz de promover a disseminação dessas práticas, a partir da consolidação de um modelo de gestão" (LEITE, 2016, p. 38).

[165] A partir da inspiração nas "Directrices para al Desarollo de unas Normas para los Programas Dirigidos a los Hombres Perpetradores de la Violencia Doméstica – Daphne Projetct: Work with Perpetrators of Domestic Violence in Europe e os Criterios de Calidad para Intervenciones con Hombres que Ejergen Violencia em la Pareja – HEVPA" (LEITE, 2016, p. 55).

devem buscar meios de realizar pesquisas quanti/qualitativas em relação à sua prática, com instituições externas e autônomas" (LEITE, 2016, p. 61).

Cumpre destacar a ocorrência da cifra oculta, conforme Barin (2016, p. 48). Além disso, essa autora apresenta uma discussão muito interessante para a área: indaga se os programas de intervenção com os homens autores de violência são uma resposta penal eficaz. Inicia a partir de um questionamento sobre o que seria a eficácia e de que forma seria possível comprová-la[166]. Afirma que o critério de êxito poderia vincular-se à inexistência de reincidência ou o enaltecimento de espaços temporais cada vez mais espaçados entre as situações de violência[167]. Ainda, aponta que não seria admissível a troca de comportamentos violentos por outros tidos como abusivos e/ou de outra forma intimidatórios[168] (BARIN, 2016, p. 199-200).

Considera que avaliar a eficácia[169] desses programas é uma situação complexa, e há desafios para compreensão dos resultados (GOLDOLF; apud BARIN, 2016, p. 204). Ao observar diversos estudos que são referência sobre o assunto[170], conclui[171]: "Apesar da existência de determinado pessimismo no que toca à modificação dos agressores, as investigações mostram que as pessoas podem mudar seus comportamentos e que na maioria dos casos houve a cessação da violência" (BARIN, 2016, p. 211).

> Independentemente do modelo de intervenção implementado, é preciso desconstituir a ideia da imutabilidade do comportamento dos agressores de violência doméstica. Na maioria dos casos, a violência é um comportamento aprendido, que pode, portanto, ser alterado, com a transformação do modo como os agressores se relacionam, por meio de formas não violentas. Se a proteção e a intervenção com as vítimas são fundamentais no enfrentamento à violência doméstica, a intervenção com agressores também se revela um contributo importante na prevenção e na redução deste tipo de violência (MANITA; apud BARIN, 2016, p. 211).

---

[166] Faz referência à Laurrari (BARIN, 2016, p. 199).
[167] Remete a Gondolf (BARIN, 2016, p. 199).
[168] Cita Laurrari (BARIN, 2016, p. 200).
[169] No presente trabalho utiliza-se os termos "eficácia" e "efetividade" como sinônimos. Em consulta ao dicionário Aulete Digital, a definição de efetivo remete ao "que produz efeito, que tem capacidade de produzir o efeito desejado, ou programado, ou já habitual; EFICAZ: A empresa adota medidas efetivas de controle de estoque". Disponível em: http://www.aulete.com.br/efetivo. Acesso em: 23 jul. 2020.
[170] "Na construção da resposta à nossa questão fulcral, recorremos a duas avaliações, consideradas as mais consistentes até então realizadas, que melhor atendem aos requisitos mínimos de legitimação. Referimo-nos aos estudos de Edward Gondolf, nos EUA, e de Dobash, Dobash, Cavanagh e Lews, na Inglaterra. Deles apreendemos, por primeiro, que apesar de certo pessimismo existente, as investigações mostram que os agressores mudam seus comportamentos e que a maioria deixa de ser violenta. Por segundo, que no processo de cessação da violência, toda intervenção produz algum impacto, ou seja, conduz à diminuição dos atos violentos; mas o efeito é superior quando o agressor participa de algum programa de intervenção. Por terceiro, que os programas de intervenção não são isolados, mas fazem parte de todo um 'sistema de intervenção', isto é, os demais serviços e intervenções também são decisivos à minoração dos índices de reincidência. E, por fim, que há um determinado grupo de agressores resistentes a mudanças, em relação aos quais a intervenção não terá êxito" (BARIN, 2016, p. 226).
[171] No mesmo sentido de Laurrari (BARIN, 2016, p. 210).

Assim, em resposta à sua pergunta de estudo, considera ser possível que os programas se apresentem como resposta penal eficaz, e posteriormente elege critérios e princípios para o desenvolvimento desses programas (BARIN, 2016, p. 226).

No mesmo estudo, indaga de que forma seria possível a avaliação dos programas. Para Goldolf, a avaliação deve considerar diferentes níveis e padrões de abuso, justamente porque a agressão física é uma das formas de desrespeito possíveis. Além dela, há abuso verbal, ameaças, controle do comportamento da parceira, dentre outros. A forma de avaliação é muito importante, na medida em que a depender de suas abordagens e métodos, pode uma iniciativa ser considerada tanto um fracasso como um sucesso (BARIN, 2016, p. 200). Em vista de diferentes estudos que indicam como se deve realizar a investigação[172], ou que elencam requisitos mínimos que uma investigação deve apresentar[173], afirma-se:

> Observamos que a avaliação precisa: a) ser contestada por mulheres[174], devendo elas serem indagadas não apenas sobre a cessação da violência, mas se estão (sentem-se) seguras e se observaram mudanças no comportamento do agressor; b) ter um número mínimo de respondedores não inferior a 60% dos participantes iniciais; e c) ter um grupo de controle. Finalmente, sugere-se ter um período superior a um ano de acompanhamento[175]. Assim, a avaliação da eficácia dos programas não pode se basear na verificação do número de denúncias apresentadas. A razão [...] é simples: os fatos registrados representam uma porcentagem muito pequena de novos episódios violentos (BARIN, 2016, p. 202).

Em síntese do que foi exposto até aqui, dentre os métodos de avaliação possíveis, três se destacam nesta pesquisa: análise de reincidência, formulários de avaliação e observação dos diálogos travados nos grupos reflexivos.

No que se refere à reincidência, em que pese diversos grupos considerem seus índices oficiais, essa análise seria somente a "ponta do iceberg" (SAUDERS; HAMILL; apud AMADO, 2017, p. 219). Diante disso, o autor salienta que "normalmente, deve-se utilizar uma definição de reincidência mais ampla que inclua a repetição de qualquer tipo de ofensa" (AMADO, 2017, p. 219).

---

[172] Com base em Bowen, Brown, Gilchrist, citados por Barin (2016, p. 202).
[173] Com base em Laurrari, citada por Barin (2016, p. 202).
[174] Também nesse sentido, Milena Santos (2012, p. 112-113, grifo do autor) afirma que "as avaliações a respeito da eficácia dos grupos reflexivos de gênero ainda não puderam ser efetivamente conclusivas, devido ao fato de lidarem com mudanças comportamentais e que necessitam de um trabalho de acompanhamento permanente, envolvendo todos os envolvidos no ciclo de violência. Embora algumas iniciativas com os *grupos de monitoramento* tenham sido realizadas em alguns momentos, a medição dos índices de reincidência e das mudanças efetivas na vida desses homens não podem ser confirmadas a longo prazo".
[175] Nesse momento, a autora faz nota de rodapé, e indica que para detalhamento da avaliação há o estudo de Mullender e Burton.

Embora a análise da reincidência seja um indicativo do potencial dos grupos, há falhas na coleta desses dados no Brasil. Em relatório organizado pela CEPIA, relata-se que ao se pesquisar sobre o modo de constatação da reincidência de grupos brasileiros, verificou-se, em alguns casos, que se afere o resultado com base no não retorno dos indivíduos ao grupo reflexivo. No entanto, este é um critério frágil de avaliação, principalmente se os grupos almejarem transformações de atitudes (CEPIA, 2016, p. 56-57). Assim, é possível que se divulguem dados de baixa reincidência, mas, na prática, sua coleta não tenha uma metodologia confiável. Além disso, aferir uma mudança de comportamentos somente por meio da análise da reincidência não é suficiente, pois embora se deixe de constar atos violentos em índices oficiais ou similares, as atitudes machistas ainda podem ocorrer sem que o indivíduo pratique algum tipo de agressão. Ademais, há a cifra oculta.

Outras questões podem ser colocadas. Para pensar em reincidência, é preciso estabelecer um critério. Considera-se reincidente um homem somente quando voltou a delinquir após o trânsito em julgado da sentença condenatória? Caso pratique nova agressão antes da condenação, a palavra “reincidência” abrange essa situação? Não há pretensão de responder a esses questionamentos nesta dissertação. Conclui-se somente que a reincidência não é um critério suficiente para aferir a equidade de gênero, a desvinculação da masculinidade hegemônica e a concretização dos objetivos dos grupos, mas é um ponto importante e que deve ser coletado a partir de critérios bem estabelecidos.

No que se refere aos formulários de avaliação, na padronização do grupo reflexivo dos homens autores de violência há documentos com este fim, como o formulário de avaliação individual, formulário de tabulação de avaliação e formulário que deveria ser enviado ao juízo (CEJEM, 2012, p. 415-426).

O formulário de avaliação é dado aos homens no último encontro dos grupos, e após noventa dias, é novamente aplicado (CEJEM, 2012, p. 413). Justamente por advir de uma padronização, é interessante pontuar alguns questionamentos do formulário individual: busca-se conhecer não somente o estado civil, escolaridade e profissão, mas também sobre a) continuidade de convivência com a parceira que denunciou; b) como está a relação com essa pessoa (há respostas que variam de melhor à péssima); c) se há um novo relacionamento e como se desenvolve (em comparação com o anterior); d) qual a frequência de discussões e agressões verbais ou de brigas que tiveram agressão física entre o casal, inclusive durante e após o grupo; e) se percebem mudança de comportamento por eles próprios, pela parceira e familiares, e solicitam-se exemplos; f) se aconteceram, e em qual frequência, certos comportamentos antes

e depois do grupo, como xingar a parceira na frente de outras pessoas, afirmar que a parceira possui relacionamento extraconjugal, dentre outros (CEJEM, 2012, p. 416-419).

Esse meio de avaliação é particularmente interessante, pois a partir dos exemplos solicitados sobre mudanças de comportamentos, é possível perceber, na prática, e a partir da visão dos homens, se e como ocorreu a mudança. Trata-se de um processo de autorreflexão, a partir de suas percepções e do que as pessoas de sua convivência familiar dizem para ele.

Por fim, destaca-se a importância do discurso dos homens para a avaliação desses grupos. Considerar somente as falas e informações provenientes do acusado ou da vítima é visto como limitação metodológica de estudos nesse campo (WOODWARD; BECHTEL, 2008, não paginado). Ressalte-se que os retornos dos homens sobre as intervenções podem esconder a verdade sobre o que realmente pensam, haja vista o contexto em que estão: uma participação obrigatória [normalmente] e relacionada ao judiciário (OLIVEIRA, 2018a, p. 52)[176]. No entanto, isso não retira a importância da análise da fala dos homens, haja vista que possuem limites e potenciais: para Beiras (2012, p. 42) é possível, por meio das narrativas dos homens, obter-se material para melhor compreensão de suas subjetividades, na medida em que as falas são perpassadas por ideologias, questões em torno do poder, influência de gênero, sexo, raça e classe, além da conjuntura social e histórica na qual se localiza o homem.

Isabela Oliveira (2016, p. 101) pontua que nas narrativas desenvolvidas pelos autores de violência nos grupos, há a polaridade entre vítima e algoz, e os autores se veem muito mais próximos à vítima do que de agressor. “Se o processo penal domestica e oferece uma determinada tradução da complexidade das relações de gênero” (OLIVEIRA, 2016, p. 101), os grupos têm uma lente que demonstra a polarização na visão dos sujeitos, que ocorre “precisamente pela maneira como os sujeitos organizam suas experiencias referenciadas por noções muitas vezes rígidas de certo, errado, adequado, inadequado, masculino, feminino” (OLIVEIRA, 2016, p. 101).

---

[176] Também nesse sentido, Grudtner da Silva (2016, p. 137) - com base em Rothman, Butchart e Cerdá -, que fez pesquisa junto ao NAFAVD (Núcleo de Atendimento à Família e aos autores de violência Doméstica), aduz que “os homens que participam destas ações podem se tornar mais habilidosos em ocultar novas agressões”. Para a autora, “O fato de poucos homens terem relatado a perpetração de violência pode indicar a efetividade no atendimento oferecido; mas também pode estar relacionado ao pouco tempo de acompanhamento, como ainda pode ser pelo programa estar vinculado à justiça e o receio que as respostas pudessem influenciar no processo jurídico, mesmo informando que os dados coletados eram confidenciais” (GRUDTNER DA SILVA, 2016, p. 114). Ainda, com base em Lôbo e Oliveira, alerta que o baixo número de relatos sobre violência pode advir da naturalização que os participantes têm a respeito do assunto. Por vezes, embora saibam que cometeram um ato violento, não se veem como agressor (GRUDTNER DA SILVA, 2016, p. 114).

Assim, a autora compreende ser possível aferir a complexidade não somente das relações de gênero, mas também da violência relacionada ao gênero, a partir dos atos de fala[177], "na medida em que produzem e regulam aquilo do que falam nas reuniões, tendo sérios efeitos sobre a realidade descrita, vivida e concebida como verdade" (OLIVEIRA, 2016, p. 101).

Uma sugestão enquanto pesquisadora é que para que os discursos sejam objeto de análise da efetividade dos grupos, a partir de metodologias como análise de discurso, por exemplo, seria interessante que o acesso a esses dados fosse facilitado.

No capítulo de número quatro deste trabalho se destacam diversas falas dos homens no decorrer dos encontros, inclusive nas entrevistas posteriores. Apesar de poderem transparecer, nos discursos, uma realidade diversa da que efetivamente acreditam (conforme alertado por Oliveira, 2018, p. 52), constatam-se aspectos interessantes. Nothaft e Beiras (2019, p. 2) por exemplo, em revisão bibliográfica sobre teses e dissertações em que constavam pesquisas empíricas relacionadas à intervenção com autores de violência doméstica e familiar, constataram alguns discursos recorrentes dos homens nesses trabalhos:

> 1) A consideração de que a Lei Maria da Penha é injusta, "uma benesse para as mulheres" (AGUIAR, 2009; MARQUES, 2007; MISTURA, 2015; PAZO, 2013; PRATES, 2013; OLIVEIRA, 2016). 2) A dificuldade de reconhecer seu ato enquanto violência ou minimizá-lo (MARQUES, 2007; AGUIAR, 2009; PAZO, 2013; PRATES, 2013; MISTURA, 2015; BILLAND, 2016). 3) A dificuldade em reconhecer como violência atos que diferissem da agressão física extrema (Gustavo WINCK, 2007; MISTURA, 2015). [...] 4) A tentativa de justificar a violência, muitas vezes, conjugada com desqualificação da denúncia da mulher (MUSZKAT, 2006; PRATES, 2013; MACIEL, 2014; OLIVEIRA, 2016). [...] Entretanto, durante o desenrolar dos grupos reflexivos, alguns participantes relativizam essas posturas iniciais (NOTHAFT; BEIRAS, 2019, p. 7).

A respeito das perspectivas sobre as intervenções, destacam-se:

> 1) Os participantes percebem melhorias no convívio familiar (WINCK, 2007; AGUIAR, 2009; ACOSTA; BRONZ, 2014; MISTURA, 2015); 2) Demandam a inclusão de suas famílias, principalmente as companheiras, em serviços semelhantes (AGUIAR, 2009; Anne SILVA, 2016); 3) Grupos são vistos como espaços de aprendizado (WINCK, 2007; AGUIAR, 2009; PRATES, 2013; OLIVEIRA, 2016; SILVA, 2016). Ou seja, as intervenções se mostram como possibilidade para a construção de novas formas de resolver conflitos, perceber/controlar a própria agressividade (AGUIAR, 2009; PAZO, 2013; Milena SANTOS, 2012; MISTURA; ANDRADE, 2017). Os grupos reflexivos são vistos como espaço de interlocução e de ampliação de significados e sentidos sobre relações conjugais, violência e possibilidade de ser homem na atualidade (MISTURA; ANDRADE, 2017). Na troca de experiências entre homens, a escuta é incentivada como forma não violenta de resolução de conflitos (SANTOS, 2012) (NOTHAFT; BEIRAS, 2019, p. 7).

[177] Oportunidade em que faz referência a Austin (OLIVEIRA, 2016, p. 101).

Porém, “é problemático que as transformações percebidas nos participantes das intervenções sejam apenas no sentido de evitar conflitos” (NOTHAFT; BEIRAS, 2019, p. 10).

Paralelamente, Andrade e Barbosa (2008, p. 6) apresentam resultados do trabalho junto a homens autores de violência desenvolvido em São Caetano do Sul, e consideram que houve diminuição da resistência em participar; baixa reincidência (apenas 4% dos cinquenta homens que já participaram reincidiram); criação de abertura para que se falassem de questões afetivas e familiares; “construção de possibilidades de repensar papéis e comportamentos, principalmente no que tange a resolução de conflitos” (ANDRADE; BARBOSA, 2008, p. 6) e “mudança no discurso, questionamento de valores e novos comportamentos” (ANDRADE; BARBOSA, 2008, p. 6). Afirmam que há alteração de valores e comportamentos vinculados à violência praticada contra a mulher (ANDRADE; BARBOSA, 2008, p. 6).

Em resumo, observar as falas dos homens pode contribuir para que se compreenda melhor suas visões a respeito da violência, bem como sobre os efeitos produzidos pelos grupos. Assim, é possível verificar se reconhecem a própria responsabilidade ou se ainda se veem em posição de vitimização; se relatam ações que os aproximam da equidade de gênero e desvinculação da masculinidade hegemônica; se informam como reagiram diante de um conflito, dentre outras possibilidades. Isso permite aferir, ao menos parcialmente, em que medida as contribuições dos grupos foram interiorizadas, embora seja uma estratégia limitada, haja vista que podem trazer uma narrativa desconectada do que pensam, como alertou Juliana de Oliveira (2018a, p. 52; GRUDTNER DA SILVA, 2016, p. 114).

Diante disso, verifica-se diversas formas de avaliação com diferentes limitações: há a análise de reincidência específica, aplicação de formulários, análise de discurso dos participantes, dentre outros. Se esses métodos forem aplicados em conjunto, seriam suficientes para avaliar a efetividade? Em caso negativo, quais outros métodos seriam necessários para então se obter uma análise concreta sobre a efetividade? São indagações a serem respondidas em outras pesquisas. De forma geral, pode-se concluir que a avaliação é um assunto complexo, e de início é preciso saber em qual lugar se pretende chegar, ou seja, qual o objetivo buscado pelo grupo. Para tanto, esta dissertação contribui com o delineamento de um objetivo imediato (já apontado no segundo capítulo) e outro mediato para esses serviços (a ser trabalhado no próximo subcapítulo), por entender que ambos concentram as maiores demandas.

3.3 Organização de um objetivo para os grupos reflexivos

Conforme já exposto, a Lei Maria da Penha faz referência aos trabalhos com homens autores de violência em alguns de seus dispositivos. O artigo 35, inciso V, aduz: "A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências: [...] V - centros de educação e de reabilitação para os agressores"; artigo 45: O art. 152 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), passa a vigorar com a seguinte redação: [...] Parágrafo único. Nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação." (NR)"; e, por fim, no artigo 22, em que se relaciona o "comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação" como medida protetiva de urgência (BRASIL, 2006).

Uma análise atenta desses dispositivos abre, dentre outros questionamentos, a dificuldade de se compreender a diferenciação entre eles. Também nesse sentido está Vieira de Carvalho (2018, p. 92), para quem a Lei não delimitou a forma de execução dos "centros e programas", nem a maneira como se deve estruturar e organizar esses trabalhos. Além disso, não distingue ou esclarece certos pontos, como "'educação', 'reabilitação', 'recuperação' ou 'reeducação'"[178] (VIEIRA DE CARVALHO, 2018, p. 92).

As diretrizes gerais dos serviços de responsabilização e educação do agressor[179], criada após realização, em 2008, de *workshop* relacionado ao tema, que ocorreu no Rio de Janeiro, aduz que "a presente proposta tem como objetivo apresentar conceitos, atribuições e objetivos dos serviços de responsabilização e educação dos agressores à luz da Lei 11.340/2006 [...], conforme previsto nos artigos 35 e 45" (BRASIL, 2011, p. 65). O documento ressalta que a expressão "serviço" se relaciona ao artigo 45 da Lei, que se mostra mais abrangente do que o previsto no artigo 35 (BRASIL, 2011, p. 65). Ou seja: "programas de recuperação e reeducação" são mais abrangentes do que "centros de educação e de reabilitação".

Além disso, o Enunciado n° 19 (001/2015), da Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (CONPEDI), informa: "Os programas de reeducação do agressor, a exemplo dos grupos reflexivos e centros de educação e reabilitação, fazem parte das políticas integradas de proteção às mulheres"[180]. Em outras palavras, coloca-se

---

[178] Ao final, faz referência a Leite e Lopes.

[179] As diretrizes constam do anexo II da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, elaborado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres. Acesso em: 23 jul. 2020.

[180] "Aprovado na Plenária da I Reunião Ordinária do GNDH de 04 a 06/03/2015 e pelo Colegiado do CNPG em 23/03/2015)". Disponível em: http://www.compromissoeatitude.org.br/enunciados-da-copevid-comissao-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher/. Acesso em: 23 jul. 2020.

programas de reeducação do agressor como gênero, do qual são espécies os grupos reflexivos e os centros de educação e reabilitação.

Sobre a palavra "centro", há outra versão das Diretrizes para Implementação dos Serviços de Responsabilização e Educação dos Agressores, publicado pela Secretaria de Políticas para Mulheres (BRASIL, [200-?])[181], que se diferencia apenas em alguns aspectos da versão constante no documento que compõe o artigo intitulado "Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres"[182] (BRASIL, 2011). No documento da Secretaria de Políticas para Mulheres afirma-se que:

> A concepção de um 'centro' traz em seu bojo a idéia (sic) de um espaço de 'atendimento' ao agressor, semelhante aos Centros de Referência da Mulher e aos Centros de Referência de Assistência Social. Todavia, o objetivo precípuo do serviço de responsabilização e educação do agressor é o acompanhamento das penas e decisões proferidas pelo juízo competente no que tange ao agressor. Portanto, o serviço tem um caráter obrigatório e pedagógico e não um caráter assistencial ou de 'tratamento' (seja psicológico, social ou jurídico) do agressor (BRASIL, [200-?], p. 1).

Passa-se a ideia, portanto, de que os "centros de reabilitação e educação" teriam outro propósito.

Segundo relatório elaborado pela CEPIA (2016, p. 39), a doutrina por eles consultada indica que a Lei deixou indeterminado o nome do programa[183], o que prejudica, inclusive, o estabelecimento dos objetivos a serem buscados, e a definição de qual momento do processo seria adequada a utilização dos grupos. De qualquer forma, os termos "homens autores de violência" e "grupos reflexivos de gênero" apontam o caminho que deve ser observado por esses trabalhos (CEPIA, 2016, p. 60). "De modo geral, são grupos que abordam a situação de violência na perspectiva de que é possível transformar comportamentos e não reproduzir violência" (CEPIA, 2016, p. 60). Independente da terminologia utilizada na lei, o presente trabalho, ao abordar a expressão "grupo reflexivo", remete à ideia de um trabalho desenvolvido com o fim de cessar a violência baseada no gênero.

---

[181] Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/sobre/a-secretaria/subsecretaria-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/pacto/servico-de-responsabilizacao-do-agressor-pos-workshop.pdf/view. Acesso em: 22 nov. 2020.

[182] Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres. Acesso em: 22 nov. 2020.

[183] Nesse sentido, enquanto o artigo 35, inciso V, da Lei Maria da Penha indica "centros de educação e reabilitação para os agressores", o artigo 45 fala em "programas de recuperação e educação" (CEPIA, 2016, p. 39). Paralelamente, as Diretrizes Gerais já mencionadas usam a expressão "Serviços de responsabilização e educação do agressor" (CEPIA, 2016, p. 39).

Utilizam-se as Diretrizes Gerais dos Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor (BRASIL, 2011) para se tecer uma base a respeito de objetivos dos serviços, aliado a documento produzido em 2012, em que se pretende a padronização desses locais, bem como ao Manual de Gestão para Alternativas Penais: medidas protetivas de urgência e demais serviços de responsabilização para homens autores de violência contra as mulheres (LEITE, 2016). Quanto à primeira, menciona-se que o serviço de responsabilização e educação se volta ao "acompanhamento das penas e decisões proferidas pelo juízo competente no que tange ao agressor" (BRASIL 2011, p. 65). Não se almeja realizar um tratamento com os homens, como se estivessem doentes. Enfatiza-se somente a obrigatoriedade do serviço e seu caráter pedagógico. As atividades educativas e pedagógicas devem se pautar em uma perspectiva feminista a respeito de gênero; buscar a conscientização sobre a violência marcada por gênero, e a responsabilização[184]. Aliado a outras formas de prevenir a violência - como campanhas sobre o assunto, abordagem de gênero e raça nas escolas, dentre outros (BRASIL, 2011, p. 66) - "o serviço poderá contribuir para a desconstrução de estereótipos de gênero; a transformação da masculinidade hegemônica; e a construção de novas masculinidades" (BRASIL, 2011, p. 66).

As atividades são "educativas, reflexivas e pedagógicas vinculadas à responsabilização dos agressores" (BRASIL, 2011, p. 68). Em seguida, aponta-se uma lista de atividades incluídas nos serviços, como a) encaminhamento para atendimento específico relacionado a questões psicológicas, b) repassar dados decorrentes do acompanhamento dos homens ao juízo (BRASIL, 2011, p. 68), c) "condução e facilitação de atividades educativas e pedagógicas em grupo que favoreçam uma conscientização por parte dos agressores quanto à violência cometida, a partir de uma perspectiva de gênero feminista e uma abordagem responsabilizante" (BRASIL, 2011, p. 68).

Enfatiza-se que apesar de as intervenções serem realizadas com diferentes metodologias, deve-se criar meios de constatar a efetividade do serviço, da rede e da política relacionada à violência. Para se avaliar, é necessária a obtenção de informações junto aos homens, mulheres e outros interessados. Salienta-se a importância da equipe multidisciplinar,

---

[184] "A violência de gênero é um fenômeno social complexo e multifacetado que requer a ação articulada de diferentes áreas: saúde, educação, justiça, segurança, assistência social, cultura, etc. O acompanhamento dos agressores constitui parte das ações de enfrentamento à violência contra as mulheres, na medida em que – juntamente com ações educativas e preventivas ampliadas (tais como campanhas, formação de educadores, mudança dos currículos escolares) – contribui para a responsabilização dos homens pela violência cometida e para a desconstrução de estereótipos de gênero e de padrões hegemônicos de masculinidade" (BRASIL, 2011, p. 67).

que precisa passar por curso de capacitação de no mínimo 60 horas (que deve abranger tópicos como violência contra as mulheres, masculinidades e discussões a respeito de gênero) (BRASIL, 2011, p. 69-70).

Em 2012 realizou-se o I Workshop – Grupo Reflexivo de Homens Agressores pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica do Poder Judiciário do Rio de Janeiro – CEJEM. A partir das discussões, formulou-se uma padronização para os grupos. Para tanto, consideraram-se os pontos em comum dos grupos presentes nos Juizados e no Instituto de Estudos da Religião – ISER (CEJEM, 2012, p. 407). No documento, menciona-se que cada meta criada ensejará uma execução específica (CEJEM, 2012, p. 409). Como objetivos, destacam-se:

> Responsabilização (aspecto legal, cultural e social). Igualdade e respeito da diversidade (discussões sobre gênero). Equidade (observância das garantias dos direitos universais). Promoção e fortalecimento da cidadania (respeito aos direitos e deveres individuais e coletivos) (CEJEM, 2012, p. 411).

Quanto ao *Manual de Gestão para alternativas penais: medidas protetivas de urgência e demais serviços de responsabilização para homens autores de violência contra as mulheres*, trata-se do resultado de uma Consultoria Nacional Especializada para Formulação de Modelo de Gestão para as Alternativas Penais, vinculada ao projeto BRA/011/2014, intitulado *Fortalecimento da Gestão do Sistema Prisional Brasileiro*. A elaboração foi possível graças à cooperação entre o Departamento Penitenciário Nacional e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (LEITE, 2016, não paginado).

Sugere-se[185] quanto aos modelos teóricos ou conceituais:

> a) Perspectiva de gênero, prevenção à violência contra a mulher, masculinidades e violência; b) Responsabilização: o trabalho com homens autores de violência devem pautar a capacidade de mudança e responsabilização frente aos conflitos e violências, marcando a autonomia do homem quanto à sua escolha a partir de amplas possibilidades de agir frente ao conflito com uma mulher; c) Autonomia e empoderamento da mulher: deve-se abordar, tanto nos grupos com homens, quanto nos grupos com as mulheres, a autonomia, a liberdade, a dignidade e a integridade da mulher, bem como a afirmação e o respeito aos seus direitos e decisões; d) Integração à Rede de enfrentamento à violência contra a mulher; e) Integração à Rede de inclusão social [...]; f) Enfoque sobre as dimensões centrais para o uso da violência pelos homens: abordagens que permitam entender a complexidade do fenômeno da

[185] Há outras sugestões no documento. Defende-se a necessidade de 16 a 20 sessões semanais, que durassem duas horas e tivessem entre oito e vinte participantes, em horários que facilitassem a participação sem atrapalhar o horário de trabalho dos homens. Além disso, seriam necessários dois facilitadores, consistentes em um homem e uma mulher, com formação em Ciências Humanas, avaliação continuada da metodologia empregada, entre outras questões (LEITE, 2016, p. 58-59).

> violência exercida pelos homens a partir de fatores múltiplos socioculturais, relacionais e pessoais [...]. (LEITE, 2016, p. 57-58).

Em síntese, a partir das diretrizes gerais de 2011, infere-se que os serviços, vinculados aos programas de reeducação – que englobam os grupos reflexivos[186] - almejam o fim da violência e objetivam a responsabilização dos homens por meio de atividades que devem gerar reflexão sobre estereótipos, alterar a masculinidade hegemônica e permitir que se criem novas masculinidades (BRASIL, 2011, p. 66). Paralelamente, a padronização decorrente da CEJEM (2012, p. 411) indica que é necessário o alcance da responsabilização, igualdade, respeito, equidade, cidadania. Já o *Manual de Gestão para alternativas penais* dá relevo à responsabilização, que engloba a mudança de posturas e o trabalho para que os homens assumam responsabilidade quanto aos atos de violência, a fim de que interiorizem que há diversas formas de comportamento em uma situação de conflito.

Outros autores refletem sobre o assunto. Beiras e Cantera (2014, p. 32) questionam: o que se objetiva com os grupos reflexivos? É possível perpassar a esfera micro e obter maior igualdade por meio desses locais? Segundo Vanessa Soares (2018, p. 135), "será que estacionamos na ideia de que a vida 'sem violência' depende apenas de homens que 'não batam'?".

Lima e Buchele (2011, p. 727), ao citarem Laing, indicam óbices ao desenvolvimento de pesquisas nessa temática. Um deles refere-se à compreensão da eficácia desses programas. Assim, a eficácia corresponde à cessação da violência? Se for o caso, de quais violências? Seriam somente a física e sexual, ou também envolve a moral, psicológica e patrimonial? Além disso, esses programas devem objetivar a mudança comportamental ou também buscar a igualdade de gênero na sociedade? Alertam que restringir-se a buscar informações de reincidências ou questionar os homens sobre mudanças que sofreram são ações que não dão conta de conhecer a efetividade.

Adianta-se, quanto à lacuna levantada por Beiras e Cantera (2014, p. 32), que o objetivo dos grupos reflexivos deve se relacionar a atuação enquanto instrumento de promoção para a equidade de gênero de forma mediata, bem como deve buscar a desconstrução de ideais

---

[186] A partir do que se compreende em Brasil (2011) e do Enunciado n° 19 (001/2015), da Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (CONPEDI).

hegemônicos de forma imediata[187]. Este último ponto já foi desenvolvido no segundo capítulo. Resta, neste momento, trazer esclarecimentos sobre a equidade.

> O grupo para homens autores de violência contra a mulher é um modelo de intervenção grupal que deve ter por objetivo provocar a desconstrução e a mudança dos padrões naturalizados de gênero, violência de gênero e masculinidade hegemônica. Nesses grupos, espera-se, por um lado, destacar a desconstruir a ideologia patriarcal/machista e, por outro, apresentar e possibilitar a construção individual e coletiva de processos de socialização que têm como referência a equidade de gênero e a formação de novas masculinidades (ANDRADE, 2014, p. 181).

> Como toda a atividade de intervenção, o trabalho com o grupo de homens autores de violência contra as mulheres busca modificar as condições, pensamentos e comportamentos que ambos têm sobre a violência e as relações de gênero. Espera-se, no primeiro momento, no próprio processo do grupo, que os homens: desenvolvam uma sensação de desconforto e questionamento do comportamento agressivo; possam criar mecanismos de contenção da agressividade; que, aos poucos, conheçam formas alternativas de lidar com os conflitos e que busquem seus direitos, incluindo aí a aceitação de figuras de mediação. Que, ao final, criem um estranhamento sobre o modelo patriarcal/machista; que levem para as suas relações uma maior abertura para o diálogo; que ampliem as expressões de sentimentos; formem um pensamento complexo sobre as diferenças socais e de gênero; não se omitam diante de situações de violência. Como desejo final, que estes homens consigam formular e discutir propostas de equidade de gênero, participar de ações pelo fim da violência como estratégia de resolução de conflitos. Um mundo mais justo para todos (ANDRADE, 2014, p. 208).

Ainda, quanto ao questionamento levantado por Lima e Buchele (2011, p. 727) a partir de Laing, compreende-se que a efetividade desses grupos para o alcance da equidade de gênero requer, dentre outros passos, que se consiga prevenção da violência. Posiciona-se a equidade como gênero, ou seja, como um guarda-chuva, de forma que a diminuição da violência é espécie e compõe esse guarda-chuva.

Se a equidade for alcançada, é provável que a violência em razão do gênero também seja diminuída. Além disso, se a violência doméstica se origina em um cenário de inequidade de gênero[188], a equidade - que representa o oposto disso - é necessária para a prevenção da violência. Em vista desse posicionamento, defende-se também que todas as formas de violência devem ser cessadas. Essas respostas, no entanto, demandam aprofundamento, que será feito no próximo subcapítulo.

---

[187] A importância da mudança no padrão hegemônico é destacada por Juliano Scott (2018, p. 49-53), a partir das lições de Acosta, Andrade Filho e Bronz, bem como a partir de Beiras e Cantera (2014).

[188] Defende-se que há assimetria de poder nas relações de gênero. Para tanto, visualiza-se estas relações a partir de uma perspectiva relacional, com base em Medrado e Lyra (2008, p. 819). Nas palavras dos autores, gênero possui dimensão relacional, e o relacional não traz complementariedade, e sim, assimetria de poder (MEDRADO; LYRA, 2008, p. 819).

3.4 A equidade como objetivo mediato a ser buscado

Se o objetivo principal dos serviços é enfrentar a violência de gênero[189], e especificamente a violência doméstica contra a mulher, com enfoque na prevenção[190], precisa-se compreender o que origina essa violência, para que os grupos atuem diretamente sobre essa origem. Verloo et al (apud AMADO, 2017, p. 215), afirma que a forma como se entende a violência contra as mulheres exercerá influência na escolha da metodologia dos grupos.

No entanto, conforme já explicado, não há consenso em debates relacionados à violência (SAMPAIO, 2014, p. 29), e por isso descreveram-se as diferentes perspectivas expostas por Santos e Izumino (2005, p. 147-148) - dominação masculina, patriarcal e relacional -, e demarcaram-se as ressalvas. Além disso, apontou-se que a construção de masculinidades não se dá a partir de uma receita. Pelo contrário: há fatores estruturais e individuais que constituirão esse caminho.

Verifica-se, porém, um ponto em comum entre essas teorias: todas consideram que homens e mulheres não são iguais. Isso fica mais explícito na teoria da dominação patriarcal e dominação masculina, mas a perspectiva relacional também não deixa de considerar essa desigualdade só por relativizar posições fixas para homens e mulheres. De fato, Isabela Oliveira (2016, p. 30) pontua que a distribuição de papéis de vítima e autor não é a saída mais adequada para responder a questões que localizou em pesquisa empírica, mas apesar disso, estatisticamente são as mulheres que mais sofrem assassinatos, especialmente dentro de suas casas e por homens próximos a elas.

Segundo Cecchetto (2004, p. 1.250),

> Para cada contexto sociocultural, elegemos modelos de homem aceitáveis e valorizados, assim como aqueles desprezados. Desse modo, é preciso entender os processos que levam a uma configuração específica da masculinidade e suas relações com outras.

---

[189] O encaminhamento dos homens aos grupos reflexivos decorre do seu envolvimento em violência doméstica e familiar. Assim, os grupos se inserem em um contexto de enfrentamento à violência. Além disso, aponta-se nas diretrizes gerais de 2011 que "O serviço de responsabilização e educação do agressor constitui parte da rede de atendimento e de enfrentamento à violência contra as mulheres" (BRASIL, 2011, p. 66).

[190] Depreende-se que se objetiva a prevenção a partir desse contexto de enfrentamento à violência e de todo o material lido sobre o assunto. Para crítica em sentido contrário, consultar Medrado e Méllo (2008, p. 83).

Dito de outra forma, observa-se que em determinados contextos há formas mais valorizadas de ser homem, o que demonstra indícios do caráter negociável das masculinidades. Isso fica claro no estudo de Almeida (1996, p. 162)[191]: ele pontua que há um "caráter móvel[192] e contingente da relação entre masculinidade, homens e poder", bem como a negociabilidade das masculinidades a depender do contexto em que estão (ALMEIDA, 1996, p. 171).

Almeida fez pesquisa empírica na aldeia de Pardais, no sul de Portugal, entre 1990 e 1991. A aldeia se encontra em uma região em que se extraem mármores, o que contribui enormemente para a economia da região. Há uma hierarquia entre cargos e grande parte dos homens que ali trabalham são cabouqueiros, que ocupam o menor posto. Não havia mulheres na extração de mármores (ALMEIDA, 1996, p. 161-167).

> Os cabouqueiros usam o recurso do esforço corporal do trabalho como capital de masculinidade face a patrões que usam o controlo (sic) dos recursos como imagem da sua ascendência social. Nem a linguagem da sexualidade sobra como denominador comum sobre a masculinidade para homens de diferentes níveis sociais: até mesmo as capacidades sedutoras e românticas de um homem culto podem constituir capital de masculinidade por oposição às narrativas de predação sexual dos cabouqueiros. Limitadas por condicionantes da estrutura social, **as masculinidades são, todavia, negociadas situacionalmente**. Se há indícios de "feminilização simbólica" dos cabouqueiros pelos mais ricos, isto é, de acusação de falta de autonomia e de dependência, há no entanto situações em que a retórica da virilidade é usada por estes para feminizar aqueles, por exemplo com acusações de falta de virilidade e força física. Assim como, entre "iguais", tanto a virilidade como a capacidade de obter recursos (pela poupança, aliança, compadrio, ou clientelismo) podem ser usadas nas disputas internas por maior prestígio masculino. Ou seja: temos de distinguir e inter-relacionar (sic) constantemente, a masculinidade como princípio simbólico e as várias masculinidades (no sentido de várias identidades de homens) (ALMEIDA, 1996, p. 171-172, grifo da autora).

O trabalho, naquele local pesquisado, necessitava de risco e sacrifício, e quem vencesse esses desafios era bem visto, pois naquele contexto cultural a força física era um elemento da masculinidade (ALMEIDA, 1996, p. 173), ou seja, era valorizada[193]. Observa-se a influência da cultura local para que se crie a visão do que é ser homem, imagem que tenta ser alcançada por aqueles que ali trabalham, justamente por benefícios como prestígio social dos que se

---

[191] Para o autor, é importante considerar gênero como "um recurso numa disputa política por capital simbólico e não de uma essência" (ALMEIDA, 1996, p. 184), e é necessário continuar a reflexão sobre a violência contra a mulher, seja na forma física ou simbólica (ALMEIDA, 1996, p. 184).

[192] A expressão "móvel" remete à negociabilidade, e esse entendimento adveio a partir de Isabela Venturoza.

[193] Outros aspectos eram valorizados na masculinidade, como ser um bom provedor para a família, mas ao mesmo tempo gastar dinheiro externamente, com outras mulheres (ALMEIDA, 1996, p. 173).

aproximam dessa masculinidade hegemônica. A medida dessa aproximação era, inclusive, avaliada[194].

Infere-se, portanto, que a virilidade e agressividade podem, ou não, serem expressas pelos homens. Trata-se de uma situação negociável a partir do contexto, o que significa, portanto, ser possível criar um contexto em que a virilidade e a agressividade não são bem vistas. A diferença dos contextos sociais para a definição das masculinidades é evidenciada por Silva Junior e Marcio Caetano (2018, p. 210). Segundo os autores, atuam nesse sentido os pertencimentos sociais. Dessa maneira, um homem que vive na periferia é influenciado pelos marcadores de raça e classe, e sua vivência é diversa da de um homem que habita uma região de elite do município, por exemplo. Afirmam que as performances observadas nos homens negros que participaram da pesquisa "foram contingenciais e orientadas pelas necessidades específicas daquele momento de interação social. Certamente, se esses homens estivessem em outros grupos e interagindo com outros sujeitos, realizariam outras performatividades e discursos" (SILVA JUNIOR; CAETANO, 2018, p. 210).

Diante disso, conclui-se que o trabalho que frisa a desigualdade de gênero e busca demonstrar que a violência contra mulheres não é algo natural, é importante para que se desconstruam relacionamentos marcados pela violência (BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019, p. 269). Caso os autores de violência percebam que a masculinidade em que acreditam é construída, além de ser marcada por performatividade e impossibilidade de ser reproduzida integralmente, poderão, talvez, se expressar de maneira diferente, pois entenderão que as masculinidades caracterizadas, dentre outros pontos, pela violência, não estão obrigatoriamente vinculadas à obtenção de vantagens pessoais (MONTEIRO, 2018, p. 87).

---

[194] O momento de lazer era o do café, que exigia uma participação obrigatória pois, caso preferissem ficar em suas casas ou sozinhos (ALMEIDA, 1996, p. 176), seriam "sintomas de anti-sociabilidade e de virilidade diminuída. Não basta estar com os outros homens. O que se faz com eles – beber, fumar, partilhar, conversar, competir, brincar e discutir – são actividades (sic) coercitivas. E não são feitas com qualquer homem, mas sim com iguais sociais" (ALMEIDA, 1996, p. 176). No momento do café, avaliava-se o comportamento dos indivíduos nos diversos aspectos de suas vidas, como o setor da família. O autor pontua que em outro trabalho seu, trouxe mais informações sobre as atividades fiscalizadas (ALMEIDA, 1996, p. 177). Para que se faça a avaliação, é necessário que exista um modelo, "e a disputa dos atributos e da pertença ou não ao modelo provam que este é uma construção ideal" (ALMEIDA, 1996, p. 177). Afirma-se que para a criação da cultura da masculinidade, há fatores como diálogo sobre sexo – a partir do qual incide uma noção de que os homens biologicamente têm uma pulsão sexual, e as mulheres tidas como "legítimas" deveriam exercer o controle, ao passo que as demais seriam insaciáveis (ALMEIDA, 1996, p. 177). Além disso, o "modelo da masculinidade é ainda internamente hierarquizante, incluindo por isso o espectro da feminilidade nas disputas pela masculinidade. Na competição feminiza-se os outros, na solidariedade vangloria-se a sua masculinidade. A homossexualidade é eivada de sentidos estigmatizadores através de um deslize semântico de várias categorias homólogas: feminilidade, passividade, submissão, penetração das fronteiras do corpo" (ALMEIDA, 1996, p. 177-178).

O relatório desenvolvido pela CEPIA (2016, p. 51) indica que pesquisadores vinculados à área de gênero e masculinidades, como Acosta e Bronz, Lattanzio e Barbosa, Veloso e Natividade, Andrade, Barbosa e Urra, "parecem concordar que os grupos de reflexão com homens autores de violência serão mais positivos se forem manejados na perspectiva crítica, não reforçando padrões de masculinidade e feminilidade como opostos e fixos" (CEPIA, 2016, p. 51), ou seja, devem buscar desconstruir determinadas crenças e comportamentos e construir novas maneiras de se relacionar, caracterizadas pelo desenvolvido saudável e vinculado à igualdade (CEPIA, 2016, p. 51).

Já Vieira de Carvalho (2018, p. 70-71)[195], quando cita Moraes e Ribeiro, enfatiza a importância da reflexão que traga a responsabilização pela violência, e a conscientização de que este ato é inadequado. Ainda, de forma mais ampla, almeja-se a mudança de atitudes, a fim de que suas percepções a respeito das relações de gênero possam passar por um processo de transformação ou ressignificação. No site Compromisso e Atitude, menciona-se, em vista do artigo 35 da Lei Maria da Penha, que se almeja "a responsabilização do homem pela violência cometida, em paralelo com a desconstrução de estereótipos de gênero e a conscientização de que a violência contra as mulheres, além de grave crime, é uma violação epidêmica de direitos humanos" (VIOLÊNCIA DOMÉSTICA..., 2014, não paginado)[196].

Em suma, diante dessa complexidade, um ponto em comum para nortear os grupos reflexivos pode ser a busca por equidade de gênero, já que em violências marcadas por gênero há desigualdade entre os envolvidos. Trata-se de um objetivo mediato, que se configura a longo prazo, ao passo que imediatamente se deve buscar a desconstrução de ideais hegemônicos, conforme exposto no segundo capítulo dessa pesquisa. As lições de Medrado e Lyra (2008) acerca de uma matriz feminista de gênero para os estudos a respeito de homens e masculinidades podem funcionar como um guia neste momento do trabalho.

Para a formulação da matriz[197], são necessários quatro elementos: o primeiro refere-se à importância de não naturalizar que determinadas normas sociais ou práticas sejam típicas de homens ou mulheres, como se fossem necessariamente masculinas ou femininas (MEDRADO; LYRA, 2008, p. 815). Seus entendimentos sobre o sistema sexo/gênero discordam da

---

[195] Para introduzir essa citação, a autora menciona que "é válido correlacionar a ideia de punição com a ideia de responsabilização" (VIEIRA DE CARVALHO, 2018, p. 80).

[196] Disponível em: http://www.compromissoeatitude.org.br/violencia-domestica-os-dilemas-e-conquistas-do-trabalho-com-homens-agressores/. Acesso em: 23 jul. 2020.

[197] Na realidade, autores almejam criar um marco conceitual a respeito de gênero, e tem-se como base a saúde pública. Para tanto, parte-se da matriz que se divide em quatro pontos (MEDRADO; LYRA, 2008, p. 810).

ditocomização entre natureza-sexo e gênero-cultura, e em vez disso, procuram entender as consequências das práticas sociais que posicionam os sexos de forma oposta, ou que buscam as similaridades entre eles (MEDRADO; LYRA, 2008, p. 818-819). Entendem que se deve pensar além da dicotomia, e focar "na complexa teia que define as relações de gênero, que nos aponta mais para a diversidade do que para a diferença, como resposta à dicotomia e à desigualdade" (MEDRADO; LYRA, 2008, p. 819).

Em seguida, defendem que o segundo elemento se refere à dimensão relacional de gênero como categoria de análise, e considera-se, nesse caso, Joan Scott (1995). A dimensão relacional não remete a uma complementariedade entre pessoas, e sim, assimetria de poder. Diante disso, o conceito de gênero precisa ser analisado a partir de uma lente feminista (MEDRADO; LYRA, 2008, p. 819): "deve-se adotar a perspectiva de gênero, buscando compreender como diferenças se constituem em desigualdades, indo além dos sexos como determinantes biológicos e da 'di-visão' (sic) sexual do mundo" (MEDRADO; LYRA, 2008, p. 819).

Nessa linha, é necessário pensar na construção de masculinidades e feminilidades diversas da associação entre mulheres e vitimização, e culpabilização de homens[198] (MEDRADO; LYRA, 2008, p. 819-820). Não se objetiva retirar a responsabilidade individual, mas a dimensão relacional de gênero possibilita "compreender ou interpretar uma dinâmica social que hierarquiza as relações entre o masculino e o feminino e não apenas entre homens e mulheres, mas nos homens e nas mulheres" (MEDRADO; LYRA, 2008, p. 820). Os autores não vinculam as relações de gênero à uma visão binária e polarizada, pois entendem ser necessário considerar interseções entre marcadores sociais na análise[199]. De modo que, categorias como raça, sexualidade, idade, classe, são pontos importantes para serem incluídos. Em síntese, quando se deixa de considerar uma visão dicotômica, facilita-se a compreensão das complexidades que perpassam discussões de gênero (MEDRADO; LYRA, 2008, p. 820).

O terceiro ponto se refere às relações de poder. Nesse momento, têm vista das lições de Joan Scott sobre o conceito de gênero, e ressaltam que para esta autora, é necessário aderir a perspectiva foucaultiana de poder (MEDRADO; LYRA, 2008, p. 821). Diante disso, Medrado e Lyra (2008, p. 821) dão ênfase aos dispositivos de exercício de poder trabalhados por

---

[198] Ao citarem Medrado, entendem que "ao invés de procurar os culpados, é necessário entender como se institucionalizam e como se atualizam as relações de gênero, possibilitando efetivamente transformações no âmbito das relações sociais 'generificadas'" (MERADO; LYRA, 2008, p. 820), que significam, em outras palavras, estruturadas pelas desigualdades de gênero (MEDRADO; LYRA, 2008, p. 820).

[199] Os autores indicam a pesquisa de Rosemberg e Stolcke para maior aprofundamento.

Foucault, que significam as tecnologias que geram sujeição, ou seja, são mecanismos de poder responsáveis pelo controle do corpo, inclusive no que se refere aos discursos, comportamentos, etc. Explicam que "relações de poder são quaisquer relações humanas [...] tão diversas quanto possíveis, que podemos encontrar em diferentes situações e contextos, sob diferentes e [...] complexas formas" (MEDRADO; LYRA, 2008, p. 822).

Na visão de Foucault, a relação de poder só se verifica quando há alguma medida de liberdade e resistência, ou seja, "se existem relações de poder é exatamente porque existem possibilidades de liberdade por todas as partes. [...] a resistência é um elemento constitutivo das relações de poder" (MEDRADO; LYRA, 2008, p. 822). Ainda, os autores diferenciam relações de poder de estados de dominação, pois neste caso não há possibilidade de mudança e a liberdade é reduzida (MEDRADO; LYRA, 2008, p. 822). Concluem ser relevante "o debate sobre as relações de poder que inscrevem masculinidades e feminilidades em nossa cultura" (MEDRADO; LYRA, 2008, p. 22), justamente por considerarem as lições de Almeida (1996, p. 162), para quem "masculinidade e feminilidade [...] são metáforas de poder e de capacidades de acção, como tal acessíveis a homens e mulheres". Assim, os autores têm por base Almeida, para quem masculinidades e feminilidades remetem ao poder, e desenvolvem suas explicações a partir da noção foucaultiana de poder.

Por fim, utilizam-se do quarto elemento de Scott[200] para tratar de relações de gênero como o último ponto para o marco conceitual da pesquisa: "a tradução do modelo binário e fixo de homem e de mulher no nível da política, das instituições e organizações sociais" (MEDRADO; LYRA, 2008, p. 823). Ou seja, objetiva-se transgredir modelos binários e realizar uma análise sobre gênero que tenha uma dimensão relacional (MEDRADO; LYRA, 2008, p. 824). Em 2014, esses autores publicaram novo texto que trata de aspectos que devem estar presentes em uma interpretação feminista sobre homens e masculinidades.

> 1. É preciso superar leituras que situam os homens e o masculino como faces malditas das relações de gênero; 2. Os modos de subjetivação masculina são plurais e plásticos; 3. As tecnologias acionadas para produção de regime de verdade sobre o masculino operam a partir de diversos marcadores sociais da diferença, não apenas gênero; 4. É preciso compreender a pedagogia homossocial e simbolicamente sexista, a partir da qual se forjam homens e se instituem, se valorizam e se naturalizam certos atributos considerados masculinos, sobremaneira sustentados em práticas violentas, tanto do ponto de vista material como simbólico; 5. Sexo é também uma construção cultural, tanto como gênero; 6. Seguindo a tradição dos movimentos de mulheres e LGBT, é necessária a politização do privado, da intimidade na qual se instituem as mais perversas formas de regulação de modos de subjetivação masculina e feminina e, ao

[200] No artigo de Joan Scott (1995, p. 87) consultado, observa-se que os autores fazem referência ao terceiro elemento, que consta da primeira parte de conceituação de gênero da autora.

> mesmo tempo, é preciso reconhecer que, do ponto de vista da epistemologia feminista, ciência não é espelho da natureza e pesquisa não é descrição da realidade; é espaço de crítica e de produção de subsídios para transformação social (MEDRADO; LYRA, 2014, p. 73-74).

Observa-se, nesse sentido, um destaque à perspectiva relacional, ou seja, uma leitura feita de forma não binária. A ideia de não binariedade ou de uma não oposição entre polos fixos pode ser transportada para permitir a expansão da ideia mulher-vítima e homem-agressor. Em outras palavras, a visão de que a divisão entre dois polos fixos é uma perspectiva incompleta pode ser usada como analogia, e contribuir para que se rompa e expanda a ideia fixa de mulher-vítima e homem-agressor. Os autores também enfatizam as relações de poder inseridas nas relações de gênero. De fato, para Medrado e Lyra (2008, p. 826), diversas injustiças sociais recaíram sobre as mulheres durante o transcurso do tempo, e ainda não existe igualdade de gênero[201]. Amado (2017, p. 228), em face de diversos documentos sobre grupos reflexivos e assuntos afins[202], concluiu que:

> De uma forma geral, todos [...] [os documentos] possuem uma forte influência da perspectiva de gênero feminista que identifica na desigualdade de poder entre homens e mulheres na sociedade como a principal questão geradora de violência contra as mulheres. Está é a definição que domina a dimensão "Causal" nos documentos analisados.

Uma vez que Medrado e Lyra (2008, p. 819-820) entendem ser importante pensar na construção de feminilidades e masculinidades dissociados de uma visão binária de mundo, já que adeptos à uma dimensão relacional de gênero - o que pode ser aplicado de forma análoga à importância de se dissociar a ideia fixa de homem-agressor e mulher vítima, pois tais ideias representam uma binariedade que não dá conta de explicar toda a complexidade das relações de gênero; que Almeida (1996, p. 162) aponta "o carácter (sic) móvel e contingente da relação

---

[201] Os autores enfatizam que a dominação feita pelos homens em relação às mulheres não se dá de forma isolada. Há atuação da mídia, religião, educação, as mulheres e políticas públicas. Assim, há participação das instituições sociais no poder coletivo exercido pelos homens (MEDRADO; LYRA, 2008, p. 826), e isso reforça o que foi demonstrado nos dois primeiros capítulos, ou seja, as influências sociais e estruturais sobre a desigualdade de gênero.

[202] O pesquisador considerou "Lei 9.099 de 1995, Lei 11.340 de 2006, Planos de trabalho dos Estados do Acre, Alagoas, Amazonas, Ceará, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Pará e Paraná, Padronização do Grupo Reflexivo dos Homens Agressores – Uniformização de Procedimentos, Estruturação, Funcionamento e Avaliação dos Grupos reflexivos com Autores de Crimes de Situação de Violência Doméstica, elaborado pela Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (CEJEM), Diretrizes Gerais dos Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor elaborado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Conversas Homem a Homem: Grupo Reflexivo de Gênero publicado pelo Instituto Noos, Serviços de educação e responsabilização para homens autores de violência contra as mulheres: proposta para elaboração de parâmetros técnicos publicado pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER)" (AMADO, 2017, p. 226).

entre masculinidade, homens e poder" e a negociabilidade de masculinidades a depender do contexto em que estão, conclui-se que a conscientização dos homens a respeito da inequidade de gênero, e quem sabe engajá-los para que também busquem e ajam segundo essa equidade[203], pode ser um passo para que compreendam que essa é uma forma possível de expressar a masculinidade, ou seja, que expressem uma masculinidade pautada na equidade de gênero[204].

Já que negociam suas masculinidades a depender do contexto em que estão, se for criado um contexto de equidade de gênero, é provável que aproximem suas masculinidades dessa equidade para adaptá-las ao que é objetivado naquele cenário.

No que se refere à relação de uma sociedade pautada em equidade de gênero e menores índices de violência, é interessante pontuar as conclusões da antropóloga Peggy Reeves Sanday, citada por Badinter (1993, p. 144). Afirma-se que em Sumatra, as taxas de estupro são baixas

---

[203] Sobre o engajamento dos homens na equidade, é interessante pontuar parte das lições de Pease (2014). O autor traz uma discussão relacionada especialmente ao patriarcado (PEASE, 2014, p. 21). Afirma que se os homens quiserem agir de maneira antipatriarcal, precisarão fazer transformações nas subjetividades. Assim, busca compreender os limites e possibilidades desse movimento. Considera que a nova subjetividade marcada pelo pró-feminismo (nesse ponto, em diálogo com Hall) envolve desestabilizar a identidade masculina (PEASE, 2014, p. 17), bem como "incentivar que se crie solidariedade com as mulheres e homens homoafetivos com base no respeito pela diferença" (PEASE, 2014, p. 18, tradução da autora). No original: "to create solidarity with woman and gay me non the basis of respect for difference" (PEASE, 2014, p. 18). Posteriormente, reflete sobre quais seriam os passos para que se promovesse o engajamento dessas pessoas em relação às opressões vividas por outras, e a aceitação sobre ouvir aqueles que são oprimidos (PEASE, 2014, p. 18). Compreende ser necessário reconhecer os privilégios masculinos para superar o sexismo e o patriarcado, e ao citar Connell, aduz que há diferentes privilégios a depender da localização que aquele indivíduo ocupa na ordem do gênero (PEASE, 2014, p. 21). Ainda, aponta que interiorizam o que é ser homem a partir de práticas sociais, que incluem homofobia e objetificação sexual (PEASE, 2014, p. 28). Já Flood (2014, p. 35), que também possui uma perspectiva patriarcal, considera que homens engajados no ativismo contra a violência é um movimento contrahegemônico. Mencionou a pesquisa de Casey e Smith, em estudo com homens que buscam o fim da violência sexual ou doméstica. Estes autores observaram que há fatores que influenciam nessa adesão. Um deles, relacionado ao lado pessoal, remete ao interesse não somente ético, mas também político, pela justiça, equidade e aspectos afins. Ou seja, seu interesse pela equidade contribui para que se engaje pelo fim da violência. "O ativismo de homens contra a violência é um espaço significante para a construção de masculinidades alternativas. Desenvolver formas de identidade e comportamento baseados na equidade de gênero é um aspecto importante do trabalho desses homens que objetivam o fim da violência. Uma progressiva mudança pessoal é vista como um necessário complemento, e é também fundante da advocacia social. Está claro nos estudos sobre homens ativistas contra a violência que muitos, de fato, se aproximam de práticas de gênero pautadas na equidade. Ao mesmo tempo, os privilégios patriarcais permanecem como influência significativa tanto sobre o comportamento dos homens ativistas, como também na forma como são recebidos" (FLOOD, 2014, p. 48, tradução da autora). No original: "Men's antiviolence activism is a significant site for the construction of alternative masculinities. Developing gender-equitable forms of identity and behavior is a prominent aspect of men's antiviolence work. Progressive personal change is seen as a necessary complemente to, and foundation for, social advocacy. It is clear from studies among men's violence activists that many do move toward more gender-equitable practice. At the same time, patriarcal privilegie remains a significant influence on both how male activits themselves behave and on how they are received" (FLOOD, 2014, p. 48). Groes-Green, citado por Carabí e Armengol (2014, p. 4), afirma ser importante pensar em masculinidades "pró-femininas" caso se objetive a inserção dos homens no enfrentamento à inequidade de gênero, violência e controle. Outros autores estudam temas afins: Isabela Oliveira desenvolve projeto de pesquisa relacionado a "homens e feminismo(s): um estudo sobre a construção como sujeitos políticos no ativismo feminista".

[204] Connell e Messerschmidt (2013, p. 272) tratam da criação de uma hegemonia que dialogue com a igualdade.

justamente porque naquela sociedade há respeito pelas mulheres, e elas também têm presença ativa nas decisões coletivas. Há uma propensão à igualdade entre os sexos naquele local[205].

Paralelamente, Nolasco (1993, p. 1) pontua que nos cinco anos que antecediam a escrita de seu livro, notou a transmissão de informações por parte da mídia que podem levar ao entendimento de que houve mudanças nos homens. Reportavam-se, assim, atitudes como trocar a fralda dos filhos, levá-los às escolas, autocuidado com a própria pele e cabelos, dentre outras ações afins. Aquilo que pode ser lido como mudança, na realidade, refere-se a uma espécie de autorização da sociedade para a execução de tarefas até então vista como pertencente às mulheres. Defende, portanto, que referida autorização permite o contato com essas atividades. Essa perspectiva é interessante não em um sentido de prisão dos homens a uma estrutura e vitimização em face das consequências dela. Em vez disso pode remeter à importância de um contexto social que incentive atividades vinculadas à equidade, na medida em que isso tende a influenciar para que ocorram mudanças por parte dos homens, neste caso em um sentido positivo, ou seja, que tenham uma postura que dialoga com a equidade e de respeito em relação aos outros indivíduos. Essa mudança de posturas não gera, sozinha, a equidade, mas representa uma aproximação.

Da mesma forma se pode pensar nos desafios dos grupos reflexivos: se esses serviços conseguirem transformar ideais hegemônicos nos participantes, é possível que reduzam não somente a violência, mas que se proporcione uma convivência mais tranquila a partir de posturas pautadas na equidade, como a divisão de tarefas, distanciamento no momento do conflito ao invés da agressão, compreender que a mulher não deve ser alvo de agressões físicas, verbais, dentre outras afins. Essas transformações na convivência familiar não representam o alcance da equidade de gênero, mas são passos importantes nesse caminho.

Por fim, destaca-se, como já mencionado, que o objetivo dos grupos reflexivos, de forma geral, é enfrentar a violência contra a mulher. Como visto, ela é praticada por diversos fatores, e dentre eles, a assimetria de poder[206]. Assim, a busca por equidade é imprescindível, na medida

---

[205] É possível estabelecer um contraponto: Seidler (2014, p. 221) aponta que na Escandinávia há uma considerável força na noção de equidade de gênero, mas isso não reduz os números de violência. A professora Isabela Venturoza, indagada sobre esse fenômeno, pontua que a violência está enraizado na cultura, que há relações de poder entre homens e mulheres, e que há um distanciamento entre teoria e prática. Dividir tarefas não significa que se tenha alcançado a equidade. As mudanças acontecem aos poucos. Nesse sentido, depreende-se ser possível as pessoas defendam uma situação, mas na prática ajam de outra forma. Isso porque as desigualdades e violências são tão enraizadas nos indivíduos que se demanda um certo tempo para mudança efetiva e completa. Não significa que as transformações de posturas e falas não sejam importantes, mas elas, sozinhas, não representam o alcance da equidade de gênero.

[206] A perspectiva relacional considera a assimetria de poder entre os envolvidos (MEDRADO; LYRA, 2008, p. 819).

em que se a violência advém, dentre outros motivos, de uma assimetria de poder, a equidade representa o oposto dessa assimetria, razão pela qual sua busca é um passo importante no cenário de enfrentamento à violência[207].

Em síntese, conclui-se que a equidade deve ser vista como um objetivo mediato para os grupos, políticas públicas e ações sociais porque a) um contexto geral e cultural de equidade de gênero tende a aproximar práticas de masculinidades dessa equidade, haja vista a negociabilidade dessas masculinidades (ou seja, não são imutáveis e podem sofrer transformações e influências a partir do contexto); b) o fim da violência e/ou a mudança de posturas que contribuem para um relacionamento familiar com menos conflitos não representam o alcance da equidade de gênero, mas são passos relevantes nessa busca; c) se a violência advém de uma assimetria de poder, a equidade representa o oposto desse cenário.

Interessante refletir, em sentido provocativo, quais as formas são socialmente aceitáveis de ser homem. Em outras palavras, quais as maneiras de ser homem seriam objetiváveis? É defensável manipular os homens, a partir de grupos reflexivos, para que sigam um modelo de masculinidade que busque equidade? Desde já, responde-se que não se trata de uma manipulação, e sim de explicitar que existem outras possibilidades de se expressarem, já que não há nada biologicamente dado, imutável e fixo que justifique uma forma agressiva de expressar que são homens em determinados contextos[208].

---

[207] Ressalte-se que essa conclusão foi possível graças às discussões com a professora Isabela Oliveira, tanto decorrentes do curso de masculinidades pelo Espaço Cult, como por diálogos diretos com a professora. Oliveira, em meu entender, defende que os grupos deveriam buscar a equidade. Grudtner da Silva (2016, p. 133) considera, com base em Toneli, Medrado, Lemo e Brasilino, e em Oliveira, que "os grupos devem levar a reflexão sobre temas ligados à equidade de gênero e à violência, para que os homens se relacionem a partir de uma cultura não sexista, respeitando os direitos das mulheres".

[208] Medrado e Méllo (2008, p. 79) compreendem que partir da premissa de que certos preceitos são construídos socialmente não seria suficiente. Ao citarem Foucault, consideram que "As narrativas que contam a construção de uma noção [...] são práticas discursivas construídas. Porém, a perspectiva é pesquisar como essa noção passa a ser vista como algo dado, como obteve o estatuto de 'verdadeira'. Inexoravelmente deveremos dirigir nosso olhar para as práticas que permitem a existência de tais noções e/ou acontecimentos, que se materializam em 'jogos de verdade'" (MEDRADO; MÉLLO, 2008, p. 79). Assim, objetivam entender, em diálogo com Butler, "como as pessoas se posicionam e são posicionadas em práticas de poder e jogos de verdade" (MEDRADO; MÉLLO, 2008, p. 79). Compreendem ser necessário estudar os processos de socialização masculina, bem como os repertórios interpretativos (para tanto, citam Potter, Wetherell, Gill e Edwards) "sobre masculinidades em nossa sociedade, na qual os homens são socializados para reprimir suas emoções, sendo a agressividade, e inclusive a violência física, formas socialmente aceitas como marcas ou provas de masculinidade. Embora nem sempre as pessoas efetuem literalmente esse modelo de socialização, o que se percebe é que ele estimula uma postura destrutiva e, muitas vezes, autodestrutiva. Como consequência desse modelo de socialização marcado pela forte associação entre masculinidade e agressividade/violência, grande parte dos homens tem apresentado índices de mortalidade significativamente maiores que os das mulheres, em todas as faixas etárias, bem como maior número de internações relacionadas a causas externas, especialmente relacionadas a violência" (MEDRADO; MÉLLO, 2008, p. 80).

Não se defende que os grupos devam alimentar a ideia de "bons cidadãos" nos participantes, de modo a alterar suas práticas sociais para que ajam de forma menos violenta, mas que ainda se pautem na dominação. Não se trata, aqui, de buscar uma "civilização", constante do ideal hegemônico construído na Europa (que se pautou, por sua vez, em diversas desigualdades e exclusões) e que se deslocou para o Brasil em razão da colonização. Pelo contrário, é justamente esse ideal de "civilização", pautado na hegemonia, que se pretende desconstruir, haja vista sua relação com a desigualdade e a violência, conforme se depreende dos capítulos iniciais da tese de Vanessa Soares (2018). Deve-se enfocar na equidade de gênero.

> Da mesma forma que as mulheres se organizaram e vêm lutando contra a desigualdade de gênero, agora é a vez de os homens se transformarem em protagonistas desse processo de mudança nas relações afetivas e de gênero para formularem as novas possibilidades de masculinidades. De saírem do lugar de luta – de defesa e de ataque. De depositarem suas armas e as armaduras. Isso só é possível em um campo e em condições propícias, e este contexto é o que ocorre nos grupos de homens (ANDRADE, 2014, p. 206).

Para Almeida (1996, p. 162), "as transformações que puderem vir a acontecer na masculinidade serão criações de uma nova hegemonia, a qual poderá inclusive resultar no fim da categoria do género" (sic). Assim, não seria arriscado estipular parâmetros de constituição de masculinidades e gerar-se uma nova forma de hegemonia?

Não se pretende responder a essa problematização na presente pesquisa. Trata-se de uma indagação ventilada pela professora Isabela Oliveira em curso sobre masculinidades, fornecido pelo Espaço Cult, em 2020. Para a autora, projetar uma nova forma de masculinidade talvez não deva ser o objetivo, já que poderia gerar outra hegemonia a continuar calando mulheres, além de trazer privilégios a alguns homens. Embora não seja possível implodir o gênero, é interessante não se aprisionar em masculinidades e feminilidades; deve-se pensar em transformar o gênero como algo que traga possibilidades plurais de vivenciar a realidade. Assim, sugere pensar em pessoas livres, que se pautam em formas éticas de estar no mundo. Também nesse sentido estão Medrado e Méllo (2008, p. 83), quando questionam se é possível prevenir a violência[209]:

> Uma primeira tentativa de "prevenir" não no sentido de impedir que uma violência ocorra porque não acreditamos em soluções universais e permanentes, mas no sentido de antecipar-se seria um ato simultâneo, crítico e ético de construção de masculinidades e feminilidades menos rígidos. Ou seja, por em *crisis* (sic) as

[209] Fazem, em seguida, diálogo com Butler e Goffman.

> categorias de sexo verdadeiro ou os construtos de identidade que servem para construir corpos tão distintos.

Seja ou não um risco apontar novas formas de masculinidades, é interessante mencionar que Carabí e Armengol (2014, p. 4, tradução da autora) citam a lacuna levantada por Groes-Green, que observa a raridade de estudos que apontam "de onde mudanças nas estruturas de gênero podem sair e como os homens podem exercer um papel positivo na sociedade" [210]. Para contribuir com essa questão, os autores consideram que a obra em que fazem a introdução – masculinidades alternativas para a mudanças no mundo – não somente observa as incoerências na masculinidade hegemônica, mas também enfatiza maneiras de ser homem dissociadas de dominação, "onde o poder masculino não é sinônimo de opressão" (CARABÍ; ARMENGOL, 2014, p. 4, tradução da autora)[211].

De qualquer forma, a relação entre masculinidades e a violência doméstica pode ser encarada a partir de uma perspectiva de responsabilização. Sócrates Nolasco (1993, p. 31) compreende que a tomada de consciência a respeito da absorção do machismo é o que permitirá "o contato com as resistências e contradições a serem gerenciadas por eles na condução deste processo de transformação". Embora essa conscientização seja um passo importante, o simples reconhecimento enquanto indivíduo que reproduz valores machistas é insuficiente. Demanda-se, como um primeiro passo, o reconhecimento, para que se chegue, em seguida, a uma responsabilização que gere atitudes antissexistas. Para tanto, realiza-se uma analogia às lições de Djamila Ribeiro (2019), e de raciocínio desenvolvido em artigo publicado na Revista Quaestio Iuris, escrito em coautoria com Carla Bertoncini, razão pela qual retomam-se parcialmente raciocínios nele desenvolvidos. Nestes casos, falava-se sobre racismo, mas a lógica é aplicável à realidade de um machismo estrutural constante da realidade brasileira.

Em síntese, Ribeiro (2019, p. 50) delineia ações em um pequeno manual antirracista com o objetivo de contribuir com indivíduos que almejem uma postura ética no mundo. Pontua, dentre outras ações, que um passo importante no caminho do antirracismo é o autoquestionamento, ou seja, compreender o próprio lugar e contestar situações que parecem "naturais" (RIBEIRO, 2019, p. 11). Além disso, ausência de reflexão sobre pessoas negras e brancas é um dos componentes para a permanência da discriminação em razão da raça (RIBEIRO, 2019, p. 13). A autopercepção também é imprescindível na medida em que

---

[210] No original: "where changes in gender structures can come from and how men can play a positive role in society" (CARABÍ; ARMENGOL, 2014, p. 4).
[211] No original: "where (male) power is not synonymous with opression" (CARABÍ; ARMENGOL, 2014, p. 4).

contribui para a compreensão dos privilégios e responsabilidades em face das injustiças que acometem os grupos vulneráveis (RIBEIRO, 2019, p. 17). Reconhecer o próprio racismo é outra atitude necessária para a autora. Afinal, se o racismo é estrutural e todos se situam nessa sociedade, consequentemente todos serão racistas (RIBEIRO, 2019, p. 19). Afirma-se também que:

> O racismo foi inventado pela branquitude[212], que como criadora deve se responsabilizar por ele. Para além de se entender como privilegiado, o branco deve ter atitudes antirracistas. Não se trata de se sentir culpado por ser branco: a questão é se responsabilizar. Diferente da culpa, que leva à inércia, a responsabilidade leva à ação (RIBEIRO, 2019, p. 18).

Em outras palavras, demanda-se o reconhecimento, responsabilização e ação. Em relação ao cenário do machismo, mostra-se imprescindível, pelos homens, a tomada de consciência da desigualdade, e a partir disso o reconhecimento dos próprios privilégios decorrentes. Em seguida, devem se responsabilizar, justamente pela sua relação direta com a realidade desigual de gênero. Uma vez que a responsabilização enseja ações (RIBEIRO, 2019, p. 18), é interessante que pratiquem ações antissexistas. Este é um importante caminho para os grupos reflexivos[213].

Em síntese, embora inexista unanimidade quanto aos objetivos específicos buscados pelos grupos no contexto de enfrentamento à violência, observa-se que a aproximação dos homens à equidade de gênero parece ser um caminho necessário. Além disso, um passo interessante para esses participantes é o reconhecimento da desigualdade, atitudes machistas e privilégios, responsabilização e ações antissexistas, a partir de analogia às lições de Ribeiro (2019, p. 18).

Após considerações mais amplas sobre os grupos reflexivos, no próximo capítulo verificar-se-á parte da realidade desses serviços brasileiros. Escolheram-se teses e dissertações que narraram metodologias e abordagens desenvolvidas nesses locais, a partir de critérios expostos na seção de metodologia, a fim de compreender em que medida os grupos conseguem desconstruir a masculinidade hegemônica de seus participantes.

---

[212] Afirma-se isso após citar Kilomba, para quem “o racismo é uma problemática branca” (RIBEIRO, 2019, p. 18).
[213] Há outras perspectivas sobre grupos reflexivos e responsabilização, a exemplo das pontuadas em Vieira de Carvalho (2018). Além disso, Medrado e Lyra (2008, p. 831) tratam da responsabilidade a partir de Figueroa-Perea.

4 GRUPOS REFLEXIVOS BRASILEIROS E SUAS POTENCIALIDADES PARA A DESCONSTRUÇÃO DO IDEAL HEGEMÔNICO

Há estudos sobre a metodologia desses locais. No entanto, são afirmações que podem ser aprofundadas. Sabe-se o número de encontros semanais, ou que os indivíduos se relacionam com uma equipe multidisciplinar que discutem informações sobre a violência doméstica contra a mulher[214], por exemplo. Resta compreender, dentre outros pontos, de que forma as equipes procedem junto aos autores de violência: como realizam intervenções, quais diálogos são produzidos, o que respondem diante de comentários de cunho machista. Parte-se da premissa de que são esses diálogos e técnicas que também podem gerar mudanças de atitudes.

De fato, Natividade (2012, p. 146) aponta que embora se produzam diversos trabalhos dentro da temática de violência doméstica, pouco se falou sobre os discursos dos autores desses delitos, justamente por se tratar de um espaço relativamente novo de pesquisa, além dos obstáculos de contato com esses homens e complexidade de análises e metodologias nessa espécie de trabalho.

Além disso, a autora destaca que uma exploração direcionada às atuações dos profissionais nos encontros é uma estratégia interessante de pesquisa, e explica os cuidados decorrentes (NATIVIDADE, 2012, p. 149). Embora ela faça referência a uma investigação empírica que se aprofundasse sobre a atuação dessas equipes, nesse trabalho objetiva-se extrair essas atuações a partir de outras pesquisas de campo já realizadas, e que permitem a análise dos diálogos e conclusões de seus autores.

Por esse motivo, as próximas subseções descreverão diálogos existentes nos grupos reflexivos, presentes em teses e dissertações selecionadas a partir de critérios metodológicos descritos a seguir, a fim de demonstrar de que forma, na prática, os facilitadores trabalham. Enfatizam-se diálogos e técnicas desenvolvidas nesses locais. Objetiva-se, a partir disso, compreender quais abordagens e metodologias tendem a facilitar uma desconstrução do ideal hegemônico e, consequentemente, aproximar os participantes da equidade de gênero.

Retoma-se um raciocínio desenvolvido anteriormente: embora a mudança de atitudes no convívio familiar não gere, por si só, a equidade, é uma aproximação nesse caminho. Assim, compreender as transformações verificadas nos autores de violência é uma forma de verificar a aproximação desses indivíduos da equidade, de forma mediata, e a desconstrução de ideais

[214] Nesse sentido as obras de Cordeiro (2014, p. 38) e Vieira de Carvalho (2018, p. 113-154).

hegemônicos, de forma imediata. Compreender as atitudes das equipes frente aos participantes permite entender quais ações tendem a trazer mais aproximação à equidade e à desconstrução de ideais hegemônicos nesses participantes, que são prejudiciais para eles e para os seus conviventes.

4.1 Metodologia

Diversas pesquisas bibliográficas foram realizadas em teses, dissertações, periódicos e livros para produzir os primeiros capítulos. Teve-se como fonte de dados o portal de periódicos da CAPES, banco de teses e dissertações da CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), SciELO, periódicos, dentre outras fontes afins. Assim, fez-se pesquisa exploratória, na modalidade bibliográfica. Também foi necessária a pesquisa documental, a partir de relatórios, e o aprendizado sobre essas metodologias adveio de Prodanov e Freitas (2013, p. 51-55).

Em relação a este quarto capítulo, no entanto, a delimitação de fontes de pesquisas foi maior: para os subcapítulos 4.2 a 4.7, teve-se como base o artigo intitulado *O que sabemos sobre intervenções com autores de violência doméstica e familiar?*, de Raíssa Nothaft e Adriano Beiras, publicado em 2019, cujo objetivo foi sintetizar pesquisas nacionais sobre o tema (NOTHAFT; BEIRAS, 2019, p. 1). Como metodologia, os autores utilizaram a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), justamente por ser o maior banco de teses e dissertações brasileiro, na visão dos pesquisadores (NOTHAFT; BEIRAS, 2019, p. 2).

Ressalte-se que esse artigo é um desdobramento da dissertação de mestrado de Raíssa Nothaft, publicada em 2016. Na dissertação, um dos critérios de seleção foi a delimitação temporal, que abrangeu trabalhos de 2006 até 2015 (conforme classificação do corpus definitivo de análise) (NOTHAFT, 2019, p. 19-20). Já no artigo, escolheram-se teses e dissertações defendidas entre 2006 e 2016 (NOTHAFT; BEIRAS, 2019, p. 2). Por ser mais recente, baseia-se principalmente neste último.

De início, os autores pesquisaram três expressões: “autor de violência” (todos os campos), “masculinidade” (todos os campos) e “violência” (todos os campos), e “violência doméstica e familiar” (todos os campos). Após a delimitação espacial (IBICT), temporal e temática (buscaram por pesquisas empíricas que traziam dados sobre intervenções junto a autores de violência), leram os resumos e realizaram leitura flutuante (a partir das lições de

Bardin acerca de análise de conteúdo) e, por fim, os organizaram a partir de classificação e delimitação. Assim, obtiveram cinco teses e doze dissertações que atenderam aos seus filtros (NOTHAFT; BEIRAS, 2019, p. 2).

Desse modo, o artigo sintetiza as teses e dissertações que realizaram pesquisas empíricas junto aos grupos reflexivos desde o início da vigência da Lei Maria da Penha até 2016. Em contato com os trabalhos selecionados pelos autores, realizou-se, nesta dissertação, um recorte sobre os que possibilitam identificar diálogos entre facilitadores dos grupos e homens participantes[215], especialmente no que se refere às discussões sobre violência, foco principal dessa dissertação. Para tanto se examinaram os principais capítulos, especialmente os que abordavam a pesquisa empírica. Nas linhas abaixo descrevem-se os títulos e autores dos trabalhos encontrados por Nothaft e Beiras (2019) e, em seguida, aponta-se o motivo pelo qual foi ou não escolhido para a análise nesta dissertação. Em síntese, precisam constar diálogos entre facilitadores e homens, a fim de que seja possível encontrar a) exemplos de intervenções; b) exemplos de mudanças verificadas e relatadas pelos próprios participantes.

Em relação às teses e dissertações selecionadas na dissertação de Nothaft (2016)[216], tem-se:

1) AGUIAR, Luiz Henrique Machado de. *Follow-up de uma intervenção com homens autores de violência conjugal*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

Não fez parte da seleção porque o autor objetivou fazer um acompanhamento com os participantes. Nesse sentido, realizaram-se dois encontros grupais nomeados de *Follow-up*. De início, os homens participavam de forma individual, e depois fazia-se o diálogo a partir de um grupo focal (AGUAIR, 2009, não paginado). Nesse sentido, não houve o acompanhamento do serviço, e consequentemente não se verificam relatos das intervenções dos facilitadores.

2) LEANDRO, Edélvio Leonardo. *De agressor a dependente: a produção de sentidos sobre violência de gênero em Centros de Atenção Psicossocial – álcool e outras drogas*. Dissertação (Mestrado) – Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

---

[215] Para Veras (2018, p. 184), "a participação sincera nos grupos é o que pode enriquecer a troca produzida por eles, com intervenções da equipe técnica. Quanto mais eles falam o que pensam e como se comportam, maior será a profundidade do debate, com mais chances de atingir a reflexividade que pode produzir mudanças". Tem-se que "o mérito dos grupos reflexivos é dar voz aos homens para falarem sobre suas masculinidades, oportunizando um espaço de acolhimento para pensarem o que nunca pensaram. A conduta internalizada e naturalizada passa pelo crivo da reflexão. E aí que se produzem os questionamentos, as contestações, os confrontos, as negociações consigo mesmo e com o grupo, e as mudanças que podem se produzir" (VERAS, 2018, p. 185).

[216] A autora tem um quadro que traz informações sobre os serviços constantes dos diferentes trabalhos por ela analisados (NOTHAFT, 2016, p. 39-40).

O autor teve como enfoque da pesquisa qualitativa a realização de entrevistas com profissionais e usuários do CAPSad (Centros de Atenção Psicossocial), um local direcionado a pessoas com alguma dependência de álcool ou de outras espécies de drogas. A pesquisa foi feita no CAPSad porque os homens acusados de violência são, comumente, direcionados a esses serviços (LEANDRO, 2009, não paginado). Assim, não há observação de grupos, razão pela qual não constam exemplos de intervenções dos facilitadores.

3) LIMA, Daniel Costa. *Homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher: desafios e possibilidades*. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

O desenvolvimento empírico da pesquisa relaciona-se a um estudo de caso feito junto a profissionais integrantes de um programa do governo que atuava na esfera da violência doméstica e familiar (LIMA, 2008, não paginado). Não houve, assim, acompanhamento de grupos, relatos de diálogos entre facilitadores e autores de violência etc.

4) MACIEL, Welliton Caixeta. *Os "Maria da Penha": uma etnografia de mecanismos de vigilância e subversão de masculinidades violentas em Belo Horizonte*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

Este trabalho foi selecionado por conter os parâmetros necessários para a pesquisa. O autor acompanhou a implementação de uma política pública em que os autores de violência deveriam utilizar tornozeleira eletrônica, somada a participação em grupos reflexivos (MACIEL, 2014, p. xii). Constam exemplos de diálogos nos grupos e de dinâmicas dos facilitadores.

5) MARQUES, Cristiane Gomes. *Homens "autores de violência conjugal": modernidade e tradição na experiência de um grupo de reflexão*. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

A autora acompanhou grupo reflexivo e trouxe diálogos e dinâmicas realizados no serviço. Por atender a esses critérios, seu trabalho foi selecionado para a análise.

6) MISTURA, Tales Furtado. *Vivência de homens autores de violência contra a mulher em grupo reflexivo: memórias e significados presentes*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Não foi selecionado porque o objetivo do trabalho era se aprofundar sobre o que os homens autores de violência contavam sobre suas participações no grupo reflexivo em São

Paulo. Eles foram entrevistados em profundidade (MISTURA, 2015, não paginado). Assim, não há relatos sobre o cotidiano dos grupos reflexivos, com os diálogos e dinâmicas.

7) MONTEIRO, Anita Cunha. *Autores de violência doméstica e familiar: um estudo sobre um grupo de reflexão no Paranoá.* Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

Foi selecionado porque constam diálogos e dinâmicas grupais. Realizou-se observação *in loco* em diversas sessões do grupo reflexivo em Paranoá/DF, bem como entrevistas com sete dos homens participantes, duas psicólogas e a promotora de Justiça, profissionais que possuíam vínculo com aquele serviço (MONTEIRO, 2014, não paginado).

8) MUSZKAT, Susana. *Violência e masculinidade: uma contribuição psicanalítica aos estudos das relações de gênero.* Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

Faz parte da seleção por constarem diálogos e dinâmicas do grupo reflexivo.

9) OLIVEIRA, Anderson Eduardo Carvalho de. *Atendimento a homens autores de violência contra a mulher: lacunas, desafios e perspectivas.* Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

O autor teve como enfoque empírico a realização de entrevista a profissionais que trabalham com os autores de violência doméstica contra a mulher e com os homens acusados (OLIVEIRA, 2012, p. 43). Não há, assim, descrição de observação dos grupos reflexivos, e não constam os diálogos que interessam a essa parte da dissertação.

10) PAZO, Concepción Gandara. *Novos frascos, velhas fragrâncias: a institucionalização da Lei Maria da Penha em uma cidade fluminense*. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

A pesquisadora esteve presente em encontros de grupo reflexivo que se realizava em Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Além disso, fez entrevistas com profissionais e com os homens acusados, além de assistir a audiências (PAZO, 2013, não paginado). Constam, em seu trabalho, as informações necessárias para esse tópico da dissertação.

11) PRATES, Paula Licursi. *A pena que vale a pena: alcances e limites de grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher*. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Saúde Pública. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Este é o trabalho mais detalhado no que se refere ao enfoque desse momento da pesquisa. Cumpre transcrever o que a autora menciona como parte de seus objetivos junto a participação em grupo reflexivo: “descrever como a dinâmica e os conteúdos veiculados no grupo mobilizam a reflexão; identificar que aspectos das falas dos sujeitos são indicadores de novas posturas e ressignificações das relações; analisar alcances e limites de grupos” (PRATES, 2013, não paginado). Há, assim, os dados necessários.

12) SANTOS, Milena do Carmo Cunha dos. *Eu ser um homem feminino não fere meu lado masculino: percepções e socializações nos grupos reflexivos de gênero para homens.* Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

Este trabalho não entra no recorte porque não constam falas dos homens ou dos facilitadores. Há, somente, entrevista com os profissionais (SANTOS, 2012, não paginado).

13) WINCK, Gustavo Espíndola. *Percepções sobre violência e relações de gênero em homens acusados de agressão*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e da Personalidade) – Faculdade de Psicologia, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

Embora o primeiro artigo que compõe a dissertação, escrito em coautoria com Marlene Strey, objetive “discutir as percepções relatadas por homens acusados de agressão acerca da violência e das relações de gênero, colhidas em entrevistas individuais e em encontros grupais” (WINCK, 2007, p. 5), não constam diálogos entre homens e facilitadores. Há, somente, exemplos das falas dos homens de forma pontual.

Já no artigo publicado em 2019, Nothaft e Beiras encontraram novos trabalhos:

14) BILLAND, Jan Stanislas Joaquim. *Como dialogar com homens autores de violência contra mulheres? Etnografia de um grupo reflexivo*. Tese (Doutorado em Medicina Preventiva) – Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil, 2016.

Apesar de ter feito observação participante, aliado ao método etnográfico, e entrevistado os profissionais (BILLAND, 2016, não paginado), não fez parte dos trabalhos das subseções seguintes porque não contém diálogos entre os homens e facilitadores.

15) GONÇALVES, João Paulo Bernardes. *As intervenções com homens autores de violência doméstica contra as mulheres ante suas bases teórico-metodológicas e perspectivas políticas: as experiências no Estado de Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil, 2015.

Não participou da seleção porque não contém as falas dos homens e os diálogos necessários para a análise que se objetiva realizar. De fato, objetivou-se foi "investigar a base teórico-metodológica e a perspectiva política dessas intervenções" (GONÇALVES, 2015, p. 6), e isso se deu por meio de entrevista com os facilitadores e gestores institucionais (GONÇALVES, 2015, p. 6).

16) OLIVEIRA, Isabela Venturoza de. *"Homem é homem": narrativas sobre gênero e violência em um grupo reflexivo com homens denunciados por crimes da Lei Maria da Penha*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

O enfoque da autora se deu sobre as narrativas dos homens participantes dos grupos, a fim de observar suas perspectivas sobre feminilidade, masculinidade, violência e outros assuntos afins (OLIVEIRA, 2016, p. 7). Não foram encontrados relatos que evidenciassem de forma mais detalhada a dinâmica entre participantes e facilitadores.

17) GRUDTNER DA SILVA, Anne Caroline Luz. *Violência por parceiro íntimo: o acompanhamento ao homem autor de violência.* Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil, 2016.

Objetivou-se "analisar o acompanhamento realizado no programa de atenção a autores de violência por parceiro íntimo sob a ótica dos homens que perpetraram violência contra a parceira e dos profissionais que realizavam o atendimento" (GRUDTNER DA SILVA, 2016, não paginado). Aplicou-se o questionário *follow-up CDC*, descrito como *Centers for Disease Control and Prevention*, de forma adaptada, para que a autora obtivesse seus dados, e fez estudo de caso junto ao NAFAVD (Núcleo de Atendimento à Família e aos autores de violência doméstica) (GRUDTNER DA SILVA, 2016, não paginado). Não foi escolhido, porém, porque não constam intervenções e diálogos.

Em relação aos subcapítulos 4.8 e 4.9, a delimitação foi diferente: objetivou-se encontrar teses e dissertações entre 2017 e 2020, sem pretensão de exaustividade, que contivessem os diálogos e dinâmicas necessários aos filtros desta dissertação. Para isso, os critérios aplicados por Nothaft e Beiras (2019, p. 2)[217] serviram de inspiração para esta etapa pesquisa. Cumpre,

[217] A pesquisa foi feita junto à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia (IBCT). Utilizaram-se três expressões de busca: "autor de violência" (todos os campos), "masculinidade" e "violência" (todos os campos), "violência doméstica e familiar" (todos os campos). Assim, os filtros se relacionam à a) delimitação espacial, pois buscaram-se teses e dissertações vinculadas a Programas de Pós-Graduação no Brasil; b) delimitação temporal, cujos anos de defesa foram 2006 e 2016; c) delimitação temática: pesquisas empíricas que contassem intervenções com homens autores de violência doméstica e familiar. De início, leram-se os resumos. Após, fez-se leitura flutuante a partir dos critérios definidos em Bardin

porém, fazer uma ressalva: os autores fizeram uma sistematização dessas produções. Nesse sentido, encontraram padrões nos discursos dos participantes, entenderam como os homens enxergam os serviços, notaram os desafios dessa política pública, bem como as questões teórico-metodológicas (NOTHAFT; BEIRAS, 2019, p. 6-10).

Observa-se que são objetivos amplos, relacionados a sistematizar informações e saber de que forma violência e gênero eram trabalhados nessas pesquisas. Nesta dissertação, porém, a proposta é direcionada a encontrar a forma como se davam os diálogos nos grupos reflexivos. Não é necessário, assim, sistematizar informações ou saber como os autores abordam gênero e violência. Quando foram explicados recentemente os motivos pelos quais algumas teses e dissertações foram selecionadas em detrimento de outras, observa-se que o critério não era unicamente a necessidade de pesquisa empírica. Era imprescindível, além disso, o relato de diálogos e dinâmicas grupais. São informações, normalmente, já constantes dos resumos ou introdução dos trabalhos, pois atinentes à metodologia.

Assim, a pesquisa de Nothaft e Beiras é mais abrangente e foi filtrada. Nesta, já se parte de um filtro inicial, e se utilizam critérios de pesquisa a partir da inspiração naqueles autores. Diante disso, foram pesquisados no IBICT as três expressões: “autor de violência” (todos os campos), “masculinidade” e “violência” (todos os campos), “violência doméstica e familiar”. Escolheram-se somente teses e dissertações advindas de Programas de Pós-Graduação presentes no Brasil. Fez-se um recorte temporal de 2017 (ano seguinte à pesquisa de Nothaft e Beiras) e 2020 (em que se faz a presente pesquisa). Leram-se todos os resumos, e até agora seguiram-se os passos da pesquisa de Nothaft e Beiras (2019).

No entanto, foram selecionadas para análise somente as teses e dissertações que indicassem, já no resumo (ou, se não ficasse claro, em outros trechos, como introdução), além da pesquisa empírica, uma participação que tornasse viável a compreensão dos diálogos e dinâmicas entre facilitadores e homens autores de violência. Justamente por não se objetivar sistematizar informações, a análise minuciosa por meio de Bardin e ferramenta Nvivo não são necessárias. Ressalte-se que dos 1.011 resultados, sete resumos não foram abertos devido a ocorrência de erro no sistema IBCT ou das Universidades. No entanto, eram trabalhos que não

---

e, por fim, o corpus definitivo de análise foi definido e classificado. No que se refere à sistematização, os autores se pautaram em Bardin, e a ferramenta informacional denominada Nvivo foi instrumentalizada. Para tanto, eles comparavam as leituras com mapeamentos feitos por Beiras (2014) e CEPIA (2016) (NOTHAFT; BEIRAS, 2019, p. 2). Essa metodologia também foi descrita na dissertação da autora, porém de forma mais detalhada (NOTHAFT, 2016, p. 19-21). O objetivo dividia-se entre “explorar como os conceitos de violência e gênero são articulados nos fenômenos estudados, e sistematizar as análises e considerações dos textos sobre intervenções com autores de violência” (NOTHAFT, 2016, p. 21).

indicavam pesquisa com grupos reflexivos, o que já era aferível no título. Além disso, nos trabalhos em que nitidamente não se abordavam os grupos, a exemplo de pesquisas vinculadas à literatura ou saúde, seus resumos foram lidos de forma dinâmica. Em síntese, foram identificadas as seguintes pesquisas empíricas junto aos grupos reflexivos:

1) AGUIAR, Luiz Henrique Machado de. *Intervenções psicossociais e responsabilização com homens autores de violências contra parceiras íntimas no Distrito Federal do Brasil e em Porto, Portugal.* Tese (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Universidade de Brasília, 2018.

Embora o autor aborde intervenções com homens autores de violência, seu objetivo foi tentar avaliar a efetividade dos serviços a partir da escala *Intimate Partner Responsability Attribution Scale* – IPVRAS, adaptado de forma transcultural (AGUIAR, 2018, p. iv-3). Assim, não há indicação de que o autor observou grupos e trouxe os diálogos e dinâmicas na tese, razão pela qual não faz parte do recorte.

2) BATISTA, Kevin Samuel. *Masculinidades e violência de gênero: um estudo sobre violências e metamorfoses na perspectiva da psicologia social crítica.* Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

Embora o autor leve em conta as intervenções com homens autores de violência doméstica, a pesquisa empírica se relaciona a um homem específico que frequentou o Núcleo de Atendimento ao Homem autor de Violência contra a Mulher, em Fortaleza. Nesse sentido, utilizou-se do método narrativas de história de vida (BATISTA, 2018, não paginado). Assim, não possui o enfoque necessário para essa dissertação, vinculado às dinâmicas e diálogos dos grupos.

3) BILLERBECK, Juliana Márcia de Oliveira. *Subjetividades masculinas – identidades dos homens que praticaram violência doméstica e familiar no contexto do Paraná.* Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

A autora coletou dados a partir de entrevistas semiestruturadas, e analisou processos judiciais (BILLERBECK, 2018, não paginado). Assim, embora estude as intervenções com homens autores de violência, não possui o viés necessário para essa fase da dissertação.

4) GARCIA, Ana Luíza Casasanta. *Reflexões sobre família, ética e moralidade da ação violenta de homens autores de violência.* Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de

Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

Não foi escolhido porque a autora optou por realizar entrevistas semiestruturadas para colher seus dados empíricos e, portanto, não constam as informações dos diálogos e dinâmicas entre os homens e os facilitadores.

5) LIMA, Natã Souza. *Entre mundos de sentido: violência sexual, família e parentesco a partir do grupo de autores em Manaus/AM.* Dissertação (Mestrado em Antropologia Social – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018b.

Não foi selecionado porque embora o autor mencione na introdução que acompanhou atendimento psicossocial voluntário, trata-se de um direcionamento aos homens que praticaram violência sexual contra crianças e adolescentes em Manaus. O prisma desta dissertação é sobre autores de violência contra mulheres adultas, ou seja, as violências praticadas contra crianças e adolescentes não foram abarcadas pelos estudos dessa dissertação, e não é possível tecer qualquer comentário sobre esse cenário.

6) LIMA, Victor Hugo Belarmino. *Produção de sentido em um grupo reflexivo para homens autores de violência.* Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018c.

Embora o autor tenha feito observação participante em grupo reflexivo que se localiza em Natal/RN, não foram encontrados os diálogos e intervenções necessários para o recorte. Grande parte de sua dissertação se relaciona às conclusões de entrevistas semiestruturadas com dois homens e com as facilitadoras (LIMA, 2018c, p. vii).

7) MARTÍNEZ-MORENO, Marco Julián. *Civilizar a cultura: questões de modernização e a afirmação da dignidade entre homens acusados de violência doméstica e familiar contra a mulher.* Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Departamento de Antropologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

Este autor faz parte da seleção desse capítulo por atender aos filtros necessários, e maiores detalhamentos sobre sua tese serão trabalhados em subseção específica.

8) NOTHAFT, Raíssa Jeanine. *Experiências de mulheres no enfrentamento da violência doméstica e familiar e suas relações com serviços para autores de violência.* Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

Essa pesquisa não foi encontrada nos registros do IBICT, mas foi possível conhecê-la porque a autora desta dissertação viu a divulgação da pesquisa de Raíssa Nothaft nas redes sociais, graças ao contato com Raíssa. Em que pese a autora tenha feito observação participante em locais que atendiam a homens autores de violência, seu enfoque foi sobre mulheres que frequentavam serviços similares direcionados a elas. Assim, não foram identificados diálogos e dinâmicas de forma detalhada com os homens, e não entra no escopo dessa dissertação.

9) OLIVEIRA, Juliana de. *Acompanhamento psicossocial a homens autores de violência contra as mulheres: retrato de um serviço.* Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba-MG, 2018a.

Embora a autora tenha enfoque em grupo reflexivo, seu trabalho se dividiu em dois estudos. O primeiro considerou as percepções dos homens acerca do serviço. Neste houve apenas uma menção pontual sobre uma dinâmica realizada (OLIVEIRA, 2018a, p. 49-50), mas o restante se relacionava às falas dos homens, somente. Assim, não constam as dinâmicas e diálogos necessários para essa dissertação. Já o estudo 2 teve como perspectiva os profissionais que atuam nos serviços, especificamente sobre como avaliam a iniciativa (OLIVEIRAa, 2018, p. 11). Consequentemente também não possui a abordagem aqui buscada.

10) PELAES, Rosileia dos Santos de Oliveira. *A justiça restaurativa como política pública para o enfrentamento a violência doméstica e familiar contra a mulher: um estudo das ações do Poder Judiciário na Vara de Violência Doméstica da Comarca do Município de Santana/AP*. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Políticas Públicas) – Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019.

Não foi selecionada porque a pesquisa teve como enfoques principais a aplicação de questionário e entrevistas (PELAES, 2019, p. 79). Assim, não há dados sobre diálogos e dinâmicas nos grupos reflexivos.

11) PROSENEWICZ, Ivania. *Violência doméstica e familiar: representações sociais de mulheres, agressores e implementadores de políticas públicas e serviços de enfrentamento em Rondônia.* Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

Não fez parte da seleção porque a autora fez entrevistas semiestruturadas com as mulheres, homens autores de violência e profissionais que fazem intervenção com esses autores

de violência (PROSENEWICZ, 2018, não paginado). Assim, não constam as informações necessárias para o recorte dessa pesquisa.

12) SCOTT, Juliano. *Grupos reflexivos com homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher: limites e potencialidades.* Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

Embora o autor realize pesquisa empírica junto ao grupo reflexivo presente em Natal/RN, não há exemplos de diálogos trocados entre os homens e os facilitadores nas intervenções. Fala-se das intervenções e de algumas perspectivas dos homens, mas pela falta de descrição dos diálogos e dinâmicas travadas, de forma mais detalhada e, portanto, não entra no escopo dessa dissertação.

13) SILVA, Carla da. *Do "monstro" ao homem: motivos de violências contra a mulher.* Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontíficia Univesridade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

A autora trouxe entrevistas com homens autores de violência doméstica contra a mulher e com os profissionais que desenvolvem reflexões junto a esses homens (SILVA, 2020, não paginado). Nas palavras da autora, realizou-se entrevista narrativa para que pudesse colher os depoimentos do participante da pesquisa (SILVA, 2020, p. 18). Assim, não constam as dinâmicas dos grupos, razão pela qual não foi escolhido.

14) SILVA, Clara Welma Florentino e. *Justiça restaurativa em conflitos envolvendo violência doméstica no Brasil: análise a partir da experiência em Nova Hamburgo – RS.* Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

Em que pese a autora observe Grupo Reflexivo de Homens, seu enfoque se deu sobre a justiça restaurativa aplicada para violência doméstica em Nova Hamburgo (SILVA, 2019, p. 17). Tem-se que os grupos não são considerados ali como práticas restaurativas, mas é uma das maneiras que o Judiciário procura enfrentar a violência doméstica (SILVA, 2019, p. 48). Segundo a magistrada, o grupo não é uma prática restaurativa, mas é usado "como uma ferramenta que busca o diálogo reflexivo, a partir de uma perspectiva transformadora e não punitiva, capaz de evitar comportamentos violentos" (SILVA, 2019, p. 36). Há elementos que os diferenciam dos Círculos de Paz, como participação obrigatória, posicionamento em fileira e não utilização "de bastão de fala e de instrumentos de centro" (SILVA, 2019, p. 36). Há algumas pontuações do que foi observado no grupo, a exemplo de discursos dos homens, e há,

na página 60, um exemplo de intervenção. No entanto, nota-se que a autora retrata no decorrer da pesquisa algumas passagens sobre audiências, grupos reflexivos e as práticas restaurativas de forma conjunta, e estabelece um diálogo entre essas questões. O enfoque recai principalmente sobre práticas restaurativas, e, portanto, não foram identificados diálogos e dinâmicas constantes do grupo reflexivo. Por isso, não faz parte da seleção.

15) SILVA, Reinaldo Pereira. *Os modos de produção de subjetividade de homens na violência contra a mulher: estudo de caso sobre a experiência do projeto Dialogar em Belo Horizonte.* Dissertação (Mestrado em Conhecimento e Inclusão Social em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Conhecimento e Inclusão Social em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

Embora aborde o Projeto Dialogar, que se relaciona aos homens autores de violência, as narrativas dos homens e as consequências do projeto foram analisadas a partir de entrevistas (SILVA, 2018, p. 20). Não há, assim, os diálogos e intervenções necessários a essa dissertação.

16) SOARES, Vanessa Arlésia de Souza Ferreti. *"-Mas tem gente que não entende assim." // "- É. É por isso que a gente tá aqui.": a sessão de grupo socioeducativo para homens autores de violência contra a mulher e a (re)construção discursiva de masculinidades.* Tese (Doutorado e Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

Esse trabalho se enquadra nos critérios buscados na dissertação e será detalhado adiante.

17) SOUSA, Elias Pereira. *Núcleo de reflexão e ressocialização para autores de violência doméstica: ponte para efetividade da proteção à mulher.* Dissertação (Mestrado Profissional e Interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos) – Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu Mestrado Profissional e Interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2018.

Embora a autora mencione no resumo que faz pesquisa empírica, não foram identificados os diálogos e dinâmicas necessários para a presente dissertação.

Após esse detalhamento[218], conclui-se que se objetiva compreender a forma como os facilitadores conduzem os encontros, ou seja, a maneira que tentam levar os homens a refletir

[218] Outros trabalhos interessantes foram encontrados na pesquisa que, embora não entrem no escopo da presente dissertação, devem ser mencionados. Nesse sentido, Kevin Batista (2018), em *Masculinidades e violência de gênero: um estudo sobre violências e metamorfoses na perspectiva da psicologia social crítica*, enfocou sobre a narrativa de um ex participante de grupo reflexivo. Já Érica Veras (2018), em *A masculinidade no banco dos réus: um estudo sobre gênero, sistema de justiça penal e a aplicação da Lei Maria da Penha*, analisou relatórios de grupo reflexivo. Simone Robles (2017), em *Do trabalho psíquico no Centro de Referência de Assistência Social – entre o sujeito de direitos e o sujeito dos vínculos: o papel do psicólogo no CRAS*, aborda sobre o serviço por

e, quem sabe, desconstruir questões ligadas à violência. Além disso, almeja-se encontrar exemplos de mudanças verificadas pelos próprios homens, a fim de tentar relacionar a metodologia utilizada no grupo às possíveis transformações nos ideais hegemônicos dos participantes. Foca-se, principalmente, nos capítulos das teses e dissertações em que se trabalhe a temática da violência. Estão organizados conforme ordem cronológica crescente e, quando forem defendidos no mesmo ano, a disposição seguirá a ordem alfabética.

Ressalte-se desde já que os trabalhos aqui selecionados entre 2006 e 2016 não foram enquadrados junto aos outros em que se relataram melhorias no convívio familiar em Nothaft e Beiras (2019, p. 7), mas há pequenas mudanças relatadas que são interessantes de serem analisadas. Isso indica mais uma dificuldade para a análise da efetividade: os trabalhos em que há maior clareza sobre mudança não têm relatos detalhados dos diálogos e dinâmicas, o que dificulta a compreensão de como fazem para, aparentemente, terem maior efetividade. Dentro do recorte metodológico feito - justificável pela importância de se ouvir os homens (BEIRAS, 2012, p. 42; OLIVEIRA 2016, p. 101) e pela lacuna de pesquisa que se refere à falta de exemplos detalhados das falas e dinâmicas dos facilitadores (é possível acessar o conteúdo dos grupos reflexivos caso se vá a campo, o que é inviável, no âmbito de um mestrado, quando se pretende pensar sobre a desconstrução da hegemonia em diferentes grupos brasileiros) -, foram identificados somente trabalhos em que não se relatam grandes transformações.

A escolha sobre teses e dissertações, e não sobre periódicos, deu-se porque naquelas há mais espaço para que se concentrem os diálogos feitos entre as equipes e participantes, além de, por vezes, conterem entrevistas com os homens e profissionais. Há, assim, mais detalhes sobre os dados buscados nessa dissertação. A seleção também aponta limites e potencialidades dessa pesquisa: são estudos decorrentes de diferentes áreas. Cada um possuiu seu marco teórico e metodologia, além de percepções/contribuições dos respectivos autores. Ao mesmo tempo em que se verifica somente uma análise parcial e influenciada pelos próprios autores, marca-se a interdisciplinariedade da análise, na medida em que se dialoga com pontos relevantes de outras áreas.

Além disso, aponta-se outra ressalva: normalmente os grupos reflexivos são compostos por um número limitado de homens e ocorrem em um período determinado. As teses e dissertações selecionadas acompanhavam, em geral, somente um ciclo desses trabalhos.

---

ela analisado, que dá atenção às famílias. Tatiana Souza (2019), em *Violência doméstica e familiar contra a mulher no Recife e o uso de práticas restaurativas: preocupações e possibilidades*, relata questionários e entrevistas com homens e mulheres que estão envolvidos em uma relação violenta na esfera doméstica.

Trouxeram, assim, detalhes daquele grupo específico de homens durante suas sessões grupais. É possível que outras sessões, com homens diversos, possam ter atuações e resultados diferentes. Há casos, por exemplo, que não se evidenciam alterações. Nesse sentido, Grudtner da Silva (2016, p. 126), em estudo sobre homens que participaram de grupo desenvolvido pelo Núcleo de Atendimento à Família e aos autores de violência doméstica (NAFAVD) entre março e dezembro de 2015, durante três meses, indicou que 4,65% dos homens entenderam que a participação não gerou alterações em suas vidas (GRUTNER DA SILVA, 2016, p. 130). Apesar disso, é possível verificar a potencialidade dessa escolha metodológica, pois os trabalhos dão acesso aos diálogos produzidos e expõem parte das crenças dos indivíduos, além de suas possíveis mudanças no decorrer dos encontros (BEIRAS, 2012, p. 42). Esta é, portanto, uma das formas possíveis de tentar avaliar a efetividade desses locais quanto aos seus objetivos.

Outro achado interessante, a partir da pesquisa feita com o recorte temporal de 2017 a 2020, é de que os filtros mostraram resultados de pesquisas de diversas áreas, e não foram encontradas descrições de grupos reflexivos realizados com outras pessoas além de homens autores de violência. Assim, grupos com crianças e adolescentes na escola, bem como na esfera universitária, em graduação e pós-graduação, seriam interessantes estratégias para desconstruir conceitos que levam à desigualdade e, por vezes, à violência.

Em *live* sobre masculinidades e grupos reflexivos, realizada em 2020, na Universidade Estadual do Norte do Paraná, Isabela Oliveira (2020c) defende iniciativas como as descritas acima. Como visto em Nolasco (1993, p. 42), o contexto social, inclusive o escolar, contribui para a interiorização de que é preciso buscar exercer a masculinidade de uma forma específica. Por isso, as estratégias de bloqueio do ideal hegemônico poderiam começar desde cedo, já na esfera escolar. Para que fossem visíveis resultados mais imediatos, seria importante também trabalhar essas questões nas universidades, a fim de que lições sobre gênero façam parte desta etapa de formação dos indivíduos. Passa-se, agora, a análise das teses e dissertações.

4.2 *Violência e masculinidade: uma contribuição psicanalítica aos estudos das relações de gênero*

Esse trabalho consiste em uma dissertação vinculada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, cuja Área de Concentração é a Psicologia Social, escrito por Susana Muszkat (2006, não paginado). Nothaft e Beiras (2019, p. 6) constataram, quanto a esse serviço, ser comum que os participantes busquem justificar o ato violento e, por vezes façam isso junto

à desqualificação do que foi dito pela mulher[219], mas que parte dos integrantes relativizaram essa postura (NOTHAFT, 2019, p. 46).

Muszkat (2006, p. 72-74; 85) relatou quatro encontros de grupo reflexivo, realizado pelo Pró-Mulher, Família e Cidadania (PMFC), e utilizou da psicanálise e teoria construcionista para a análise e comentários de falas dos homens. A autora coordenou os encontros. Os homens eram encaminhados ao serviço por terem se envolvido em conflitos relacionados ao Direito de Família, ou seja, com as parceiras ou ex-parceiras, filhos ou pais. Um dos objetivos do trabalho era "abrir novas possibilidades de pensar-se uma situação. O que antes era vetado e causava vergonha, ou ainda o que era sentido como motivo de provocação, pode ser significado de forma diferente, gerando novos modos de relacionamento nos padrões de gênero" (MUSZKAT, 2006, p. 195).

Isabela Oliveira[220] (2016, p. 43) afirma que a intervenção "constitui prática análoga aos grupos reflexivos atuais, representando um primeiro olhar reflexivo para os homens no que diz respeito a situações de violência familiar em São Paulo". Os encontros eram de duas horas, e ocorriam durante quatro semanas. Participavam entre 3 a 15 pessoas (MUSZKAT, 2006, p. 74), facilitados por uma coordenadora[221] e um assistente (MUSZKAT, 2006, p. 78). Objetivava-se que os homens se vissem como sujeito ativo de suas vidas, que refletissem sobre diversos temas, como a condição masculina nas áreas da família, da cultura, das relações marcadas por violência de gênero, questões de família, papéis de gênero, dentre outros afins (MUSZKAT, 2006, p. 78).

Havia novos participantes em cada sessão. Em todos os encontros, as discussões relacionavam-se às desigualdades de gênero. No entanto, a temática da violência foi tratada de maneira específica no último. Nesse sentido, de início, assistiram ao vídeo intitulado "Não é fácil", produzido pelo Instituto ProMundo, do Rio de Janeiro. O filme retrata a história de um casal heterossexual, em que o homem estava desempregado, diferentemente da esposa, que tinha emprego fixo. Em razão desse cenário, o homem sentia-se humilhado e inferiorizado, o que influenciou para a situação de violência. Aborda-se também a dificuldade que o personagem masculino possui em dialogar e se expressar, por influência de padrões de masculinidades (MUSZKAT, 2006, p. 133).

---

[219] No mesmo sentido, Nothaft (2019, p. 46).

[220] Sua conclusão se dá após considerar as lições de Muszkat e Prates.

[221] Sobre a coordenadora ser uma mulher, a autora entende que essa situação "em certa medida reproduz uma situação hierárquica invertida em relação aos padrões de gênero vigentes. Soma-se a isso o lugar do assistente masculino, *submetido* à coordenação de uma mulher" (MUSZKAT, 2006, p. 79, grifo da autora).

A facilitadora abre a discussão ao questionar o que os participantes pensaram sobre o filme. B respondeu, dentre outras questões, que antigamente havia machismo nos homens (MUSZKAT, 2006, p. 133). Ou seja, não se reconhece que ainda há essa perspectiva no cotidiano dos indivíduos. A profissional retoma um trecho do filme, quando o homem aponta estar se sentindo mal. B aduz que os homens não se sentem confortáveis em demonstrar que competem com as mulheres. Já L diz que houve uma provocação da mulher, pois falou sobre seu empregador. Para D, isso depreciou a autoestima do parceiro. Por sua vez, H rebate ao dizer que esse comentário não justifica a agressão. D, por sua vez, afirma que a agressão à esposa se dava porque o personagem sofreu violência quando criança (MUSZKAT, 2006, p. 133-134).

A cena em questão relaciona-se ao fato de a mulher sofrer ameaça de agressão após dizer que seu patrão seria mais homem do que o marido. Disse isso porque estava incomodada com o fardo de as tarefas domésticas recaírem sob sua responsabilidade, além das questões financeiras, ao passo que avistou seu marido no bar. Já ele dizia que foi ao bar como meio de fuga, já que se sentia mal por chegar na residência do casal antes da esposa. A autora nota os estereótipos de gênero na realidade daquele casal (MUSZKAT, 2006, p. 134).

Após alguns diálogos, a coordenadora questiona o motivo da briga entre o casal do filme. Para B, deveu-se à comparação que a personagem fez do esposo com outro homem (ou seja, com o empregador); L entende que houve uma provocação da personagem, na medida em que afirmou que o empregador é que, de fato, se constitui em um homem; para D, ocorreu porque não havia diálogo no casal, e posteriormente somou esse fato à existência de provocação. Segundo esse participante, a discussão já se iniciou quando os personagens estavam no bar, e o homem quis chegar em sua casa depois da mulher, ao que H afirmou que "pegaria mal" se ele chegasse antes dela. D discorda sobre a existência de problemas no que se refere a quem chega mais cedo na residência, e A pontua que é importante que todos contribuam na residência, além da busca pelo diálogo (MUSKAT, 2006, p. 135-136).

Até o momento, verifica-se que os participantes refletiram sobre o lado masculino, ou seja, o quanto é ofensivo o fato de o personagem ser comparado ao patrão, haja vista que não conseguiria exercer sua suposta função de provedor. Não dialogaram sobre o que estava por trás da fala da mulher, que foi vista como provocação. Ou seja, o fato de estar sobrecarregada quanto às tarefas domésticas e financeiras não foi um enfoque.

Diante disso, a coordenadora questiona: "será que ela podia estar se sentindo sobrecarregada?" (MUSZKAT, 2006, p. 136). Percebe-se a tentativa de que os homens desenvolvessem a alteridade em relação à personagem. Na visão da coordenadora, essa questão

foi criada para que pudessem sair de um pensamento maniqueísta em que há somente o certo e errado, e que pudessem entender a perspectiva da esposa. Somente um dos homens teve uma postura mais compreensiva sobre ambos os personagens e se posicionou de forma contrária à violência, mas isso se deu, provavelmente, por existirem na reunião três mulheres (MUSZKAT, 2006, p. 136), "pois era evidente um sentimento de incômodo grande com a provocação da esposa, bem como uma tentativa de justificar o comportamento violento dele como resposta inevitável àquela provocação" (MUSZKAT, 2006, p. 136).

Posteriormente, enfocaram ser desafiador para o homem desenvolver abertura para o diálogo (MUSZKAT, 2006, p. 137). Pela reação de K, ao rir da fala de B – quando disse que antigamente as mulheres sofriam mais agressões –, compreende-se que a fala remeteu ao período em que as mulheres poderiam ser agredidas sem consequência para os autores de violência (MUSZKAT, 2006, p. 138).

A coordenadora citou números de violência no Brasil. Nota-se, porém, que os diálogos tinham um tom defensivo: enfatizava-se que não eram violentos e que os direitos das mulheres passaram por transformações. Constatou também que os participantes faziam diferenciação entre "eles" e "nós", ao referirem-se a homens machistas. Em sua visão, objetivava-se obter aprovação das mulheres que estavam presentes (MUSZKAT, 2006, p. 139-140).

Afirma-se que existe uma ligação entre demonstração de afeto e a ideia de ser um homem fraco: "O homem que se deixa levar pelos afetos se aproxima do que é, do ponto de vista de um modelo estereotipado ou tradicional de gênero, próprio do feminino, caracterizando-o como um não-homem, ou corno" (MUSZKAT, 2006, p. 140). Assim, a manutenção de uma posição dominante é imprescindível para que se mantenha a identificação com o masculino (MUSZKAT, 2006, p. 140).

A coordenadora pergunta se um homem dominado não seria, então, um homem. Em resposta, D entende que uma situação assim não é bem vista, e é seguido por K (MUSZKAT, 2006, p. 140-141). Aqui visualiza-se a influência de uma barreira à demonstração de afeto e sentimentos.

No contexto, D traz o assunto de mulheres irem para festas sozinhas. Para este participante, deve-se ter confiança entre o casal. A, por sua vez, discorda de mulheres irem sozinhas para essas ocasiões, e afirmou que sua parceira gostaria de ir ao bar para conversar com suas amigas, assim como os homens fazem. D entende que as mulheres já possuem esse direito. No entanto, a coordenadora questiona se elas realmente podem usufruir da liberdade, e pergunta sobre o que pensam a respeito dessas saídas. Os participantes A e H respondem que

logo pensariam em traição. Após novos diálogos sobre o assunto, a coordenadora questiona se o casamento, então, seria uma sentença para que a pessoa não possa se divertir (MUSZKAT, 2006, p. 141).

Percebe-se que o participante A tem uma posição de desconfiança: possui receio de que sua parceira vá a determinados eventos, pois já visualiza uma possível traição. Billerbeck (2018, p. 163) traça uma interessante correlação entre traição e virilidade: em pesquisa empírica junto a grupos reflexivos, observa que um dos participantes foi chamado de "chifrudinho", o que lhe trouxe dor. Para a autora, isso deixou "evidente o medo que permeia a identidade masculina, por ser marcado socialmente como traído, [...] porque expõe seu fracasso e incompetência viril em resguardar a sexualidade da 'sua' mulher" (BILLERBECK, 2018, p. 163). Além disso, nota que aparentemente há o medo "por causa da crítica de outros homens, e ao que parece, não prioritariamente a deslealdade no relacionado provocada pela companheira" (BILLERBECK, 2018, p. 163)[222].

De fato, nas lições de Almeida (1996, p. 177) verifica-se que houve uma espécie de inspeção das masculinidades, quando os participantes de seu estudo antropológico tomavam café. Nessa ocasião, perguntava-se sobre a família e outros aspectos da vida daquele indivíduo, a fim de averiguar se continuavam na tentativa de atingir o modelo de masculinidade hegemônica ali valorizada. Quando o indivíduo teme a traição, conforme se observa em Billerbeck (2018, p. 163), há mais receio quanto ao que os outros homens irão pensar, do que sobre a traição sem si. Não seria, portanto, o medo da traição afim ao medo do afastamento de um modelo de masculinidade hegemônica que seguem? Em outras palavras, a traição os afastaria do modelo hegemônico de masculinidade? É provável que sim, por retirar o homem da posição de poder que ele tenta alcançar, que demanda a manutenção de uma figura familiar "tradicional", monogâmica, que na prática foi rompida no momento da traição. Há, assim, uma relação entre a monogamia e a hegemonia. No entanto, este é um assunto a ser aprofundado em outras discussões.

No mesmo encontro, a coordenadora retoma o filme e correlaciona a diminuição da competição entre os personagens e a possibilidade de conseguirem dialogar a partir dessa nova postura. Pergunta ainda sobre o motivo pelo qual os homens não conseguem conversar sobre sentimentos. Em resposta, E acredita que seja em razão do machismo. A profissional questiona

---

[222] Maiores aprofundamentos na temática foram realizados em artigo intitulado *Poliamor ou monogamia? Liberdade e igualdade*, em coautoria com a Dra. Carla Bertoncini. No entanto, ainda não foi publicado. Em razão disso, parte do raciocínio ali desenvolvido foi retomado nesta pesquisa.

se conseguem tratar desses assuntos com outros homens e, depois, se esse tipo de diálogo pode ser feito no grupo. Quanto ao último ponto, todos concordaram que seria um espaço de conversa. Diante disso, a profissional indaga sobre o motivo pelo qual não conseguem ter essa postura fora do grupo e com as respectivas parceiras. B considera que tem receio de não ser compreendido pela mulher, e a facilitadora indaga se isso não ocorre porque acreditam que devam ser o "cabeça da casa" (MUSZKAT, 2006, p. 143-144). Em resposta, A aduz que "a mulher não mudou muito ainda não. Elas querem sombra e água fresca, ela ainda procura um cara que tenha estabilidade" (MUSZKAT, 2006, p. 144). A coordenadora pergunta se ele considera então que as mulheres são pessoas folgadas, e os participantes acharam engraçado. Essa foi a última sessão (MUSZKAT, 2006, p. 143-144).

Ao final dos encontros, realizou-se grupo focal para medir a eficácia da metodologia, não somente dos grupos, mas da instituição como um todo, com as demais formas de atendimento. Objetivava-se verificar em que medida se contribuiu para alterar padrões que se observavam nos relacionamentos dos participantes. Em síntese, aprenderam mais sobre direitos e deveres relacionados aos processos que os envolvem (relacionados a Direito de Família). A autora afirma ser comum a correlação entre o pagamento de pensão e a sensação de punição (MUSZKAT, 2006, p. 186-188).

O participante D mencionou que se soubesse de seus direitos há algum tempo, não teria registrado sua filha sem realizar o teste de DNA, o que, para a pesquisadora, indica que o registro deveu-se à crença de que trata-se de uma obrigação legal, e não que tenha agido ao pensar especificamente na criança (MUSZKAT, 2006, p. 187-188). Nesse sentido, "seu desejo de que fique claro que 'cumpre com suas responsabilidades' não diz respeito às possíveis necessidades da criança ou sua implicação na geração dela, mas antes se refere a querer garantir sua noção de respeitabilidade como cidadão" (MUSZKAT, 2006, p. 188). Assim, percebe-se que se continua com a ideia de que o homem deva ser o provedor, a fim de que tenha prestígio e seja reconhecido como homem. Não se percebe mudança, ao menos nesse participante, quanto a esse ponto do ideal hegemônico.

Esse integrante aduz que sua esposa notou diferença em relação a como agia antes do grupo, e sente que consegue dialogar com maior frequência (MUSZKAT, 2006, p. 189). A partir das falas de A, D, B, D, a pesquisadora conclui que os homens se direcionam à Instituição na busca por auxílio jurídico e, com o grupo, têm um espaço para ouvir e refletir, "o que lhes possibilita uma recontextualização de seu lugar no universo familiar e social a que pertencem" (MUSZKAT, 2006, p. 190). De fato, enfatizou-se nas falas deles que gostavam da possibilidade

de dialogarem no grupo. O participante A ainda considera a lei imperfeita, na medida em que a acusa de situações que ele não praticou, e que "ultimamente eu tenho acreditado na justiça de Deus mais do que na justiça dos homens, então agora eu to lutando para que a justiça seja dos homens" (MUSZKAT, 2006, p. 190). Nesse sentido, não se visualiza como autor de violência e considera a lei injusta.

Nos diálogos seguintes relatou-se que nos bares não é possível desenvolver as conversas da mesma forma que nos grupos porque, a depender da situação, são julgados, a exemplo de pessoas que dizem que são "cornos" ou "chifrudos" (MUSZKAT, 2006, p. 191). B contou aos amigos que participa de uma clínica, e H tem receio de contar sobre a participação e ser zombado (MUZKAT, 2006, p. 193). A autora constata que sentem falta de serem ouvidos e de não sofrerem retaliações quando comentam sobre sentimentos. Percebe-se que quando fazem essas trocas entre homens, há chances de serem ridicularizados, e a resposta pode se dar em forma de violência, como ficou claro em H, que disse que ouvir piadas pode gerar confusão, e até mesmo a morte (MUSZKAT, 2006, p. 192-193). Assim, "verificamos que este sistema de trocas, autorizado às mulheres, é vetado ao universo masculino. Associam fragilidades e sofrimentos pessoais ao que é atributo feminino" (MUSZKAT, 2006, p. 193), e ao se abrirem em "conversas de bar" podem "verem-se classificados como 'fraco', não viril, distanciado do homem-macho-potente" (MUSZKAT, 2006, p. 193), ou seja, de um ideal de masculinidade por eles buscado (MUSZKAT, 2006, p. 194).

Seguem, portanto, com receio de demonstrar fragilidades que o constituem como seres humanos. A visão patriarcal e sexista na sociedade atribui à mulher uma imagem de fragilidade, o que é interiorizado pelos participantes homens. Justamente por precisarem se definir de forma oposta à mulher[223] (BADINTER, 1993, p. 34), e considerarem que ela é frágil, devem, consequentemente, serem diferentes disso. É interessante notar, porém, a desumanização que se impõe com essa perspectiva. Badinter (1993, p. 145-146), a partir do diálogo com diversos autores, expõe que a masculinidade tradicional foge ao que é humano.

A autora da pesquisa considera, inclusive, que essa falta de comunicação e "a precariedade de recursos emocionais, aliada a uma restrita gama de significação das experiencias emocionais (homem traído, por exemplo = corno = homem desvalorizado), auxilia a compreender a desarticulação verificada nas conversas de muitos homens" (MUSZKAT,

[223] A autora conclui isso a partir do diálogo com outros autores, como Money e Hartley.

2006, p. 194). Nesse sentido, relaciona-se a falta de comunicação às violências praticadas por esses indivíduos.

Ainda, a pesquisadora observa que houve um alargamento do entendimento sobre a violência, "retirando-se o caráter 'natural' de algumas formas de comunicação" (MUSKAT, 2006, p. 195). Subentende-se, portanto, que a própria violência era um meio de comunicação, e que isso se dava de forma naturalizada. "Reconhece-se o valor agressivo de determinados comportamentos, uma vez que a vivência correspondente, ou seja, o sentido dado a determinadas experiências é o de ser agredido ou de estar agredindo" (MUSZKAT, 2006, p. 195). O grupo traz, além disso, "um aprendizado que possibilita o participante a conversar com sua mulher. [...] O que antes lhes era vetado e causava vergonha, ou ainda o que era sentido como motivo de provocação, pode ser significado de forma diferente" (MUSZKAT, 2006, p. 195).

Como síntese desse serviço, os homens se vinculam não somente em razão da violência doméstica contra a mulher, mas também por conflitos familiares em geral. Quanto à metodologia (entendida de forma ampla), os encontros duram cerca de duas horas, por quatro semanas, e frequentam entre três e quinze homens. Em relação às dinâmicas, verificam-se três pontos principais no encontro sobre violência: a) uso de recurso audiovisual, consistente no vídeo "Não é fácil", do Instituto ProMundo; b) realização de perguntas reflexivas especialmente vinculadas ao vídeo, como a indagação sobre o que pensaram a respeito dele; o motivo da briga do casal do vídeo, e ressaltam se a mulher não estaria sobrecarregada (ou seja, ajudam a pensar sobre o que teria levado à atitude vista como provocativa, e com isso se possibilita entender a importância de divisão de tarefas, a influência da desigualdade de gênero por trás da atitude da personagem); indagação que ajuda a refletir sobre o distanciamento de sentimentos como requisito para ser homem; tratam da falta de efetiva liberdade da mulher para sair e agir da forma parecida àquela autorizada aos homens, e pergunta-se o que pensam de mulheres que assim o fazem; ressalta-se se o casamento não seria uma prisão para que não se possa ter divertimento; por que não conseguem dialogar sobre sentimentos; c) incentivo para que dialoguem.

Quanto às mudanças no ideal hegemônico, os participantes veem o grupo como local de conversa; aprenderam mais sobre seus direitos e deveres; alargamento do entendimento sobre violência, e consequente desnaturalização da violência como forma de comunicação; ressignificação de algumas questões vistas como proibidas ou vergonhosas, a exemplo do diálogo, na visão da autora. Paralelamente, mantiveram-se algumas perspectivas hegemônicas,

como entender que machismo é algo relacionado ao passado, perspectiva de que houve provocação da mulher no filme e que a violência seria o único ato possível diante daquele ato; não se identificam como machistas; demonstração de afeto os afastaria da masculinidade por eles buscada; registro de criança sem efetivamente se preocupar com ela, e sim com o ideal de bom cidadão; manutenção do ideal de provedor; insatisfação quanto à Lei Maria da Penha; omissão sobre a frequência no grupo. Ou seja: não se abrem muito para o afeto; entendem que a violência é uma resposta viável a provocações da parceira; mantém-se a ideia de que o homem deve ser o provedor.

Como sugestões e conclusões, abre-se a lacuna sobre se a traição da parceira representa um afastamento do ideal hegemônico da masculinidade, a partir do diálogo com Billerbeck (2018, p. 163), e conclui-se que há uma relação entre hegemonia e monogamia; aponta-se que suas masculinidades os desumanizam, pois acreditam que a demonstração de fragilidade é algo que os aproximaria das mulheres, e já que as masculinidades são construídas de forma oposta a elas, não podem sentir, conforme diálogo com Badinter (1993, p. 34-146).

4.3 *Homens 'autores de violência conjugal': modernidade e tradição na experiência de um grupo de reflexão*

Cristiane Gomes Marques (2007, p. 57) pesquisou o grupo vinculado a Central de Penas e Medidas Alternativas do Fórum, localizado em São Gonçalo. Trata-se de uma dissertação de mestrado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nothaft e Beiras (2019, p. 6) concluíram, quanto ao serviço analisado nessa pesquisa, que os participantes discordam da Lei Maria da Penha, pois seria injusta, além de, por vezes, não se entenderem como autores de violência ou minimizarem o ato[224], mas que a visão da Lei Maria da Penha como uma legislação injusta foi relativizada por parte dos integrantes (NOTHAFT, 2016, p. 46).

Realizaram-se doze reuniões, que ocorriam uma vez por semana, durante duas horas. As profissionais do grupo são uma assistente social e uma psicóloga (MARQUES, 2007, p. 58). Pacheto et al [201-?] (não paginado) apontam que o grupo almeja a reinserção social, e pretende-se promover uma ressignificação da forma como o indivíduo participa de diversos

[224] Da mesma forma, Nothaft (2016, p. 46)

contextos, como pessoal, familiar, por meio de uma metodologia que se baseia na educação. Assim, o objetivo é prevenir a violência e incentivar que o ciclo de violência seja eliminado, e isso se dá "por meio da construção de identidade e da relação de gênero baseada no processo de reflexão responsabilizante. Busca-se trabalhar de forma reflexiva outras vias de solução de conflitos que não passem pela violência" (PACHETO ET AL [201-?], não paginado). Afirma-se que a metodologia se encontra em constante construção. Permite-se a participação de até 15 homens, com a facilitação de dois ou três profissionais (PACHETO ET AL, [201-?], não paginado). Além disso, a metodologia "não segue um padrão rígido, cada dupla ou trio de profissionais elege as ferramentas técnicas que avalia mais adequadas para atingir o objetivo de cada reunião" (PACHETO ET AL, [201-?], não paginado).

A metodologia se baseia nas lições de Paulo Freire,

> [...] favorecendo diálogos através de perguntas e dinâmicas, possibilitando a transformação de identidades e o cotidiano dos homens em situação de violência. Freire sugere que a pergunta seja um instrumento de diálogo e geradora de novas perguntas e reflexões (PACHETO ET AL, [201-?], não paginado).

O facilitador busca incentivar que se crie a democratização nas relações (PACHETO ET AL, [201-?], não paginado)[225].

Marques (2008, p. 63) acrescenta que as dinâmicas estavam em diálogo com a psicologia. Consistiam em técnicas de relaxamento, promoção de confiança entre os homens, narração sobre histórias e vivências, diferentes formas de apresentação de pensamentos e sentimentos, como por meio de leitura, análise de textos, teatro.

De início, os homens pensaram em um nome para o grupo, e criaram um cartaz com as regras de convivência. Estabeleceu-se que o grupo não seria um lugar de julgamento, mas sim de reflexão (MARQUES, 2007, p. 60-61). A autora dividiu as dinâmicas em duas vertentes principais (MARQUES, 2007, p. 63). Em relação à primeira, relacionada à identificação daqueles participantes como um grupo a partir do uso de diversas técnicas para este fim, a autora conclui que se contribui para que a criação de uma "identidade" que os distancia da identificação com a autoria da violência (MARQUES, 2007, p. 64-65). Quanto à segunda, em que se trabalhava especificamente a dimensão dos participantes enquanto indivíduos, houve uma aproximação com a psicologia, pois trabalharam-se com traumas, autoestima, conexão de

---

[225] Para um detalhamento dos temas abordados em cada reunião, consultar http://www.tjrj.jus.br/web/guest/observatorio-judicial-violencia-mulher/boas-praticas/sao-goncalo-jvdfm/grupo-homens-violencia. Acesso em: 29 jul. 2020.

suas histórias com as situações que enfrentavam na atualidade, além de buscar a reflexão para a resolução de problemas (MARQUES, 2007, p. 65-66).

Nesse sentido, Pablo relata o afastamento de suas filhas após o divórcio, e as facilitadoras conectam essa informação ao que vivenciou em sua infância. Estimulou que fizesse contato (MARQUES, 2007, p. 67), e "usou frases como 'a gente pode tudo', 'só depende de você superar isso', 'cada um tem seu tempo, você tem que descobrir qual é o seu' etc, para tentar combater a insegurança de Pablo em procurar as filhas" (MARQUES, 2007, p. 67).

Quando trabalharam com a temática da violência, as facilitadoras explicaram técnicas de autocontrole, a fim de que se afastassem de conflitos, como respirar profundamente ou deixar a residência por alguns momentos, para que não aconteça a discussão. A autora observou que a temática foi pensada de forma individualizada (MARQUES, 2007, p. 69), e desvinculava-se do contexto social. Observa-se que se concebe, no grupo, a violência "como mecanismo aprendido durante a infância com problemas e disfunções familiares atuais. Ou seja, enfatiza a conexão entre a história pessoal e o uso da violência na vida adulta" (MARQUES, 2007, p. 74). Não há, de fato, uma conexão entre essa perspectiva de violência e a influência do ideal hegemônico que perpassa o imaginário dos homens e mulheres. Ideal esse que se constitui por meio do patriarcado, racismo, exclusão de outras formas de vivenciar as masculinidades etc. (SILVA JUNIOR; CAETANO, 2018, p. 12; OLIVEIRA, 2018b, p. 129; CÉSAR, 2019, p. 72; VEIGA, 2019, p. 77).

Perdeu-se, durante a discussão, o enfoque sobre a violência doméstica, e começaram a tratar de outras formas de violência. Isso porque após explicarem sobre as fases da violência, disseram que não se relacionam somente à doméstica, mas a todos os atos violentos, e isso desencadeou vivências com chefes, vizinhos etc. Na visão da autora, o movimento fez com que a violência fosse vista sob a perspectiva individual (MARQUES, 2007, p. 70).

Jaime, por exemplo, relatou ter receio do cachorro de seu vizinho, que fica solto na rua e tem histórico de agressividade. Disse que se o cachorro matar seus filhos, matará o dono do cachorro (MARQUES, 2007, p. 70). Em resposta, a facilitadora afirma que "você está construindo a violência dentro de você e isto é a primeira fase. Você tem que tomar cuidado para o seu relacionamento com o vizinho não chegar na segunda fase [do ciclo da violência]" (MARQUES, 2007, p. 70). A profissional propõe que o cachorro pode servir de analogia para os desafios que surgem na vida, e aconselha que se busque o equilíbrio (MARQUES, 2007, p. 70). Ocorre que as adversidades presentes na vivência dos homens, inclusive as vinculadas ao relacionamento amoroso, "são sempre entendidos [...] como uma experiência individual, única,

subjetiva e que devem ser resolvidos por cada um através de ‘escolhas’, que provavelmente trarão uma maior realização pessoal, felicidade etc” (MARQUES, 2007, p. 71). Sugere-se que fiquem solteiros no sentido de que assim terão maior autorrealização, quando reclamam que estão insatisfeitos com determinadas questões (MARQUES, 2007, p. 71).

As facilitadoras também trabalharam questões de gênero, por meio de uma dinâmica em que os homens recebiam figuras e deveriam categorizá-las entre feminino, masculino ou neutro, pertencente a ambos (MARQUES, 2007, p. 72). Nesse sentido, “a discussão era orientada para mostrar como cada um dá um significado diferente para as coisas ou mostrar como os papéis sexuais foram se modificando através do tempo” (MARQUES, 2007, p. 73).

Grande parte das figuras foram encaixadas na categoria “neutro”, a exemplo de carro, sala de estar, porque são bens de uso comum da família. Isso pode remeter à relevância que a família tem para os participantes, mas não foi um aspecto explorado nas dinâmicas (MARQUES, 2007, p. 73). “Elas estavam preocupadas em enfatizar como ‘cada um’ dá um significado diferente para as figuras, como ‘cada um’ tem uma visão de mundo diferente. ‘Se todos compreendessem isso, haveria menos preconceito’” (MARQUES, 2007, p. 73). Dissocia-se, portanto, o preconceito de questões estruturais, e é tratado como algo individual.

No penúltimo encontro, falou-se sobre a ideia de um “novo homem”, ou seja, como seriam suas vidas pós-grupo. Nesse sentido, criaram-se duas perguntas que deveriam ser respondidas de forma manuscrita (MARQUES, 2007, p. 73): “Como eu cheguei a ser a pessoa que eu sou?” (MARQUES, 2007, p. 73), e “Como eu chegarei a ser a pessoa que eu gostaria de ser?” (MARQUES, 2007, p. 73). Em suma:

> Durante os encontros, existe uma focalização no comportamento violento dos participantes, fazendo com que reconstruam e falem sobre esses episódios. A idéia (sic) é torná-los conscientes de que certas condutas são violentas e mostrar que podem acessar outros tipos de respostas não violentas para estes episódios e, dessa forma, estimulá-los a serem capazes de perceber as consequências do comportamento violento para si mesmos e para suas famílias (MARQUES, 2007, p. 74).

Por fim, a autora relata a visão dos homens sobre as situações de violência que vivenciaram. Para tanto, utilizou majoritariamente informações colhidas em entrevistas, e em menor escala, diálogos realizados nos grupos (MARQUES, 2007, p. 76). Foi comum observar uma minimização ou negação de que tenham praticado algum ato violento (MARQUES, 2007, p. 78).

Em relação à visão que apresentam sobre as parceiras, há caracterizações de ciúme excessivo, agressividade, descontrole, escândalo. Fatos originadores do conflito vinculam-se

ao comportamento, consistente em traição e não observância das funções que entendem femininas (MARQUES, 2007, p. 80). Quanto às tarefas de cuidado com a residência, prevaleceu o entendimento de que é uma obrigação feminina, e quando também o fazem, é para auxiliar somente (MARQUES, 2007, p. 82). Ou seja, não se percebe uma mudança de valores, de papéis de gênero tidos como tradicionais, além de se atribuir à mulher características notadamente sexistas.

Criou-se também uma diferenciação entre atitudes, a fim de definir o que, de fato, constitui a violência conjugal. Somente entendem por agressão o ato de "espancar", ou seja, quando a violência atinge o físico e de maneira grave, e ocorre com certa periodicidade, casos em que caberia punição (MARQUES, 2007, p. 83). Paralelamente, "ameaças, empurrões, agressões verbais ou até mesmo um tapa no momento da raiva são 'aceitáveis' dentro de um limite criado por eles para o relacionamento" (MARQUES, 2007, p. 83), que se justificam por uma perda de controle, álcool ou casos em que se fere a honra masculina (MARQUES, 2007, p. 83). Permanece, portanto, o entendimento de que a agressão física é a única violência possível contra a mulher, e que podem existir justificativas para a violência.

Ocorre que a maneira como entendem a violência conjugal, as hierarquias que fazem para definir quem é, de fato, um agressor, e entenderem que há outros relacionamentos piores, faz com que diminuam e/ou discordem que tenham praticado violência. Aparentemente, entendem a violência doméstica contra a mulher como um conflito entre os dois, em que há a provocação feminina e eles respondem. A consequência são os desentendimentos vistos como "comuns" entre indivíduos que convivem (MARQUES, 2007, p. 85). A autora observa, porém:

> Analisando detidamente os motivos e desdobramentos das discussões citadas em alguns casos, pode-se perceber que a violência e agressão física se constituem recursos para imposição da hierarquia de gênero e punição de uma mulher considerada transgressora. Por exemplo, o caso do Gilmar que agrediu a esposa porque ela o traiu, e ele alegou que foi em defesa de sua honra ou no caso do Jaime que ameaçou a esposa porque ele chegou em casa, não tinha mais janta para ele e sua esposa não estava lhe dando a 'devida atenção' (MARQUES, 2007, p. 85).

Ou seja, entendem que a violência advém de uma provocação em que há, somente, reação por parte deles. Eles visualizam como provocação o ato de não se fazer a janta, ou seja, de não se cumprir o papel de gênero supostamente destinado à esposa.

Em relação à participação no grupo reflexivo, entendem que sofreram uma injustiça, na medida em que negam a prática de uma "efetiva agressão". Além disso, por considerarem que as parceiras tiveram culpa nas discussões, também deveriam fazer parte de um grupo similar

(MARQUES, 2007, p. 87). Apesar disso, entendem que o grupo contribuiu para a transformação de comportamentos, além de diminuir agressividade (MARQUES, 2007, p. 89). Nesse sentido, Lúcio relata que ainda é possível que reaja diante de provocação, mas se vê mais calmo e se afasta de situações conflituosas a partir de frases como "'vai começar já? Vai começar o problema?'" (MARQUES, 2007, p. 89).

Para Gilmar, foi proveitoso conhecer outras histórias e saber que não é o único a enfrentar problemas, além de ter aprendido novas informações. Jaime apontou que diante de discussões, procura se afastar, e diz que não pratica novas agressões contra a companheira. Entende que não somente o grupo, como também sua consciência e maturidade contribuem para que fique mais tranquilo. Paulo preocupa-se com sua saúde, razão pela qual deseja evitar nervosismo. Gilmar, Lúcio e Pablo não entendem o grupo como uma forma de punição (MARQUES, 2007, p. 87-91).

Por fim, a autora compreende que os homens se veem como vítimas de relacionamentos com pessoas que são efetivamente responsáveis pelas discussões, e atribui essa identificação à metodologia do grupo (MARQUES, 2007, p. 93). Assim, na medida em que apontam aos "homens que eles possuem um relacionamento ruim e ao mesmo tempo estimular que se fortaleçam e busquem outros caminhos para suas vidas, contribui para que se percebam como vítimas desses relacionamentos e dessas parceiras que são estimulados a deixar" (MARQUES, 2007, p. 93).

Como síntese do que foi exposto, tem-se, quanto à metodologia, que o serviço engloba doze reuniões, que duram cerca de duas horas, facilitadas por dois ou três profissionais, com a participação de até quinze homens. Em relação às dinâmicas, de início foi criado um cartaz com regras de convivência; distribuição de figuras para que as categorizassem entre feminino, masculino ou neutro; durante as sessões, buscou-se gerar identificação entre os participantes e o grupo, e paralelamente, parece haver uma abordagem terapêutica em que se trabalham aspectos individuais dos participantes, como traumas, autoestima etc. Isso também se reflete na discussão sobre violência, cuja perspectiva foi individualizada; o ciclo da violência foi aplicado para outros casos violentos além da esfera doméstica; houve instigação para que pensassem qual foi o caminho trilhado para serem quem são e quais os passos são necessários para as mudanças que pretendem alcançar.

Em relação às mudanças no ideal hegemônico, verificou-se, na perspectiva dos homens, que houve mudança de comportamento e redução da agressividade. No entanto, percebe-se a evidente manutenção de aspectos da hegemonia, a exemplo da minimização ou negação da

violência (no mesmo sentido de Nothaft e Beiras, 2019, p. 6); visões sexistas das parceiras, distantes da equidade; alguns creem que a ação violenta se origina do descumprimento de tarefas e de traição; ainda se apegam às divisões de papéis; acreditam que há provocação da mulher, e um exemplo dessa provocação é o ato de não fazer uma tarefa vinculada ao papel de gênero; alguns ainda são contrários à participação no grupo, e entendem que mulheres também deveriam participar.

Como conclusões e sugestões, aponta-se que a abordagem da violência é desconectada à hegemonia nas masculinidades. A própria autora entende que a posição de vitimização se relaciona à metodologia dos grupos. Há indícios, portanto, de que a metodologia desvinculada de um entendimento sobre a violência pautado nas discussões do feminismo, além da abordagem no sentido de trabalhar questões individuais e internas daqueles indivíduos, de forma desconectada da estrutura por trás da violência doméstica contra a mulher, sejam insuficientes para gerar transformações.

Percebe-se que há uma forte ênfase da psicologia, com certas abordagens que, na visão da autora, estão dissociadas do contexto social da violência. A técnica de criar uma identidade grupal contribui para que se distanciassem da identificação com a prática de uma violência. Essa espécie de conexão, inclusive, tenta ser evitada em grupos com formato aberto. Neste caso, apesar de permitirem a criação de um vínculo e de acolhimento, evita-se a criação de um sistema de aliança, o que geraria mais uma barreira às ações dos facilitadores do grupo, conforme Natividade et al ([2007?], p. 2), em diálogo com sistema de cumplicidade de Connell.

Abordá-los com uma perspectiva individualizada pode ser interessante no sentido de compreender as interseccionalidades que perpassam aqueles indivíduos, mas aparentemente, transformar o grupo em uma abordagem terapêutica que desconsidere fatores estruturais da violência não parece ser o objetivo buscado com essa espécie de serviço.

4.4 *Novos frascos, velhas fragrâncias: a institucionalização da Lei Maria da Penha em uma cidade fluminense*

Concepcion Gandara Pazo, dentre outros movimentos, fez pesquisa junto a grupo reflexivo para homens encaminhados pelo Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, localizado em município fluminense. O grupo objetiva a alteração de comportamentos relacionados à agressividade. Para tanto, trabalham com autoconhecimento, desafios para autocontrole e empatia. Parte-se da hipótese de que essas situações tendem a colaborar para a

violência no relacionamento (PAZO, 2013, p. 109-110). Ressalte-se que se trata de uma pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, cuja Área de Concentração é em Ciências Humanas e Saúde (PAZO, 2013, não paginado).

Nothaft e Beiras (2019, p. 6-7), em vista do grupo analisado nesse trabalho, consideram que os participantes entendem a Lei Maria da Penha como uma legislação injusta[226], e por vezes não se veem como autores de violência ou tentam minimizar o ato. Observam que nessa pesquisa as intervenções podem ser pontes para que resolvam conflitos de forma diferente, além de conseguirem trabalhar melhor com seus sentimentos de agressividade. Relata-se ainda que os profissionais precisam passar por um preparo mais adequado, além de serem supervisionados (NOTHAFT; BEIRAS, 2019, p. 8). O debate sobre gênero tem uma lente superficial e despolitizada (NOTHAFT; BEIRAS, 2019, p. 9), e parece que a síntese do trabalho junto aos homens foi o aprendizado de meios para evitar atos violentos (NOTHAFT; BEIRAS, 2019, p. 9). Em Nothaft (2016, p. 48), observou-se a "manutenção de estereótipos e culpabilização das mulheres", além de constarem as mesmas conclusões do artigo.

Realizaram-se dezesseis sessões, que ocorriam quinzenalmente, no Fórum (PAZO, 2013, p. 111). As facilitadoras eram duas mulheres. Elas esclareceram à pesquisadora que adotariam uma postura que demonstrasse suas autoridades, sem que isso prejudicasse a integração do grupo, e fariam isso por segurança. Assim, era comum a ênfase de que os homens participavam do grupo por determinação do Judiciário, além de que a psicóloga faria, ao final, um relatório direcionado ao juiz, a fim de mostrar o desempenho dos participantes (PAZO, 2013, p. 112).

Para a autora, a postura das profissionais não contribuía para tornar o grupo um local de acolhimento, e que incentivasse o diálogo. Havia uma postura de enfrentamento e de controle. Mencionava-se de maneira recorrente a avaliação final que seria encaminhada à juíza, relacionada ao desempenho dos homens, bem como existia ambiguidade em relação aos quesitos para avaliar. Havia, inclusive, uma espécie de teatro entre os participantes e as técnicas. No primeiro encontro, por exemplo, quando conversavam sobre o funcionamento do grupo, William disse que após o término tomariam um café, e a psicóloga respondeu "isso se eu permitir, né?". Outras frases da profissional nesse sentido: "meu nome é trabalho"; "se vocês andarem na linha, aí o trem não vai pegar vocês" (PAZO, 2013, p. 115-116).

---

[226] Mas é uma perspectiva flexibilizada depois por parte dos integrantes (NOTHAFT, 2019, p. 46).

Na visão da pesquisadora, uma das finalidades buscadas pelo grupo é “educar” inclusive as emoções, a fim de que os indivíduos se controlem e não tenham ações violentas. Não explica a violência com base em teorias de gênero. Nas falas da psicóloga, as motivações da violência não necessariamente decorrem de conflitos do relacionamento, mas advém de influência de pressões externas, como do trabalho, doença, alcoolismo, dentre outros aspectos. Ainda, é comum que se passe a ideia de que os homens agem de maneira violenta por não saberem diferenciar a comunicação assertiva da agressiva, de modo que o trabalho sobre a assertividade poderia prevenir a violência (PAZO, 2013, p. 125).

Ao abordar sobre assertividade, a psicóloga apresenta uma situação em que deveriam escolher qual seria a resposta assertiva para resolver um impasse. A maioria optou pela opção passiva, embora a ideia fosse comprovar que os participantes, ao não saberem se comunicar e desenvolverem a assertividade, acabariam por se tornarem agressivos. Afirma que os homens não têm costume de se comunicar, e quando ocorre, são agressivos, ao invés de assertivos. William, por sua vez, questiona se a técnica não generalizaria a situação. Na perspectiva da autora, a profissional parte da premissa de uma masculinidade tradicional e hegemônica, vinculada, dentre outros pontos, aos problemas para se expressar, sentir e comunicar (PAZO, 2013, p. 127-128).

Para os homens, os desafios nas comunicações não se devem somente a eles, mas também à parceira, que, em suas visões, também precisariam saber ter autocontrole. Embora, para as técnicas, o grupo devesse desenvolver assertividade e empatia para evitar atritos – por considerarem a empatia como uma forma de “aumentar o pavio” e, consequentemente, ter mais tolerância e compreensão sobre a outra parte - Eduardo discorda. Defende que saber se controlar é mais importante para evitar reações impensadas do que empatia. Segundo Paulo, a melhor saída é se retirar do local. Essa estratégia, de fato, é defendida pelas psicólogas em situações de tensão extrema, mas naquela dinâmica gostariam de desenvolver habilidades sobre os próprios sentimentos (PAZO, 2013, p. 128-129).

De acordo com a autora, os posicionamentos dos participantes estão de acordo com as ideias defendidas por Toneli et. al. e Piovensan, acerca da possibilidade de os homens frequentarem grupos ou sofrerem um processo, e continuarem a agir segundo valores característicos de uma masculinidade tradicional. Pode ser que saiam do grupo sabendo somente a ter mais autocontrole (PAZO, 2013, p. 129).

Dialogou-se sobre violência de maneira direta somente no décimo encontro (PAZO, 2013, p. 124). Compareceu ao grupo um advogado para falar sobre a Lei Maria da Penha. Os participantes levantaram diversas dúvidas e provocações sobre o assunto (PAZO, 2013, p. 129).

A autora observou que, em diversos momentos dos grupos, os homens tentavam demonstrar a adequação a uma nova postura, que seguia as aspirações da instituição. Essa postura relaciona-se à ponderação, respeito e ciência da importância do autocontrole. Nesse sentido, em um dos diálogos, a psicóloga comenta de homens que perseguem a mulher, ou seja, sobre vigiá-la (PAZO, 2013, p. 133).

Paulo relata que já teve essa atitude no passado, pois vigiou uma mulher por quem se dizia obcecado, com a intenção de matá-la. Diz que atualmente, mesmo que ela o chame para sair, ele nega e procura não se envolver. Para a autora, a descrição de Paulo tenta demonstrar que essa atitude ficou no passado, pois enfatizava que aprendeu a ser diferente. Ressalta, no entanto, que a transformação dos homens parece se vincular somente ao autocontrole, que se apresenta como deixar o local de conflito, ou seja, ao "fugir" da situação (PAZO, 2013, p. 134).

Posteriormente, falam sobre violência sexual. Alguns participantes trazem suas definições sobre isso, mas, segundo a autora, esse tema não foi alvo de aprofundamento (PAZO, 2013, p. 134). A técnica definiu como "coagir uma pessoa a fazer o que ela não quer em termos sexuais" (PAZO, 2013, p. 134).

O próximo assunto relacionou-se ao ciclo de violência. O grupo foi dividido e as duplas deveriam simular essas fases. Interessante que nessa atuação houve a reprodução de papéis de gênero: o representante do homem foi prepotente, e o da mulher, foi vaidoso e frívolo (PAZO, 2013, p. 135).

Houve uma sessão para tratar sobre papéis de gênero de maneira específica. A dinâmica era que os homens contassem seus aprendizados, desde crianças, sobre o que seriam questões de homem e de mulher. Depois, deveriam dizer como pensavam sobre o assunto na atualidade. As respostas às perguntas seriam colocadas em folhas de papel que possuíam categorias de homens, mulheres e neutro (PAZO, 2013, p. 136-137).

Uma das perguntas referia-se à responsabilidade sobre pagar contas. A maioria respondeu que seus pais eram preponderantemente os provedores (PAZO, 2013, p. 138). A psicóloga afirmou que "Graças a Deus que aqui é coisa de homem" (PAZO, 2013, p. 138). William a provocou: "bem que você parece mesmo uma mulher que prefere ficar nesse lugar de quem não paga" (PAZO, 2013, p. 138). Houve um pequeno conflito, na medida em que essa resposta irritou a técnica, que respondeu que William não teve tempo de conhecê-la para fazer

julgamentos. Além disso, houve divergência entre o que as técnicas e os participantes entendiam que eram funções masculinas e femininas. A autora pontua que embora a psicóloga tenha feito uma brincadeira, ao reforçar a ideia do homem como provedor, abriu espaço para que sua autonomia fosse contrariada de forma pejorativa (PAZO, 2013, p. 138).

Quando questionados sobre se o pagamento das despesas ainda seria uma função masculina, os participantes disseram que seria do casal. A psicóloga disse que não teria se modernizado tanto. Willian respondeu que já que as mulheres desejaram liberdade, agora há as consequências. Nesse sentido, para a autora, os homens questionam se as mulheres realmente querem mudanças, haja vista as consequências (PAZO, 2013, p. 141). Nesse sentido, "que mulher autônoma é essa que quer continuar sendo bancada pelo homem? Não haveria um contrassenso das técnicas em investir nas mudanças subjetivas dos homens quando não sustentam as próprias?" (PAZO, 2013, p. 141). Observa-se, nesse sentido, uma espécie disputa de poder entre os participantes e as profissionais.

Deve-se aprofundar essa situação: conforme visto no subcapítulo de contextualização dos grupos brasileiros, há diversas vulnerabilidades[227] nesses grupos; há poucos recursos (OLIVEIRA, 2016, p. 96; CEPIA, 2016, p. 36); Grutdner da Silva (2016, p. 132) verificou queixa, pelos profissionais que entrevistou, de falta de formação continuada[228]; além de ficar explícito, nos trabalhos já expostos, a resistência dos participantes em participar dos grupos. Assim, não se pretende julgar o trabalho das técnicas. Objetiva-se somente pontuar que essa postura de competição parece não ser a mais adequada para os objetivos buscados no grupo. Nothaft e Beiras (2019, p. 8) e Nothaft (2016, p. 49) consideram que há falta de preparação das profissionais daquele grupo. É possível concluir, a partir disso, que essa vulnerabilidade pode decorrer da falta de uma estruturação e investimentos adequados nesses serviços. A atenção a essa política pública poderia trazer resultados mais eficazes.

A autora observa que a única diferença colocada entre homens e mulheres como resultado da dinâmica foi sobre o ato de entregar flores ao parceiro, limitada ao homem. Em sua visão, isso trouxe desconcerto à profissional. Assim, suas visões sobre os atributos femininos e masculinos impossibilitaram à psicóloga de tentar gerar transformações sobre os papéis de gênero (PAZO, 2013, p. 142). Isso demonstra, portanto, a importância de não se generalizar. Partir da premissa de que há posturas e ações rígidas e fixas, aplicadas por todos os homens igualmente, não dá conta da complexidade das realidades desses indivíduos.

---

[227] Termo usado por Grudtner da Silva (2016, p. 132).
[228] CEPIA (2016, p. 37-49) traz posicionamento similar.

Embora os homens tentassem parecer transformados de acordo com o que deles se esperava institucionalmente, por vezes demonstravam valores que se ligavam à honra e violência (PAZO, 2013, p. 149). Observa-se, diante disso, uma negociabilidade de suas masculinidades (ALMEIDA, 1996, p. 162) ao tentarem atender às expectativas deles esperadas naquela instituição. No entanto, essas demonstrações de valores reiteram a importância de se observar seus discursos, justamente por transparecerem neles certas subjetividades (BEIRAS, 2012, p. 42).

A discussão sobre honra apareceu em dois momentos: um em que as mulheres demandariam uma valentia para que fossem protegidas de assédios de outros indivíduos – casos em que desconfiavam da honestidade das mulheres; e quando relacionavam a postura corajosa e destemida à uma situação já consolidada pela história e cultura (PAZO, 2013, p. 149).

> Gilmar: Tem mulher que dá mole para o cara e se você não der ideia, ela fala para o marido. Paulo: Pedindo pra morrer. Se fizesse isso, eu matava o cara. Psicóloga: Você ia acabar com a sua vida? Paulo: Se acabar, acabou. Wilson: Não ia ficar preso nada. William: *Essa força masculina é muito antiga na gente.* Vai demorar muito pra acabar isso. Paulo: Nós somos do repente. Psicóloga: Mas o que vocês acham que é isso? É questão de honra? William: *É questão de honra, é histórico, é cultural.* Paulo: Momento. Psicóloga: O José Américo disse que não faria. William: *Dependendo da linhagem do homem você tem diferentes reações* (PAZO, 2013, p. 150, grifos da autora).

Diante disso, a autora conclui que possuem visão de que a mulher é dissimulada, maliciosa. Seria possível que ela criasse situações somente para que os homens sejam violentos em razão da honra. Isso se daria por capricho dela, ou porque foram rejeitadas por outro e assim, por vingança, alega que ele a assediou (PAZO, 2013, p. 151).

Os 15° e 16° encontros tiveram o intervalo de um mês entre si, e se destinavam a analisar o que os homens teriam aprendido com a participação. Relataram os vínculos criados. Diogo afirmou ter mais empatia – pois sua filha faleceu, e para o participante, ter pensado que seria melhor morrer do que permanecer preso à cama contribuiu para que aceitasse a perda. A autora não sabe em que medida os demais participantes absorveram a noção de empatia como fez Diego, ou as habilidades que contribuíram para a modificação de seus comportamentos (PAZO, 2013, p. 151). Entende que a transformação alcançada se relaciona ao autocontrole e adequação às mudanças trazidas pela Lei Maria da Penha (PAZO, 2013, p. 152).

Ressalta que a pesquisa não teve como objetivo analisar a eficiência do grupo para evitar novas violências, mas soube que José Américo, quatro meses após o fim dos encontros, foi denunciado por ter atropelado a ex, tentando matá-la. Paulo, por sua vez, encontrou-se com a

pesquisadora no Juizado oito meses depois. Descobriu-se que foi acusado pela ex de ameaça de morte (PAZO, 2013, p. 152).

A autora teceu críticas às instituições que lidam com a violência contra mulher, pois se baseavam em estereótipos. Enfatiza-se a ideia de mulher/vítima que deve ser empoderada e homem/agressor que precisa ser controlado. Em sua perspectiva, essa base dicotômica estava presente inclusive nos grupos, no entanto, as maneiras como os homens e mulheres pensavam na violência não se enquadra exatamente nesse raciocínio (PAZO, 2013, p. 211). Assim, políticas relacionadas ao enfrentamento da violência direcionada às mulheres restringem "uma pluralidade de possibilidades de exercício de masculinidade e da feminilidade a padrões hegemônicos, reforçando o lugar de vítima e o lugar de agressor e dificultando uma perspectiva que incorpore as noções de agência e de interatividade dos sujeitos envolvidos" (PAZO, 2013, p. 211).

Trouxe a entrevista com João para exemplificar[229]. Foi indagado sobre o motivo do conflito, e relacionou-o à dificuldade de se lidar com a ex. Diz, dentre outros pontos, que não tem um bom raciocínio e que faz provocações (PAZO, 2013, p. 217). Para a autora, a ideia de provocar "parece testar a masculinidade/honra do homem. A provocação se associa frequentemente à ofensa e à humilhação, posições de passividade que um homem não deve permitir para manter sua masculinidade" (PAZO, 2013, p. 217).

Não se identificou com a imagem do agressor, e tentou mostrar que é um homem que trabalha. Construiu uma imagem negativa da ex, pois, se ele era violento, ela também não era caracterizada pela moralidade. O entrevistado afirma que errou ao agredir, mas o fez em razão da atitude da ex. Vitimiza-se porque a ex fazia muitos pedidos ao participante, tentava mostrar que era racional, de maneira oposta à ex; relatou que a agressão ocorreu após ouvir que o amor da vida da ex, na realidade, era seu ex-marido. Embora concorde com a existência da Lei Maria da Penha, entende que não há uma lei nesse sentido para proteção do homem, mas, mesmo que existisse, acha difícil que os agredidos fossem denunciar as parceiras, pois teriam vergonha provavelmente (PAZO, 2013, p. 216-220).

A autora expôs também, como exemplo, a entrevista de Agnaldo. Iniciou sua fala em defesa de uma Lei Maria João, tendo em vista que o homem também passa por dificuldades com a parceira. Minorou sua agressão, relacionou-a a sua personalidade explosiva e à provocação. Atribuiu características negativas à mulher; foi contraditório ao dizer que

[229] A autora acredita que o fato de ter assistido a sua audiência, e de ter conhecido a pesquisadora nessa circunstância, pode ter influenciado em sua postura na entrevista (PAZO, 2013, p. 216-217).

incentivava o trabalho da mulher, mas que não a deixava trabalhar porque gostaria que desse atenção aos filhos, e que piorou enquanto esposa após iniciar seu trabalho; abordou também a influência que ela receberia de sua mãe, situação também vista em outras entrevistas, o que explica a questão do afastamento familiar por parceiros; prevê um futuro negativo às mulheres independentes, pois acredita que a mulher deveria ser submissa, e se diz contrário à impossibilidade de "chamar atenção" da parceira, embora não concorde com agressão, de modo que a Lei Maria da Penha poderia influenciar para maior ocorrência de divórcios por impedir essa disciplina (PAZO, 2013, p. 222-227).

Como síntese do que foi exposto, em relação à metodologia, são feitas dezesseis sessões, distribuídas quinzenalmente e facilitadas por duas profissionais. Quanto às dinâmicas, trabalhou-se com formas de comunicação (divididas entre assertiva, passiva e agressiva); chamou-se um advogado para falar sobre a Lei Maria da Penha; pediu-se para que simulassem ciclos da violência (oportunidade em que reproduziram papéis de gênero); solicitou-se o relato sobre aprendizados a respeito do que seria vinculado aos homens e às mulheres, cujos resultados deveriam constar em um papel, dentre outros movimentos.

No que se refere às mudanças de um padrão hegemônico, observou-se empatia por um dos participantes e, de forma geral, maior autocontrole. Paralelamente, preservaram-se diversos aspectos da hegemonia, como permanência na crença de papéis de gênero; demonstração de valores relacionados à honra e violência; novos indivíduos foram denunciados (um por tentativa de homicídio e outro por ameaça de morte); convicção de que há provocação da parceira; contrariedade à mulher que trabalha.

Como sugestões e conclusões, a autora relata que as técnicas usavam uma abordagem de autoridade por segurança, e isso prejudicava o acolhimento e diálogo; havia disputa de poder entre as profissionais e os homens; a violência era trabalhada em um enfoque de certa forma distante dos debates sobre gênero. Além disso, é interessante pontuar que não se deve generalizar a ideia de que todos os homens são iguais, e tenham posturas rígidas e fixas[230]. Nesse sentido, uma postura competitiva e distanciada dos debates sobre gênero parece não trazer efetividade quanto ao que se defende neste trabalho acerca dos objetivos grupais.

[230] Parte das conclusões estão de acordo com Nothaft e Beiras (2019, p. 6-7) e Nothaft (2016, p. 48), quais sejam: falta de preparo das profissionais, debate superficial sobre gênero; síntese foi aprender a evitar atos violentos; permanência de estereótipos e atribuição de culpa às parceiras.

4.5 *A pena que vale a pena: alcances e limites de grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher*

Paula Licursi Prates, em tese de doutorado de 2013, desenvolveu pesquisa junto a grupo reflexivo em São Paulo, que possui vinculação ao 1° Juizado de Violência Doméstica e Familiar de São Paulo e Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde. O objetivo da autora era compreender se a determinação de participação em grupo reflexivo se constituiria em uma pena que valesse a pena (PRATES, 2013, p. 55). Trata-se de uma pesquisa vinculada à Pós-Graduação em Ciências, da Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, e a Área de Concentração da autora era em "Saúde, Ciclos da Vida e Sociedade".

Quanto a este trabalho, Nothaft e Beiras (2019, p. 6-7) identificaram, dentre outros pontos, que os homens compreendiam ser a Lei Maria da Penha injusta; não se identificavam como pessoas que praticaram um ato violento, ou reduziam a gravidade do que fizeram; por vezes, almejavam justificar a agressão, além de depreciarem a declaração da parceira; ao mesmo tempo, enxergavam os grupos como espaços de aprendizado, e Prates considera que isso se relaciona aos trabalhos dos profissionais[231]. Na dissertação, Nothaft (2016, p. 47) verificou a "flexibilização nos discursos dos autores de violência sobre suas relações sociais, notadamente com mulheres", e que a injustiça sobre a lei e justificativas da violência foram relativizadas por parte dos integrantes (NOTHAFT, 2016, p. 46). Também nesse sentido, Nothaft e Beiras (2019, p. 7).

Cumpre, assim, o aprofundamento na pesquisa de Prates. Sete acusados de violência doméstica compuseram o grupo estudado. O encaminhamento ao grupo se deu pela ONG Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde. O tempo de participação foi de oito meses, subdivido em dezesseis sessões que ocorriam a cada quinze dias. Ainda, as reuniões ocorriam por cerca de duas horas, realizadas entre setembro de 2009 e maio de 2010. Somente poderiam integrar os grupos os réus primários, acusados de ameaça ou lesão corporal leve. Estipularam-se, também, regras para a permanência no grupo – a exemplo de limite de faltas (PRATES, 2013, p. 61).

A autora gravou onze, das dezesseis sessões realizadas, produziu entrevista em profundidade após os encontros (PRATES, 2013, p. 63) e gravou mais uma sessão que ocorreu um trimestre após a conclusão do grupo (PRATES, 2013, p. 64). Destacam-se as seguintes

[231] No mesmo sentido, Nothaft (2016, p. 46-48).

análises das falas dos autores de violência: a) valorização da condição de provedor da família; b) posicionamento de vítima em relação aos fatos; c) não identificação com a posição de autor de violência, já que é um indivíduo que trabalha, possui honestidade e é pai de família; d) críticas às mulheres pela não observação de suas supostas funções, como fazer o almoço; e) violência policial contra os autores de violência; f) compreensão de que as situações deveriam se manter na esfera privada; g) a mulher inventa os fatos por ser "louca" (PRATES, 2013, p. 81-92). Segundo a autora, normalmente os indivíduos trazem ao grupo com "um discurso agressivo, vitimista, de negação e de senso comum e que, progressivamente, notadamente a partir da segunda metade dos encontros, as posturas vão se reflexibilizando" (PRATES, 2013 p. 97).

Na segunda sessão, verificou-se a revolta em relação à Lei Maria da Penha. O facilitador inicia o diálogo enfatizando que a ameaça também é um crime que deve ser analisado sob a perspectiva da Lei Maria da Penha, e que é necessário que eles também conheçam essa legislação, seu alcance etc. Também destaca que seria interessante que deixassem de responder às situações a partir do impulso. Na visão do profissional, nesses momentos o homem tem vantagem em razão da própria condição física. Também relembra que essa impulsividade pode ter relação com a educação daqueles participantes. Desde a infância, por exemplo, por vezes aprendem a agir de forma mais "corporal". Só que uma vez que cresceram, não é viável tratar as mulheres dessa forma, porque acabam submetidas a uma ameaça, e precisaram criar meios para lidar com a situação (PRATES, 2013, p. 98-99).

Observa-se que, desde o início, o facilitador destaca a relação entre a educação que aqueles participantes tiveram e algumas atitudes impulsivas. É como se houvesse, desde a infância, uma cultura em que os homens devem enfrentar questões de forma impulsiva, física, mas que esse não é o meio mais adequado para convivência. Isso traz consequências negativas, inclusive, no que se refere ao cotidiano deles com as parceiras, que são perpassadas por uma espécie de submissão. Houve, porém, certa resistência a essa pontuação do facilitador.

JC diz que a situação se inverteu, pois os ameaçados, agora, são os homens, e sugere uma alteração na Lei Maria da Penha, a fim de que se leve em conta quantas vezes o indivíduo reincidiu no ato violento (PRATES, 2013, p. 99). Sua fala se deu no sentido de que uma violência isolada não seria justificativa para que ele fosse processado a partir do rito da Lei Maria da Penha.

O facilitador acolhe a sensação de inquietação sobre a lei, e diz ser autêntico esse sentimento, mas ressalta parte do histórico de sua criação. J, em seguida, aponta que a mulher

não é inocente, e questiona por que só se tornou violento após a criação da lei, haja vista que até então não havia passado por situações que envolvessem a polícia. O facilitador sugere que repensem sobre os motivos pelos quais se envolveram com a lei; que olhem suas formações sobre como devem agir para que sejam vistos como homens; enfatiza que há uma construção social e que agem com base na ideia de "chegar chegando" inclusive no cotidiano, no trânsito, por exemplo (PRATES, 2013, p. 100). Nesse sentido, busca-se realçar que essa tentativa de alcançar um modelo pré-determinado sobre como devem ser homens traz prejuízo para suas vidas, e que deve ser alvo de questionamento e reflexão.

Outro ponto de destaque é que o encaminhamento ao grupo se atrelava à suspensão condicional do processo. Isso gerou, porém, uma sensação de injustiça, pois entendem que não tiveram espaço para defesa. Um deles, por exemplo, afirma que não agrediu fisicamente a esposa, e que estava ali "somente" em razão de uma ameaça, que não se concretizou (PRATES, 2013, p. 102). Demonstrou-se indignação, inclusive, em relação à testemunha dos fatos – irmã da ex-companheira que, segundo ele (PRATES, 2013, p. 102), era

> [...] uma mulher solteira, uma mãe solteira de quatro filhos. Quatro filhos, um de cada pai. Que moral tem uma mulher dessa pra ser testemunha de alguma coisa? Vê se a juíza foi procurar saber quem era a testemunha dela. Não foi atrás.

Ressalte-se que alteração pela Lei n° 13.984, de 2020 permite a participação nos grupos como opção de medida protetiva de urgência. Essa alteração tende a gerar o mesmo sentimento de injustiça que a vinculação graças à suspensão condicional do processo traz[232]? Como alertam Castro e Cirino (2020, p. 71), a medida pode funcionar como uma antecipação de punição. Ou seja, na prática, os indivíduos podem sentir que já cumprem pena ao participarem de um grupo sem terem passado pela condenação. Além disso, a indignação do participante com a testemunha, ao julgá-la como moralmente inapta, a partir de seus valores pessoais, por não ser casada e possuir filhos de homens diferentes, mostra a naturalização de uma visão patriarcal,

[232] Ressalte-se que o Supremo Tribunal Federal, em decisão sem efeitos vinculantes, entende ser inaplicável a suspensão condicional do processo para situações relacionadas a Lei Maria da Penha (AMARAL, 2015, p. 115). Este autor, porém, destaca que o uso da suspensão condicional pode ter efeitos positivos, como o fato de que permite-se o acompanhamento, em alguma medida, do autor da violência, pelo comparecimento obrigatório em determinados períodos de tempo, além da estipulação de certas condições que, se descumpridas, geram a extinção do benefício (AMARAL, 2015, p. 115).

em que o homem se sente autorizado a ofender a mulher por não cumprir seus papéis de gênero[233].

Percebeu-se uma abertura por parte dos homens somente após alguns encontros, depois de passarem por uma espécie de "catarse" (PRATES, 2013, p. 104). Em outro momento do grupo, destaca-se uma postura interessante do facilitador. Ele questiona aos demais participantes: "O quê que vocês acham que ele deve fazer?", em face das colocações de um dos homens (PRATES, 2013, p. 105). Após ouvir as respostas, apresenta uma postura de acolhimento, e indica o potencial de mudanças e aprendizagens que podem conseguir com a participação no grupo. Diz ser comum que os homens cheguem com certa resistência sobre a lei, mas que ela representa um passo além na busca por concretização dos direitos humanos. Incentiva que os homens aproveitem o grupo, que o enxerguem como um lugar de aprendizado e de desabafo. Essa atitude, na visão da autora, parece ter contribuído para que os homens aceitassem o grupo. De fato, MO responde, em seguida, que deseja participar (PRATES, 2013, p. 106).

O debate sobre violência foi tratado nos encontros sexto, oitavo e décimo primeiro. O facilitador iniciou o assunto perguntando o significado de violência para os participantes. Relacionavam a violência a descontrole, desentendimento, algo que contribui para disciplinar, e que também é natural (PRATES, 2013, p. 107). O profissional questiona, para um dos participantes, qual foi a primeira situação de violência que passou. JM, por sua vez, disse que foi uma mulher que o agrediu, e que apenas se defendeu (PRATES, 2013, p. 108). A autora nota que no início do grupo foi reconhecida a violência, bem como houve a responsabilização das mulheres pelas brigas (PRATES, 2013, p. 109). Verificou-se certo incômodo também com a insegurança nos relacionamentos, situação diferente da previsibilidade existente em outro momento, com papéis estabelecidos para o casal (PRATES, 2013, p. 109).

O facilitador questiona se há alguma possibilidade de praticarem novas violências em relacionamentos. As respostas variaram (PRATES, 2013, p. 110). Questiona-se, além disso, o que aprenderam até aquele momento com o grupo. Dentre as respostas, D responde que, em uma discussão, decidiu se retirar. Na visão da autora, essa atitude foi no sentido de evitar uma denúncia, ou seja, é influenciada pelo medo do que de uma efetiva mudança (PRATES, 2013, p. 110). De qualquer forma, tenha ou não um fundo de medo, a violência não foi praticada. Isso

[233] Para Marabezzi (2010, p. 77-78), a visão patriarcal tem influência para a distribuição de papéis de gênero às pessoas. A autora também explica sobre a autorização para a dominação-exploração por meio do uso da força, a partir de Mackinnon.

não significa que o ato de evitar a violência faça desse participante alguém que vive seus relacionamentos com base na equidade de gênero, mas o ato de não agredir já é um passo nesse caminho.

No oitavo encontro, assistiram à série *Fale sem medo* (PRATES, 2013, p. 112), em que se aborda a violência doméstica e a necessidade de uma mudança cultural. Trabalha-se com estatísticas, exemplos concretos, bem como indicações de que a transformação também demanda pequenas ações do dia-a-dia. Os participantes, em discussão sobre o assunto, posicionaram-se de maneira contrária à violência. Mas, ao mesmo tempo, entendiam ser justificável em alguns casos, como quando a mulher age de forma violenta, o que abriria a possibilidade de revidar (PRATES, 2013, p. 112). Durante as falas, o facilitador questionou se esse raciocínio também seria aplicável quando se tem uma relação com a pessoa, ou quando se confia nela, e as discordâncias seguem (PRATES, 2013, p. 113).

A série foi retomada no 11° encontro. O facilitador solicita que os homens expressem suas percepções, pois as informações foram repassadas pelo ponto de vista de uma mulher, e relata-se como ela se sente (PRATES, 2013, p. 114). Esse movimento é interessante por destacar que há pontos de vista diferentes sobre o mesmo assunto, e permitir que os participantes apontem os seus. Contribui para que se saia de um pensamento binário, maniqueísta, em que somente uma versão deve ser ouvida. É importante essa atenção às percepções porque o grupo reflexivo é um local que pode contribuir para que os homens entendam a forma como seus pensamentos foram moldados, bem como identifiquem a possibilidade de agir e pensar fora de um ideal hegemônico e mais próximo à equidade, algo que trará benefícios para seus cotidianos e também para aqueles que os cercam.

A autora notou que discutir a violência segundo a influência do vídeo trouxe reflexões em Danilo, pois fez um movimento de se colocar no lugar da mulher (PRATES, 2015, p. 114), mas depois se vitimizou (PRATES, 2013, p. 115). R e JM indagaram o que levou a agressão, ou seja, qual seria o motivo pelo qual o homem reagiu com violência (PRATES, 2013, p. 115-116).

Nesta reunião, o facilitador realça que a violência pode advir não somente do homem, como também da mulher (PRATES, 2013, p. 117), no sentido de que “a mulher machuca e o homem bate” (PRATES, 2013, p. 117). Houve certa abertura por parte de D e JM. O primeiro diz que mágoas perduram mais tempo do que lesões físicas, e o segundo revela que sua companheira diz se sentir machucada emocionalmente. Diante da percepção de que JM também

se sentia mal, o facilitador coloca (PRATES, 2013, p. 117): “então nós temos duas pessoas machucadas, né?” (PRATES, 2013, p. 117).

O facilitador explica ser comum ouvir relatos de que os homens passaram por uma situação de violência sem ter uma ciência exata do que se passava. Isso se deve à forma como foram socializados, a exemplo da crença de que o casamento implica um contrato, no qual a mulher se torna um objeto e o homem, o provedor. Assim, realça que isso advém de um comportamento desigual, em que não se aceita que a mulher aja da mesma forma. Quando elas passam a ser semelhantes, isso gera estranhamento. Frisa-se também que o grupo objetiva prevenir delitos, bem como permitir relacionamentos mais saudáveis com as parceiras. Para a autora, trata-se de um incentivo para que desconstruam a masculinidade hegemônica, mencionada por Connell (PRATES, 2013, p. 118).

A pesquisadora percebe que embora os homens aceitem a maior conquista de espaço pelas mulheres na sociedade, ainda creem na existência de papéis femininos por razões naturais, a exemplo dos afazeres domésticos e educação infantil, além de obrigações relacionadas ao casal. É como se concordassem com as mudanças de outras mulheres, mas não sobre as mudanças que recairiam sobre suas parceiras, ou seja, as alterações na esfera privada não eram bem vistas (PRATES, 2013, p. 119). “É no cerne de tal tensão que podemos identificar o lócus dos conflitos de gênero e da ocorrência de violência, sendo o espaço da casa o cenário de sua manifestação” (PRATES, 2013, p. 119). Justamente por isso defende-se, no capítulo número dois, que a perspectiva patriarcal não deve ser desconsiderada dos estudos de gênero. De fato, há a naturalização de certos papéis que demandam a desconstrução, pois contribuem como justificativas da violência.

No oitavo encontro, o facilitador aduz que os homens possuem uma identidade masculina formulada a partir de determinados valores que influenciam para que se pense que foi a mulher quem provocou. Sugere que reconheçam a internalização de valores, entendam que decorre de uma construção social, mas que não é algo imutável. Da mesma forma que alguém troca sua roupa ou estilo, questiona: seria possível alterar valores sem que deixem de lado suas identidades? O grupo respondeu de forma humorada, e acolheu a perspectiva do facilitador, no sentido de que seria viável a mudança. O profissional, por sua vez, questiona de que forma seria possível isso, e há diversas respostas. Uma delas é no sentido de que se deve escolher outra parceira (PRATES, 2013, p. 125). Em resposta, o facilitador aponta: “muda a mulher. Você vai encontrar uma mulher que te respeita ou você que tem que respeitar a

mulher?" (PRATES, 2013, p. 126), e o participante concorda que são necessárias mudanças por parte do homem (PRATES, 2013, p. 126).

Uma ação interessante realizada no sexto encontro, trabalhado pela autora segundo o enfoque da visão dicotômica versus relacional, foi a fala do facilitador no sentido de questionar como evitar a abertura de outra ferida, ou seja, de que forma seria possível ter um relacionamento e não passar pela mesma situação que já vivenciaram, e ainda, como desconstruir o machismo que os levou àquele cenário (PRATES, 2013, p. 122).

Gênero foi debatido de maneira mais direcionada no 5° encontro. O facilitador inicia questionando se os homens sabem sobre o dia 25 de novembro, ou seja, o Dia Internacional de Luta contra a Violência sobre a Mulher. Não souberam responder. Em seguida, indagou-se sobre o dia 8 de março, dia da mulher. J discorda da existência desse dia, e o facilitador o questiona sobre o motivo. Na visão de J, sente-se que há uma tomada de poder por parte da mulher, e os homens estão se privando de seus espaços. O facilitador questiona qual seria esse espaço perdido pelos homens. J afirma que se dá em diversos âmbitos, como trabalho, escola e igreja. Criticou o movimento feminista (PRATES, 2013, p. 131). Depois, o profissional aduz que no debate sobre gênero, "nós vamos discutir alguma coisa relacionada ao masculino e ao feminino. Então estas duas coisas são contrárias, opostas?" (PRATES, 2013, p. 132).

J responde que sim, assim como JC, que baseia seus argumentos na Bíblia. D também aduz que a fundamentação disso está "no princípio". O facilitador questiona qual seria o papel do homem. JC compreende que é o de dominante, ao passo que para MO, é o de marido, responsável. O trabalho também foi citado por MO e J. Quando indagados sobre o papel feminino, J compreende que se refere ao cuidado, e este envolve a casa, marido, filhos, alimentos, roupas. Deu-se risada, em seguida. Para D, tem a ver com contribuir para que tenha respeito. MA sugere que tem a ver com comprar bens com o dinheiro do parceiro. MO aponta que o trabalho também é um papel feminino. O facilitador questiona se esse trabalhar teria o mesmo sentido daquele desempenhado pelos homens, e MO e JC dizem que se difere (PRATES, 2013, p. 132).

Posteriormente, indaga-se sobre o que acontece diante dos descumprimentos desses papéis. Quanto aos homens, responde-se que fica socialmente excluído, ou que passa a ocupar uma posição de submissão à mulher (PRATES, 2013, p. 134). Em relação à mulher, JC aduz que seria "uma vagabunda. [...] Você chega em casa, a sua comida não tá feita, a sua casa não tá arrumada. Ela só tem que fazer isso e não faz?" (PRATES, 2013, p. 134). Já J entende a mulher como "preguiçosa" (PRATES, 2013, p. 134). O facilitador, ao perguntar se isso não

poderia ser algo construído socialmente, recebe duas respostas: para MA, trata-se sim de uma construção social e cultural; já para D, "vem de longe" (PRATES, 2013, p. 134). Questionando-se de quão longe vem, JC responde que advém da Bíblia, reiterado por D, para quem advém "do princípio" (PRATES, 2013, p. 135).

A análise que a autora faz da situação dialoga com Connell: a não realização de tarefas vinculadas à masculinidade hegemônica os distanciaria de uma determinada masculinidade (PRATES, 2013, p. 135). Ainda em diálogo com a teoria de Connell, considera que "preservar a ideia de que os papéis masculino e feminino encontram-se no 'princípio' da humanidade, faz, do padrão hegemônico, ao que parece, uma questão bíblica que não deve ser questionada e, portanto, deve ser mantida" (PRATES, 2013, p. 135). Nesse sentido, sugerir que algo vem "do princípio" demonstra que se trata de algo imutável, que deve ser respeitado sem questionamento. Seria interessante, nesse sentido, refletir se há interesse e, em caso positivo, de que forma as igrejas e crenças poderiam contribuir com a redução da violência doméstica. Veras (2018, p. 177) defende ser "inegável que a busca pela equidade de gênero passa, necessariamente, pela desconstrução desses dogmas conservadores".

Interessante pontuar que para Joan Scott (1995, p. 86), ao definir gênero em duas partes, relata que a primeira "é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos". Divide essa parte em outras, e uma delas refere-se a "conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas" (SCOTT, 1995, p. 86). São conceitos que, comumente presente em doutrinas, realizam uma oposição entre duas situações, de forma fixa, como a afirmação da diferença incontestável entre o feminino e o masculino. Ao se eleger uma posição como dominante, ela é vista como a única que poderia existir. Um exemplo disso ocorre quando grupos religiosos fundamentalistas tentam recompor o papel "tradicional" feminino. No entanto, não há grandes provas na história que demonstrem que em algum momento tal papel já existiu de forma incontestável (SCOTT, 1995, p. 86-87).

Assim, observa-se a crença de que a própria Bíblia fixa papéis, como se isso indicasse que a humanidade sempre atuou – e sempre atuará – com base nessas premissas religiosas pessoais. Usam de um papel, supostamente incontestável, para manter crenças sobre papéis de gênero. No entanto, esse dever, supostamente adequado e incontestável, é questionável. Isso demonstra, portanto, a necessidade de se indagar certos entendimentos tidos como basilares.

Posteriormente, o facilitador trata de relações de poder, desigualdades na sociedade, além de ressaltar que a Lei Maria da Penha não foi criada para lesar os homens, e favorece todo

o meio social, por buscar igualdade, além de abordar a história relacionada ao surgimento dessa legislação (PRATES, 2013, p. 136-138). Assim, a ação do profissional, para a autora, "não somente localiza historicamente o processo de conquistas das mulheres, mas igualmente a postura conservadora dos homens na tentativa de manter os seus direitos de maneira hegemônica" (PRATES, 2013, p. 138).

Gênero ainda foi assunto do 9° encontro. Apresentaram-se novos estereótipos sobre a mulher, e relacionaram-nas a pessoas influenciáveis (PRATES, 2013, p. 140). Uma ação interessante do facilitador é o questionamento. JM enfatizou a "fraqueza mental feminina", seguido por J, e o profissional pergunta aos demais se eles concordam com isso. A resposta foi afirmativa por alguns participantes, e em seguida, o facilitador questiona o que seria, então, uma mulher forte. Na visão de JM, seria a que não se influencia por outras pessoas, que busca intermediar a situação ao invés de denunciar (PRATES, 2013, p. 140).

Interessante que esse pensamento pode ajudar a entender o motivo pelo qual algumas mulheres se afastam da família e amigos durante relacionamentos violentos. Se as pessoas de sua convivência são vistas como más influências, é possível que o parceiro tente distanciá-las desse círculo (também nesse sentido, Pazo, 2013, p. 225). Não se deve interpretar isso como se a mulher não tivesse liberdade de escolha ou autodeterminação, ou como se fosse uma explicação aplicável para todas as situações de afastamento. Sem pretensão de generalizar, é possível que em alguns casos, o contexto relacional e pessoal dos parceiros leve a essa separação de amigos e familiares.

No 10° encontro trabalharam-se as alterações que aconteceram em relacionamentos heterossexuais desde que a mulher conseguiu ocupar mais espaço. Abordou-se uma propaganda de desodorante de cunho machista, que funcionou como desencadeador para que o facilitador explicasse o que são estereótipos, abordasse a sexualidade feminina e sua liberdade para exercê-la (PRATES, 2013, 141-142). Questiona como se definiria o homem na sociedade atual, e que as mulheres estão interessadas em homens diversos daquele padrão. A autora considera que houve o incentivo para que repensassem suas posições, haja vista o novo cenário em que se encontram. A fala trouxe reflexão, e foi, aos poucos, se infiltrando nos discursos dos participantes. Isso indica certa flexibilização deles (PRATES, 2013, p. 145-146).

Em síntese, o encontro se deu em torno de transformações nos padrões existentes nos relacionamentos amorosos heterossexuais (PRATES, 2013, p. 148). Houve, porém, certa resistência dos homens, na medida em que "ao testemunhar tais transformações, parecem desejar retornar a um passado no qual havia uma hegemonia clara da condição masculina,

melhor definição de lugares e atribuições de gênero e menor necessidade de negociação". (PRATES, 2013, p. 148).

Também no décimo encontro assistiram ao vídeo "Homem com H". Nos diálogos que seguiram, falou-se sobre a ocupação de mais espaços pelas mulheres. O facilitador indaga qual seria a razão desse ganho, e J respondeu que "os homens 'tão' desistindo de ser homem já" (PRATES, 2013, p. 153). Afirma também que há sempre uma preferência dada à mulher, e que inexiste uma justiça para os homens. Na visão da autora, J só vê gravidade na violência física, a qual realmente necessitaria de punição (PRATES, 2013, p. 153). O facilitador abordou a campanha do laço branco, em que um homem assassinou diversas mulheres em uma faculdade de engenharia, porque ocupariam o lugar destinado aos homens (PRATES, 2013, p. 153). A reação de J é no sentido de considerar que a mulher realmente se utilizará de mais espaços, e menciona-se que "Hoje em dia [...] até o ar dela [da mulher] já é superior ao homem. [...] A mulher hoje em dia fuma, ela faz o diabo a quatro, não é mais feminina. Até na cama ela quer controlar: 'Eu quero, eu não quero'" (PRATES, 2013, p. 154).

J teve posicionamentos considerados como rígidos e preconceituosos, e isso mostra "o quão difícil e sofrido pode ser para alguns homens vivenciar essas mudanças e como [...] [ela] pode ser considerada, basicamente, de perdas e fracassos" (PRATES, 2013, p. 154). Homens com atitudes marcadas por resistência e inflexibilidade são os que apresentam maiores desafios para transformações. Também são eles que têm mais chances de fazer da violência um meio de ação em seus desentendimentos pessoais. Nesse sentido, é interessante pensar quais as melhores abordagens para participantes parecidos com J (PRATES, 2013, p. 154).

Os participantes fizeram acordo com o Judiciário para que, em vez de assinarem o livro de presença no Fórum, pudessem continuar a participar dos grupos. Assim, realizou-se um novo encontro três meses após o 16°. Mohamed relatou que há um relacionamento mais tranquilo com sua ex-parceira, diferentemente de Robson que, por sua vez, procura permanecer afastado para que não ocorram desentendimentos, além de informar que já chamou a polícia para defender seus direitos. João Marcos se separou e diz que buscará seus direitos quanto às visitas e convivência com a criança (PRATES, 2013, p. 248-251).

Diante disso, infere-se que apesar de dezesseis encontros, que se realizavam a cada quinze dias – o que totalizava oito meses – ainda é um número inferior ao um ano, tempo mínimo indicado por Barin (2016, p. 219) a partir do Grupo 25 – Criterios de calidad para intervenciones con hombres, pois se considera que o processo de transformação leva tempo. No entanto, conforme exposto por Isabela Oliveira (2016, p. 96), o Programa de Responsabilização

do Coletivo não possui apoio do governo federal ou estadual, e não é uma política pública. O financiamento do projeto advém dos voluntários e colaboradores, e isso possivelmente é uma explicação para a raridade de serviços similares. Ou seja, embora oito meses seja pouco tempo para encontros, a forma como esses grupos são tratados pela realidade brasileira não contribui para que exista um aumento de reuniões ou melhora de infraestrutura.

Prates percebe, ao final, que apesar de não terem passado por grandes transformações a respeito de seus entendimentos sobre gênero, houve concessões nas falas, tanto pelo "reconhecimento do novo lugar ocupado pela mulher na sociedade, considerado por vezes como conquista legítima ou meritória e por outras vezes como resultado de um simples ardil ou decorrente da sedução feminina, o que as desqualificam em termos de tais conquistas" (PRATES, 2013, p. 154-155). Também nesse sentido foi a transição sobre a Lei Maria da Penha: no início, vista como um meio de retirar poder masculino, e aos poucos foi reconhecida como necessária, apesar de apontarem que necessita de alterações (PRATES, 2013, p. 155). Em síntese, ocorreram evoluções e retrocessos durante os encontros, além repetições de questões, e os homens podem, ou não, ter "percepções diferenciadas sobre os temas abordados em diferentes momentos, cada qual a seu tempo" (PRATES, 2013, p. 127).

Como síntese das intervenções, na metodologia (entendida de forma geral), havia dezesseis sessões quinzenais, que duravam cerca de duas horas. Quanto às dinâmicas, houve: a) incentivo para que conhecessem a Lei Maria da Penha e entendessem que não foi uma legislação criada para lesá-los, mas, ao invés disso, busca trazer igualdade, além de se mencionar o histórico por trás de sua criação; b) ênfase sobre a educação e socialização dos integrantes do grupo, no sentido de que aprendam a lidar com conflitos de forma impulsiva ou física, mas essa não é uma postura adequada, e que, por vezes, faz com que a mulher se veja submetida a uma situação de ameaça. A socialização pode influenciar para que acreditem que devam ser provedores das famílias, e para o estranhamento quando as mulheres agem de forma parecida aos parceiros. No entanto, se trata de um entendimento construído, ou seja, trabalha-se com a desnaturalização de certas posturas e comportamentos. Percebe-se, portanto, que são intervenções ligadas ao contexto social. Há uma internalização, por parte dos profissionais, sobre as desigualdades presentes na sociedade, e isso se reflete em suas abordagens.

Abordaram-se também: c) datas importantes, como Dia Internacional da Luta contra a Violência sobre a Mulher, Dia da Mulher, e a Campanha do Laço Branco. Em relação às posturas, d) verifica-se o acolhimento frente às inquietações, ou seja, não há censuras graves e reprimendas, o que é especialmente interessante já que os homens não estão totalmente

satisfeitos e concordantes quanto às suas presenças ali, mas ao mesmo tempo se destaca o ponto de vista histórico da violência, contextualização sobre desigualdade, sugestão para que repensem os motivos pelos quais se envolveram a lei, suas formações (ou seja, enfatiza-se que a busca por alcançar um molde de como deve ser um homem pode trazer prejuízos para eles e seus conviventes, razão pela qual se devem refletir e questionar), além de incentivarem o aproveitamento do grupo como local de aprendizado e desabafo, e para que compreendam ser a lei um passo importante na concretização dos direitos humanos.

Ademais, e) realizam-se diversas perguntas aos homens, a exemplo de qual o significado da violência; se é possível que pratiquem outros atos violentos; se a violência seria justificável em relações de parcerias e de confiança; quais poderes foram perdidos pelos homens; quais as consequências do descumprimento dos papéis estipulados socialmente às pessoas. Quanto aos recursos audiovisuais, f) assistiram ao filme *Fale sem medo*, analisaram desodorante de cunho machista; observaram o vídeo *Homem com H* e participaram dos debates decorrentes. No que se refere às explicações, g) abordaram sobre a sexualidade feminina e liberdade; estereótipos; mudanças em relacionamentos heterossexuais.

Fomentou-se: h) abertura para que os homens trouxessem seus pontos de vista. O filme *Fale sem medo* foi narrado pela perspectiva feminina e incentivou-se que falassem sobre o que pensaram a respeito da produção. Isso é produtivo porque possibilita que mais de um ponto de vista seja discutido, além de permitir a compreensão de como seus pensamentos foram moldados no decorrer das vivências. A partir disso, podem pensar em meios para que desconstruam o ideal hegemônico e ajam de forma mais próxima à equidade. Por fim, i) destacou-se o viés relacional, no sentido de que a violência pode advir de homens e mulheres.

Quanto aos resultados da desconstrução do ideal hegemônico, o debate relacional trouxe certa abertura por alguns; Danilo se colocou em uma posição de alteridade diante do filme *Fale sem medo*, mas depois houve vitimização; assentiram sobre a possibilidade de mudança de seus valores; Mohamed vive relacionamento mais tranquilo, ao passo que Robson preferiu se afastar. Este participante, assim como João Marcos, se vê aberto para recorrer ao Sistema Judiciário a fim de resolver conflitos. Ainda, ficou claro que há diferentes níveis de interiorização sobre as questões trabalhadas, o que é esperado, haja vista que os participantes têm diferentes vivências. A autora notou, inclusive, que alguns casos são mais desafiadores.

Em relação à manutenção de aspectos do ideal hegemônico, percebe-se, no decorrer dos encontros, tentativas de justificar o ato violento (no mesmo sentido de Nothaft e Beiras, 2019, p. 6-7); vitimização; após assistirem à serie *Fale sem Medo*, tentaram entender o motivo da

agressão praticada pelo homem, como se fosse uma atitude provavelmente decorrente de provocação da mulher; permanência da crença em papéis de gênero; discordância de datas importantes no que se refere à violência doméstica contra a mulher; convicção na tomada de poder pela mulher, em um enfoque negativo; crítica ao movimento feminista; justificação de preceitos com base na religião; menção à suposta "fraqueza mental feminina"; falta de justiça para os homens; ideia de que a violência somente é grave quando na forma física.

Como sugestões e conclusões, questiona-se se seria interessante que as igrejas possam contribuir para a redução da violência doméstica, haja vista que parte dos participantes fundamenta seus valores desiguais "no princípio" ou na Bíblia. Percebe-se também que a crença no fato de que mulheres são influenciáveis pode contribuir para os afastamentos dessas parceiras dos seus familiares e amigos durante relacionamentos violentos, já que esses contatos seriam más influências[234]. Seria interessante, finalmente, refletir sobre quais metodologias e abordagens dariam conta de gerar maior interiorização dos objetivos grupais pelos diferentes participantes.

4.6 *Os "Maria da Penha": uma etnografia de mecanismos de vigilância e subversão de masculinidades violentas em Belo Horizonte*

Welliton Caixeta Maciel (2014, p. xii) realizou pesquisa etnográfica[235] entre 2012 e 2013 com homens autores de violência, a fim de observar a implementação da política do acoplamento da tornozeleira eletrônica nesses homens[236]. Ainda, acompanhou grupo reflexivo no Instituto Mineiro de Saúde Mental e Social – Instituto ALBAM. No local da pesquisa (Belo Horizonte, Minas Gerais), essas medidas eram aplicadas em conjunto. Trata-se de uma dissertação vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília.

Nothaft e Beiras (2019, p. 7) identificaram que os participantes do grupo acompanhado neste trabalho tentavam justificar os atos violentos, além disso, por vezes, desqualificavam a

---

[234] Conforme se conclui também em Pazo (2013, p. 225).

[235] No capítulo em que aborda a etnografia junto a grupo reflexivo, o autor busca demonstrar "como e em que medida esses grupos têm proporcionado que sejam trabalhadas diversas questões (tais como: gênero, masculinidade, violência, direitos etc.)" (MACIEL, 2014, p. 155). Isso porque objetiva, dentre outros pontos, compreender se a monitoração eletrônica, somada a participação em grupos, faz diferença sobre "masculinidades violentas" (p. 155-156).

[236] As tornozeleiras se destinam a observar o cumprimento de medidas protetivas. Ressalte-se que o autor relaciona a monitoração a uma arquitetura panóptica, que estigmatiza os indivíduos (MACIEL, 2014, p. xii).

alegação da parceira[237]. Ainda, notou-se uma relativização, por parte de alguns dos integrantes, da postura inicial. Na dissertação, Nothaft (2016, p. 46-47) constatou que houve menor rigidez nos discursos dos participantes no que se refere às relações sociais, especialmente quando falam de mulheres, e que a justificativa para a violência foi relativizada por parte dos integrantes.

O profissional do Instituto ALBAM, entrevistado para a pesquisa, afirma que se almeja responsabilizar os participantes, não para lhes atribuir culpa, mas para que situem suas ações no contexto de desigualdade de gênero, seja por meio de reflexão ou a partir de novas informações, o que mostra um viés educativo. Trabalha-se também com o que constitui a identidade masculina, e a relação dessa identidade com uma masculinidade hegemônica. Parte-se da premissa de que essa masculinidade influencia certos comportamentos. Ressalta que não possuem uma teoria comportamental como base, mas acreditam que a reflexão e o diálogo sobre a identidade e alteridade possam trazer transformações (MACIEL, 2014, p. 174).

Conforme defendido no segundo capítulo a partir de diversos autores já citados, discorda-se da possibilidade de se falar em uma identidade masculina ou essência do que significa ser homem. Há, sim, um ideal hegemônico, constituído a partir dos reflexos do patriarcado, desigualdade de classe etc., que perpassa o imaginário dos indivíduos. Há relação dessa hegemonia com determinados papéis sociais, a exemplo da ideia de ser provedor, e essa hegemonia perpassa as masculinidades de formas diferentes, mas sempre com o objetivo de se sobressair sobre as demais formas de vivenciar as masculinidades. Assim, cabe à pessoa viver conforme a hegemonia, ou ser vista como inferior (SILVA JUNIOR; CAETANO, 2018, p. 12; OLIVEIRA, 2018b, p. 129; CÉSAR, 2019, p. 72; VEIGA, 2019, p. 77; BADINTER, 1993, p. 10-11; KIMMEL, 1998, p. 101-103; MUSZKAT, 1998, p. 228) . Justamente por essa correlação entre hegemonia e alguns papéis que estão no imaginário das justificativas da violência, é importante desconstruir esse ideal na prática reflexiva dos grupos.

Outro ponto interessante é quando o profissional do Instituto ALBAM aduz que não se objetiva atribuir culpa aos participantes, e sim responsabilizá-los. Isso retoma o raciocínio desenvolvido no final do terceiro capítulo, em que se defende a importância da responsabilização, não como forma de trazer culpa, mas como medida que tende a gerar ações antissexistas, a partir da analogia feita à obra de Djamila Ribeiro (2018, p. 18). De fato, a autora defende que o racismo foi criado pela branquitude, e justamente por isso é necessária a responsabilização. Além de reconhecer os próprios privilégios, precisa-se ter uma postura

[237] No mesmo sentido, Nothaft (2016, p. 46).

antirracista, refletida nas atitudes. A culpa gera inércia, mas a responsabilização traz ações (RIBEIRO, 2018, p. 18).

Natividade et al ([2007?], p. 1) esclarece que o principal objetivo do grupo reflexivo vinculado ao Instituto ALBAM é a responsabilização dos participantes. Ensina-se que a responsabilização demanda "o distanciamento da perspectiva egocêntrica, ou seja, a capacidade de descentrar-se de si mesmo e centrar-se nas consequências performativas de suas ações" (NATIVIDADE, 2012, p. 41)[238].

Os grupos possuem o formato aberto[239] (MACIEL, 2014, p. 2), e as intervenções dos moderadores dividem-se entre um caráter combativo – ao questionar argumentos que justifiquem a desigualdade e violência -, e caráter de acolhimento e escuta. Além disso, caso necessário, podem realizar atendimentos individuais (MACIEL, 2014, p. 175). Somado às questões individuais, consideram as especificidades das masculinidades nos grupos, ou seja, as intersecções entre formas de opressão que compõem as masculinidades, bem como o machismo, e "o mais difícil no grupo é conseguir fazer esse manejo entre o [...] social e o individual" (MACIEL, 2014, p. 192). Há, aqui, um ponto importante: os homens não são vistos como iguais. Consideram-se as multiplicidades entre masculinidades, e relata-se que se faz um trabalho que considera as interseccionalidades dos indivíduos.

Para um dos profissionais, o trabalho com a cultura do machismo e violência é importante na medida em que o homem, enquanto sujeito, recebe influência, "e se você não trabalha essa perspectiva da masculinidade você não consegue desconstruir a violência e gerar uma relação de igualdade" (MACIEL, 2014, p. 192). O entrevistado também pontua que utilizam a perspectiva relacional de violência (MACIEL, 2014, p. 193). O grupo se desenvolve em 16 encontros, é realizado em dupla formada por um homem e uma mulher. Isso é rico, por interagirem sem hierarquia entre si na frente dos participantes, o que pode contribuir para a projeção do imaginário dos homens. Ressalte-se ainda que a mulher ocupa uma posição de poder (NATIVIDADE ET AL, 2007, p. 2-3).

Baseia-se no feminismo, e há quatro componentes nos trabalhos: "cognitivo, educativo, emocional e comportamental" (MONTERO; BONINO; CORSI, 2006; apud NATIVIDADE ET AL, [2007?], p. 3). Não se realiza, naquele meio, uma reabilitação ou reeducação, pois não

---

[238] Para chegar a essa conclusão, fez diálogo com Arednt e Habermas.

[239] O formato aberto possibilita o acolhimento dos novos integrantes, e permite a criação de vínculo entre os homens. Ainda, contribui para que não se gere um sistema de aliança, o que representaria um desafio às ações dos facilitadores. Salienta-se que os autores falam em sistema de aliança em diálogo com Connell, sobre seu sistema de cumplicidade (NATIVIDADE ET AL, [2007?], p. 2-3).

se “supõe a aprendizagem de algo novo ou a restauração de algo perdido” (NATIVIDADE ET AL, [2007?], p. 4). Assim, baseia-se no formato reflexivo, com o objetivo de “que os participantes tenham a experiência de se verem questionados sobre suas visões de mundo” (NATIVIDADE ET AL, [2007?], p. 4). Para tanto, são imprescindíveis perguntas reflexivas. Caracteriza-se, portanto, uma intervenção psicoeducativa (NATIVIDADE ET AL, [2007?], p. 4).

Parte-se da premissa de que “esta intervenção coloca os homens não só como o problema, mas como parte da solução das questões da violência de gênero” (NATIVIDADE ET AL, [2007?], p. 6). Em vista de uma perspectiva feminista, almejam “o desenvolvimento de potencialidades nos homens para desconcentrar-se de si mesmos e centrar-se nos sofrimentos e injustiças que os comportamentos desiguais provocam nas mulheres” (NATIVIDADE ET AL, [2007?], p. 6). Inclusive, quando os homens saem “entristecidos”, isso é considerado positivo, pois “indica que houve mudança no sistema abusivo de poder exercido pelos homens” (NATIVIDADE ET AL, [2007?], p. 6). A medição do processo reflexivo nos participantes tem como base o bem estar compartilhado, e “isto implica na construção de uma ética cotidiana de igualdade e respeito às diferenças, trabalho que produz resistências porque implica tocar nos privilégios dos homens, mas que resultam em benefícios pessoais e sociais” (NATIVIDADE ET AL, [2007?], p. 6-7).

Retomando-se as lições de Maciel, o supervisor metodológico do Instituto considera que retirar a postura de vitimização é um dos movimentos mais difíceis para que se chegue à responsabilização. Para o profissional, também é importante que saibam reconhecer verdadeiramente o outro. Isso envolve compreender que a mulher é um sujeito, tem suas vontades, sentimentos e sofrem (MACIEL, 2014, p. 183-184).

Quanto às dinâmicas e diálogos, no primeiro dia de participação do pesquisador, Herculano, que já estava no 16° encontro (o último), explicou não somente a Maciel, mas também a Leonardo – que se iniciava naquele dia – sobre o funcionamento do serviço. Ainda no último encontro, entende ser injusta sua participação, mas apesar disso o grupo foi útil para alterar sua percepção sobre algumas questões, além de notar mudanças em suas formas de se relacionar. Diz também não mais possuir preconceitos contra minorias sociais (MACIEL, 2014, p. 152). Verifica-se que o participante que estava no último dia apresentou o serviço ao indivíduo que se iniciava. Isso é interessante porque adveio de um membro, e não dos facilitadores, e já se relatou que o grupo teve utilidade, apesar de ainda entender pela injustiça da situação.

Outra dinâmica pode ser observada, desta vez a partir do novo integrante: Leonardo se apresentou e disse estar no grupo por ter ameaçado sua ex-namorada. A facilitadora tentou promover um movimento de alteridade. Solicitou que o participante se colocasse no lugar dela, a fim de que pensasse como se sentiria caso fosse ameaçado. Após uma reação de banalização – pois, na visão do pesquisador, se colocar no lugar da mulher pode ferir a masculinidade desse participante –, disse que faria uma denúncia à polícia, além de estufar seu peito e perpassar uma ideia de enfrentamento, pois, se fosse o caso, diria à parceria que lhe desse um tiro (MACIEL, 2014, p. 152).

Em seguida, ao discutirem uma situação em que a mulher foi assassinada após diversas ameaças, um dos participantes responsabilizou-a pelos fatos, pois não teve um bom comportamento e não deveria ter enfrentado o autor da violência (MACIEL, 2014, p. 153). Durante os debates sobre o caso, a facilitadora relembra que a mulher já havia registrado nove boletins de ocorrência. Para um dos membros, deveria ter feito novo registro, mas em vez disso, teve uma postura provocativa e colocou a mão na cintura. A facilitadora, então, explica que a ameaça, por si só, já é uma violência, ou seja, "só" o fato de dizer que vai matar a pessoa já gera um enorme incômodo e é um ato de violência, que pode trazer diversos traumas na vida de quem foi ameaçada. Um dos integrantes concordou com a profissional e visualizou como seria um trauma psicológico em razão da ameaça (MACIEL, 2014, p. 153-154). Verifica-se que se realizou um movimento de alteridade nessa fala, ou seja, a explicação de que o ato não somente configura violência, como traz lesões no âmbito interno da pessoa, trouxe aproximação de um dos participantes.

Depois, um dos homens criticou a Lei Maria da Penha, e outro disse que em briga de casal não deveria haver interferência externa, razão pela qual sofreu repreensão da facilitadora. Outro, em seguida, disse que "'não aprendi a respeitar mulher' e que a 'mulher dele' era 'reserva e preserva', no sentido de que, com garotas de programa ele faz outras coisas que com a 'mulher dele' ele não faz" (MACIEL, 2014, p. 154).

Em um dos encontros, a dinâmica objetivava que os homens descrevessem "o que é ser homem", e fariam a atividade colando imagens em um cartaz e da criação de legendas (MACIEL, 2014, p. 190). "Dentre as frases citadas pelos participantes, emergem representações sociais das masculinidades vinculando-as à questão da paternidade, do cuidado, da família, da responsabilidade etc" (MACIEL, 2014, p. 190). Em seguida, o autor traz um trecho da entrevista com o profissional do instituto, em que novamente se realça a intersecção entre a hegemonia e as múltiplas masculinidades. Afirma-se que embora masculinidades devam ser

vistas no plural, há, ainda, a hegemonia, que se desloca por meio do machismo. É importante, para o profissional, retirar a postura defensiva das masculinidades e os desafios que elas possuem na negociação com outras pessoas (MACIEL, 2014, p. 191). Nas palavras do facilitador:

> É interessante refletir como se relacionam as linhas de fuga desse modelo hegemônico que são as masculinidades. Por exemplo: um homem está no grupo, um homem negro, que sofre preconceito pelo fato de ser negro e em determinados contextos ele divide a tarefa doméstica com a esposa dele, mas em outro contexto a ele é permitido o espaço público de sair pra tomar uma cerveja com os amigos dele, e a ela não é. [...] acaba que o manejo do grupo é sempre esse jogo entre o individual, entre a especificidade da masculinidade daquele sujeito (MACIEL, 2014, p. 191).

Em outras palavras, evidencia-se, com isso, a mudança de poder a depender dos contextos. Dentro de casa, é possível que aquele homem negro, que sofre racismo, divida as tarefas com a esposa, mas paralelamente, consegue ir ao bar se divertir com seus amigos, algo que a ela não é permitido por ser mulher, e subentender-se que seu papel de gênero é cuidar da residência, pois sair de casa para se divertir seria uma atitude de "puta". Há, assim, diferentes relações de poder a depender do contexto específico em que aquela pessoa, com seus marcadores identitários, se encontra[240].

Outro profissional entende ser necessário, dentro do debate sobre masculinidades, "trabalhar o homem enquanto sujeito que também recebe toda uma carga de cultura machista e de violência; e se você não trabalha essa perspectiva da masculinidade você não consegue desconstruir a violência e gerar uma relação de igualdade" (MACIEL, 2014, p. 192). Parte-se, portanto, da premissa de que o homem é influenciado por valores como machismo e violência, e que a desconstrução é imprescindível para que se chegue a uma relação mais igualitária com as mulheres. Nota-se, portanto, a relação entre o ideal hegemônico, que perpassa o imaginário dos indivíduos, e a imprescindibilidade de sua desconstrução para que se chegue às relações mais equânimes não somente entre mulheres e homens, mas entre eles e os demais indivíduos de sua convivência.

Para esse profissional, no que se refere aos conflitos é importante enfocar a responsabilização, tanto por parte das mulheres como dos homens, e isso se dá a partir da perspectiva de violência relacional (MACIEL, 2014, p. 193). Nas palavras dele:

---

[240] Diferenças nas relações de poder foram trabalhadas por Isabela Oliveira em curso sobre masculinidades (2020).

> A gente trabalha sempre o contexto da violência relacional, apesar de que é óbvio que existem casos que é evidente que houve uma violência contra a mulher e que a mulher está no contexto mesmo de vítima; mas, de qualquer forma, a gente trabalha no contexto da violência relacional até pra que essa mulher se fortaleça na possibilidade de romper, ou não, essa relação, mas de qualquer forma impondo esse respeito aos seus direitos e de sua dignidade enquanto pessoa (MACIEL, 2014, p. 193).

Assim, consideram o viés relacional da violência e compreendem que, por vezes, a relação do casal é violenta, e por isso os dois lados precisam ser trabalhados. É interessante que o profissional não generaliza e compreende que em alguns casos há somente vitimização feminina e agressão masculina. Isso dialoga com Barbara Soares (2012, p. 198), pois embora vitimização e dominação existam, não explicam todos os casos.

Ao final, justifica-se o trabalho com o viés relacional no sentido de fortalecer a mulher. Interessante aqui pontuar o que foi dito no capítulo de número dois. A perspectiva relacional é importante por sair de dicotomias e pressupostos universais para a violência, mas ao mesmo tempo é preciso compreender de que forma o viés patriarcal incide nessa relação, especialmente quanto ao livre consentimento de atos supostamente provocativos da parceira, a partir de um diálogo possível entre Gregori (1993), Saffioti (1987) e Chauí (1985). Além disso, o trecho final da citação relaciona a importância do uso da perspectiva relacional e a compreensão da mulher acerca da dinâmica violenta, a fim de que ela, talvez, possa sair do relacionamento. Abre-se uma lacuna: pode a perspectiva relacional se ligar ao empoderamento feminino?

O empoderamento, a partir do que se compreende em León (2001, p. 96-97), deve enfocar não somente em questões individuais, mas principalmente, nas coletivas. Para Berth (2019, p. 364), o empoderamento significa "conjunto de estratégias necessariamente antirracistas, antissexistas e anticapitalistas e as articulações políticas de dominação que essas condições representam"[241]. Diante disso, é possível afirmar que o debate relacional (especialmente se alinhado com as nuances defendidas no de capítulo dois) pode representar uma atitude de empoderamento, no sentido de ser uma atitude antissexista, que visa prevenir a violência.

Quanto aos resultados, um dos atuantes nas intervenções afirma que não sabem sobre mudanças, na medida em que não acompanham os autores de violência. No entanto, sentem, nos discursos, que há transformações importantes (MACIEL, 2014, p. 194), pois "as pessoas chegam no grupo com um discurso de vítima e não responsabilização, de afirmação de uma

---

[241] Ressalte-se que a discussão sobre empoderamento foi trabalhada em artigo encaminhado ao I Encontro Virtual do CONPEDI, em 2020, e aguarda publicação na *Conpedi Law Review*. Trata-se de um trabalho feito em coautoria com a Dra. Carla Bertoncini e mestranda Fernanda Mattos.

condição pra mulher e que, ao longo do grupo, vão conseguindo elaborar um nível de consciência que antes eles nunca admitiram" (MACIEL, 2014, p. 194).

Segundo o entrevistado, os homens dizem, inclusive, que conseguem ter maior controle. Contam de um até dez, ou que em outro momento já teria agredido; outro relata que bateu em uma parede para não agredir a mulher, ou que sai da discussão e digere-se para outro local. Acredita-se que grande parte dos homens passam por mudanças, mas que seria necessária uma pesquisa para comprovar essa perspectiva (MACIEL, 2014, p. 194-195). Há, portanto, desenvolvimento de maior autocontrole, embora o ato de bater em uma parede para não agredir a mulher ainda passe uma sensação de ameaça[242]. Verifica-se, portanto, a desconstrução do ideal hegemônico por se trabalhar com a impulsividade, ou seja, na crença de que o indivíduo lido como homem deva resolver problemas de forma rápida e física[243], e a mudança disso já os aproxima da equidade. Diante disso, pode-se concluir que a desconstrução do ideal hegemônico é um passo no caminho da equidade.

Também em entrevista, um profissional relacionado ao trabalho psicossocial aponta que há casos em que o indivíduo relata uma mudança completa, e desenvolve uma relação mais saudável com sua família. Porém, para grande parte há pequenas mudanças, como ter mais alteridade; maior permeabilidade sobre as barreiras colocadas a partir das masculinidades; maior compreensão sobre as pessoas com quem se relacionam (MACIEL, 2014, p. 195). Nas palavras do profissional:

> Então, talvez, a principal mudança seja a de se colocar no lugar do outro, né, e uma coisa mais [...] da masculinidade, é essa característica que a masculinidade tem de se afirmar como se fosse uma espécie de [...] 'armadura' e, com o passar do grupo, eles vão ficando mais permeáveis e, ao mesmo tempo, que são permeáveis eles conseguem fazer esses exercícios de se colocar no lugar do outro. 'Ah, eu tenho 20 anos de casado, eu era um pai de família exemplar e, de repente, eu cheguei em casa e ela estava com outro, não tinha motivos pra ela fazer isso'. Aí eles vão conseguindo entender os motivos, o que leva uma pessoa ter desejo direcionado a outro que não é ele, né? Tem casos que [os homens] têm essa dificuldade de entender por onde passa o desejo das companheiras, esposas, porque ela traiu, porque terminou o relacionamento etc., ou, então, no sentido de controle, a mulher quis fazer alguma coisa e eles não quiseram. Estão chegando cada vez mais casos assim (MACIEL, 2014, p. 195).

Em outras palavras, o grupo se desenvolve em dezesseis sessões, facilitados por uma dupla, e utiliza-se o viés interseccional para a compreensão das múltiplas masculinidades. Quanto à dinâmica, há posturas combativas (a exemplo da repreensão quando um dos

---

[242] É comum observar nas redes sociais, em páginas de prevenção à violência, que o ato de bater na parede já é um indício de violência no relacionamento.
[243] O aprendizado sobre a ação de forma mais "corporal" pode ser visto em Prates (2013, p. 98-99).

integrantes disse ser desnecessária interferência em brigas de casais) e de acolhimento. Para maior aderência, foi interessante quando o participante, que estava em seu último dia, apresentou o grupo para o novo integrante. Outro destaque se deu na tentativa de se promover alteridade, quando um dos profissionais solicitou que o participante se colocasse no lugar da pessoa ameaçada. Houve, também, movimento explicativo, a fim de expor que ameaça também caracteriza uma violência. Criou-se atividade lúdica, quando os homens deveriam descrever o que é ser homem, a partir de imagens a serem colocadas em um cartaz.

No que se refere às mudanças, os profissionais percebem, a partir dos discursos, algumas alterações importantes (embora não se faça uma efetiva avaliação), como maior autocontrole, alteridade, permeabilidade das barreiras colocadas por determinado ideal de masculinidade. Permite-se também maior compreensão sobre as pessoas ao redor desses indivíduos. Já em relação às permanências do ideal hegemônico, o integrante, em seu último dia, ainda considerava injusta sua participação. Havia responsabilização de mulheres por violências que sofreram e que, supostamente, provocaram por colocar a mão na cintura (nesse ponto se parece com a conclusão de Nothaft e Beiras, 2019, p. 7, quando mencionam a tentativa de fundamentar os atos violentos).

Sobre conclusões e sugestões, nota-se que a perspectiva relacional foi usada para fortalecer a mulher, conforme mencionado por um dos profissionais. Parece que se busca, com isso, que a mulher compreenda a dinâmica da violência e quem sabe possa sair do relacionamento. Diante disso, fez-se uma correlação entre o empoderamento e o viés relacional. Por fim, percebeu-se que trabalham com a hegemonia que perpassa as múltiplas masculinidades, mas não ficou claro, ao menos nas dinâmicas descritas nessa dissertação, de que forma as dinâmicas se dão para que essas interseccionalidades sejam abordadas.

4.7 *Autores de violência doméstica e familiar: um estudo sobre um grupo de reflexão no Paranoá/DF*

Anita Cunha Monteiro (2014, não paginado) pesquisou grupo reflexivo que se desenvolvia no Núcleo de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica – NAFAVD, no município de Paranoá/DF, a fim de verificar o potencial desse local para transformações nos valores dos autores de violência doméstica. Trata-se de uma dissertação vinculada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, em que se fez observação *in loco* do grupo durante as doze sessões. Nothaft e Beiras (2019, p. 8)

identificaram, quanto ao serviço analisado por essa pesquisa, a "falta de instrumentos para lidar com a diversidade cognitiva e para casos em que há abuso de álcool de drogas" (sic)[244].

Grudtner da Silva (2016, não paginado) também fez pesquisa junto ao NAFAVD. Explica que esse núcleo trabalha com a região do Distrito Federal, e que o acompanhamento ocorre por pelo menos três meses (GRUDTNER DA SILVA, 2016, p. 125). Segundo Vieira de Carvalho (2018, p. 132), os NAFAVDs objetivam a "responsabilização, reeducação e reflexão" com homens que praticaram violência contra a mulher, e têm atuações multidisciplinares e reflexivas. Baseiam-se em questões de gênero e direitos humanos, e tentam influenciar para que os participantes tenham formas não violentas de resolver conflitos (VIEIRA DE CARVALHO, 2018, p. 132). É visto como um modelo, e tem como base "a ideia de que a compreensão do conceito do ciclo da violência doméstica indica que a intervenção psicossocial pode contribuir no rompimento desse ciclo e na interrupção do agravamento da situação de violência" (VIEIRA DE CARVALHO, 2018, p. 132). Os profissionais são uma pedagoga e psicólogos, conforme informado por e-mail à autora (VIEIRA DE CARVALHO, 2018, p. 132).

Ainda, trabalha-se junto a rede de enfrentamento à violência contra a mulher, além de se alinhar a outros serviços constantes da rede. Há uma parceria com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, que se deu por meio de Termo de Cooperação Técnica. A admissão dos profissionais advém de concurso público, e recebem preparação sobre gênero e violência praticada contra a mulher. A vinculação dos homens é feita já em audiência, e os participantes recebem a suspensão condicional do processo quando acompanhados pelo núcleo (VIEIRA DE CARVALHO, 2018, p. 132-133).

De acordo com as psicólogas que nele atuavam, objetiva-se alterar valores que os homens carregam, ou seja, ressignificar situações que acontecem em suas vidas. Uma das profissionais entende que responsabilização é o termo apropriado, pois educação desprestigia o que o indivíduo aprendeu durante sua vida (MONTEIRO, 2014, p. 96). Quanto à metodologia, não há uma diretriz para o funcionamento do grupo. Baseiam-se em Direitos Humanos e gênero para direcionar os trabalhos (MONTEIRO, 2014, p. 102). Há perspectiva psicológica, aproximada à teoria cognitivo comportamental, para que não ocorra à violência[245], e uma perspectiva social (MONTEIRO, 2014, p. 102).

---

[244] No mesmo sentido, Nothaft (2016, p. 50).

[245] Anita Monteiro (2014, p.103) cita Walker e Paulo; Paro (s/d) sobre a terapia cognitivo-comportamental como meio de evitar violência. A terapia cognitivo-comportamental "vai ao encontro da metodologia desenvolvida pelas psicólogas no grupo, no sentido de que elas buscam articular a dimensão educativa (sobre o ciclo da violência principalmente) e o desenvolvimento da cognição como instrumento de controle individual sobre ações violentas.

A temática da violência foi trabalhada nos 2° e 3° encontros. No início da reunião, houve o "jornal da semana", momento em que os homens descreveram situações violentas que já participaram enquanto vítimas e autores. Foram escolhidos três casos mencionados em outro momento, por serem representativos. São úteis para pensar sobre a naturalização da violência. Dois desses casos referem-se a agressões e mortes praticadas por homens contra homens. Após ouvirem o primeiro relato, foi possível notar a naturalidade que enxergam uma situação violenta, embora para alguns tenha sido impactante. Ademais, o autor remete à sociabilidade masculina[246], em que ocorrem disputas de poder (MONTEIRO, 2014, p. 49-50).

Discutiu-se sobre papéis de gênero e violência nos 6° e 7° encontros. Para tanto, trabalhou-se com o filme *Acorda Raimundo*[247], criado por Alfredo Alves no ano de 1990 (MONTEIRO, 2014, p. 54). Depois, em outra sessão, a temática de papéis de gênero foi abordada pela seguinte dinâmica: as psicólogas diziam frases como "'homem que é homem, não...'; 'Todo homem é...'; Homem tem que...'" (MONTEIRO, 2014, p. 54), e os participantes deveriam concluí-las (MONTEIRO, 2014, p. 54). Boa parte dos integrantes não compreenderam que o filme buscava criticar os papéis de gênero. Gilmar, por exemplo, achou que as mudanças realmente tinham acontecido (MONTEIRO, 2014, p. 54). Já Lairton e Silvio, que perceberam o significado do filme, "ainda demonstram uma percepção bem cristalizada desses papéis, pois, para eles, o cenário criticado pelo filme se mostra muito distante das atuais relações entre homem e mulher" (MONTEIRO, 2014, p. 54), mas depois Lairton reflete que todos ali são machistas, por acharem que ao proverem a residência têm direitos de comando naquele local (MONTEIRO, 2014, p. 54).

Assim, elas tentaram mostrar aos homens a relação entre cognição, afeto e comportamento" (MONTEIRO, 2014, p. 104). A autora ressalta que "a abordagem dos sentimentos por meio de uma perspectiva individual (psicológica) para responsabilizar os agressores é extremamente coerente com os objetivos de punição e reeducação. Contudo deve ser equilibrada com o ponto de vista social (sociológico) para que guarde relação com as características histórica e cultural da violência doméstica [...]" (MONTEIRO, 2014, p. 105). Ainda, com base na masculinidade hegemônica, aduz que "o desafio do grupo seria fomentar o desenvolvimento de masculinidades alternativas à hegemônica com o objetivo de transformar valores" (MONTEIRO, 2014, p. 105). Essa perspectiva, em sua visão, foi usada pelas psicólogas quando da abordagem de violência, papéis de gênero e ciclo da violência. Já a abordagem individual se destacou quando se trabalhou sobre sentimentos (MONTEIRO, 2014, p. 105).

[246] Sobre "sociabilidade violenta", o pesquisador cita Luiz Antônio Machado, que a contextualiza em relações públicas. Em face de suas consequências nas relações conjugais, conclui-se que essa sociabilidade, somada aos relatos dos homens, demonstra que a violência já se naturalizou nas relações que os homens fazem parte ou presenciam (MONTEIRO, 2014, p. 49).

[247] Poucos participantes entenderam que o filme retratou uma troca de papéis entre homens e mulheres. Silvio, que compreendeu o filme, afirma que não há mais machismo, e atribuiu essa situação ao passado. Lairton, porém, refletiu sobre o filme, e concluiu que todos do grupo eram machistas, na medida em que, por levarem alimento às suas residências, entendem suas opiniões deveriam prevalecer (MONTEIRO, 2014, p. 54).

No que se refere ao mercado de trabalho, uma das profissionais enfatiza a invisibilidade do trabalho doméstico. Nas palavras da psicóloga:

> Você acabou de dizer isso ‘quando ela não trabalhava’, referindo-se à colocação de Lairton, ‘quando reclamava que a mulher gastava muito, quando ela não trabalhava’ [...]. Olha como a gente não considera mesmo. A gente não percebe. Todos percebem isso? (MONTEIRO, 2014, p. 55).

O uso da palavra “a gente” é interessante por trazer uma certa aproximação entre elas e os participantes, como se não estivessem ali para julgá-los, mas alertá-los sobre como o machismo presente nos discursos dos homens participantes.

Depois, a profissional chamou atenção para o fato de que quando as mulheres não cumprem o que os homens esperam delas, há reação violenta. Ressalta que os homens, por vezes, não participam das tarefas da casa, e que embora as mulheres tenham alcançado alguns direitos, como votar e trabalhar, ainda há desigualdade (MONTEIRO, 2014, p. 55). Na visão da autora, a psicóloga, ao problematizar os papéis de gênero, “parece tentar desconstruir uma hegemonia da masculinidade legitimada por meio da força e da disparidade de poder em relação aos papeis previstos para homens e mulheres” (MONTEIRO, 2014, p. 56).

Sobre afetividade, a psicóloga aponta que socialmente os homens são vistos como fechados para demonstrar sentimentos. Assim, conversar com outra pessoa sobre um problema pode ser encarado como algo negativo (MONTEIRO, 2014, p. 57). Entende que “são essas coisas que estão relacionadas à maioria das violências, porque aos homens não é permitido agir de outra forma e eles não sabem reagir de outra forma. Até querem, mas não tem como ou não é permitido” (MONTEIRO, 2014, p. 57). Discorda-se da perspectiva de que aos homens não é permitido agir de forma diferente. É possível que se faça aqui uma analogia ao Bourdieu, pois o autor enfatiza ser difícil romper com as tendências decorrentes das estruturas sociais. Porém, não se trata de um movimento impossível, como se as pessoas não tivessem agência, conforme explicado em curso sobre o autor, ministrado por Marília Moschkovich (2020). Assim, há permissão social para que se aja conforme a equidade de gênero. Trata-se, porém, de algo desafiador, haja vista as influências na socialização daquele indivíduo, conforme discutido no item 2.3 dessa dissertação.

Para Monteiro (2014, p. 69), “percebe-se que os homens têm dificuldade com a perda do controle econômico da casa. [...] a entrada da mulher no mercado de trabalho foi vista por alguns deles como uma perda de poder na relação” (MONTEIRO, 2014, p. 69), e apesar da tentativa das facilitadoras de transformar esse entendimento, “não é possível afirmar que houve

mudança nesse sentido, pois durante as sessões foi possível observar várias manifestações da 'masculinidade hegemônica'" (MONTEIRO, 2014, p. 59).

Na terceira sessão realizou-se o "mural da violência", e a atividade, embora pensada para se desenvolver por meio da escrita, foi feita oralmente, na medida em que alguns homens não completaram o ensino fundamental. Os participantes deveriam relatar suas impressões acerca da violência, e pensar inclusive nas violências em que já se envolveram. Quanto à definição de violência, Valdinei apontou que é aquilo que passa na televisão, inclusive a que ocorre contra crianças. Afirma ter nojo, e que há muitas pessoas ruins. Silvio, por sua vez, disse que há diversas definições, e ocorre quando a pessoa não pensa antes de praticar uma ação (MONTEIRO, 2014, p. 60).

Wellington, inclusive, relatou que quando era criança, sua mãe teria pisado em seu pescoço por entender que se apossou de brinquedo de outra criança. Diante desse fato, a autora percebe que uma sociabilidade violenta que se construiu desde que Wellington era criança[248]. Os demais participantes riram da história, o que demonstra que a violência é tida como legítima e admissível. As facilitadoras nomearam essa situação vivida por Wellington como violência, a fim de trazer uma sensibilização para que deixem de enxergar tais práticas como naturais (MONTEIRO, 2014, p. 60-61).

A psicóloga, posteriormente, explica que há uma situação em comum em todas as violências: trata-se de algo que ataca, agride outra pessoa (MONTEIRO, 2014, p. 61). Lairton relata que se sentiu provocado pela ex-companheira, na medida em que estava no mesmo local em que Lairton acompanhada de outra pessoa, ria e falava alto. Diante disso, as psicólogas expõem que esse sentimento é apenas uma visão sobre os fatos (MONTEIRO, 2014, p. 64). Esse tema também foi trabalhado em outros momentos, e as facilitadoras enfatizam que se trata de "uma interpretação dos homens sobre o comportamento das mulheres que os exime de escolhas sobre seus próprios atos, pois tentam justificar uma reação violenta automática" (MONTEIRO, 2014, p. 64).

As facilitadoras apontam que se pode evitar a violência quando se compreende seu ciclo. Ressaltam que devem procurar a justiça para resolver conflitos. Busca-se posicionar os homens como ativos e responsáveis, para que desapeguem da noção de reação à provocação. Assim,

---

[248] A pesquisadora ressalta, porém, que a violência na infância "não seria uma causalidade unânime para homens violentos. A violência nessa fase da vida é apenas mais um elemento para subsidiar indícios da sociabilidade violenta" (MONTEIRO, 2014, p. 61).

não devem justificar atitudes baseado na ideia de que uma violência influenciará para que outra aconteça (MONTEIRO, 2014, p. 66-67).

O tema "sentimentos" foi discutido durante a 8ª, 9ª e 10ª sessões. Trabalhou-se com os sentimentos de raiva e ciúme especificamente na 11ª sessão. Para tanto, trataram das diferentes formas de comunicação[249] (MONTEIRO, 2014, p. 100). Na 10ª sessão, dividiram-se os participantes em dois grupos para que um debatesse sobre raiva e o outro, sobre ciúme. Objetivou-se que refletissem sobre formas de reagir aos sentimentos sem sair daquele local (MONTEIRO, 2014, p. 121-122). A psicóloga explica que há várias maneiras de se reagir, e exemplifica que poderiam dialogar com a parceira, ou refletir sobre o que os levou a sentir ciúmes. Ainda, ressalta que não estão em uma situação automática de reação (MONTEIRO, 2014, p. 124). Acerca da raiva, Silvio acredita que esse sentimento o levou ao grupo, na medida em que agiu por impulso. Relata que tenta se controlar quando sente, mas não tem êxito todas as vezes (MONTEIRO, 2014, p. 125). Diante das colocações, a psicóloga ressalta que ao se perder o controle, há violência. Assim, deve-se pensar em como reagir, bem como em não acumular situações mal entendidas, por meio do diálogo (MONTEIRO, 2014, p. 126).

A profissional também ressalta que a expressão da raiva ocorre nos lugares em que a pessoa tem poder. Assim, não reagem com violência em relação ao chefe ou policial, mas sim com a esposa. Indaga, ainda, sobre o motivo pelo qual agem de forma violenta com pessoas que tem sentimentos amorosos, e se realmente gostam delas. Assim, leva a reflexão sobre relações de poder (MONTEIRO, 2014, p. 127).

Sobre transformações que os homens passaram após o grupo, a autora considerou os objetivos do grupo, na visão das psicólogas, eram de "'responsabilização, reflexão e reeducação', que contribuem para o objetivo principal de 'transformação de valores'" (MONTEIRO, 2014, p. 143, p. 143). Aponta, no último capítulo, sinais de mudanças percebidos no transcorrer dos encontros. Como exemplo, cita-se Lairton, que no quinto encontro relata seu alerta para um homem sobre a possibilidade de ser processado em razão de sua atitude com a parceira. Ele presenciou um homem exigindo a explicação sobre os gastos do cartão, pois, caso contrário, agrediria a mulher com o sapato. Lairton chamou a atenção no sentido de que ele poderia ter problemas com a Lei Maria da Penha (MONTEIRO, 2014, p. 145). Há, assim, receio sobre o processo, e não se pensa especificamente nos direitos daquela mulher que foi ameaçada.

[249] Consistentes em comunicação assertiva, passiva ou agressiva (MONTEIRO, 2014, p. 130).

O participante também destaca que há uma identificação com os outros participantes, no sentido de perceber que há outras pessoas que passam pela mesma situação, e que ali é um local para desabafo. Entende ser importante pensar bastante antes de tomar alguma decisão, já na quarta sessão (MONTEIRO, 2014, p. 145). Vilmar explicou, na décima sessão, que pensa de forma diferente justamente pela abertura proporcionada pelo grupo. Disse que sua namorada havia terminado o relacionamento com ele após descobrir que ele participava do grupo, mas que agora lhe deu outra chance, e entende que ela agiu daquela forma por medo de que passasse pela mesma situação de violência que a outra parceira vivenciou (MONTEIRO, 2014, p. 145). Nota-se aqui um movimento de alteridade e compreensão em relação à atitude da parceira. Em seguida, Monteiro (2014, p. 146) pontua que as psicólogas indagaram se não seria ideal que ele tivesse contado sobre o grupo para a namorada, e ele concordou, "numa postura de que não agiu da melhor forma, omitindo informação. Essa autocrítica pode ser vista como sinal de reflexão e reformulação de suas percepções".

> Assim como nos casos de Lairton e Vilmar, houve outros relatos como os de Marcos, Silvio e Wellinton, que demonstram, pelo menos, uma motivação em assumir novas percepções e atitudes diferentes daquelas que causaram a denúncia de suas (ex-) companheiras. E nesses casos, a função reflexiva do atendimento psicossocial se coloca no fornecimento de instrumentos que os permitam reformular modos de agir não violentas ou ainda identificar situações de violência em seu cotidiano (MONTEIRO, 2014, p. 146).

Ou seja, verifica-se que há desconstrução de ideais hegemônicos na medida em que há a vontade de agir de forma diferente da postura que tinham quando foram denunciados por violência doméstica contra a mulher. Há uma abertura.

Na décima sessão, por exemplo, Marcos relatou seu incômodo quando percebeu que uma mulher realizava grande parte do trabalho, junto ao filho, para venda de um kit de costura, para o marido. Disse que jamais deixaria sua esposa e filho trabalharem para ele, como se ele fosse patrão. Aponta que foram as conversas do grupo que permitiram que prestasse atenção a situações desse tipo (MONTEIRO, 2014, p. 146).

Depois, traz relatos da 12ª sessão, que foi a última. Questionados sobre qual sessão foi mais relevante (MONTEIRO, 2014, p. 148), notou-se que Gilmar não se abriu para reflexão (MONTEIRO, 2014, p. 150). Wellington destacou a temática de sentimentos, na medida em que em razão dela, iniciou a prática de pensar antes de ter alguma atitude (MONTEIRO, 2014, p. 152). Vilmar apontou a metáfora do copo[250], disse que procurará resolver seus conflitos antes

[250] Ideia de que situações mal resolvidas enchem o copo até que transborde (MONTEIRO, 2014, p. 152).

de o copo transbordar, e de que desenvolverá comunicação assertiva com futuras parceiras (MONTEIRO, 2014, p. 152-153).

Para Silvio, foi interessante saber sobre outras formas de violência além da física, embora a autora compreenda que essa curiosidade refira-se a busca por prevenção de processos judiciais (MONTEIRO, 2014, p. 153); Lairton destaca que também pensa mais antes de agir, e a pesquisadora observa que alterou seus sentimentos de revolta em relação à ex-esposa (MONTEIRO, 2014, p. 154). Assim, conclui-se que "os homens tentaram evidenciar que correspondem à proposta do grupo, apesar de essa autoavaliação não significar 'transformação de valores', nem tampouco de comportamento" (MONTEIRO, 2014, p. 155), bem como que enquanto Valdinei e Gilmar apresentaram questões cognitivas que influenciaram na reflexão, autocrítica e ressignificação, Lairton, Marcos, Silvio e Welinton conseguiram uma melhor desenvoltura das habilidades psicológicas, embora não se vejam como autor de violência, nem tenham alterado padrão comportamental (MONTEIRO, 2014, p. 155).

Por fim, apontou:

> Apesar de não ser possível afirmar que houve mudanças efetivas de valores, percebe-se diferentes inclinações dos homens à reflexão e à autoavaliação de suas percepções e de seus comportamentos. Também foram identificadas dificuldades de compreensão e verbalização apresentadas por Gilmar e Valdinei. [...] a proposta das profissionais para o grupo é de fato "transformar valores" nos homens, apesar de não se tratar de algo constatável apenas por meio do atendimento psicossocial; [...] os relatos dos homens revelam diferentes disposições a essa transformação (MONTEIRO, 2014, p. 167).

Grudtner da Silva (2016, p. 129), também em pesquisa com o NAFAVD – que, no entanto, é mais abrangente se comparada a de Monteiro (2014) -, observou que nem todos os homens terão o mesmo nível de mudanças. De seus resultados, constatou que 97,67% dos participantes acreditam na baixa probabilidade de cometer novas agressões, ao passo que 84,88% são enfáticos ao afirmar que não iriam praticar violência física contra a parceira. Percebe-se isso a partir das seguintes falas: "'não resolvo no impulso' (Sr. 13); 'aprendi a ter paciência' (Sr.32); 'pensar duas vezes antes de fazer qualquer coisa com a mulher' (Sr. 53)" (GRUDTNER DA SILVA, 2016, p. 129). A respeito da reincidência no período de tempo em que os homens estiveram no serviço, dos oitenta e seis participantes da pesquisa, cinco deles praticaram violência psicológica com a parceira, três a perpetraram na ex-parceira, e um incorreu em violência física contra a ex-parceira (GRUDTNER DA SILVA, 2016, p. 129).

Para evitar conflitos, 31,40% entendem ser importante se afastar da parceira, ao passo que 22,09% preferem sair do local para que se restabeleça a calma, e 22,09% optam por discutir

a respeito dos problemas e das soluções correspondentes. 31,40% dos participantes compreendem que a mudança que mais lhes chamam atenção relaciona-se aos seus comportamentos. Observou-se também que refletiram sobre gênero, o que gerou alterações na divisão de tarefas dentro de casa (GRUDTNER DA SILVA, 2016, p. 129). De fato, o Sr. 5 diz "ter sensibilidade que mulher não é objeto, mesmo que trabalhe fora. Achava que ela tinha que fazer tudo, hoje lavo a vasilha" (GRUDTNER DA SILVA, 2016, p. 129). Outras mudanças foram relatadas, a exemplo de deixar a bebida, iniciar estudo, aprender a ouvir mais; melhoria na convivência com a família e com pessoas de fora dela (GRUTDNER DA SILVA, 2016, p. 129).

Ainda, houve relatos de que a intervenção teria promovido o acolhimento do participante, que o identificavam como um espaço de respeito e possibilidade de fala (GRUTNER DA SILVA, 2016, p. 130). Notaram-se, a partir do que os homens informaram, "mudanças na percepção [...] em relação ao papel da mulher, e esse pode ser um dos motivos de baixa reincidência de VPI[251] durante o acompanhamento (nove casos). Contudo, alguns homens permaneceram com discursos que cobram das parceiras o cuidado da casa e dos filhos" (GRUDTNER DA SILVA, 2016, p. 133).

Paralelamente, 4,65% compreenderam que não passaram por mudanças após o acompanhamento, o que evidencia que "nem sempre [esses projetos] influenciam na forma com que pensam as questões relacionadas aos papéis de gênero" (GRUDTNER DA SILVA, 2016, p. 130). Nas sugestões a respeito do que poderia ser melhorado, ainda houve reclamação sobre a Lei Maria da Penha, sugestão de inclusão da mulher (haja vista que, na visão do Sr. 46, ela "muitas vezes [...] incita o deslize do homem" (GRUDTNER DA SILVA, 2016, p. 130), alteração na estrutura física do serviço e no período de tempo de acompanhamento (GRUDTNER DA SILVA, 2016, p. 130)[252].

A fala de que a mulher provoca um "deslize" do homem – e que por isso é necessária sua participação no grupo -, é interessante porque remete aos apontamentos feitos sobre a perspectiva relacional interseccionada com o patriarcado e a dominação masculina. Além disso, visualiza-se que o participante não reconhece seu ato como uma violência, ou seja, não houve uma responsabilização. Há, em sua visão, somente um deslize.

---

[251] "Violência por parceiro íntimo" (GRUTNER DA SILVA, 2016, não paginado).

[252] Nothaft e Beiras (2019, p. 7) incluíram esse serviço naqueles em que se fazia sugestões de participação do restante da família no serviço e que são locais tidos como espaços de aprendizado.

Ao entrevistar os profissionais, verificaram-se vulnerabilidades nos serviços; enfatizou-se a falta de avaliação e ausência de formação continuada dos facilitadores (GRUDTNER DA SILVA, 2016, p. 132). A autora conclui, a partir das entrevistas, que houve

> [...] mudanças na percepção dos homens em relação ao papel da mulher, e esse pode ser um dos motivos de baixa reincidência de VPI durante o acompanhamento [...]. Contudo, alguns homens permanecem com discursos que cobram das companheiras o cuidado da casa e dos filhos (GRUDTNER DA SILVA, 2016, p. 133).

Essa diferença de interiorização do que foi falado no grupo pode ter relação com o tempo do serviço, visto como curto[253] (GRUDTNER DA SILVA, 2016, p. 133-134).

> O fato de o programa não levar todos os participantes a mesma mudança também demonstra a necessidade de considerar que há tipos distintos de violência por parceiro íntimo, que devem ser considerados no momento de abordar as situações de violência, sendo importante que os serviços [...] tenham formas de atendimento variadas, não se limitem a classificar os envolvidos em vítima e agressor, e [...] [ofereçam] o acompanhamento a todos os envolvidos na situação de violência (GRUDTNER DA SILVA, 2016, p. 134).

Assim, a autora aponta a importância de se considerar as distintas formas de violência, ou seja, de não se trabalhar com generalizações, bem como as diferenças entre os participantes[254]: "é necessário considerar os diferentes tipos de autores de violência e compará-los com os tipos de violência conjugal, focando não apenas no homem autor, mas em ambos os parceiros" (GRUDTNER DA SILVA, 2016, p. 135).

Como síntese do que foi tratado, há duas profissionais que atuam junto aos homens. No que se refere às dinâmicas, há recursos lúdicos como o jornal da semana (para que descrevam violências que já vivenciaram), assistir ao filme *Acorda Raimundo* e elaboração do mural da violência (a fim de que relatassem o que pensam sobre o assunto). Para a abordagem de papéis de gênero, os homens deveriam completar frases como "homem que é homem", "todo homem é", "homem tem que". Discute-se sobre o mercado de trabalho e invisibilidade do trabalho doméstico, inclusive no sentido de chamar atenção para que os participantes percebam que também veem a esfera doméstica como invisível; realçam a desigualdade, inclusive a partir do fato de que há mulheres agredidas pelo descumprimento das expectativas masculinas sobre elas; tratam de afetividade; elaboram-se questões, a exemplo de como se definir a violência ou qual

---

[253] A autora cita que há relação entre o período de intervenção e a reflexão dos homens, com base em Parra-Cardona et al (GRUDTNER DA SILVA, 2016, p. 133-134).

[254] Para chegar a essa conclusão, há, em torno de sua conclusão, o diálogo com diversos autores. No que se refere às diferenças entre participantes, o enfoque não foi sobre a interseccionalidade de marcadores sociais.

o motivo que os leva a agredir as parceiras, e se realmente gostam delas; faz-se a nomeação de atos como violência, a fim de retirar uma visão de naturalização; incentiva-se que busquem a justiça para resolver conflitos; abordam sentimentos, a exemplo de raiva e ciúmes, bem como diferentes formas de comunicação; tentam desnaturalizar a ideia de impulsividade; incentiva-se o diálogo; pontuam que somente há reação violenta quando se tem poder, e por isso os homens não agridem os chefes, mas sim as parceiras.

No que se refere às mudanças, um dos participantes reflete que todos ali são machistas, ou seja, há um movimento de reconhecimento; esse participante também alerta outro homem sobre a possibilidade de ser processado (embora, neste caso, considerasse as consequências do processo e não a situação de violência que a parceira daquele indivíduo vivenciava); entendem o grupo como local de desabafo; concluem ser interessante pensar antes de agir; verifica-se alteridade; autocrítica; vontade de agir de forma diferente de quando foram denunciados. Apesar disso, há permanências do ideal hegemônico, a exemplo de visão cristalizada sobre papéis, e há o entendimento de que a mulher no mercado de trabalho seria uma perda de poder. Quanto às considerações finais, destaca-se que há capacidade de agência masculina.

4.8 *Civilizar a cultura: questões de modernização e a afirmação da dignidade entre homens acusados de violência doméstica e familiar contra a mulher*

Trata-se de uma tese de doutorado escrita por Marco Julián Martínez-Moreno, que se vincula ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília. O autor buscou compreender a relação entre o trabalho dos facilitadores e a responsabilização dos participantes do grupo, e observou a atuação de grupos que se realizaram no Juizado Especial da Violência Doméstica Contra a Mulher, localizado em Niterói, no Rio de Janeiro, e no Instituto de Práticas Sistêmicas constante da Zona Sul do Rio de Janeiro (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 33).

Serão abordadas as posturas e respostas mais relevantes dessa participação grupal, especialmente as que contribuam para compreender mudanças e permanências do ideal hegemônico e exemplos de dinâmicas. O autor analisa dois grupos diferentes.

4.8.1 Juizado Especial da Violência Doméstica Contra a Mulher, Niterói/RJ

Já no primeiro encontro, a facilitadora – Aline – realça a subordinação feminina no Brasil, e aduz que durante os trabalhos os homens poderão se aprofundar mais sobre a Lei Maria da Penha e entendê-la como um instrumento de proteção das mulheres contra diferentes violências. Solicitou-se aos homens que se apresentassem (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 90). Diante de uma certa resistência no início das participações, a facilitadora se mantinha calma e ouvia os participantes (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 91).

A profissional também enfatizou a relevância de que compreendessem e soubessem controlar suas emoções (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 92). O pesquisador notou que "ela permitia que eles desabafassem para depois intervir de acordo com um ponto de vista técnico, colocando outras maneiras de enxergar conflito vivenciado para posteriormente definir as 'qualidades internas' desejáveis" (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 92). Ainda nesse encontro, Aline destacou a presença do machismo no Brasil, e diz que esse é um fator que atrapalha a reflexão dos homens a respeito de suas emoções. O grupo poderia, assim, ser um espaço de desabafo. Ela ressalta a educação de meninos e meninas, que divide as pessoas e determina o que cada um pode fazer. Em face das colocações de Heitor e Josué – que estavam indignados com o fato de os homens não poderem se defender, haja vista o peso da palavra feminina –, a profissional realçou que há previsão de igualdade para homens e mulheres, e incentivou que fizessem um acordo de "não violência", especialmente em razão do fato de os filhos vivenciarem a violência e isso trazer sofrimento para suas vidas. Em seguida, assistiram ao filme *Acorda, Raimundo, acorda*. Depois de finalizado, Aline destaca que esse filme contribui para que os homens desenvolvam alteridade e sensibilidade quanto às vivências das mulheres. (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 93-94).

Ressalte-se que após a finalização desse encontro, Aline disse ao pesquisador que "não se considerava 'feminista' e que 'não levava as coisas ao extremo'" (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 94). Nesse sentido, é obrigatório que os facilitadores de grupos reflexivos sejam feministas? As diretrizes gerais dos serviços de responsabilização e educação do agressor (BRASIL, 2011, p. 69) expõem ser necessária uma "perspectiva de gênero feminista" no desenvolvimento dos grupos. Portanto, a atenção ao feminismo é sim um movimento necessário. É interessante pensar quais os motivos que levam à facilitadora a não se considerar feminista, quando conduz um grupo reflexivo que visa justamente enfrentar a violência que advém da desigualdade de gênero (o que, por sua vez, constitui um dos enfoques da luta feminista). Por que o feminismo é visto como algo extremo? Quais as percepções são passadas

do feminismo às pessoas, e por que há tanta resistência sobre essa vertente?[255] Não se pretende responder a essas indagações neste trabalho.

No segundo encontro, Aline entregou aos homens uma caixa que continha presentes, e que poderiam ser abertas depois de ouvirem a música "O que é? O que é?", do cantor Gonzaguinha. Houve receio de que fosse uma tornozeleira eletrônica, e a facilitadora explicou que não se tratava disso, além de afirmar ser natural esse sentimento de medo e de constrangimento diante do desconhecido. O presente era chocolate, e a ideia era que ligassem o ato de desembrulhar o pacote ao que vivenciavam naquele contexto de suas vidas (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 101-102). Josué manteve uma postura de resistência, no sentido de dizer que a mulher era venenosa, que deveria ter matado a companheira etc. A facilitadora solicitava que ele se contivesse, pois estava falando alto. Em um dos momentos em que Josué parou de se expressar, Aline retomou a atividade, mas destacou que a raiva poderia ser um sentimento que levaria Josué a praticar outro erro que traria arrependimento. Heitor concordou com Josué, por considerar que as mulheres provocam, além de considerá-las, dentre outros adjetivos, pessoas cruéis (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 102). Depois de Josué contar uma história, Aline apenas os deixou conversar e ao finalizar o encontro, entendeu que se tratou de um dia produtivo, já que puderam expressar diversas emoções. Ressaltou que em diferentes momentos da vida poderiam receber chocolates ou abacaxis, e destacou, dentre outros pontos, que nem sempre suas expectativas serão atendidas (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 102-103). Isso deixa claro o quanto é desafiador conduzir um grupo como esse, em razão da resistência e insistência de certos participantes com seus comentários machistas, apesar dos esforços da facilitadora.

Josué teve uma postura de resistência e disse que "devia ter quebrado a cara da sua ex-esposa" (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 103). Diante disso, a facilitadora permaneceu silente e o encarou, e após o participante insistir em algumas premissas baseado na Bíblia, "Aline disse que era melhor colocar em suspenso essa história para continuar com a atividade" (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 103). A atividade em questão era que descrevessem numa folha quais seriam as possibilidades de ação de meninos e meninas. Josué insistiu que as mulheres deveriam permanecer nas residências, ao passo que os homens teriam a obrigação de trabalhar e prover a família, e foi ignorado pela facilitadora. Aline preferiu ler as colocações de

[255] O autor ressalta que Aline "compartilhava a filosofia da dignidade humana contida na Lei Maria da Penha" (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 96), e que em um determinado seminário "foi desqualificada pela subsecretária de Políticas para as Mulheres" em razão de seu posicionamento (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 97).

Edinaldo: apesar de trazer algumas questões heterossexistas, como considerar que aquele que se identifica como homem não pode usar batom ou calcinha, aponta que os homens não devem agredir mulheres. Josué fez uma nova provocação, dizendo que algumas mulheres poderiam ser agredidas até mesmo com um machado. Diante disso, Aline incentivou que pensasse sobre a raiva que sentia, para que pudesse passar por mudanças (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 103).

Depois de algumas colocações de Josué, que não entendia os motivos pelos quais passou pelas suas vivências, a facilitadora o acolheu e ficou grata por ele ter se aberto (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 104). No fim da sessão, Aline incentivou que se vissem

> [...] como uma árvore cujas raízes eram o passado, a maneira como foram criados; o tronco, o momento atual; e os galhos e as folhas, os futuros relacionamentos que eles iriam ter, levando em conta a pergunta: "o que mudou ao longo dos anos, desde que vocês eram crianças?" (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 104).

No encontro seguinte, após relembrar a reflexão acima descrita, Aline preparou uma dinâmica em que os homens deveriam colar, de um lado, atitudes que seriam femininas e de outro, as masculinas. Somente Josué não participou da atividade, e depois disse discordar de que pode existir amizade entre homens e mulheres. Houve contestação da facilitadora, bem como de outro participante: Helbert disse que esse pensamento demonstra falta de confiança que Josué possui nele (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 108-109). Helbert foi ignorado por Josué, e este começou a citar a Bíblia para dizer que a mulher deveria ficar restrita à residência. Houve apoio dessa frase pelo restante do grupo. Depois, Josué disse que as mulheres que traíam seus parceiros deveriam ser punidas com pedradas. Maykson, por sua vez, disse que homens também traem e ressalta que a Bíblia também diz para amar ao próximo. Aline destaca a importância da "palavra", e incentivou o perdão como algo a ser feito cotidianamente. Afirma para Josué que as religiões sofrem influência da cultura, e o participante não respondeu (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 109-110).

Ao retomar a discussão sobre gênero, questiona quais dos participantes efetivamente contribuem nas tarefas de casa, e fez mais algumas considerações sobre gênero e machismo. Dentre elas, indaga o motivo pelo qual os homens devem sempre "levar porrada" e passar a imagem de que são corajosos. Maykson reflete que esse é um pensamento ultrapassado, e que todos ali precisavam se atualizar. (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 110). É interessante que a facilitadora demonstra que o ideal de masculinidade pode trazer certo prejuízo aos homens, a

exemplo dessa permanente necessidade de mostrar coragem e força, e essa reflexão trouxe a abertura do participante[256].

Depois, Henrique participou da discussão e percebe que ao passo em que foi incentivado a se relacionar com diversas mulheres, não consegue visualizar sua filha com muitos namorados. Em seguida, Josué pontua que essa é a razão pela qual as mulheres não podem ter amigos homens, porque seria uma "vagabunda". Henrique respondeu que o pensamento de Josué está ultrapassado (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 111). Assim, visualiza-se outro participante contestando um ideal hegemônico e considerando ultrapassado o pensamento de outro integrante, que aparentemente estava incomodando os demais com suas ideias.

Em outra sessão, dentre outros pontos, Aline tratou da ideia de poder como sinônimo de força, no sentido de que isso "não lhes permitia reconhecer seus próprios sentimentos e desejos, por medo de serem ridiculizados como veados. O patriarcado fazia isto: submeter homens e mulheres, sendo uma pesada carga também para eles" (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 113). Visualiza-se, portanto, o apoio num ideal hegemônico construído com base na heterossexualidade e na homofobia, o que reforça as lições de Badinter (1993, p. 10-11) e Kimmel (1998, p. 101-103)[257].

Em seguida, a facilitadora pediu para que assistissem a um curta metragem intitulado *Não é fácil não* (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 113). Heitor entende que há provocação da personagem no filme, e os demais concordaram com o fato de que as mulheres provocam (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 114). Depois, Aline questiona aos homens qual seria a maneira mais adequada de reagirem sem a prática da agressão. Incentivou que tivessem a mesma postura do personagem (que passou por mudanças). Heitor respondeu que essa mudança não seria praticável por ele em relação à Joana (a parceira, aparentemente), e destaca que ela era agressiva. A facilitadora, em resposta, diz que mulheres e homens podem praticar agressão, mas são as mulheres que constam das estatísticas. Em seguida, Heitor compreende que isso só acontece porque não há uma estatística específica para homens que sofrem violência doméstica[258] (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 115-116).

---

[256] Beiras (2020), em live promovida pelo @espacodeconversas, entende ser interessante questionar o que é ser homem no meio social, especialmente porque há diversas negatividades associadas a essa ideia.

[257] Outros autores interessantes nessa discussão: Silva Junior; Caetano (2018, p. 12); Oliveira (2018b, p. 129); César (2019, p. 72); Veiga (2019, p. 77).

[258] Sobre esse ponto, cumpre ressaltar que 95% das vítimas de violência doméstica são mulheres, o que significa que os homens não passam pela mesma situação (LABRADOR et al; apud FERNANDES, 2015, p. 171).

Aline realça que a força dos homens seria desproporcional se comparada às atitudes descritas de Joana; que não permite que queiram praticar violência contra as mulheres durante os grupos; e que seria interessante discutir sobre injustiça em outro momento. Por fim, pediu para que pensassem como seria se suas filhas passassem por violência. Todos, menos Josué e Heitor, se aquietaram. O autor nota que isso trouxe reflexão, e que a insistência sobre injustiça diminui depois dessa fala (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 115-116).

Assim, a profissional fez um movimento de alteridade, ou seja, incentivou que refletissem sobre a prática de violência contra suas filhas, o que trouxe reflexão e o resultado de diminuírem a frequência do argumento de injustiça e de vitimização.

No sexto encontro, a facilitadora notou que havia vínculos entre os participantes. Maykson abordou a temática da provocação, e disse que foi ofendido em público pela parceira. Disse ter sofrido ofensas, pois foi chamado "daquilo". A facilitadora elogiou o fato de não ter reagido negativamente, e depois de dizer que as violências de fato trazem mágoas, rememorou que no início dos grupos os homens diziam que não praticaram violência, apenas xingaram. Assim, indagou qual seria a diferença entre os xingamentos proferidos pela parceira de Maykson e as que eles fizeram contra as mulheres. Os participantes ficaram sem resposta (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 121-122). Josué concordou com a facilitadora, e entende que "Maykson era um covarde porque, se a mulher dele o xingou na rua, era porque ela já havia aguentado muita traição, sendo esta uma maneira de se defender", embora, no final, entenda que há fragilidade feminina (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 122). Depois, Henrique assentiu com a facilitadora, mas ainda ressalta que as mulheres provocam até gerar uma explosão (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 122). Ao ser indagado se a violência seria algo biológico ou aprendido, o participante entende, dentre outros pontos, que foi aprendida (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 122). Trabalhou-se ainda com a palavra "vagabundo" e os diferentes sentidos disso para homens e mulheres. (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 123).

Em outro encontro, o foco foi sobre a raiva, e um dos pontos relevantes é que Heitor levou ao grupo um livro sobre gentileza. Fez-se a dinâmica em que deveriam desenhar algo e entregar o presente para alguém que gostassem. Ouviram também uma música tranquila. Depois de alguns minutos, afirmou-se que a dinâmica tinha a finalidade de que pensassem sobre a raiva e o modo como a trabalham em seus cotidianos (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 124-125).

No último encontro houve uma espécie de confraternização com alguns alimentos. A facilitadora abordou a Ética a Nicômaco, cuja autoria pertence a Aristóteles, e ressaltou a relevância da reflexão durante seus cotidianos. Depois, incentivou a alteridade, e ainda fez uma

dinâmica em que os participantes foram separados entre “pessoas” e “coisas”. A ideia era que pensassem como é a sensação de serem considerados “coisas” (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 128-129). Henrique estava de acordo com a facilitadora, e entende que há homens que enxergam nas mulheres objetivos sexuais. No entanto, essa perspectiva se alterava depois do nascimento de uma criança, pois “destrói” o corpo feminino (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 130). Assim, seria interessante problematizar a forma como se enxerga a maternidade e o corpo feminino em outro estudo.

Por fim, Josué disse que tinha como planos, dentre outras questões, “procurar que sua alma gêmea o obedecesse” (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 130), e diante do questionamento da facilitadora (sobre se o grupo trouxe alguma mudança), ele respondeu que sim, pois fez amigos, mas continua com o mesmo pensamento (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 130). “Ele começou a repetir a mesma história de indignação, e Aline e os outros homens respiraram fundo” (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 130). A profissional incentivou que ele pensasse sobre os princípios envolvidos em suas crenças espirituais, e pontuou que a opressão da mulher pela religião decorre da influência da cultura, ou seja, é um pensamento ensinado e não deve ser visto como eterno (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 130-131).

De forma geral, portanto, a facilitadora utilizou diversas metodologias, como recursos audiovisuais, músicas, colagens, questionamentos etc. Como resultados, observou-se no decorrer dos encontros que alguns participantes questionavam os outros, nitidamente incomodados por certos posicionamentos machistas, refletiram, se aquietaram, concordam com a facilitadora em alguns pontos. O ato de “respirarem fundo” no último encontro, após as repetições de Josué sobre suas indignações, parece transparecer a ideia de que não concordavam com esse participante. Paralelamente, permaneceram algumas insistências da hegemonia, a exemplo dos entendimentos sobre provocações femininas, destruição do corpo da mulher no pós-parto, e a falta de mudanças em Josué, que ainda procura alguém que lhe obedeça. Esse participante teve uma postura mais desafiadora desde o início do trabalho.

4.8.2 Instituto de Práticas Sistêmicas constante da Zona Sul do Rio de Janeiro

O autor trouxe conclusões sobre dois grupos reflexivos que aconteceram no Instituto de Práticas Sistêmicas, da Zona Sul do Rio de Janeiro (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 135). Em relação ao primeiro, os profissionais entendem que se trata de um “grupo agressivo”, pois

somente homens já sentenciados participavam (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 138). Tratava-se de uma vinculação obrigatória, "de maneira diferente do de Niterói, no qual os homens participavam como medida protetiva enquanto o processo jurídico acontecia" (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 138). A impressão que se passa é que a agressividade significa contrariedade e indignação com a participação, justamente por já estarem condenados. Assim, a forma de vinculação pode ter influência sobre a dinâmica grupal, no sentido de que essa contrariedade seria um outro aspecto a ser desconstruído. Trata-se de mais um desafio[259].

O primeiro movimento realizado em um dos encontros foi a solicitação para que os homens fechassem seus olhos e se imaginassem em um lugar que lhes trouxesse tranquilidade. Desligaram as luzes para isso. Depois, a facilitadora e estagiária Milena tentava descobrir o que os homens imaginaram, mas seu estilo lembrava de um interrogatório. Percebe-se que alguns dos participantes se sentiam intimidados, e outros viam isso como um desafio. Ela não conseguia fazer com que a conversa fluísse, e havia um clima de tensão no local (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 142).

Uma das propostas do grupo era que os homens se desenhassem em um papel como mulheres. Seu José não queria participar, pois dizia não saber desenhar. Milena insistia, sob o argumento de que esse movimento seria bom para o participante. Depois, Seu José afirmou que também não sabia escrever. A facilitadora pediu que ele então narrasse como seria se fosse uma mulher, e ele achou inviável. Depois de alguns diálogos, Seu José entendeu que o homem trabalha mais do que as mulheres, e Milena questionou se ele realmente concordava com fala. Paralelamente, Rony disse não saber desenhar, e notou-se que a maioria dos homens não estava animada com a proposta (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 143).

Depreende-se da leitura que Milena tinha algumas falas inconformadas com o que ouvia nos grupos. Sua postura era sempre séria, por vezes impaciente. Aparentemente, ela assim agia porque não sentia que era levada a sério, e chegou a sofrer assédio no grupo (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 145, 146).

Assistiram a um curta-metragem intitulado *Maiorité opprimé*, que trabalhava com a temática do estupro. A facilitadora Milena, após o vídeo, ressaltou que o objetivo era que se colocassem no lugar das mulheres, ou seja, que pensassem como elas. Ela aduz que o estupro é uma realidade comum na vivência feminina. Rony compreende que somente os "psicopatas" ou "drogados" seriam capazes de praticar esse ato, ao passo que Agustín entendia o vídeo como

[259] O facilitador, inclusive, dizia estar se "realfabetizando" para essa experiência, pois estava mais acostumado a fazer grupos com demanda espontânea (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 138).

um exagero. Após algumas trocas, Milena ressaltou que vivem em uma sociedade marcada pelo machismo, e que sentia o peso disso em sua vivência. Comentou que possui amigas que já passaram abusos, e incentivou a reflexão. Agustín considerou que a mulher tem culpa no machismo, pois é ela quem educa o filho. Depois, Rony fez uma diferenciação entre "cantar" uma mulher e estuprá-la (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 146).

Em outra sessão, enquanto se acomodavam, Agustín fazia a leitura da revista Veja, e disse gostar dela. Em diálogo com os profissionais, entendia que a justiça brasileira era, na realidade, injusta no que se refere ao tratamento da violência. Para ele, algumas atitudes como "xingamentos" e "golpes leves" não deveriam ter o mesmo resultado que outros crimes. Outros participantes também discordavam da Lei Maria da Penha nesse ponto, e não se viam como pessoas que praticaram crimes (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 147-148). Depois, Seu José contou sobre seu final de semana, e dentre outras situações que aconteceram, afirmou que "peguei um facão da cozinha para pedir satisfação, mas não briguei, deixei pra trás" (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 148). Foi parabenizado pelo facilitador por não ter agido com violência (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 148).

Notou-se que quando o profissional Thor passou a facilitar, a postura dos homens se alterou e pareciam mais tranquilos (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 148). Nesse encontro, a primeira hora se relacionou ao movimento de ouvir os participantes (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 149). Leu-se texto de Gregório Duvivier, que se chama "xingamento", mas não foi compreendido pelos participantes (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 149-150). Nas discussões que seguiram, o facilitador "Carlos perguntou qual era a diferença dos xingamentos para as mulheres e para os homens, e por que '[era] ofensivo chamar a Dilma de piranha e não o Aécio de piranhudo'? Para Rony, o mundo era assim e não tinha uma resposta para esta pergunta" (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 150). Visualiza-se, portanto, uma resposta que transparece ideia de fixidez e imutabilidade ao mundo, sem abertura para considerar as influências na criação de determinadas normas[260].

Depois, Rony expressou "que 'a natureza' era a complementariedade entre o pênis e a vagina, sendo os gays um erro" (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 150). Diante disso, o facilitador Thor "perguntou onde estava escrito que era censurável ser gay. Rony rapidamente respondeu que no dicionário, e questionou os facilitadores por que eles sempre respondiam

[260] Isso lembra a colocação crítica de Pedro Paulo de Oliveira (1998, p. 13): "se a culpa é do sistema, nada pode ser feito enquanto ele não for alterado, assim eu me eximo de responsabilidades no que diz respeito à minha prática cotidiana".

devolvendo com outra pergunta. Ele queria resposta" (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 150-151). Para Thor, a sexualidade se relaciona ao "gosto de cada pessoa" (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 151). Seu José disse que seria melhor que seu filho fosse preso do que homossexual (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 151). As falas trouxeram indignação em Milena, que os questionou sobre se de fato acreditam no que diziam, "porque a homossexualidade era uma 'opção' e nem por isto os gays deveriam ser enviados para o cárcere" (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 151). Há, assim, certo despreparo da facilitadora para explicar sobre a realidade de pessoas que não se encontram nos padrões heteronormativos, pois considera a sexualidade uma opção.

Rony e Seu José entendem pela "anormalidade" de quem foge ao padrão heteronormativo, pois não poderiam "ter filhos". O facilitador disse que essa crença se deve à "cultura heternormativa" (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 151). Thor afirmou para Rony que o "modelo macho alfa" que segue gera situações injustas, e incentiva a reflexão. No entanto, isso não mudou a ideia de Rony (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 151). Associa-se, portanto, a legitimidade de um casal ao fato de poderem se reproduzir. Quais influências Seu José e Rony têm para chegar a essa conclusão?

O último encontro se iniciou a partir da frase "sexo pra mim é..." (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 156). Thor não estava satisfeito por falta do reconhecimento, pelos participantes, de que são machistas e que praticaram violência, ao passo que Carlos percebia justificativas para o ato violento (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 156). Nas discussões sobre sexo, Anderson – que parecia ter usado cocaína antes de chegar ao grupo (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 156) – comentou sobre um relacionamento que teve com uma atriz pornô, "mas não considerava o sexo com ela sujo. Para ele, a mulher tinha que 'saber cozinhar [e] ensinar a administração do lar para as filhas" (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 157). Sem entrar nas diversas problematizações possíveis sobre a pornografia, é interessante pensar que uma mulher que pratica sexo com vários homens pode ser vista como "suja". Já o homem que tem a mesma atitude, normalmente, é incentivado para que continue assim.

O facilitador Thor sugeriu que os outros participantes falassem sobre a mulher ter de ficar na residência. Seu José entendeu ser necessário que a mulher contribuísse com a residência para que fosse "completa" (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 157). Depois, Anderson interrompeu um dos facilitadores e disse que "aspirava se converter em um 'playboy' para 'pegar mulher' e ser reconhecido apesar da sua aparência" (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 157). Houve sinais de discordância de algumas pontuações de Anderson pelos demais

participantes, e este, depois, passou a “cantar” Milena (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 157). Anderson teve outras atitudes desafiadoras no grupo (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 158). “Finalizando o encontro, Seu José disse que ele aprendeu e refletiu sobre ‘a confusão’ que teve com sua sobrinha e mencionou que para agora ele pensava mais antes de agir. [...] Rony aprendeu sobre sua alma feminina” (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 158).

Como síntese desse grupo, percebe-se o uso de textos de sensibilização, recursos audiovisuais, dinâmicas com frases disparadoras, explicações sobre a heteronormatividade. Parece, porém, que o diálogo é travado nesse local. A postura de Milena refletiu uma das dificuldades para se trabalhar com os grupos, pois precisava ter uma postura mais “autoritária”, aparentemente por se sentir assediada[261], além disso, sugeriu que a sexualidade seria uma opção, o que indica despreparo. Como resultados, pareceu que o grupo surtiu menor efeito do que o descrito anteriormente. Houve participante que desejava ser “playboy”, ou seja, parecia querer alcançar o poder hegemônico que essa figura tem entre os homens; houve outros que defenderam papéis de gênero, no sentido de que a mulher deveria permanecer em casa; existiu menção sobre uma suposta “sujeira” da mulher que pratica sexo com diversos homens, bem como foram evidenciadas diversas falas e posturas homofóbicas, e que aparentemente não tiveram mudança.

O segundo grupo descrito pelo autor se relacionava com “homens de demanda espontânea” (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 160). De início, passaram por entrevistas. Notou-se ser “evidente que o perfil deste grupo contrastava com o dos processados pela Lei Maria da Penha, que era maioritariamente (sic) de homens negros. Todos eram homens moradores da Zona Sul do Rio de Janeiro, com uma alta renda” (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 165). Embora seus encaminhamentos não adviessem de processos por violência doméstica, notava-se que Paulo, por exemplo, já praticou diversos atos violentos. Acreditava na infidelidade da parceira, e quando a parceira quis se divorciar, “ele disse que tinha armas e que iria matá-la. Depois, daria um tiro na cabeça” (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 165-166). O facilitador questionou como ele se sentia recentemente, e quais seriam atitudes que o próprio participante poderia tomar para que se sentisse de outra forma (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 168). Foi parabenizado pelo facilitador por se abrir naquele espaço (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 169). Depois da apresentação de Paulo, Fabrício contou sobre alguns aspectos de sua vida, e diz que se sentia incomodado em relação ao dinheiro que sua parceira queria dele

[261] Para outras considerações sobre o assunto, consultar as páginas 158-159.

(MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 169-170). Negava a prática de violência, ao ser questionado sobre isso pelo facilitador (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 169-170). Diante disso, o profissional almeja que façam um "acordo de convivência saudável" durante o grupo (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 170).

No outro encontro compareceu somente um dos três participantes, qual seja, Fabrício. Após ser questionado sobre sua semana, contou que a ex-parceira foi responsável por um mandado de prisão dirigido contra ele pela falta de pagamento de pensão – que ele já teria adimplido e foi injustamente acusado -, e relatou sua indignação (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 172). Incentivou-se que estivesse atento sobre suas emoções, e os profissionais cuidaram para que ele desabafasse mais (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 172). Por fim, há relato sobre o quinto encontro. Realizou-se uma atividade sobre "crachá de gênero", em que deveriam tratar de características típicas de homens e mulheres. Para tanto, deveriam descrevê-las de acordo com as letras de seus nomes (MARTÍNEZ-MORENO, 2018, p. 175). Nos diálogos seguintes, Fabrício critica o feminismo no sentido de que não deveria gerar "guerra contra os homens".

Como síntese desse segundo grupo, não foi verificado o uso de recursos audiovisuais. O enfoque se deu sobre diálogos, abertura de sentimentos e perguntas, bem como se realizou uma atividade descritiva para pensar em papéis de gênero. No entanto, mantiveram-se aspectos da hegemonia, a exemplo da crítica ao feminismo e da ideia de que a mulher era uma "usurpadora" (como descrito na página 175, no resultado da atividade de crachá de gênero).

4.9 *"-Mas tem gente que não entende assim." // "-É. É por isso que a gente tá aqui.": a sessão de grupo socioeducativo para homens autores de violência contra a mulher e a (re)construção discursiva de masculinidades*

Trata-se de uma tese vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, constante da Universidade Federal de Santa Catarina, cuja autoria pertence a Vanessa Arlésia de Souza Ferreti Soares. Referida tese tem 893 páginas. Há diferentes capítulos sobre a temática e, nos anexos entre as páginas 367 e 847, a autora transcreve os diálogos. Optou-se por trazer nessa dissertação apenas os diálogos constantes dos capítulos da autora, a fim de aproveitar as análises feitas por ela.

No que se refere à organização do grupo, realizam-se sessões de aproximadamente 1h30, quinzenalmente, e é aberto (permite a recepção de novos membros). Além disso, há

temáticas pré-determinadas, mas isso não é imutável. Caso ganhe ênfase na sessão um determinado assunto, ou exista algum contexto social importante de ser trabalhado, as temáticas seguintes podem focar nesses pontos. Em um espaço temporal de 12 sessões, participaram entre 6 e 15 homens. Roberto[262], Silvia[263] e Ilma[264] são os profissionais facilitadores, além da presença da pesquisadora Vanessa e da estagiária Joana. Os homens chegam nos grupos por determinação judicial ou de outras esferas, como Conselho Tutelar (SOARES, 2018, p. 133-135). A pesquisadora analisou o grupo por um ano, e nesse tempo, 45 homens estiveram em contato com o serviço. Deles, somente 31 constam das sessões descritas, e todos têm envolvimento com a violência doméstica contra a mulher ou ex (SOARES, 2018, p. 137). Nota-se, além disso, que o tempo de participação de cada um varia (SOARES, 2018, p. 138-140).

Quando começavam a participar, era comum o relato de estarem ali por uma "besteira". Isso pode ser interpretado como se a denúncia fosse incorreta, decorrente de "uma ação incoerente da mulher, que 'entendeu errado o fato'" (SOARES, 2018, p. 208)[265].

Um ponto interessante é que na sétima sessão a facilitadora questiona se um determinado assunto, que parecia mais íntimo, poderia ser discutido no bar. Responde-se pela inviabilidade, pois é um local em que se discute sobre cachaça, briga e futebol (SOARES, 2018, p. 227). A autora toma os assuntos discutíveis nesse local como típicos da masculinidade hegemonia, e considera que os diálogos a respeito da intimidade se atrelam à masculinidade subalterna ou contra-hegemônica (SOARES, 2018, p. 228).

Outro ponto de destaque é que há diferentes níveis de conformismo e adesão com o grupo, a depender do modo como foram encaminhados (há, assim, diferença entre entrada espontânea e vinculação por medida protetiva ou execução) (SOARES, 2018, p. 232). No início, normalmente, discordam da participação, e a criticam, haja vista que são bons trabalhadores que estão em situação de injustiça (SOARES, 2018, p. 233)[266]. Em um diálogo sobre isso, Vanessa (a autora da pesquisa) chama atenção para que não assumam uma postura de vitimização e passem a responsabilizar outros indivíduos pelas consequências dos seus atos. Ressalta também que o encaminhamento certamente se deu por algum motivo (SOARES, 2018, p. 233).

---

[262] Assistente social (SOARES, 2018, p. 143).
[263] É psicóloga e responsável por coordenar o CREAS (SOARES, 2018, 143).
[264] Psicóloga (SOARES, 2018, p. 143).
[265] Interessante pontuar que a Vanessa Soares (2018, p. 209) cita Welzer-Lang (que não foi mencionado diretamente nesse trabalho por questões metodológicas), para quem "a violência doméstica contra a mulher é uma prática naturalizada e instituída como aspecto que constitui a masculinidade hegemônica".
[266] A autora percebeu ser uma atitude comum em outros trabalhos, como em Bortoli e em Prates (2013).

Ao se referir à negação da violência, a autora interpreta que isso demonstra "o não reconhecimento de seus atos, durante o manejo desse conflito, como atos de violência, de dominação. Seus discursos apontam para uma compreensão de violência restrita aos atos que deixam marcas no corpo" (SOARES, 2018, p. 237). O não reconhecimento de violência também foi visto em outras pesquisas, como apontado por Nothaft e Beiras (2019, p. 6), e verifica-se, portanto, ser uma postura comum.

Em uma das sessões, assistiram ao documentário *Precisamos falar com os homens?* (SOARES, 2018, p. 238). Há, assim, uso de recursos audiovisuais. Ao discorrer sobre uma sessão específica, a autora nota dois enfoques principais: "i) a relação dos participantes com mulheres (relações de gênero social e práticas de masculinidades) e ii) a mudança das relações pautadas na dominação masculina (vinculada à masculinidade hegemônica)" (SOARES, 2018, p. 248). Nesse contexto, observa-se a fala do facilitador Roberto, no sentido de que transformações na vida são viáveis. Esse incentivo a reflexão é uma postura comum dos profissionais, e a forma mais recorrente de trazer a reflexão é indagar os discursos que se pautam em feminilidades e masculinidades marcadas pela dominação (SOARES, 2018, p. 248-249). De forma geral,

> [...] em cada uma das sessões, o tema das relações de gênero sociais, sob orientação da necessidade de mudanças das relações pautadas na dominação, é tratado a partir de um aspecto específico. Isso se dá por meio das atividades que visam [...] à reconfiguração dessas relações (SOARES, 2018, p. 250).

Depois, citam-se exemplos de atividades em diferentes sessões com essa finalidade de reconfiguração das relações. Na primeira, inicia-se a discussão incentivando a reflexão sobre frases comuns que podem trazer estigma ou se basearem em falsas premissas. Na segunda, enfoca-se sobre preconceitos. Na terceira, organiza-se uma roda para que discutam a partir de vídeos. Já na quarta, fala-se sobre ciúmes, racismo e violência contra a mulher. Especificamente sobre racismo, aborda-se o Dia da Consciência Negra, a discriminação que perpassa a vida das pessoas negras e o fato de que muitos deles estão presos. No que se refere à violência contra a mulher, questiona-se de que forma seria possível uma mudança positiva, ou seja, a transformação de relações marcadas pela violência. No sexto encontro exibe-se um vídeo que aborda a Lei Maria da penha em cordel, e no sétimo utilizam recortes e colagens de situações que remetem o que seria típico de mulher e de homens, dentre outras dinâmicas (SOARES, 2018, p. 250-259).

Afirma-se que a postura principal nos grupos é a conversa. Trata-se de um contexto diferente do Judiciário, pois neste, por exemplo, fala-se o mínimo necessário e há hierarquia. A assistência social permite a aproximação do diálogo e o distanciamento do autoritarismo (SOARES, 2018, p. 266). Ainda assim, há hierarquias no grupo (conforme diálogo com Giddens), e depois a pesquisadora passa a ressaltar as interseccionalidades entre os homens. Conclui-se que "todas essas relações são marcadas pelo e marcam o modo de organização e funcionamento da sessão e as dinâmicas de (re)reconstrução de masculinidades" (SOARES, 2018, p. 267). Verifica-se, além disso, ser comum a legitimação de situações que apontam masculinidades diversas da hegemonia, e paralelamente, a desvalorização de outras ações que remetam à hegemonia (SOARES, 2018, p. 268).

Constatam-se movimentos comuns nas sessões, como abertura, apresentação pessoal (quando são encaminhados novos participantes), atividade e fechamento (SOARES, 2018, p. 275-279). Um ponto importante é que a abertura das sessões normalmente se inicia por uma "negociação" feita entre os facilitadores, perguntando "vamos começar?" ou frases similares. Para a autora, isso aparenta a ideia de que pode existir uma relação pautada na democracia entre os profissionais, e isso influencia na demonstração da existência de uma relação não baseada na dominação (que, por sua vez, se concretizaria por meio de diversas violências) (SOARES, 2018, p. 275-276)[267].

Na décima sessão, algumas notícias são trabalhadas. A que ganha destaque é a de número 3, que se refere ao machismo de um dos participantes do programa *Big Brother Brasil*[268]. (SOARES, 2018, p. 281). Edvan narra que o participante do programa tinha julgado negativamente o fato de uma das mulheres segurar uma garrafa e beber. Álvaro entende esse ato do participante como repreensão. Depois de algumas falas, a facilitadora Ilma explica que repreensão tem o sentido de educar, orientar, como a postura dos pais em relação aos filhos. Depois, direciona os homens no sentido de que a atitude do participante seria uma violência. Após algumas trocas sobre violência e repreensão, a facilitadora aduz que não ocorreu uma repreensão, e sim o ato de o participante se posicionar de forma superior à mulher. Posteriormente, questiona se foi compreendida a diferença entre repreensão e violência, e retoma que repreensão tem um sentido diferente (SOARES, 2018, p. 281-285).

---

[267] Ao final do parágrafo, estabelece diálogo com Chouliaraki e Fairclought.

[268] Outras notícias foram trabalhadas, a exemplo da "José Mayer é um grave alerta de que é preciso levar Bolsonaro a sério" (SOARES, 2018, p. 281).

Diante disso, Álvaro aduz: “mas tem gente que não entende assim” (SOARES, 2018, p. 285), e a facilitadora explica “É. É por isso que a gente tá aqui, justamente pra isso, pra gente abrir... né? O âmbito, pensar uma coisa, será que não é... será que é dessa forma? Será que essa é a melhor forma de agir? Será que a gente faria a mesma coisa se tivesse no lugar?” (SOARES, 2018, p. 285). A autora compreende que “embora não explicitem com o termo ‘violência’, parecem compreender a agressão de Marcos [o participante do *Big Brother Brasil*] como um tipo de violência” (SOARES, 2018, p. 288)[269]. Após algumas considerações[270], sintetiza-se que:

> Em termos de masculinidades e violência, os sujeitos se movem no âmbito da sessão de modo a articular aspectos atrelados ao modelo de masculinidade problematizado, ora convergindo ora divergindo desse modelo, mas principalmente constituindo-se enquanto sujeitos de masculinidades híbridas (SOARES, 2018, p. 307).

Dentre outras questões relevantes da autora[271], conclui-se:

> Os dados apontam que a prática do grupo socioeducativo [...] se constitui num lócus, sobretudo de embates de discursos que se espraiam sobre uma multiplicidade de práticas e discursos na cadeia dialógica da vida. As análises empreendidas neste último capítulo, sobretudo, apontam para a emergência de horizontes axiológicos acerca de masculinidade e violências que se movem em pontos de deslocamentos significativos a mudanças sociais. Isso se dá, especificamente, via legitimação de aspectos excluídos de modelos de masculinidades hegemônicos [...] e via ressignificação e nomeação de violências estruturais antes não percebidas. [...] Assim, os sujeitos que nessas práticas se engajam ilustram, sobretudo (a possibilidade de) mudanças sociais (SOARES, 2018, p. 327).

Em outras palavras, a legitimação, nos grupos, sobre o que se espera dos homens, e o trabalho com a violência no sentido de ressignificar e nomear, parecem contribuir com as transformações nos participantes. Como síntese desse grupo, observa-se que a autora não descreveu as diferentes sessões por capítulos, como foi visto em outros trabalhos. Ela organizou a tese a partir de algumas temáticas chave, e dentro ela trazia trechos dos diálogos e dinâmicas. Somente no final colacionou os diálogos, mas nessa dissertação preferiu-se extraí-los a partir

---

[269] Na sessão, notaram-se três posicionamentos principais: “há modos de acabamento que i) legitimam o ato noticiado enquanto violência; ii) modos que encaminham-se para a compreensão deste enquanto violência e iii) modos que negam-no enquanto violência e vinculam a uma atitude de ‘macheza’, ‘ajuda à mulher’” (SOARES, 2018, p. 289).

[270] Nas páginas 300, 301 e 303, há uma explicação interessante sobre a fala de Ivan, que tenta se distanciar, na sua fala, de um padrão de masculinidade e sobre suas contradições. Na página 304, falam-se de relações de poder dentro do ambiente de trabalho, especificamente sobre mulheres que têm cargos superiores aos dos homens. A autora também aponta que classe e raça, relacionadas à masculinidade, foram trabalhadas nas sessões (SOARES, 2018, p. 305). Além disso, evidencia-se a questão da religião na página 313.

[271] A exemplo da influência de os sujeitos legitimarem o discurso dos homens e a aproximação às masculinidades contra-hegemônicas (SOARES, 2018, p. 319-320).

dos capítulos, haja vista os comentários da autora sobre o desenvolvimento grupal. Observa-se diversos recursos audiovisuais, diálogos, questionamentos e explicações. Depreende-se da autora que os participantes não se pautam somente em uma masculinidade hegemônica. Estabelecem diálogos com outras formas de ser homem, e isso é um vai-e-vem durante as falas. Apontou-se também que um sistema de legitimação e deslegitimação de determinadas práticas, somado ao trabalho com violência, parece trazer efeitos positivos no que se refere ao alcance de transformações.

4.10 Conclusões do capítulo

É possível fazer uma correlação entre a metodologia utilizada e as mudanças e permanências no ideal hegemônico dos participantes, de forma geral.

Em relação aos trabalhos entre 2006 e 2016, os piores resultados parecem advir dos grupos analisados por Marques (2007), Pazo (2013) e Muszkat (2006).

Em Marques (2007), apesar de se realizarem doze sessões e se utilizarem de atividades lúdicas, observa-se que há uma abordagem terapêutica, trabalha-se a violência de forma individualizada e dissociada do contexto social. Sobre as mudanças, há somente o apontamento, por parte dos homens, da alteração de comportamento e redução de agressividade, sem maiores evidências. A partir dos resultados já listados, é possível deduzir que uma abordagem sobre a violência em consonância com debates sobre gênero e, especificamente, com a masculinidade hegemônica, poderia trazer melhores resultados, em vez de ser pensada de forma individualizada. É importante também que se evite um grupo fechado, a fim de que não ocorra ainda mais fechamento por parte dos participantes[272]. Uma abordagem individualizada é importante para que se compreendam as interseccionalidades entre os participantes, mas não para abordá-los de forma terapêutica.

Em Pazo (2013), apesar das dezesseis sessões, constata-se que houve disputa de poder entre as facilitadoras e os participantes, além de se observar uma postura de autoridade com fins de segurança, conforme expôs a autora, o que atrapalharia o acolhimento e diálogo. A violência também não tem o enfoque adequado de gênero. Isso pode ter favorecido para que a desconstrução, vinculada a empatia de um dos participantes e maior autocontrole, fosse inexpressiva.

[272] Conforme se apreende em Natividade et al ([2007?]), em diálogo com Connell.

No que se refere a Muszkat (2006), foram desenvolvidas somente quatro sessões. Há potencialidades na metodologia, a exemplo da realização de perguntas e utilização de recursos audiovisuais, e a principal mudança verificada foi a abertura para o diálogo. Apesar disso, mantiveram-se diversas posturas vinculadas à hegemonia. Assim, é provável que se obtivessem resultados diferentes caso o trabalho se desenvolvesse em um período maior.

Assim, anota-se a importância de que as sessões sejam em número maior[273], que se trabalhe a violência de forma contextualizada com os debates sobre gênero e masculinidades, especialmente no que se refere à masculinidade hegemônica, e que a postura dos profissionais não seja autoritária e competitiva. Parece que o uso de recursos audiovisuais e a realização de perguntas funcionam como potenciais.

Quanto aos demais trabalhos desse primeiro recorte, verifica-se certa similaridade. Em Prates (2013) há dinâmicas que englobam a Lei Maria da Penha, ênfase sobre socialização dos indivíduos, acolhimento, datas importantes, perguntas, recursos audiovisuais, explicações, incentivo para que se abram, uso da perspectiva relacional. Como resultados, observou-se abertura, por alguns, a partir do debate relacional; alteridade (seguida de vitimização); relacionamentos mais tranquilos e em outros casos se preferiu o afastamento; busca pelo sistema de justiça para resolver conflitos. Paralelamente, seguem com tentativas de justificar a violência[274]; vitimização; crença em papéis de gênero; discordância de datas importantes, convicção de que houve a tomada de poder pelas mulheres; crítica ao feminismo, uso da religião para justificar desigualdade; menção à suposta "fraqueza mental" de mulheres e na falta de justiça para homens. Indica-se, portanto, que esses recursos para desconstrução são insuficientes, mas importantes.

Em Maciel (2014), verifica-se a ênfase dada, pelos profissionais, à interseccionalidade entre os homens (embora não fique claro de que forma isso é trabalhado na prática grupal); há posturas combativas e de acolhimento; tentativas de se promover alteridade e incentivo para que homens que já participam do grupo o elucide[275] para os novos membros; explicações; atividades lúdicas com cartaz. Quanto aos resultados, embora não se tenha feito uma avaliação efetiva, os profissionais apreendem, a partir dos discursos, autocontrole, alteridade, maior

---

[273] Uma das mulheres entrevistadas por Nothaft (2020, p. 177) acredita que a mudança superficial que observou em seu parceiro após o grupo possa ter relação com o escasso tempo em que esteve presente na iniciativa, que foi de três meses. Paralelamente, outra entrevistada viu maiores diferenças no parceiro (que participou no mesmo grupo), mas seu período foi de um ano. Há sugestões (NOTHAFT, 2020, p. 184) para que os homens participem por maior tempo, advindas de duas mulheres que contribuíram com Nothaft.
[274] No mesmo sentido do que concluiu Nothaft e Beiras (2019, p. 6-7).
[275] Nesse ponto se parece com a conclusão de Nothaft e Beiras (2019, p. 7).

compreensão das pessoas que estão ao redor dos indivíduos e permeabilidade das barreiras colocadas por ideais de masculinidades. Paralelamente, ainda consideram injusta a sua participação no grupo; responsabilizam mulheres por violências contra elas cometidas[276], já que teriam sido provocativas.

Por fim, em Monteiro (2014), o uso de dinâmicas lúdicas, discussão sobre mercado de trabalho e invisibilidade da esfera doméstica, realce sobre desigualdade, elaboração de questões, nomeação de atos como violentos, abordagem de sentimentos, formas de comunicação, incentivo ao diálogo, dentre outros movimentos, ensejou o reconhecimento, por parte de um dos integrantes, de que todos são machistas; alerta para outro indivíduo sobre possibilidade de ser processado (embora se tenha verificado que a preocupação não era com a mulher, e sim com as consequências do processo para aquele indivíduo); alteridade; autocrítica, vontade de agir de forma diferente de quando foram denunciados. De outro lado, seguem com visão cristalizada sobre papéis de gênero e entendem que a mulher tende a tomar o poder dos homens no mercado de trabalho.

Assim, apesar de os três últimos terem uma metodologia mais completa e menos criticada, ainda se mostram insuficientes para desconstruções significativas no que se refere ao ideal hegemônico de masculinidades.

De fato, verificam-se resultados parecidos: a crença em papéis de gênero e na tomada de poder pelas mulheres se dá em Monteiro (2014) e Prates (2013). Paralelamente, em Prates (2013) e Maciel (2014) [277] há responsabilização feminina pela agressão/tentativa de justificar violências. Nos três se verifica certo desenvolvimento de alteridade. Há autocontrole e alteridade em Pazo (2013)[278] e Marques (2007). Em Muszkat (2006), maior abertura para diálogo.

Diante da insuficiência dessas metodologias, é interessante pensar quais outras abordagens dariam conta da maior internalização dos objetivos do grupo pelos participantes.

No que se refere aos trabalhos pesquisados entre 2017 e 2020, verifica-se que uma postura autoritária tende a trazer resultados menos efetivos. De fato, no primeiro grupo analisado por Martínez-Moreno (2018), foram usadas metodologias variadas, que incluíam recursos audiovisuais, colagens, questionamentos frente aos participantes. Apesar de algumas permanências da hegemonia (como a insistência sobre provocações femininas, ou o participante

[276] Nothaft e Beiras (2019, p. 7) também notaram a tentativa de justificar o ato violento neste trabalho.
[277] Sobre Prates e Maciel, já foi notado por Nothaft e Beiras (2019, p. 6-4).
[278] Conforme também notado por Nothaft e Beiras quanto ao autocontrole (2019, p. 9).

Josué, que aparentemente não teve mudanças, e se mostrou mais desafiador desde o início), percebeu-se nos encontros algumas posturas como reflexão e homens questionando outros homens acerca de pensamentos machistas. Apesar disso, a facilitadora não se considera feminista, e passa-se a ideia de que o feminismo traria uma perspectiva "extrema".

Paralelamente, o segundo grupo descrito também lançou mão de diversas metodologias (no sentido de recursos, como textos para sensibilizar, frases disparadoras, explicações etc). No entanto, parece que o diálogo fluiu menos nesse serviço. A estagiária tinha uma postura um pouco mais "autoritária", mas isso também é explicado pelo fato de sofrer assédio naquele local. Verificam-se, assim, tensões nesse trabalho. Ao mesmo tempo, disse que a sexualidade seria uma opção, e essa é uma perspectiva criticada no âmbito dos estudos sobre sexualidade (fato amplamente conhecido). Como resultados, aparentemente as modificações nos discursos foram menores, a exemplo de falas homofóbicas no decorrer de encontros, o desejo de se alcançar a figura do "playboy", insistência em papéis de gênero, dentre outras questões (MARTÍNEZ-MORENO, 2018).

O autor ainda mencionou um terceiro serviço, vinculado a um encaminhamento diverso de processos judiciais. Não foram encontradas descrições do uso de recursos audiovisuais, mas outros métodos foram usados, como diálogos, incentivo para que se abrissem no que se refere aos sentimentos, realizou-se atividade para reflexão sobre papéis de gênero etc. Notou-se a permanência de diversos aspectos da hegemonia. Outro ponto interessante foi observar que o perfil deste grupo era diferente do anterior, no que se refere à classe e raça (MARTÍNEZ-MORENO, 2018).

Por fim, no serviço descrito por Soares foi mais dificultoso observar resultados. Diversos recursos metodológicos foram utilizados, contudo, o instigante foi compreender que para a autora, os homens não observam somente a hegemonia. Assim, dialogam com outras formas de ser homem além do ideal hegemônico. Há um vai-e-vem nas falas (SOARES, 2018).

Isso contribui com a compreensão dos resultados gerais dos grupos reflexivos até aqui analisados: parece que há desconstrução de certos aspectos da hegemonia e permanência de outros. Há não somente múltiplas masculinidades, mas também masculinidades híbridas (SOARES, 2018, 307).

Outras considerações gerais podem ser feitas. No que tange à coleta de dados entre 2017 e 2020, poucos trabalhos correspondem aos filtros buscados nessa dissertação, ou seja, são raros os que descrevem em detalhes os diálogos e dinâmicas nos grupos reflexivos. De fato, a busca pelas expressões "autor de violência", "masculinidade" e "violência, "violência doméstica e

familiar", entre os anos de 2017 e 2020 na biblioteca do IBICT gerou, respectivamente, 640, 247 e 124 resultados, o que enseja o total de 1.011 pesquisas. Destas, somente 2 continham os dados aqui buscados, conforme justificado no subcapítulo de metodologia. Paralelamente, notam-se 17 pesquisas empíricas, entre teses e dissertações, que tinham relação com intervenções para homens autores de violência.

Paralelamente, se esses filtros forem aplicados entre 2006 e 2016, conforme se fez em Nothaft e Beiras (2019, p. 2), há 1.060 resultados para "autor de violência", 529 para "masculinidade" e "violência", e 322 para "violência doméstica e familiar". Ou seja, verificam-se 1.911 trabalhos[279]. Desses, os autores identificaram 17 trabalhos que continham pesquisas empíricas com as intervenções. Após a aplicação dos filtros necessários para a presente dissertação, chegaram-se a 6 teses e dissertações para análise.

Em síntese, se os filtros forem usados no período entre 2006 e 2020, há cerca de 2.922 pesquisas. Deles, 34 se relacionam aos trabalhos empíricos com intervenções para autores de violência doméstica e desses, e apenas 8 possuem os filtros da presente dissertação, por conterem diálogos e dinâmicas de forma detalhada. Além disso, nota-se um crescimento de pesquisas empíricas com os grupos reflexivos[280]. Entre 2006 e 2016 havia 17, e entre 2017 e 2020 também foram encontradas 17. O mesmo número se repete, mas em distância temporal diferente.

Seria possível ter feito outro recorte de pesquisa e considerar um campo maior de análise, a exemplo de teses e dissertações que narrassem dinâmicas e trouxessem considerações sobre os resultados, somente. No entanto, a lacuna de pesquisa se deu justamente sobre o que, de fato, acontece nos grupos reflexivos. Assim, considerou-se importante compreender de que forma os facilitadores falavam com os homens, para além de uma descrição superficial sobre dinâmicas grupais. Por isso o recorte se deu sobre teses e dissertações que traziam esses diálogos.

Soares (2018, p. 28) observou que as pesquisas sobre grupos reflexivos normalmente enfocam nas narrativas dos homens durante os encontros ou em entrevistas. Em vista de possíveis mudanças descritas por outros autores, buscou compreender quais "práticas discursivas estão envolvidas nesses grupos que possibilitariam mudanças no discurso e na rede

[279] Ressalte-se que este é um valor aproximado, já que quem efetivamente fez esse recorte de pesquisa foram outros pesquisadores.
[280] Nothaft e Beiras (2019, p. 10) notaram também um crescimento de trabalhos sobre os grupos após a Lei Maria da Penha.

de práticas na quais esses sujeitos [...] se engajam, ou seja, como – na prática – a linguagem figura como forma de ressignificação de masculinidades" (SOARES, 2018, p. 28-29).

Observa-se a importância de se compreender os diálogos e dinâmicas que ocorrem nos grupos. É provável que exista maior facilidade em relatar os diálogos quando se tem uma metodologia que envolve a gravação dos encontros. Victor Lima (2018c, p. 40) afirma que "a gravação em vídeo ou áudio como formas de registro" eram vistas como invasivas pelos profissionais, e que poderia intimidar os homens.

Assim, para que esses dados sejam colhidos, é necessária uma metodologia tida como invasiva, conforme Lima (2018c, p. 40). Ao mesmo tempo, facilita a compreensão da efetividade dos locais, ao menos parcialmente, por permitir maior a análise das subjetividades dos participantes e da forma como pensam (no sentido da importância do discurso dos homens, tem-se Beiras, 2012, p. 42; Oliveira, 2016, p. 101). Essas falas dos homens contribuem para que se apontem metodologias que tendem a um maior potencial, metodologias estas que são possíveis aferir a partir de descrições mais detalhadas das posturas dos facilitadores, ou seja, de relatos que contenham suas falas e dinâmicas. Há, assim, prós e contras na execução desse tipo de pesquisa. Sugere-se, em vista dos novos resultados encontrados entre 2017 e 2020, que pesquisas futuras sistematizem as informações constantes desses trabalhos.

É importante também mencionar discussões sobre a interseccionalidade dos homens participantes e dos facilitadores. Juliano Scott (2018, p. 72), em análise sobre determinadas característica de participantes de grupo reflexivo realizado em Natal/RN, percebeu uma maioria de homens pardos e com renda familiar que se relaciona a um salário-mínimo[281]. No entanto, isso não significa que a violência doméstica contra a mulher é praticada somente por homens que não participam dos privilégios da branquitude e da raça. Na realidade, isso se deve ao fato de que esses homens pertencem à esfera da população tida como criminalizável (SCOTT, 2018, p. 75-77). Em outras palavras, "se os pardos e negros são considerados a população mais criminalizável no Brasil, compreende-se o fato de fazerem parte da maior parcela a acessar e cumprir os grupos reflexivos para homens autores de violência doméstica" (SCOTT, 2018, p. 75)[282]. Questões de vivências no campo e relacionadas à idade também podem ser identificadas

[281] Em Victor Lima (2018c, p. 46), somente um dos homens participantes do grupo observado pelo autor possuía nível superior. Sabe-se que esse nível de ensino é mais difícil de ser alcançado em razão das desigualdades sociais. Isso demonstra, novamente, as desigualdades entre os participantes dos grupos. Paralelamente, Vanessa Soares (2018, p. 332) percebeu que a maioria dos participantes "provém de estratos socioeconômicos inferiores".

[282] O autor faz diálogo com outros pesquisadores sobre o tema ao trabalhar essa problemática, a exemplo de Baratta (SCOTT, 2018, p. 76).

a partir da pesquisa de Nothaft (2020, p. 185-186), e religião na análise de Martínez-Moreno (2020).

Isso remete a outra problemática: se há diferentes homens que praticam violência doméstica, sejam eles brancos, negros, pardos, ricos, pobres, ou os considerados de classe média, percebe-se que não se trata de um grupo homogêneo: suas masculinidades são marcadas por múltiplos fatores. Como percebeu-se em Vanessa Soares (2018, p. 307), as masculinidades não são somente múltiplas, mas transitam entre diferentes ideais. Não se pautam somente na hegemonia. Isso representa um desafio à metodologia dos grupos, consequentemente[283].

Nothaft (2020, p. 186) considera que os participantes não compõem um grupo homogêneo, e a atuação dos profissionais e suas metodologias devem estar atentas a esse fato. Isso porque se as interseccionalidades forem consideradas nas dinâmicas, isso trará maior engajamento, bem como se possibilitará maior potencial de efetividade do serviço. A autora notou que a questão da raça e etnia não recebia grande atenção dos locais em que ela pesquisou. Em dois locais se deu atenção às questões raciais, e os profissionais apontaram serem um homem negro e uma mulher não branca. Em um dos grupos, falou-se sobre racismo durante um dos encontros, e foram usadas frases desencadeadoras. Realizaram-se também perguntas reflexivas, apontavam-se relatos que traziam a experiência de pessoas negras e expuseram-se informações decorrentes de pesquisa nessa área. Explicou-se, além disso, a intersecção entre gênero e raça na violência doméstica que recai sobre mulheres negras, dentre outros movimentos (NOTHAFT, 2020, p. 186-187).

Percebeu-se, quanto aos serviços por ela analisados (NAFAVD e Grupos do CREAS I que se realizavam em Blumenau), que “alguns profissionais incorporam a interseccionalidade em suas metodologias e práticas cotidianas, contudo não há institucionalização dessa abordagem nos serviços” (NOTHAFT, 2020, p. 200).

> Uma vez que a responsabilização é um processo interno, que pode ser facilitado através do diálogo e de atividades reflexivas; para a construção de uma implicação subjetiva nesse processo, cada grupo deve ser pensado em relação ao contexto social e cultural de seus participantes. Assim, a não adesão às propostas de deslocamentos individuais e, portanto, não alcance dos objetivos do grupo em todos os seus membros, atravessam a realidade dos serviços públicos, que estão situados em contextos particulares. Esses obstáculos e dificuldades não devem ser vistos como ineficácia dessa modalidade de política pública e sim como oportunidades de aperfeiçoamento para os participantes futuros. Para tanto, é necessário pensar os serviços para autores

[283] De fato, Fernandes (2015, p. 171), ao citar Labrador et al, aponta que não são somente as classes sociais mais baixas que passam por violência, ocorre apenas que o fenômeno é mais visível; paralelamente, pessoas que tiveram oportunidade de estudar também a praticam, pois é a formação da pessoa na sociedade que traz a violência.

> de violência junto das mulheres em situação de violência considerando suas intersecções (NOTHAFT, 2020, p. 202-203).

Defende, nesse sentido, "a institucionalização de uma abordagem interseccional, tanto na construção de novos serviços, como na capacitação de profissionais, atuação e metodologia de atendimentos existentes" (NOTHAFT, 2020, p. 203).

Em relação às sugestões para um trabalho interseccional, podem-se concluir algumas questões: em Nothaft (2020, p. 76), notou-se que quanto ao NAFAVD, grande parte dos profissionais que trabalhavam com os grupos e atendimentos individuais eram brancos, além de serem marcados pela cisheterossexualidade (NOTHAFT, 2020, p. 76). No entanto, "o lugar de fala dos profissionais interfere na abordagem dos atendimentos individuais e na metodologia e temáticas que priorizem nos grupos" (NOTHAFT, 2020, p. 76). Seria interessante, portanto, que os grupos tivessem, entre seus facilitadores, profissionais outros além do padrão cisheterossexual e brancos, justamente pela interferência de seus lugares de fala no trabalho.

Evidenciou-se também que os grupos se restringem, na prática, a homens cis que praticaram violência (NOTHAFT, 2020, p. 128). Assim, depreende-se que os grupos também poderiam incluir outras pessoas que praticam violência contra a mulher, como homens trans heterossexuais. A forma dessas participações deve ser objeto de muita reflexão, pois "os grupos de homens são espaços que proliferam discursos homofóbicos" (NOTHAFT, 2018, p. 128). Há grandes possibilidades, portanto, de um homem trans sofrer LGBTQIA+fobia. Assim, como poderiam participar de um grupo que o discrimina? Ao mesmo tempo, sabe-se que a participação em grupos que reflitam sobre desigualdade é relevante no que se refere à violência doméstica contra a mulher. Trata-se de um impasse a ser resolvido em outras pesquisas.

Paralelamente, a abordagem pode trazer maior potencial para os grupos. Juliano Scott (2018, p. 97) critica a intervenção objeto de sua análise, no sentido de que não se trata de um grupo que observa a perspectiva reflexivo-educativa, e isso atrapalha a própria responsabilização dos participantes[284]. Ele defende o formato reflexivo-educativo, por permitir que sejam definidas temáticas que interessem aos homens, e que possibilita que expressem o que pensam. É um formato que age de forma mais democrática (SCOTT, 2018, p. 102). Defende que o grupo pense de forma coletiva, e não individualizada (SCOTT, 2018, p. 105). Para o autor, "o modelo de intervenção precisa levar em consideração não somente o modelo

[284] Afirma que o grupo por ele analisado, aparentemente, segue o formato punitivo-educativo. Em sua visão, essa é a causa para atribuição de culpa às mulheres (SCOTT, 2018, p. 110).

hegemônico de masculinidade existente, qual seja o de homens brancos, heterossexuais, de classe média ou alta e que vivem em zonas urbanas" (SCOTT, 2018, p. 105).

Assim, se o formato reflexivo-educativo[285] possibilita essa democracia grupal, é provável que contribua nos desafios interseccionais que esses grupos trazem[286]. Seria uma forma de permitir que as diferentes interseccionalidades que perpassam os participantes sejam consideradas, pois se ouvem os homens e se realiza a adequação do grupo segundo suas necessidades[287].

No que se refere à esfera preventiva, Nothaft (2020, p. 204) – que pesquisou alguns grupos brasileiros em sua tese de doutorado – concluiu que "os serviços para homens autores de violência se mostraram, na experiência de mulheres que continuam com seus companheiros, como política de prevenção a novas violências". Assim, considerou as perspectivas das mulheres e observou relatos de que houve melhorias.

> Algumas entrevistadas identificaram mudanças mais profundas que outras, não obstante, todas veem como positivo a participação dos companheiros nos serviços. Dentre as modificações percebidas nos companheiros está: o aumento do autocontrole, da tranquilidade, do equilíbrio, da responsabilidade, do cuidado com a família e de demonstrações de afeto; uma maior abertura para conversa; o amadurecimento e a diminuição do abuso de álcool. Essas mudanças, segundo elas, resultam numa menor frequência e intensidade dos conflitos. Na maioria dos casos, elas vão além do âmbito do relacionamento conjugal, alcançando a relação deles com os filhos e demais integrantes das famílias, o que torna esses serviços um importante investimento de combate à violência e às desigualdades de gênero (NOTHAFT, 2020, p. 201).

Diante disso, percebe-se ser possível a melhora no convívio não somente com as parceiras, mas com a família, embora ainda permaneçam alguns comportamentos desafiadores notáveis na pesquisa da autora. No que se refere ao ideal hegemônico, este capítulo evidenciou a permanência, a partir das falas dos participantes, de diversas questões atreladas à hegemonia da masculinidade. Isso pode explicar o fato de que embora se possibilite maior harmonia na vivência familiar, ainda existam conflitos pautados na desigualdade de gênero. Como se descreveu no item 2.3 da dissertação, esse ideal hegemônico é perpassado por desigualdade de gênero, raça, homofobia, dentre outras questões afins (SILVA JUNIOR; CAETANO, 2018, p. 12; OLIVEIRA, 2018b, p. 129; CÉSAR, 2019, p. 72; VEIGA, 2019, p. 77).

---

[285] Trata-se de um modelo já trabalhado no item 4 dessa pesquisa.

[286] A reflexão sobre quais os desafios que as interseccionalidades dos participantes trazem para os profissionais que trabalham com grupos reflexivos advém de diálogos com Isabela Oliveira sobre projeto de pesquisa futuro.

[287] Juliano Scott (2018, p. 103-104) sugere que se usem outros além dos cognitivos, visuais ou linguísticos no âmbito de uma perspectiva reflexivo-educativa, e cita o exemplo do Teatro do Oprimido.

Nesse sentido, uma abordagem interseccional nas metodologias poderia facilitar essa desconstrução e propiciar relacionamentos ainda mais harmônicos. Abre-se, como continuidade de pesquisa, a necessidade de que se exponham sugestões de meios para se obter o melhor resultado possível com esses grupos, ou seja, compreender quais outros desafios as interseccionalidades dos participantes trazem, bem como descrever quais seriam as pedagogias aplicáveis às metodologias dos grupos que permitiriam maior internalização dos objetivos desses serviços (e que considerem as interseccionalidades dos participantes e suas diferentes vivências).

Em outras palavras, quais abordagens são mais interessantes para homens que têm religiosidade que incentiva a submissão feminina e a homofobia? E para os que sofrem a influência do racismo e desigualdade de classe? Já os homens privilegiados pela branquitude e socioeconomicamente, com posicionamentos de extrema-direita, como seria possível desconstruir certos ideais atrelados à violência[288]? O trabalho com homens interseccionados por múltiplos marcadores sociais e que resultam em diversas masculinidades é uma lacuna a ser respondida em futuros trabalhos.

Diante do exposto, o que mais chama atenção é a falta de preparo dos profissionais[289], que se reflete em suas posturas, por vezes, desalinhadas aos objetivos grupais, como desconhecimento de aspectos básicos sobre a sexualidade, contrariedade ao feminismo, competição e autoritarismo junto aos participantes. Isso parece trazer menor efetividade aos grupos, e representa um entrave ao desenvolvimento de um diálogo produtivo. Destaque-se que essa demarcação não serve para julgar os serviços, que são raros e mercados por precariedade na execução, inclusive em razão de falta de recursos e credibilidade. Objetiva-se tão somente contribuir para que as experiências tenham a maior efetividade possível, à luz de erros e acertos já demarcados em trabalhos que constam pesquisas de campo.

Paralelamente, profissionais alinhados à uma perspectiva interseccional, tanto no que se refere ao lugar de fala quanto às metodologias desenvolvidas, são um potencial aos grupos reflexivos brasileiros. Assim, discussões sobre raça, classe, além das especificidades sobre gênero, podem aproximar os participantes de uma maior desconstrução do ideal hegemônico. Isto porque a construção dessa hegemonia perpassa critérios como raça, colonialismo e classe,

---

[288] Em Martínez-Moreno (2018), por exemplo, observou-se que há diferentes homens nos grupos reflexivos em que observou.

[289] Nothaft e Beiras (2019, p. 8) identificaram trabalhos em que se notavam problemas na capacitação dos profissionais.

e a compreensão de como se dá essa construção e do motivo pelo qual a refletem em suas posturas, pode ser um incentivo para que, aos poucos, se desliguem do ideal hegemônico.

É claro que os grupos não têm a possibilidade de desconstruir por completo um ideal que é aprendido desde a infância, e reforçado por diversas instituições sociais, como família, Estado, escola. Mas é importante que os grupos tenham a desconstrução do ideal em mente, na medida em que a hegemonia concentra diversos problemas para os participantes e para os que com eles convivem, e tentem afastar o ideal na medida do possível. Para tanto, estabelece-se que os grupos terão maiores potencialidades se alinhados ao feminismo, estudos das masculinidades, e utilizem de recursos baseados em uma metodologia interseccional. De outro lado, terão menor sucesso caso o diálogo não flua em razão de posturas autoritárias, competitivas, desconexas do feminismo e de pressupostos básicos que alinhem os profissionais às lições advindas dos estudos de gênero.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De início, problematizou-se: em que medida os grupos reflexivos brasileiros conseguem desconstruir a masculinidade hegemônica? A hipótese foi de que em razão da diversidade metodológica, estrutural e de abordagens desses locais, alguns teriam diferentes limites e potencialidades no alcance desse objetivo, e referida ideia foi confirmada.

Primeiro, é importante destacar: por que a masculinidade hegemônica foi escolhida como parte do problema de pesquisa? No segundo capítulo dessa dissertação, delineou-se um estado da arte sobre o debate das masculinidades. Apresentaram-se diferentes correntes teóricas sobre o tema, suas críticas e limitações. Afunilou-se a discussão para a hegemonia porque parece concentrar diversos problemas tanto para os homens, quanto aos indivíduos que com eles convivem. Notou-se que a constituição do ideal hegemônico é perpassada por valores que envolvem gênero, raça, classe, colonialismo, cisheteronormatividade, dentre outros. Trata-se de um ideal que atravessa a vida dos indivíduos de diversas formas: ou porque tentam dele se aproximar e ter alguns dos privilégios decorrentes, ou porque são excluídos em razão da hegemonia, e isso é uma violência[290]. Isto porque a constituição do ideal se dá por oposição e exclusão ao que nele não se enquadra. Assim, pessoas LGBTQIA+, por exemplo, sofrem as consequências negativas.

Em outras palavras, trata-se de um ideal mais bem ser refletido por homens brancos, ricos, adultos, cisgênero e heterossexuais (SILVA JUNIOR; CAETANO, 2018, p. 12; OLIVEIRA, 2018b, p. 129; CÉSAR, 2019, p. 72; VEIGA, 2019, p. 77), e sua constituição se dá por oposição, e em especial, a partir da diminuição do que é considerado diverso do padrão (BADINTER, 1993, p. 10-11; KIMMEL, 1998, p. 101-103; MUSZKAT, 1998, p. 228).

Embora esse padrão hegemônico seja mais bem representado por homens brancos, há machismo nos homens negros. A partir de Ribeiro e Faustino (2017, p. 174), César (2019, p. 68), Veiga (2019, p. 82), Custódio (2019, p. 132-134), verifica-se que essa aproximação de um ideal hegemônico ocorre para que esses homens sejam reconhecidos como tais, ou seja, para que tenham algum valor.

Em razão dessas questões, indica-se a desconstrução do ideal hegemônico como objetivo imediato a ser buscado em grupos reflexivos brasileiros, e esta concentração de problemas em torno do ideal o justifica como problema de pesquisa. Além disso, nota-se que

[290] Sobre a legitimação de um padrão se constituir de um processo violento, consultar Veiga (2019, p. 77).

se trata de algo construído, que não possui nada de natural e, portanto, é passível de mudanças. Sabe-se que os grupos não conseguirão desconstruir por completo esse ideal, que se funda em uma vida inteira de aprendizados reforçados pelas instituições como Estado, família e escola. Mas deve-se tentar concentrar esforços para a máxima transformação possível, pelas razões já expostas.

Outros movimentos e conclusões importantes advieram do segundo capítulo. Estabeleceu-se o lugar de fala (RIBEIRO, 2017) da pesquisadora enquanto mulher branca, de classe média, cisgênero, heterossexual, que pesquisa sobre estudos de gênero desde 2017, e acerca de masculinidades desde 2019. Esse apontamento é imprescindível justamente pela relevância que recai sobre a teoria do lugar de fala. Compreender que não há neutralidade[291] em pesquisas, bem como saber quem efetivamente consegue pesquisar e publicar, auxilia na delimitação daqueles que ficaram excluídos desse processo. Esse entendimento já é transformador, pois demarca os reflexos do racismo, sexismo, dentre outras discriminações nos próprios números e resultados de pesquisas.

Identificou-se também que não há uma identidade masculina ou uma essência, sem que se recaia em uma universalização ou suposta neutralidade que, na realidade, é representada por apenas parte dos homens (BADINTER, 1993, p. 4-27).

Descreveram-se diferentes correntes teóricas sobre masculinidades, incluindo a Dominação Masculina, a partir da perspectiva de Bourdieu, discurso vitimário, psicopatologização, contrato social, capitalismo e patriarcado, papéis sociais e masculinidade hegemônica, especialmente a partir de Veras (2018) e Oliveira (1998). Em vista das limitações e críticas de cada perspectiva, entendeu-se a) pela necessidade de aprofundamento sobre a masculinidade hegemônica, que não se mostra contrária à perspectiva interseccional. Na realidade, o entendimento sobre a interseccionalidade é imprescindível para que se compreenda quem mais se aproxima do ideal hegemônico, o motivo pelo qual parte daqueles que dele se diferem tentam se aproximar, bem como quem são as pessoas distanciadas do ideal; b) que a perspectiva patriarcal é incompleta, mas importante para se abordar as complexidades das desigualdades baseadas no gênero.

Esta conclusão é relevante para a execução da segunda parte do capítulo teórico. De fato, no que se refere aos debates sobre violência doméstica contra a mulher, há diversas teorias, e parte desses pontos de vista foram explicitados. Três deles, no entanto, se destacam:

[291] A relação entre a teoria do lugar de fala e a não neutralidade advém do aprendizado a partir de Isabela Venturoza.

dominação masculina em Chauí, patriarcado em Saffioti, e debate relacional em Gregori, conforme se depreende de Santos e Izumino (2005). Durante a execução da dissertação, diversos caminhos apontavam na direção da perspectiva relacional, que retira a dualidade fixa entre mulher vítima e homem agressor, e demonstra que as relações violentas são constituídas por uma complexidade que vai além dessa binariedade, conforme se vislumbra em Gregori (1993, p. 183-184) e Nothaft (2016, p. 22).

Apesar disso, com as leituras necessárias para a execução do quarto capítulo, verifica-se que embora as relações violentas, por vezes, tivessem ações de ambos os envolvidos, essas atitudes eram influenciadas pelas desigualdades de gênero. Nesse sentido, a mulher não cozinhar era lido como uma ação provocativa, o que justificaria uma violência, na visão de determinadas pessoas. Em Marques (2007, p. 85), por exemplo, relatam-se brigas e agressões decorrentes do fato de a mulher "não ter cumprido seu papel" de fazer o almoço. Só que a atribuição da função de cozinhar, na realidade, advém dos reflexos dos papéis de gênero decorrentes de uma sociedade patriarcal. Por isso se diz que o patriarcado sofre críticas, mas é uma teoria que não deve ser descartada: papéis de gênero, ligados aos aprendizados do patriarcado, estão muito presentes no imaginário e na ação dos homens (e de boa parte das pessoas), e por vezes ensejam discussões que acabam em violência.

Diante disso, vislumbrou-se a possibilidade de colocar em diálogo três relevantes teóricas sobre a violência doméstica contra a mulher, ao menos parcialmente, para se obter uma análise mais completa[292]. Assim, de que forma seria possível um diálogo entre essas três vertentes?

Gregori (1993, 177-183), autora muito relevante da perspectiva relacional (SANTOS; IZUMINO, 2005, 151), aponta duas discussões entre casais em sua obra, não com a finalidade de que servissem como exemplo representativo de todas as violências, mas como forma de trazer uma situação complexa de comunicação. Segundo a autora, as discussões eram, por vezes, desencadeadas como uma forma de comunicar algo por trás do que foi dito naquele contexto. Um exemplo é o fato de Júlia gritar com o esposo porque não encontrava a chupeta da criança, mas, no fundo, estar descontente com precisar trabalhar e não poder educar seus filhos da maneira como gostaria. Paralelamente, o marido não conseguia exercer o papel de provedor que, em tese, lhe caberia. A ação de Júlia, de desencadear um conflito e depois passar para outro cenário em que figura como vítima de violência, poderia ser uma forma de devolver

[292] Em Santos e Izumino (2005) também se estabelece diálogo entre as autoras.

esse papel masculino e ativo ao parceiro, ou seja, recuperar sua masculinidade hegemônica e viril perdida. Não é possível, porém, desvincular essa atitude da perspectiva patriarcal. Há, notadamente, apego aos papéis de gênero de que o homem deva ser o provedor, e a mulher, a educadora das crianças. Isso dialoga com Saffioti (1987), pois esta autora enfatiza a relação entre papéis de gênero e o patriarcado.

Paralelamente, Gregori (1993, p. 177-183) relata outra discussão entre casal. A parceira tratou de um assunto sensível, pois elogiou Yoko Ono, uma pessoa que seu marido não gostava, por considerá-la "puta". A discussão seguiu até que seu marido dissesse que uma vez que gosta da Yoko Ono, que é "puta", então isso significa que a esposa deva ser "puta" também. Gregori enfatiza que por trás da discussão, a parceira queria enfatizar o machismo do marido. Havia, assim, uma certa forma de comunicação, e ao mesmo tempo uma espécie de "provocação", por se tocar em um assunto que sempre ensejava conflitos. Novamente, porém, é possível associar essa briga, que desencadeou em agressão, ao patriarcado. A própria visualização de Yoko Ono como uma "puta", e consequentemente da parceira como "puta", é uma ação machista, vinculada a ideia de que se a mulher não cumpre determinados papéis, deve ser estigmatizada, assim como a figura da "puta" é[293].

Chauí (1985, p. 35-38) enfatiza, em sua pesquisa, sobre as dificuldades para que se obtenha um consentimento livre. Diante de suas contribuições, é possível pensar que embora na relação violenta exista, por vezes, uma postura ativa da mulher, eventual atitude "provocativa", como tocar em um assunto sensível, que sempre gera discussão, ou se incomodar porque não consegue educar os filhos sozinha, não é, necessariamente, uma ação livre. Isso porque a mulher também recebe influência de papéis de gênero e tem, comumente, uma educação patriarcal, ou seja, também vivencia a alienação. Assim, no caso de Júlia, "inverter" o cenário e "contribuir" para que se chegasse à situação de violência, se deveu ao fato de acreditar que o parceiro tem a obrigação de ser o provedor e de ela educar os filhos em casa. Então, uma ação para "devolver" a posição de "homem" é, necessariamente, uma ação livre?

Em outras palavras, o incômodo sobre a impossibilidade de educar sozinha os filhos, ou discussões em torno de alguém considerada "puta", dialoga diretamente com papéis de gênero, que determina valores e comportamentos típicos para homens e mulheres[294]. No primeiro caso, por exemplo, o desconforto que gera a discussão advém da crença de que é função feminina a educação infantil. Sabe-se, porém, que não há nada de biológico ou natural que fundamente

[293] Sobre a figura da "puta", consultou-se Andrade (1999, p. 112-114).
[294] Utilizou-se Saffioti (1987) para trabalhar papéis de gênero nesta dissertação.

essa convicção. Na realidade, ela advém de um processo de alienação, constante de uma sociedade em que o patriarcado ainda tem reflexos, e faz com que as ações, ainda que lidas como “provocativas”, não sejam ações livres.

Em seguida, no capítulo de número três foi feita a contextualização dos grupos reflexivos. Pode-se afirmar que há diversas formas de funcionamento desses serviços no Brasil (VIEIRA DE CARVALHO, 2018, p. 155; CEPIA, 2016, p. 61). Isso explica a lacuna identificada na presente dissertação: se há diferentes maneiras de execução desses serviços, é provável que algumas tenham mais efetividade do que outras. Efetividade, porém, em relação a quê?

Diante dessa e de outras indagações, neste capítulo delimitou-se que para a aferição da efetividade, precisa-se estabelecer um objetivo. Para tanto, consideraram-se as lições das Diretrizes Gerais dos Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor (BRASIL, 2011), bem como CEJEM (2012) e Manual de Gestão para Alternativas Penais: medidas protetivas de urgência e demais serviços de responsabilização para homens autores de violência contra as mulheres (LEITE, 2016).

O objetivo delineado a partir disso dividiu-se entre o imediato (vinculado à desconstrução da masculinidade hegemônica, que deve ser feita o quanto antes, haja vista os prejuízos que o ideal concentra), e outro mediato, a ser alcançado a longo prazo, vinculado à promoção da equidade de gênero. A equidade é importante porque se for criado um contexto geral de equidade, as masculinidades tendem a se aproximar delas, haja vista que são negociáveis a partir do contexto (ALMEIDA, 1996, p. 162). Paralelamente, o fim da violência ou a mudança de posturas não significam que a equidade tenha sido alcançada, mas representam uma aproximação. Ainda, a ideia de equidade representa o oposto da assimetria de poder e das desigualdades, que estão presentes nos relacionamentos violentos, razão pela qual deve ser buscada.

Outros pontos são importantes. Verificou-se que há entraves para a concretização da equidade (OLIVEIRA, 2016, p. 96; MEDRADO, LYRA, 2016, p. 169-173; ANDRADE, BARBOSA, 2008, p. 2; MEDRADO, MÉLLO, 2008, p. 84). De fato, o próprio contexto político autoritário e conservador atual é um empecilho para que se pense além da punição, e que se façam discussões sérias sobre responsabilização. O cenário envolve o desmonte das pesquisas, *fake news*, ministra que tem posturas contrárias ao debate acumulado pelo feminismo. É claro, porém, que não se trata de algo somente vinculado ao governo Bolsonaro, mas parece que se agravou durante os últimos dois anos, durante seu mandato. A própria Lei

Maria da Penha, por exemplo, a partir de análise textual realizada em 2020, baseada nos critérios de Medrado e Méllo (2008), não possui a palavra “homem”. Já a expressão “agressor” consta vinte e cinco vezes, e “ofendida” tem quarenta colocações. Ainda, os termos que se referem, de forma geral, aos serviços junto aos homens autores de violência, sofrem críticas em pesquisas (ANDRADE; BARBOSA, 2008, p. 2-3; MEDRADO; MÉLLO, 2008, p. 84; ANDRADE, 2014, p. 183-184), como “reabilitação”, “recuperação”, “reeducação”. Na realidade, acabam por ofender pessoas de quem se espera uma mudança que se paute em equidade, ou são simplesmente inapropriados. Com base em Fernandes (2015, p. 167), Vieira de Carvalho (2018, p. 189-204), conclui-se que os grupos possuem natureza de medida protetiva atípica, e destacaram-se os embates sobre constituírem, ou não, forma antecipada de punição, em vista de Castro e Cirino (2020, p. 71) e Nothaft (2020, p. 196-197).

No que se refere à avaliação dos serviços, três métodos se destacaram: análise de reincidência, formulários de avaliação e observação dos diálogos travados nos grupos reflexivos. Em relação à reincidência, há diversos problemas para aferi-la. Primeiro, é preciso estabelecer um critério. Considera-se reincidente um homem somente quando voltou a delinquir após o trânsito em julgado da sentença condenatória? Caso pratique nova agressão antes da condenação, a palavra “reincidência” abrange essa situação? Não se pretende responder a essas perguntas nesta pesquisa. Ademais, é importante destacar a existência da cifra oculta (BARIN, 2016, p. 48), além de que alguns grupos aferem a reincidência com base no simples retorno daquele indivíduo ao grupo reflexivo, a partir de novo encaminhamento (CEPIA, 2016, p. 56-57). Conclui-se que a reincidência é um critério insuficiente para aferir mudanças, mas ainda assim importante, e deve ser pensada a partir de critérios bem estabelecidos.

Quanto aos formulários de avaliação, na padronização do grupo reflexivo dos homens autores de violência há documentos com este fim, como o formulário de avaliação individual, e nele solicita-se ao homem que descreva exemplos de eventuais mudanças notadas por ele e/ou sua parceira (CEJEM, 2012, p. 416-419). Isso é especialmente interessante porque o trabalho com exemplos traz a visão do homem sobre os fatos, ou seja, a sua percepção sobre si mesmo e o que entendeu a partir do julgamento dos que com ele convivem. Os formulários trazem, assim, uma autorreflexão desencadeada por um estímulo institucional, e contêm relatos pessoais sobre a perspectiva daquele indivíduo a respeito de suas mudanças. Podem também evidenciar o que aquele homem já ouviu de seus familiares e conviventes no que se refere às transformações.

Por fim, em relação ao discurso, enfatiza-se a importância de se ouvir os homens (BEIRAS, 2012, p. 42; OLIVEIRA 2016, p. 101). Em que pese essas falas possam “esconder” o que de fato pensam, haja vista o contexto em que estão inseridos (OLIVEIRA, 2018a, p. 52; GRUDTNER DA SILVA, 2016, p. 114), têm sua relevância, por demonstrar, ao menos parcialmente, suas subjetividades. Justamente por isso é que o trabalho enfocou, no capítulo de número quatro, nas narrativas e diálogos que ocorrem no cotidiano de grupos reflexivos brasileiros, por ser possível entender as dinâmicas realizadas pelos facilitadores, as respostas que eles davam sobre comentários machistas, e ainda, exemplos dos próprios homens sobre suas visões e seus cotidianos. A coleta desses dados, porém, é escassa. Seria interessante que o acesso a essas informações fosse facilitado, justamente por contribuir com a análise sobre limites e potencialidades dos grupos reflexivos, mantendo-se sempre o sigilo dos participantes e profissionais, bem como demais critérios éticos.

Estabeleceu-se uma analogia às lições de Ribeiro (2019) sobre racismo, no que se refere à responsabilização dos homens em relação ao machismo. É necessário, assim, que tomem consciência da desigualdade, e reconheçam os privilégios que têm a depender do contexto. Em seguida, devem se responsabilizar, na medida em que este é um ato que gera ações, e a partir daí, poderiam praticar ações antissexistas e contribuírem com a equidade. Sugere-se que este seja um movimento a ser acionado pelos grupos reflexivos.

Por fim, o último capítulo debruçou-se sobre teses e dissertações que trouxessem diálogos e dinâmicas de grupos reflexivos desenvolvidos no Brasil, cujo recorte temporal se deu entre 2006 e 2016, a partir de filtro aplicado em artigo de Nothaft e Beiras (2019), e entre 2017 e 2020, em revisão feita na biblioteca do IBICT. O objetivo era compreender quais ações dos grupos tendiam a maior limite e potencialidade, ou seja, o que teria ou não maior tendência a efetividade, e traçar uma relação desse ganho com as metodologias.

Isso porque identificou-se a necessidade de compreender, com mais detalhes, o desenvolvimento dos grupos reflexivos. Em outras palavras, o que os facilitadores respondiam diante de atitudes machistas? Como faziam as desconstruções? De que forma eram suas frases? Essas foram algumas perguntas que nortearam o estudo.

Como síntese, verificou-se que há poucas pesquisas empíricas que se encaixaram nos filtros desta dissertação. Se forem considerados os anos de 2006 a 2020 (juntando-se o período da pesquisa de Nothaft e Beiras, 2019, e a realizada por esta pesquisadora), notam-se 2.922

resultados[295]. Deles, 34 são trabalhos empíricos com grupos reflexivos. Somente 8, porém, contém os diálogos e dinâmicas necessários a esta pesquisa. Observou-se que houve aumento de pesquisas empíricas nessa temática[296], haja vista que entre 2006 e 2016 foram encontradas 17, e entre 2017 e 2020, também 17. O mesmo número, mas em intervalo de tempo menor. Aparentemente, esse pequeno número se deve ao fato de a metodologia de coleta de dados ser, normalmente, invasiva, como visto em Victor Lima (2018c, p. 40). Sugere-se que pesquisas futuras façam uma sistematização das informações encontradas nesses novos trabalhos.

Aparentemente os trabalhos de Marques (2007), Pazo (2013) e Muszkat (2006) trazem os piores resultados. No que se refere a Marques (2007), pode-se deduzir que um debate sobre violência que dialogue com as discussões a respeito de gênero e masculinidade hegemônica poderia, talvez, trazer mais efetividade ao serviço (verificaram-se falas dos participantes no sentido de que mudaram seus comportamentos e diminuíram a agressividade, mas não houve maiores evidências). Indica-se a importância de um grupo aberto a outros participantes, e que não os trate de maneira individualizada. Conclui-se ainda que é interessante pensá-los de forma individual a fim de compreender suas interseccionalidades, mas não para que se elabore uma abordagem terapêutica.

Paralelamente, em Pazo (2013) notou-se certa disputa de poder entre os homens e as profissionais. Havia também, nas facilitadoras, uma postura de certa "autoridade", pois temiam pela segurança, mas isso parece atrapalhar o acolhimento e o diálogo. Não foram observados resultados expressivos. Por fim, quanto à Muszkat (2006), o número reduzido de sessões (4) pode ser um fator associado à manutenção de ideais hegemônicos. Notou-se, porém, a abertura para o diálogo[297].

Em outras palavras, seria interessante que a) as sessões tenham um número maior[298]; b) a violência seja trabalhada numa perspectiva de gênero e masculinidades; c) a postura dos profissionais se distancie do autoritarismo e competição. Além disso, recursos audiovisuais e elaboração de perguntas parecem ser interessantes estratégias.

A problemática da autoridade também foi verificada em um dos grupos descritos por Martínez-Moreno (2018). Notou-se que o diálogo não fluiu bem naquele serviço, e houve

---

[295] Um número aproximado, haja vista que entre 2006 e 2016 a seleção de pesquisa foi feita por outros autores.
[296] O aumento de pesquisas na área também foi pontuado em Nothaft e Beiras (2019, p. 10).
[297] Indica-se a leitura de Nothaft e Beiras (2019) e das considerações feitas nos capítulos mencionados para que se compreendam todos os diálogos feitos com outros autores.
[298] Sugestões de maior tempo de participação pelas mulheres parceiras dos participantes podem ser vistas em Nothaft (2020, p. 177-184).

explicações desassociadas de um debate atualizado sobre sexualidade (haja vista Milena, facilitadora, pontuar que a sexualidade é uma opção). Como resultados, não se observaram mudanças tão expressivas quanto no outro grupo descrito pelo autor (constante do item 4.8.1 desta dissertação), em que o diálogo fluía melhor (e parece que isso se dava porque não havia interferência de posturas autoritárias). Ao mesmo tempo, essas posturas aqui criticadas se devem, aparentemente, ao assédio que a facilitadora sofria, o que demonstra a tensão nesses serviços.

Em relação aos demais grupos reflexivos dos trabalhos citados no capítulo quatro, constata-se, de forma geral, algumas desconstruções da hegemonia e permanência de outros aspectos. Suas metodologias também eram similares, no sentido de usarem diversos recursos para promover a reflexão.

Nothaft (2020, p. 201), em tese de doutorado, descreveu que de acordo com algumas entrevistadas, parece haver, depois do grupo, melhoria da convivência não somente com as parceiras, mas com a família, e há mudanças mais intensas em alguns do que em outros. Ainda, verificam-se comportamentos desafiadores. É provável que esse seja um resultado parecido com os demais grupos aqui estudados: a desconstrução de parte do ideal hegemônico (como maior alteridade, autocontrole, indagação feita a outros homens sobre frases machistas etc.) pode trazer maior tranquilidade na convivência. No entanto, outros comportamentos desafiadores podem estar associados às permanências da hegemonia.

Isso é destacado no item 4.9, em que Vanessa Soares (2018, p. 307) explica sobre uma masculinidade híbrida. Tem-se que os homens transitam entre a hegemonia e outras formas de ser homem, e isso parece se refletir na postura dos participantes dos grupos aqui estudados: há desconstruções e permanências da hegemonia.

O que mais chama a atenção é a falta de preparo dos profissionais[299], uma situação que traz consequências em suas atuações, por vezes, desalinhadas de objetivos importantes para os grupos. Verificam-se exemplos como conhecimento distanciado do debate sobre gênero e sexualidade, contrariedade ao feminismo, autoritarismo e competitividade junto aos participantes. São posturas que parecem representar um entrave à produtividade do serviço. Ressalte-se que não se objetiva, com isso, julgar esses profissionais. Pelo contrário, têm-se plena ciência de que isso é um reflexo da precariedade que perpassa esses grupos, inclusive

[299] Nothaft e Beiras (2019, p. 8) identificaram problemas na capacitação de profissionais.

pela falta de recursos. Almeja-se tão somente identificar ações que tendam a contribuir mais ou menos com as mudanças necessárias aos participantes.

De outro lado, parece que profissionais alinhados à interseccionalidade, tanto em suas posturas quanto nas metodologias, e atentos às questões como lugar de fala, discussões sobre gênero, raça e classe, representam um potencial. Isso ocorre porque a própria construção da hegemonia – que se aproxima, na prática, de um homem com marcadores muito específicos – pode ser mais bem compreendida à luz da interseccionalidade.

Sobre o assunto, constataram-se interseccionalidades entre as masculinidades em Juliano Scott (2018, p. 72), Nothaft (2020, p. 185-186) e Martínez-Moreno (2020), e verificou-se que isso traz desafios às metodologias. Nothaft (2020, p. 196-203) sugere que a interseccionalidade seja considerada nas dinâmicas, na medida em que poderia trazer maiores potenciais aos grupos. Diante disso, apontaram-se algumas sugestões para que essa interseccionalidade seja trabalhada. A partir de Nothaft (2020, p. 76), depreende-se a importância de que integrem a equipe pessoas que não sejam somente vinculadas ao padrão cisheterossexual e brancos, haja vista a influência do lugar de fala nos atendimentos. Também pela pesquisa da autora (NOTHAFT, 2020, p. 128), nota-se ser importante considerar outros autores de violência além de homens cis, e diante disso, abre-se o questionamento: como, por exemplo, homens trans heterossexuais poderiam frequentar grupos reflexivos que são normalmente LGBTQIA+fóbico? Não há pretensão de esclarecer essa dúvida na presente dissertação.

Em Juliano Scott (2018, p. 97), observa-se que a abordagem reflexivo-educativa parece trazer maior democracia ao grupo, uma vez que permite o trabalho com temas que interessam aos homens. Essa abordagem, portanto, contribui com a interseccionalidade, pois as temáticas poderiam ser pensadas de acordo com as necessidades daquele grupo.

Resta compreender quais outros desafios as interseccionalidades trazem para os facilitadores[300]. Assim, como seria a melhor forma de trabalhar com homens de extrema-direita? E com os que sofrem com as desigualdades de raça e classe? E os privilegiados socioeconomicamente e pela branquitude? Ainda, importa saber quais pedagogias poderiam ser inseridas nas metodologias para dar conta da interseccionalidade e do hibridismo (SOARES, 2018, p. 307) das masculinidades.

[300] Dúvida que foi levantada a partir de diálogo com Isabela Oliveira.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Fernando; BRONZ, Alan. Desafios para o trabalho com homens em situação de violência com suas parceiras íntimas. *In:* BLAY, E. A. (Org.). **Feminismos e masculinidades:** novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 139-148.

AFONSO NETO, José. **Programas de intervenção com homens na Lei Maria da Penha:** violência contra as mulheres, masculinidades e responsabilização sem dor. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Escola de Direito, Turismo e Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto/MG, Ouro Preto, 2020. Versão para qualificação. Ainda não publicado.

AGUIAR, Luiz Henrique Machado de. **Intervenções psicossociais e responsabilização com homens autores de violências contra parceiras íntimas no Distrito Federal do Brasil e em Porto, Portugal.** Tese (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Universidade de Brasília, 2018.

ALMEIDA, Miguel Vale de. Género, masculinidade e poder: revendo um caso do Sul de Portugal. **Anuário Antropológico**, [S. I.], v. 20, n. 1, p. 161-189, 1996.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

AMADO, Roberto Marinho. O que fazer com os homens autores de violência contra as mulheres? Uma análise sobre os serviços destinados aos homens processados pela Lei Maria da Penha. *In:* BEIRAS, A.; NASCIMENTO, M. (Orgs.). **Homens e violência contra as mulheres:** pesquisas e intervenções no contexto brasileiro. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2017. p. 213-235.

AMARAL, Alberto. Discursos sobre o enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil e a (não) aplicação da suspensão condicional do processo. **Argumenta Journal Law**, Jacarezinho-PR, Brasil, n. 23, p. 95-128, jun/jan. 2015. Disponível em: http://seer.uenp.edu.br/index.php/argumenta/article/view/657/pdf_99. Acesso em: 30 jul. 2020.

ANDRADE, Leandro Feitosa. Grupo de homens e homens em grupos: novas dimensões e condições para as masculinidades. *In:* BLAY, E. A. **Feminismos e masculinidades:** novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

ANDRADE, Leandro Feitosa; BARBOSA, Sérgio Flávio. A Lei Maria da Penha e a implementação do grupo de reflexão para homens autores de violência contra mulheres em São Paulo. **Anais Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder.** Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373299497_ARQUIVO_PrateseAndradeFazendoGenero10.pdf. Acesso em: 18 nov. 2020.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Criminologia e Feminismo: da mulher como vítima à mulher como sujeito de construção de cidadania. *In:* CAMPOS, C. H. D. **Criminologia e Feminismo.** Porto Alegre: Editora Sulina, 1999. p. 105-117.

ATALLAH, Raul; AMADO, Roberto Marinho; GAUDIOSO, Pierre. Experiências no trabalho com homens autores de violência doméstica: reflexões a partir da experiência do SerH. *In:* LOPES, Paulo Victor; LEITE, Fabiana (Orgs). **Atendimento a homens autores de violência doméstica:** desafios à política pública. Rio de Janeiro: Iser, 2013. p. 65-85. Atualização: enunciados da CONPEVID (Comissão Nacional de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher). **Compromisso e Atitude:** Lei Maria da Penha, [S. I.], 31 jan. 2019. Disponível em: http://www.compromissoeatitude.org.br/enunciados-da-copevid-comissao-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher/. Acesso em: 25 jul. 2020.

BADINTER, Elisabeth. **XY:** sobre a identidade masculina. Tradução: Maria Ignez Duque Estrada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BARIN, Catiuce Ribas. **Violência doméstica contra a mulher:** programas de intervenção com agressores e sua eficácia como resposta penal. Curitiba: Juruá, 2016.

BATISTA, Kevin Samuel. **Masculinidades e violência de gênero:** um estudo sobre violências e metamorfoses na perspectiva da psicologia social crítica. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/36787. Acesso em: 30 nov. 2020.

BEIRAS, Adriano. **La (de)construcción de subjetividades en un grupo terapêutico para hombres autores de violencia en sus relaciones afectivas.** Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Departamento de Psicología Social, Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 2012. Disponível em: https://www.tdx.cat/handle/10803/117621. Acesso em: 25 jul. 2020.

BEIRAS, Adriano. **"A violência masculina no cenário familiar: seus desdobramentos e possíveis intervenções".** Live produzida pelo instagram @espacodeconversas, 2020.

BEIRAS, Adriano. **Relatório Mapeamento de Serviços de atenção grupal a homens autores de violência contra mulheres no contexto brasileiro.** 2014. Disponível em: http://www.noos.org.br/userfiles/file/Relat%C3%B3rio%20Mapeamento%20SHAV_site.pdf. Acesso em: 25 jul. 2020.

BEIRAS, Adriano; CANTERA, Leonor M. Feminismo pós-estruturalista e masculinidades: contribuições para a intervenção com homens autores de violência contra mulheres. *In:* BLAY, Eva Alterman (Org.). **Feminismos e masculinidades:** novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 29-43.

BEIRAS, Adriano; NASCIMENTO, Marcos; INCROCCI, Caio. Programas de atenção a homens autores de violência contra as mulheres: um panorama das intervenções no Brasil. **Revista Saúde Soc.,** São Paulo, v. 28, n. 1, p. 262-274, 2019. Doi: https://doi.org/10.1590/s0104-12902019170995.

BENTO, Berenice. **Homem não tece a dor:** queixas e perplexidades masculinas. 2 ed. Natal, RN: EDUFRN, 2015.

BERMÚDEZ, Mónica de Martino. Connel y el concepto de masculinidades hegemónicas: notas críticas desde la obra de Pierre Bourdieu. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 283-300, 2013.

BERTH, Joice. **Empoderamento.** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. [Recurso Eletrônico].

BERTONCINI, Carla; PADILHA, Elisângela. Família, dignidade da pessoa humana e relativismo cultural. **Revista Direitos Humanos e Democracia**, [S. I.], v. 5, n. 9, p. 306-330, jan/jun. 2017. Doi: https://doi.org/10.21527/2317-5389.2017.9.306-330.

BERTONCINI, Carla; CALDONAZZO, Tayana Roberta Muniz. **(Re)veiled racism in Brazil:** recognition as a means of confronting it throught anti-racist actions. Revista Quaestio Iuris, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 1252-1289, 2020. Doi: 10.12957/rqi.2020.45898.

BERTÚLIO, Dora Lucia de Lima. **Direito e relações raciais:** uma introdução crítica ao racismo. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1989.

BILLERBECK, Luana Márcia de Oliveira. **Subjetividades masculinas:** identidades dos homens que praticaram violência doméstica e familiar no contexto do Paraná. Tese (Doutorado) apresentada à Universidade Estadual de Ponta Grossa, em Ciências Sociais Aplicadas. UEPG, 2018. Disponível em: https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/2495. Acesso em: 29 jul. 2020.

BORGES, Clara Maria Roman; LUCCHESI, Guilherme Brenner. O machismo no banco dos réus: uma análise feminista crítica da política criminal brasileira de combate à violência doméstica contra a mulher. **Revista da Faculdade de Direito – UFPR**, Curitiba, v. 60, n. 3, p. 217-247, set/dez. 2015.

BORGES, Rosane. **Masterclass bell hooks:** dos temas que atravessam o contemporâneo. 2020.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Tradução: Maria Helena Kuhner. 16 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

BRASIL. **Diretrizes para Implementação dos Serviços de Responsabilização e Educação dos Agressores.** Secretaria de Políticas para Mulheres. Secretaria de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília, [200-?]. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/sobre/a-secretaria/subsecretaria-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/pacto/servico-de-responsabilizacao-do-agressor-pos-workshop.pdf/view. Acesso em: 22 nov. 2020.

BRASIL. **Lei 11.340/2006, de 07 de ago. de 2006.** Lei Maria da Penha. Brasília, Distrito Federal, Brasil. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 25 jul. 2020.

BRASIL. **Projeto de Lei do Senado n° 9, de 2016.** Altera a Lei n° 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha) para estabelecer a medida protetiva de frequência a centro de

educação e reabilitação do agressor, Senado Federal, Brasília, 2016. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/124675. Acesso em: 25 jul. 2020.

BRASIL. **Rede de Enfrentamento à violência contra as Mulheres**, 2011. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres. Acesso em: 25 jul. 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. 18 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CALDONAZZO, Tayana Roberta Muniz; BERTONCINI, Carla. A descriminalização do aborto como prática antidiscriminatória. *In:* GOMES, E. B.; PIOVESAN, F.; SARLET, I. W. (Coord.); BRANDALISE, A. E.; LEAHY, E.; SALLES, L. M. R. (Orgs). **Controle de Constitucionalidade e Direitos Humanos.** Curitiba: Instituto Memória; Centro de Estudos da Contemporaneidade, 2020. p. 300-322.

CARABÍ, Àngels; ARMENGOL, Josep M. Introduction. *In:* CARABÍ, A.; ARMENGOL, Josep (Ed.). **Alternatives masculinities for a changing world.** New York: palgrave macmillan, 2014. p. 1-13.

CASTRO, Bruna de Azevedo; CIRINO, Samia Moda. Violência de gênero e Lei Maria da Penha: considerações críticas sobre a inserção obrigatória do agressor em programas de recuperação ou atendimento em grupo como medida protetiva de urgência. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**, [S. I.], v. 6, n. 1, p. 63-79, 2020.

CEJEM – Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Padronização do grupo reflexivo dos homens agressores: uniformização de procedimentos para estruturação, funcionamento e avaliação dos grupos reflexivos com autores de crimes de situação de violência doméstica. **Direito em movimento**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 405-217, 2003. Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistadireitoemovimento_online/edicoes/volume14/revista_n14.htm. Acesso em: 25 jul. 2020.

CEPIA, Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação. **Relatório de Pesquisa:** violência contra as mulheres – os serviços de responsabilização dos homens autores de violência. 2016. Disponível em: https://cepia.org.br/publicacao/relatorio-violencia-contra-as-mulheres/. Acesso em: 25 jul. 2020.

CÉSAR, Caio. Hiperssexualização, autoestima e relacionamento inter-racial. In: RETIER, H. S.; SOUZA, R. M. (Orgs). **Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades.** São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2019. p. 53-76.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. *In:* CARDOSO, R.; CHAUÍ, M.; PAOLI, M. C.; SOS-MULHER (Orgs). **Perspectivas antropológicas da mulher 4.** Rio de Janeiro: Zahar Editores S. A., 1985. p. 23-62.

CHECCHETTO, Fátima Regina. **Violência e estilos de masculinidade.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. [Recurso eletrônico].

CONNELL, R. W. **Masculinities.** 2 ed. Berkeley, Los Angeles: Univesrity of California Press, 2005.

CONNELL, R. W. Políticas da masculinidade. **Educação e Realidade**, [S. I.], v. 20, n. 2, p. 185-206, 1995.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 21, p. 241-282, 2013.

CORDEIRO, Elaine de Souza. **Violência contra a mulher é crime!:** a Lei Maria da Penha e um trabalho de grupo com agressores. Curitiba: Juruá, 2014.

CORRÊA, Mariza. O sexo da dominação. **Novos Estudos**, n. 54, p. 43-53, jul. 1999. Disponível em: https://filosoficabiblioteca.files.wordpress.com/2013/10/19-correa-sexo-e-dominacao-em-bourdieu.pdf. Acesso em: 18 nov. 2020.

COUTO JUNIR, Dilton Ribeiro; BRITO, Leandro Teofilo. Resenha: manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual. Tradução: Maria Paula Gurgel Ribeiro. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 7, n. 22, p. 220-225, ago/dez. 2016.

CUSTÓDIO, Túlio Augusto. Per-vertido Homem Negro: reflexões sobre masculinidades negras a partir de categorias de sujeição. In: RETIER, H. S.; SOUZA, R. M. (Orgs). **Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades.** São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2019. p. 131-161.

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 165-185, fev. 2008.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na justiça:** a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. 2 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

Efetivo. **Aulete Digital**, [S. I.], [201-?]. Disponível em: http://www.aulete.com.br/efetivo. Acesso em: 25 jul. 2020.

Encerramento da 4ª. Edição do Projeto TEMPO DE DESPERTAR – ressocialização do autor de violência doméstica e familiar contra a Mulher – Zona Leste – Capital, **Justiça de Saia**, [S. I.], 14 nov. 2017. Disponível em: http://www.justicadesaia.com.br/encerramento-da-4a-edicao-do-projeto-tempo-de-despertar-ressocializacao-do-autor-de-violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher-zona-leste-capital/. Acesso em: 25 jul. 2020.

FERNANDES, Valéria Diez Scarance. **Lei Maria da Penha:** o processo penal no caminho da efetividade: abordagem jurídica e multidisciplinar (inclui Lei de Feminicídio). São Paulo: Atlas, 2015.

FLOOD, Michael. Men's antiviolence activism and the constructionof gender-equitable masculinities. *In:* CARABÍ, A.; ARMENGOL, Josep (Ed.). **Alternatives masculinities for a changing world.** New York: palgrave macmillan, 2014. p. 35-50.

GARCIA, Ana Luíza Casasanta. **Reflexões sobre família, ética e moralidade da ação violenta de homens autores de violência.** Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/191081. Acesso em: 30 nov. 2020.

GARCIA, Sandra Mara. Conhecer os homens a partir do gênero e para além do gênero. *In:* ARILHA, M.; RIDENTI, S. G. U.; MEDRADO, B. (Orgs). **Homens e masculinidades**: outras palavras. 34 ed. São Paulo: ECOS, 1998. p. 31-50.

GONÇALVES, João Paulo Bernardes. As contribuições da noção de interseccionalidade e dos estudos feministas pós-coloniais para o capo das intervenções com homens autores de violência doméstica contra as mulheres. *In:* BEIRAS, A.; NASCIMENTO, Marcos. **Homens e violência contra mulheres:** pesquisas e intervenções no contexto brasileiro. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2017. p. 19-50.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas:** um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993.

GROSSI, Miriam Pillar. Ajudando a iluminar o caminho das pesquisas sobre gênero e violência. *In:* GROSSI, M. P.; MINELLA, L. S.; LOSSO, J. C. M. (Orgs.). **Gênero e violência:** pesquisas acadêmicas brasileiras (1975-2005). Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006. p. 9-13.

GRUDTNER DA SILVA, Anne Caroline Luz. **Violência por parceiro íntimo:** o acompanhamento ao homem autor de violência. Tese (Doutrado em Saúde Coletiva) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/172173. Acesso em: 25 jul. 2020.

HARAWAY, Donna J. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. Tradução: Tomaz Tadeu. *In:* TADEU, T. (Org). **Antropologia do ciborgue:** as vertigens do pós-humano. 2 ed. [S. I.]: Autêntica, 2016. p. 23-104.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Org.). **Atlas da Violência 2019.** Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo. 2019. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784&Itemid=432. Acesso em: 09 nov. 2019.

IZUMINO, Wânia Pasinato. **Justiça para todos:** os Juizados Especiais Criminais e a violência de gênero. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: https://www.pagu.unicamp.br/pf-pagu/public-files/arquivo/130_izumino_wania_pasinato_termo.pdf. Acesso em: 24 jul. 2020.

KIMMEL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subordinadas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 4, n. 9, p. 103-117, out. 1998. Doi: http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71831998000200007.

KUNZRU, Hari. "Você é um ciborgue": um encontro com Donna Haraway. Tradução: Tomaz Tadeu. *In:* TADEU, T. (Org). **Antropologia do ciborgue:** as vertigens do pós-humano. 2 ed. [S. I.]: Autêntica, 2016. p. 9-22.

LEITE, Fabiana de Lima. **Manual de gestão para alternativas penais:** medidas protetivas de urgência e demais serviços de responsabilização para homens autores de violência contra as mulheres. Procedimentos, Fluxos e Rotinas para Aplicação e Acompanhamento. Brasília, 2016. Disponível em: http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/dirpp/cgap/modelo-de-gestao/medidasprotetivasdeurgncia.pdf. Acesso em: 22 nov. 2020.

LEÓN, Magdalena. El empoderamiento de las mujeres: Encuentro del primer y tercer mundos em los estúdios de género. **La Ventana**, v. 2, n. 13, p. 94-106. 2001. ISSN: 1405-9436.

LIMA, Daniel Costa; BUCHELE, Fátima. Revisão crítica sobre o atendimento a homens autores de violência doméstica e familiar contra as mulheres. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 721-743, 2011. Doi: https://doi.org/10.1590/S0103-73312011000200020.

LIMA, Francielle Elisabet Nogueira. **Perspectivas críticas sobre a tutela jurídica de pessoas trans:** diálogos entre estudos (trans)feministas e direito. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018a.

LIMA, Natã Souza. **Entre mundos de sentido:** violência sexual, família e parentesco a partir do grupo de autores em Manaus/AM. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018b. Disponível em: https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6353. Acesso em: 30 nov. 2020.

LIMA, Victor Hugo Berlarmino. **Produção de sentido em um grupo reflexivo para homens autores de violência.** Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018c. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/26670/1/Produ%C3%A7%C3%A3osentidogrupo_Lima_2019.pdf. Acesso em: 25 jul. 2020.

MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidades e violência: gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. *In:* SCHPUN, M. R. (Org.). **Masculinidades.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. p. 35-78.

MACIEL, Welliton Caixeta. **Os "Maria da Penha":** uma etnografia de mecanismos de vigilância e subversão de masculinidades violentas em Belo Horizonte. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/17441. Acesso em: 25 jul. 2020.

MARABEZZI, Natália Montezori. **Direitos humanos e violência contra a mulher:** um estudo de gênero sobre o homicídio passional no Código Penal Brasileiro. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2010.

MARQUES, Cristiane Gomes. **Homens "autores de violência conjugal":** modernidade e tradição na experiência de um grupo de reflexão. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MARTÍNEZ-MORENO, Marco Julián. **Civilizar a cultura: questões de modernização e a afirmação da dignidade entre homens acusados de violência doméstica e familiar contra a mulher.** Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Departamento de Antropologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/32525. Acesso em: 30 nov. 2020.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Em tempos de masculinidades coloniais em relevo, um intento de prefácio. In: **De guri a cabra-macho:** masculinidades no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2018, p. 7-10.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 809-840, dez. 2008.

MEDRADO, Benedito; MÉLLO, Ricardo Pimentel. Posicionamentos críticos e éticos sobre a violência contra as mulheres. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 20, n. spe, p. 78-86, 2008.

MEDRADO, Benetido; LYRA, Tiago Corrêa. **Homens e masculinidades no contexto da violência de gênero:** para além dos serviços para agressores. *In:* VEIRA, A. M.; LISBOA, T. K.; WOLFF, C. S. Gênero e violências: diálogos interdisciplinares. Florianópolis: Edições do Bosque/CFH/UFSC, 2016. p. 162-180.

MONTEIRO, Adão Freire. **A produção performativa de um homem:** cenas e contextos. Dissertação (Mestrado em Artes Cênicas) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27156/tde-17042019-151511/pt-br.php. Acesso em: 25 jul. 2020.

MONTEIRO, Anita Cunha. **Autores de violência doméstica e familiar:** um estudo sobre um grupo de reflexão no Paranoá/DF. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília/UnB, Brasília, 2014. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/16164. Acesso em: 25 jul. 2020.

MOORE, Henrietta L. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. **Cadernos Pagu**, n. 14, p. 13-44, 2000.

MOSCHKOVICH, Marília. **Curso online "Bourdieu: uma introdução".** Espaço Revista Cult, 2020.

MUSZKAT, Malvina Ester. Violência de gênero e paternidade. *In:* ARILHA, M.; RIDENTI, S. G. U.; MEDRADO, B. (Orgs). **Homens e masculinidades:** outras palavras. 34 ed. São Paulo: ECOS, 1998. p. 215-233.

MUSZKAT, Susana. **Violência e masculinidade:** uma contribuição psicanalítica aos estudos das relações de gênero. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-26092006-091251/pt-br.php. Acesso em: 25 jul. 2020.

NASCIMENTO, Elaine; GOMES, Romeu; REBELLO, Lúcia Emília Figueiredo de Souza. Violência é coisa de homem? A "naturalização" da violência nas falas de homens jovens. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1151-1157, ago. 2009.

NASCIMENTO, Marcos. Essa história de ser homem: reflexões afetivo-políticas sobre masculinidades. In: **De guri a cabra-macho:** masculinidades no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2018, p. 16-27.

NATIVIDADE, Cláudia. **Semióticas da(s) masculinidade(s) em um grupo de homens que exercem violência contra as mulheres.** Tese (Estudos Jurídicos) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

NATIVIDADE, Cláudia; et al. **Grupo reflexivo de gênero:** relato de intervenção psico-educativa com homens que exercem violência, [2007?]. Disponível em: http://albam.org.br/publicacoes/. Acesso em: 28 jul. 2020.

NOLASCO, Sócrates Alvares. **O mito da masculinidade.** Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
NOSSAS PUBLICAÇÕES. Cepia – Cidadania, Estudo, Informação e Ação. Disponível em: https://cepia.org.br/biblioteca/nossas-publicacoes/. Acesso em: 27 jul. 2020.

NOTHAFT, Raíssa Jeanine. **Intervenções com autores de violência doméstica e familiar na produção acadêmica nacional (2006-2015).** Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2016. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/148960. Acesso em: 30 nov. 2020.

NOTHAFT, Raíssa Jeanine. Repensando violência de gênero e políticas públicas para combatê-la. *In:* **Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Norte do Paraná**, 2014, Londrina. p. 1-7. Disponível em: http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/anais/iii-simposio-genero-e-politicas-publicas.php. Disponível em: 24 jul. 2020.

NOTHAFT, Raíssa Jeanine; BEIRAS, Adriano. O que sabemos sobre os autores de violência doméstica e familiar? **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 27, n. 3, e56070, p. 1-14, 2019. Doi: https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n356070.

NOTHAFT, Raíssa Jeanine. **Experiências de mulheres no enfrentamento da violência doméstica e familiar e suas relações com serviços para autores de violência.** Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/216055. Acesso em: 30 nov. 2020.

OLIVEIRA, Isabela Venturoza de. **Curso online Homens e Masculinidades:** uma perspectiva crítica. Espaço Revista Cult, 2020a.

OLIVEIRA, Isabela Venturoza. **Cursos livres:** masculinidades, racismo e violência, FESPSP, 2020b.

OLIVEIRA, Isabela Venturoza de. **Live sobre grupos reflexivos e masculinidades:** um debate relacional. Universidade Estadual do Norte do Paraná, 2020c.

OLIVEIRA, Isabela Venturoza. **"Homem é homem":** narrativas sobre gênero e violência em um grupo reflexivo com homens denunciados por crimes da Lei Maria da Penha. Dissertação (Metrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

OLIVEIRA, Isabela Venturoza; SOUSA, Fernanda Kalianny Martins. "Podem duas mulheres falar sobre masculinidades?": entre saberes localizados e a reflexão sobre múltiplas masculinidades. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 13, p. 25-43, 2020.

OLIVEIRA, Juliana de. **Acompanhamento psicossocial a homens autores de violência contra as mulheres:** retrato de um serviço. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba-MG, 2018a. Disponível em: http://bdtd.uftm.edu.br/handle/tede/804. Acesso em: 16 abr. 2020.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Seguindo os passos "delicados" de gays afeminados, viados e bichas pretas no Brasil. In: CAETANO, M.; SILVA JUNIOR, P. M. D. (Orgs). **De guri a cabra-macho:** masculinidades no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2018b, p. 127-145.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. Discursos sobre a masculinidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 91, jan. 1998.

PACHECO, Ana Paula Alves; et al. **Trabalhando em grupo com homens em situação de violência doméstica**, [201-?]. Disponível em: http://www.tjrj.jus.br/web/guest/observatorio-judicial-violencia-mulher/boas-praticas/sao-goncalo-jvdfm/grupo-homens-violencia. Acesso em: 29 jul. 2020.

PAZO, Concepcion Gandara. **Novos frascos, velhas fragrâncias:** a institucionalização da Lei Maria da Penha em uma cidade fluminense. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Programa de Pós-Graduação, Centro Biomédico, Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

PEASE, Bob. Reconstructing masculinity or ending manhood? The potential and limitations of transforming masculine subjectives for gender equality. *In:* CARABÍ, A.; ARMENGOL, Josep (Ed.). **Alternatives masculinities for a changing world.** New York: palgrave macmillan, 2014. p. 17-34.

PELAES, Rosileia dos Santos de Oliveira. **A justiça restaurativa como política pública para o enfrentamento a violência doméstica e familiar contra a mulher:** um estudo das ações do Poder Judiciário na Vara de Violência Doméstica da Comarca do Município de Santana/AP. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Políticas Públicas) – Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019. Disponível em: https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=90670. Acesso em: 30 nov. 2020.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. *In:* ALMEIDA, H. B. de; SZWAKO, J. E. (Orgs.). **Diferenças, igualdade.** São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. p. 116-148.

PRADO, Débora. Violência doméstica: os dilemas e conquistas do trabalho com homens agressores. **Compromisso e atitude**, [S. I.], 14 jan. 2014. Disponível em: http://www.compromissoeatitude.org.br/violencia-domestica-os-dilemas-e-conquistas-do-trabalho-com-homens-agressores/. Acesso em: 25 jul. 2020.

PRATES, Paula Licursi. **A pena que vale a pena:** alcances e limites de grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher. Tese (Doutorado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-10102013-102151/es.php. Acesso em: 25 jul. 2020.

PRECIADO, Paul. **Manifesto contrassexual.** Tradução: Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2014.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

Projeto dialogar combate violência contra a mulher. **Associação dos Servidores da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais**, [S. I.], [201-]. Disponível em: http://www.aspcemg.com.br/jornal-seguranca/geral/projeto-dialogar-combate-violencia-contra. Acesso em: 25 jul. 2020.

PROSENEWICZ, Ivania. **Violência doméstica e familiar:** representações sociais de mulheres, agressores e implementadores de políticas públicas e serviços de enfrentamento em Rondônia. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/182970. Acesso em: 30 nov. 2020.

Reincidência de violência doméstica cai com reabilitação para agressores. **Direitos Humanos**, Ministério Público do Estado do Paraná, [S. I.], 26 mar. 2019. Disponível em:

http://www.mppr.mp.br/2019/03/21370,10/Reincidencia-de-violencia-domestica-cai-com-reabilitacao-para-agressores.html. Acesso em: 25 jul. 2020.

Relação entre violência de gênero e homem agressor é tema de seminário no MP-PR (MPPR – 25/11/2014). **Compromisso e atitude**, [S. I.], 25 nov. 2014. Disponível em: http://www.compromissoeatitude.org.br/relacao-entre-violencia-de-genero-e-homem-agressor-e-tema-de-seminario-no-mp-pr-mppr-25112014/. Acesso em: 25 jul. 2020.

RIBEIRO, Alan Augusto Moraes; FAUSTINO, Deivison Mendes. Negro tema, negro vida, negro drama: estudos sobre masculinidades negras na diáspora. **Transversos: Revista de História**, Rio de Janeiro, n. 10, ago. 2017. DOI: 10.12957/transversos.2017.29392.

RIBEIRO, Djamila. **O que é:** lugar de fala? Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista.** São Paulo: Editora Schwarcz, 2019.

ROBLES, Simone. **Do trabalho psíquico no Centro de Referência de Assistência Social – Entre o sujeito de direitos e o sujeito dos vínculos: o papel do psicólogo no CREAS.** Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Departamento de Psicologia Social, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-17072017-162756/pt-br.php. Acesso em: 13 jan. 2021.

SAMPAIO, Márcio de Carvalho. **Violência doméstica e familiar contra a mulher e os grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1175609#. Acesso em: 24 jul. 2020.

SANTANA, Bruno. Pensando as transmasculinidades negras. *In:* **Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades.** São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2019. p. 95-104.

SANTOS, Cecília Macdowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. **E.I.A.L.: Estudios Interdisciplinarios de America Latina y el Caribe**, [S. I.], v. 16, n. 1, p. 147-164, 2005.

SANTOS, Milena do Carmo Cunha. **Eu ser um homem feminino não fere meu lado masculino:** percepções e socializações nos grupos reflexivos de gênero para homens. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/54090. Acesso em: 25 jul. 2020.

SANTOS, Vanessa Flores da. Gênero, masculinidade, violências. **Revista Todavia**, [S. I.], ano 1, n. 1, p. 119-124, 2010.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade,** [S. I.], v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SCOTT, Juliano Beck. **Grupos reflexivos com homens autores de violência doméstica contra a mulher:** limites e potencialidades. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/26621. Acesso em: 25 jul. 2020.

SEIDLER, Victor J. Epilogue moving ahead: alternative masculinities for a changing world. Victor J. Seidler in conversation with the members of the constructiong new masculinities (CNM) group of the University of Barcelona. *In:* CARABÍ, A.; ARMENGOL, Josep (Ed.). **Alternatives masculinities for a changing world.** New York: palgrave macmillan, 2014. p. 219-234.

SILVA, Carla da. **Do "monstro" ao homem:** motivos de violências contra a mulher. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontíficia Univesridade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020a. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC_SP-1_075fe49d8d80dd36cbd96daf79137d45. Acesso em: 30 nov. 2020.

SILVA, Clara Welma Florentino e. **Justiça restaurativa em conflitos envolvendo violência doméstica no Brasil:** análise a partir da experiência em Nova Hamburgo – RS. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/35578. Acesso em: 30 nov. 2020.

SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço da; CAETANO, Marcio. Roda de homens negros: masculinidades, mulheres e religião. In: **De guri a cabra-macho:** masculinidades no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2018, p. 190-211.

SILVA, Fábio Mariano da. **Masculinidades contemporâneas.** PUC-SP, 2020b.

SILVA, Reinaldo Pereira. **Os modos de produção de subjetividade de homens na violência contra a mulher:** estudo de caso sobre a experiência do projeto Dialogar em Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado em Conhecimento e Inclusão Social em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Conhecimento e Inclusão Social em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-B5TKDB. Acesso em: 30 nov. 2020.

SOARES, Barbara Musumeci. A 'conflituosidade' conjugal e o paradigma da violência contra a mulher. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, [S. I.], v. 5, n. 2, p. 191-210, abr/mai/jun. 2012.

SOARES, Thiago A. S.; ARAÚJO, D. J. G. Homem negro, corporeidades e saúde: perspectivas históricas e sociológicas. *In:* **Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades.** São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2019. p. 163-196.

SOARES, Vanessa Arlésia de Souza Ferreti. **“-Mas tem gente que não entende assim.” // “-É. É por isso que a gente tá aqui.”:** a sessão de grupo socioeducativo para homens autores de violência contra a mulher e a (re)construção discursiva de masculinidades. Tese (Doutorado e Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/193489. Acesso em: 30 nov. 2020.

SOUSA, Elias Pereira. **Núcleo de reflexão e ressocialização para autores de violência doméstica: ponte para efetividade da proteção à mulher.** Dissertação (Mestrado Profissional e Interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos) – Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu Mestrado Profissional e Interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2018. Disponível em: http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/1039. Acesso em: 30 nov. 2020.

SOUZA, Tatiana. **Violência doméstica e familiar contra a mulher no Recife e o uso de práticas restaurativas:** preocupações e possibilidades. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/34427. Acesso em: 13 jan. 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** Revisão: Angela das Neves; Huendel Viana. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

TADEU, Tomaz. Nós, ciborgues: o corpo elétrico e a dissolução do humano. Tradução: Tomaz Tadeu. *In:* TADEU, T. (Org). **Antropologia do ciborgue:** as vertigens do pós-humano. 2 ed. [S. I.]: Autêntica, 2016. p. 3-8.

Tratar o agressor, solução inovadora. **Em discussão.** Senado Federal, [S. I.], [201-]. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/emdiscussao/edicoes/saneamento-basico/violencia-contra-a-mulher/tratar-o-agressor-solucao-inovadora. Acesso em: 25 jul. 2020.

URRA, Flávio. Masculinidades: a construção social da masculinidade e o exercício da violência. *In:* BLAY, E. A. (Org.). **Feminismos e masculinidades:** novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 117-137.

VEIGA, Lucas. Além de preto é gay: as diásporas da bixa preta. In: RETIER, H. S.; SOUZA, R. M. (Orgs). **Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades.** São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2019. p. 77-94.

VELOSO, Flávia Gotelip Correa; NATIVIDADE, Cláudia. Metodologias de abordagem dos homens autores de violência contra as mulheres. *In:* LOPES, Paulo Victor; LEITE, Fabiana (Orgs). **Atendimento a homens autores de violência doméstica:** desafios à política pública. Rio de Janeiro: Iser, 2013. p. 45-64.

VERAS, Érica Verícia Canuto de Oliveira. **A masculinidade no banco dos réus:** um estudo sobre gênero, sistema de justiça penal e a aplicação da Lei Maria da Penha. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade

Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/26639. Acesso em: 25 jul. 2020.

VIEIRA DE CARVALHO, Grasielle Borges de. **Grupos reflexivos para os autores da violência doméstica:** responsabilização e restauração. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

Violência doméstica: os dilemas e conquistas do trabalho com homens agressores. **Compromisso e atitude:** Lei Maria da Penha, [S. I.], 14 jan. 2014. Disponível em: http://www.compromissoeatitude.org.br/violencia-domestica-os-dilemas-e-conquistas-do-trabalho-com-homens-agressores/. Acesso em: 25 jul. 2020.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015:** homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: Flacso Brasil, 2015. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em: 24 jul. 2020.

WOODWARD, Bill; BECHTEL, Kristin. **Understanding the Research Evaluating the Effectiveness of Battere's Intervention Programs.** 2008. Disponível em: https://superiorcourtjudgesassociation.com/wp-content/uploads/2012/12/8-2-8-WoodwaedBechtel-DVPT-Effiacacy.pdf. Acesso em: 25 jul. 2020.